



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA – PGEDA

DARLENE ARAÚJO GOMES

**O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) NO CONTEXTO HISTÓRICO
DO SUL PARAENSE – 1962 – 1985**

**Palmas, TO
2024**

DARLENE ARAÚJO GOMES

**O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) NO CONTEXTO HISTÓRICO
DO SUL PARAENSE – 1962 – 1985**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), Universidade Federal do Tocantins – Polo Palmas; Linha de Pesquisa: Educação na Amazônia: Formação do Educador, Práxis Pedagógica e Currículo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação na Amazônia.

Orientadora: Dra. Jocyléia Santana dos Santos
Coorientador: Dr. Azemar dos Santos Soares Junior

**Palmas, TO
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

A663m Araújo Gomes, Darlene.

O Movimento de Educação de Base (MEB) no Contexto Histórico do Sul Paraense -1962-1964. / Darlene Araújo Gomes. – Palmas, TO, 2024.
206 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Educação na Amazônia - PGEDA, 2024.

Orientadora : Jocyléia Santana dos Santos

Coorientador: Azenar dos Santos Soares Júnior

1. Movimento de Educação de Base. 2. Práticas Educativas. 3. Escolas Radiofônicas. 4. Diocese de Conceição do Araguaia. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

DARLENE ARAÚJO GOMES

**O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) NO CONTEXTO HISTÓRICO
DO SUL PARAENSE – 1962 – 1985**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), Universidade Federal do Tocantins – Polo Palmas, Linha de Pesquisa: Educação na Amazônia: Formação do Educador, Práxis Pedagógicas e Currículo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação na Amazônia, sob a orientação da Dra. Jocyléia Santana e coorientação do Dr. Azemar dos Santos Soares Junior.

Data de Aprovação: ____/____/_____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Jocyléia Santana dos Santos, PGEDA/UFT
Orientadora/Presidente

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Junior, PPGED/UFRN
Coorientador

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira, PPGH/UFCG
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a. Maria E.S. Rosa Cavalcante Ribeiro, PPHIST/PUCGO
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Ivanilde Apoluceno de Oliveira, PPGED/UEPA
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Wilma de Nazaré Baia Coelho, PGEDA/UFPA
Membro Interno

Prof. Dr. João Luiz da Costa Barros, PGEDA/UFPA
Membro Interno

*À minha mãe, Zilda Araújo Gomes, dedico, em
memória, este trabalho, por me ensinar a viver
de forma honesta e por sempre acreditar nas
inúmeras oportunidades que a vida oferece,
em qualquer tempo, em qualquer
circunstância!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que está sempre à frente de todos os meus projetos, pelo privilégio e pela perseverança concedidos, mantendo-me firme nos instantes de aflição e dúvida, e por ter-me possibilitado percorrer novos caminhos, conhecer pessoas incríveis, estreitar os laços com outras que me ajudaram a construir este trabalho. A Ele toda honra e glória!

Agradeço à minha orientadora, Prof^ª. Dra^a. Jocyléia Santana dos Santos, que, desde o mestrado, me apresentou à História Oral e me acolheu com sua amizade. Agradeço pela sua imensa humanidade, pelo vasto conhecimento que compartilhou comigo; pela empatia em cada etapa e em cada circunstância da vida que, às vezes, teimava a desviar-me o foco. Por guiar-me durante todo o percurso desta investigação, por meio de um processo contínuo de desmontar e reconstruir conceitos, problematizar e suscitar novas indagações, por ajudar a tornar-me uma historiadora de fato. Pela sua dedicação incansável, parceria e pronto apoio!

Agradeço ao meu coorientador, Prof^º Dr. Azemar dos Santos Soares Junior, que, desde o nosso primeiro encontro, ofereceu-me suas observações acuradas, a análise crítica e as recomendações que se mostraram essenciais para aprimorar a elaboração e a organização da tese, sempre realizadas durante excelentes diálogos.

Expresso minha gratidão às professoras: Prof.^a Dr^a Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Prof.^a Dr^a. Maria E.S. Rosa Cavalcante Ribeiro, Prof.^a Dr^a Wilma de Nazaré Baia Coelho e aos professores, Prof.^º Dr. Iranilson Buriti de Oliveira, Prof.^º Dr. João Luiz da Costa Barros, por aceitarem, gentilmente, o convite para integrar a banca e por concederem suas valiosas contribuições ao desenvolvimento, ao aprimoramento e à continuidade deste trabalho durante a etapa de qualificação. Do mesmo modo, certamente, na ocasião da defesa, cada um dos prestigiados pesquisadores deixará a sua marca na tessitura final deste texto. A todos, externo minha admiração e meu respeito!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), representado pelas docentes, à Coordenadora Geral Prof.^a Dr^a. Maria de Fátima Matos de Souza e à Vice-Coordenadora Geral Prof.^a Dr^a. Ney Cristina Monteiro de Oliveira, assim como à Coordenação local do Polo ao qual estou vinculada, à Universidade Federal do Tocantins, na pessoa da Profa. Dra. Jocyléia Santana do Santos, por todo acolhimento durante o curso. Aos/as professores/as do PGEDA, pelas provocações e construções teóricas durante as disciplinas. Sou grata também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa, visto que viabilizou a realização desse estudo.

A João Carlos Ramalho (*in memoriam*), Marilza Santos Lopes e Heloísa Schmidt de Andrade, participantes da pesquisa, a minha imensa gratidão por compartilharem suas memórias sobre o MEB de Conceição do Araguaia, por meio de suas narrativas, o que possibilitou a interpretação de sua trajetória na região, em conjunto com outras fontes. Agradeço também a cedência dos arquivos pessoais que muito contribuíram para a construção desta tese.

Gratidão aos Bispos Dom Dominique Marie Jean Denis You (Diocese de Conceição do Araguaia) e Dom Vital Corbellini (Diocese de Marabá) pelo acesso ao conjunto de documentos que se encontravam nas Cúrias Diocesanas. À gentileza do Padre Cícero Edvam Magalhães e de Pedro Lucas Gomes por disponibilizarem o arquivo da Diocese em Marabá. À irmã Odete Constâncio e à irmã Maria Evani da Silva, pelo auxílio nas buscas pelos arquivos do MEB na Diocese em Conceição do Araguaia. Ao Padre Otávio Grapiuna, Reitor do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário, pelo zelo com os documentos/arquivos encontrados sobre o MEB e pelo reconhecimento da sua importância histórica.

Agradeço às amigas com que o doutorado me presenteou: Malu Macedo, Kely Rejane, Graciene Reis, Mariana Neta, Isabella Aquino e Nádia Flausino, pelo companheirismo, pelo apoio, pelas trocas, pelas reflexões acadêmicas e, sobretudo, pelo acolhimento nos momentos de angústias e de alegrias.

Gratidão à Denise Sodré pela revisão inicial do trabalho e à Rebeca Mendes Garcia, pelo carinho e pela revisão final do texto.

Por fim, expresso minha gratidão às minhas filhas, Louise e Bruna, pelo amor profundamente sensível durante os períodos de minha frequente ausência. Aos meus irmãos, Antônio, Lucirene e Vanusa, agradeço o apoio e o carinho sempre, e à Shirlene, pelo acolhimento e cuidado em Palmas, ao lado do seu esposo Wanques e dos meus sobrinhos, Rodolfo e Rodrigo.

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, de passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo (Michel de Certeau, 2014, p.179).

RESUMO

Este estudo situa-se no campo da História da Educação e analisa a construção histórica das práticas educativas desenvolvidas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) no contexto social, político e econômico da região Sul do estado do Pará, no recorte temporal de 1962 a 1985. Para a sua consecução, busco historicizar os marcos legais, políticos e culturais que marcaram sua trajetória no território nacional, discutir as evidências históricas das práticas educativas desenvolvidas pelo MEB e suas escolas radiofônicas no contexto dos conflitos agrários no Sul da Amazônia paraense, no município de Conceição do Araguaia, além de problematizar como o modelo de educação proposto pelo MEB repercutiu na organização dos movimentos sociais nessa região. Para tanto, realizei um levantamento sobre as produções acadêmicas acerca da temática, quando constatei que o número de dissertações de mestrado e teses de doutorado concluídas é bastante reduzido, considerando a relevância histórica do Movimento. A pesquisa tem abordagem qualitativa e parte da história cultural (Burker, 2005); Le Goff, 2013), para interpretar o contexto socioeducativo e político das práticas educativas desenvolvidas pelo MEB sob a coordenação da Diocese de Conceição do Araguaia, sustentando-se teoricamente em Certeau (2014, 2020) a fim de analisar, nas práticas cotidianas, os espaços e as táticas empregadas pelo MEB de Conceição do Araguaia e, também, apoiando-se na perspectiva das representações e apropriações culturais preconizadas por Chartier (2017,2002). Metodologicamente, o estudo baseou-se na História Oral Temática responsável por ocupar a centralidade do percurso, para compreensão dos relatos dos educadores, suas vivências e interpretações sobre o MEB, sustentando-se no aporte teórico de Alberti (2005), Meihy (2005), Delgado (2010, 2003), Portelli (2016, 2004). Os resultados apontam que, a partir das primeiras experiências das Escolas Radiofônicas do MEB, iniciadas na Diocese de Natal, em 1961, a equipe nacional não mediu esforços para manter uma identidade única para o Movimento. No entanto, no decorrer dos anos, o MEB passa a ser o somatório de experiências das equipes que o compunham, nas diversas regiões do país. As experiências construídas pelos religiosos e leigos que formavam o conjunto de educadores/supervisores do MEB, na região do Sul paraense, com suas práticas educativas emancipadoras do Movimento, produzidas por uma ação concreta que repercutiu no pensamento, no diálogo e na participação dos sujeitos em suas diversas territorialidades e as identidades forjadas nesta ação, foram interpretadas pelo Governo Civil Militar como atos subversivos, ocasionando forte repressão a seus agentes (padres, freiras e o laicado). Em Conceição do Araguaia, desde a sua criação em 1962 até o ano de 1985, o MEB passou por profundas transformações em suas práticas educativas, tais como a escolarização, a mobilização de movimentos sociais e populares e a prestação de assessoria, o que possibilitou desafiar a ordem estabelecida e resistir às imposições do poder civil-militar que dominou esse período. O tripé Igreja-Estado-MEB está intrinsecamente relacionado desde a origem do Movimento e nos contextos político, social e econômico em que desenvolveu a sua prática e construiu a sua história. As práticas educativas do MEB foram importantes para a democratização do conhecimento e a conscientização das comunidades rurais entre 1962 e 1985 na região em estudo. As experiências de grupalização e o apoio à formação do sindicalismo rural propiciaram abordagens colaborativas que permitiram a homens e mulheres do campo compartilharem vivências, fortalecerem sua capacidade crítica e reivindicarem contra as estruturas de poder do Estado e do latifúndio. Ao fortalecer os movimentos do campo, o MEB foi um agente de resistência contra a ordem social estabelecida.

Palavras-chave: Movimento de Educação de Base. Práticas Educativas. Escolas Radiofônicas Diocese de Conceição do Araguaia.

ABSTRACT

This study is situated in the field of History of Education and analyzes a historical construction of educational practices developed by the Basic Education Movement (MEB) in the social, political and economic context of the southern region of the state of Pará, in the time frame from 1962 to 1985. To achieve this, I seek to historicize the legal, political and cultural milestones that marked its trajectory in the national territory, discuss the historical evidence of the educational practices developed by the MEB and its radio schools in the context of agrarian conflicts in the south of the Amazon of Pará, in the municipality of Conceição do Araguaia. In addition to problematizing how the educational model proposed by the MEB had repercussions on the organization of social movements in this region. To this end, I conducted a survey on the academic productions on the subject, when I found that the number of completed master's dissertations and doctoral theses is quite small, considering the historical relevance of the Movement. The research has a qualitative approach. It starts from cultural history (Burker (2005); Le Goff (2013)), to interpret the socio-educational and political context of educational practices developed by the MEB under the coordination of the Diocese of Conceição do Araguaia theoretically based on Certeau (2014, 2020) in order to analyze, in everyday practices, the spaces and tactics employed by the MEB of Conceição do Araguaia, and, also, based on the perspective of cultural representations and appropriations advocated by Chartier (2017, 2002). Methodologically, the study was based on the Thematic Oral History responsible for occupying the centrality of the path, for understanding the reports of the educators, their experiences and interpretations about the MEB, supported by theoretical contribution of Alberti (2005), Meihy (2005), Delgado (2010, 2003), Portelli (2016, 2004). The results indicate that, from the first experiences of the MEB Radio Schools, started in the Diocese of Natal, in 1961, the national team spared no effort to maintain a unique identity for Movement. However, over the years, the MEB became the sum of the experiences of the teams that composed it, in the various regions of the country. The experiences built by the religious and lay people who formed the group of educators/supervisors of the MEB, in the southern region of Pará, with their emancipatory educational practices of the Movement, produced by a concrete action that had repercussions on the thought, dialogue and participation of the subjects in the various territorialities and the identities forged in this action, were interpreted by the Civil Military Government as subversive acts, causing strong repression to its agents (priest, nuns and the laity). In Conceição do Araguaia, from its creation in 1962 until 1985, the MEB underwent profound transformations in its educational practices, such as schooling, the mobilization of social and popular movements and the provision of advice, which made it possible to challenge the established order and resist the impositions of the civil-military power that dominated that period. The Church-State-MEB tripod is intrinsically related to the origin of the Movement and in the political, social and economic contexts in which it developed its practice and built its history. Between 1962 and 1985, the educational practices of the MEB were important for the democratization of knowledge and the awareness of rural communities in the region under study. Group experiences and support for the formation of rural trade unions provided collaborative approaches that allowed rural men and women to share experiences, strengthening their critical capacity and their demands against the power structures of the state and the latifundium. By strengthening rural movements, MEB was an agent of resistance against the established social order.

Keywords: Basic Education Movement; Educational Practices; Radio Schools; Diocese of Conceição do Araguaia.

RESUMEN

Este estudio se inscribe en el campo de la Historia de la Educación y analiza la construcción histórica de las prácticas educativas desarrolladas por el *Movimento de Educação de Base* (MEB) en el contexto social, político y económico de la región sur del estado de Pará, entre 1962 y 1985. Para ello, busco historiar los hitos jurídicos, políticos y culturales que marcaron su trayectoria en el territorio nacional, discutir las evidencias históricas de las prácticas educativas desarrolladas por el MEB y sus escuelas radiofónicas en el contexto de los conflictos agrarios en el sur de la Amazonia Paranaense, en el municipio de Conceição do Araguaia, así como problematizar cómo el modelo de educación propuesto por el MEB repercutió en la organización de los movimientos sociales en esta región. Para ello, efectué un estudio de la producción académica sobre el tema, momento en que constaté que el número de tesinas de máster y tesis doctorales terminadas es bastante reducido, teniendo en cuenta la relevancia histórica del Movimiento. La investigación es de enfoque cualitativo y se fundamenta en la historia cultural (Burker, 2005); Le Goff, 2013), para interpretar el contexto socioeducativo y político de las prácticas educativas desarrolladas por el MEB bajo la coordinación de la Diócesis de Conceição do Araguaia, basándose teóricamente en Certeau (2014, 2020) para analizar, en las prácticas cotidianas, los espacios y las tácticas empleadas por el MEB de Conceição do Araguaia, y basándose también en la perspectiva de las representaciones y apropiaciones culturales preconizadas por Chartier (2017, 2002). Metodológicamente, el estudio se fundamentó en la Historia Oral Temática, que ocupa un lugar destacado en la comprensión de los relatos de los educadores, sus experiencias e interpretaciones del MEB, a partir de los aportes teóricos de Alberti (2005), Meihy (2005), Delgado (2010, 2003) y Portelli (2016, 2004). Los resultados muestran que, desde las primeras experiencias de las Escuelas Radiofónicas del MEB, que comenzaron en la diócesis de Natal en 1961, el equipo nacional no escatimó esfuerzos para mantener una identidad única para el Movimiento. Sin embargo, con el paso de los años, el MEB se convirtió en la suma de las experiencias de los equipos que lo componían en las distintas regiones del país. Las experiencias construidas por los religiosos y laicos que componían el grupo de educadores/supervisores del MEB en la región del sur de Pará, con sus prácticas educativas emancipadoras del Movimiento, producidas por una acción concreta que repercutió en el pensamiento, diálogo y participación de los sujetos en sus diversidades territoriales y en las identidades forjadas en esta acción, fueron interpretadas por el Gobierno Civil Militar como actos subversivos, provocando una fuerte represión a sus agentes (sacerdotes, religiosos y laicos). En Conceição do Araguaia, desde su creación en 1962 hasta 1985, el MEB experimentó profundas transformaciones en sus prácticas educativas, como la escolarización, la movilización de movimientos sociales y populares y el asesoramiento, que permitió desafiar el orden establecido y resistir a las imposiciones del poder cívico-militar que dominaba aquel periodo. El trípede Iglesia-Estado-MEB ha estado intrínsecamente ligado desde los orígenes del Movimiento y en los contextos político, social y económico en los que desarrolló su práctica y construyó su historia. Las prácticas educativas del MEB fueron importantes para democratizar el conocimiento y sensibilizar a las comunidades rurales entre 1962 y 1985 en la región estudiada. Las experiencias grupales y el apoyo a la formación del sindicalismo rural aportaron enfoques colaborativos que permitieron a hombres y mujeres del campo compartir experiencias, fortalecer su capacidad crítica y reivindicarse frente a las estructuras de poder del Estado y el latifundio. Al fortalecer los movimientos rurales, el MEB fue un agente de resistencia contra el orden social establecido.

Palabras clave: Movimiento de Educación Básica. Prácticas Educativas. Escuelas Radiofónicas Diócesis de Conceição do Araguaia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Área de Abrangência da Diocese de Conceição do Araguaia	48
Figura 2 -	Organograma do MEB – 1961	56
Figura 3 -	Povoado de Conceição do Araguaia no início dos anos 1900	76
Figura 4 -	Rádio Educadora do Araguaia	87
Figura 5 -	Rádio Cativo utilizada no MEB de Conceição do Araguaia/PA	97
Figura 6 -	Infiltração subversiva no MEB/Conceição do Araguaia 1971	105
Figura 7 -	Nova Metodologia do MEB – Causas	124
Figura 8 -	A Escolarização nas Comunidades de Base	126
Figura 9 -	Contexto situacional do MEB – Correspondência 1976	130
Figura 10 -	Programação Didática – Sindicalismo 1978	134
Figura 11 -	Avaliação Final de Comunicação e Expressão – 1981	138
Figura 12 -	Ato Público em Defesa do STR em Xinguara – 1979	155
Figura 13 -	Programa da Rádio Educadora do Araguaia: Pastor e Navegante	158
Figura 14 -	O fechamento da Rádio Educadora	160
Figura 15 -	Centro de Cultura Popular do Araguaia – 1982	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fontes e acervos consultados	43
Quadro 2 - Participantes da Pesquisa	45
Quadro 3 - Organização teórico-metodológica dos cursos	113
Quadro 4 - Currículos Supletivo Dinâmico	119
Quadro 5 - Educação Suplementar – Suprimento Assistemático	121
Quadro 6 - MEB - Programação Didática do Curso Supletivo Dinâmico – Sistema de Conceição do Araguaia	127
Quadro 7 - Atividades e Movimentos Populares Assessorados pelo MEB – 1979 – 1985	170

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Temáticas abordadas nas produções	36
Gráfico 2 -	Alunos concluintes por ciclos	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Distribuição de produção por descritor utilizado	34
Tabela 2 -	Quantitativo de teses e dissertações por ano de defesa	35
Tabela 3 -	Número de rádios por região	62
Tabela 4 -	Encontros de Coordenadores do MEB – 1982 a 1985	144

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ação Católica
ACI	Ação Católica Independente
ACO	Ação Católica Operária
AnPo	Animação Popular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDIC	Centro de Documentação e Informação Científica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEN	Comissão Executiva Nacional
CDN	Conselho Diretor Nacional
CDE	Conselho Diretor Estadual
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CREMEJA	Centro de Referência e Memória de Educação Popular de Jovens e Adultos
EE	Equipes Estaduais
EL	Equipes Locais
HO	História Oral
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MEB	Movimento de Educação de Base
MLPA	Movimento para Libertação dos Padres Presos
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCdoB	Partido Comunista do Brasil

PGEDA	Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia
RENEC	Rede Nacional de Emissoras Católicas
STR	Sindicato dos trabalhadores
SETRAR	Sistema Educativo Tele-Radiofônico do Araguaia
SNI	Sistema Nacional de Informação
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFT	Universidade Federal do Tocantins
URE	Unidade Regional de Ensino
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE SÍMBOLOS

kHz Quilohertz

SUMÁRIO

1	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	19
1.1	A produção de pesquisas sobre o Movimento de Educação de Base (MEB)	33
1.2	O percurso teórico-metodológico da pesquisa e a organização do texto	39
2	O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE NO BRASIL NO SUL DO ESTADO DO PARÁ: RAÍZES E CONTEXTOS	51
2.1	A Igreja Católica e o Movimento de Educação de Base	52
2.2	As Escolas radiofônicas do MEB	60
2.3	A Animação Popular (AnPo)	67
2.4	O Movimento de Educação de Base no Sul do Pará	70
2.4.1	A formação do Município de Conceição do Araguaia	75
3	NÓS, DO MEB DO ARAGUAIA	80
3.1	E o MEB chega à Conceição do Araguaia	81
3.2	E, no balanço das águas do Araguaia, o MEB se transforma...	95
3.3	Primeiras representações das práticas escolares: evangelização, alfabetização e resistência	108
4	PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MEB DO ARAGUAIA: AVANÇOS, RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS	115
4.1	MOBRAL, Mobralização do MEB, onde fica a conscientização?	116
4.2	“Banzeirando o supletivo dinâmico: sujeito passa a ser “cliente”	125
4.3	A prática educativa do MEB no Baixo Araguaia: subversão da ordem	129
5	O MEB ARAGUAIA: REPERCUSSÕES E DESDOBRAMENTOS	141
5.1	Práticas educativas comunitárias emergentes	143
5.2	O MEB, sindicatos e movimentos sociais do campo	152
5.2.1	A Rádio Educadora se cala	157
5.3	O Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA)	163
5.3.1	O MEB e os Movimentos Sociais Urbanos	168
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	198

1 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

*“[...] eu vejo o futuro repetir o passado.
Eu vejo um museu de grandes novidades.
O tempo não para.
Não para não, não para”.*
(Cazuza, 1988).

O trecho da música de Cazuza me conduz a três elementos que nortearam o percurso da minha pesquisa: a memória, a história e o tempo. Castanho (2016, p. 154) afirma que a memória recorda e a “[...] história recompõe o movimento da sociedade humana no tempo”. Argumentou, ainda, que nem sempre a história é lembrada pela sociedade, principalmente por sua camada dominante.

Muitas histórias são propositalmente esquecidas, no entanto, marcaram tão profundamente uma época que, de tempos em tempos, são retomadas por meio das memórias de quem as viveu e, por intermédio de fontes documentais mais diversas, elas são vivificadas estabelecendo relação com o tempo presente. A esse respeito, Delgado (2003, p. 10) afirma que o tempo “[...] é um processo em eterno curso e em permanente devir”. Um exemplo disso são as experiências dos educadores que atuaram no Movimento de Educação de Base (MEB) no sul do estado do Pará, no recorte temporal de 1962 a 1985.

Nesse devir, a tessitura desta pesquisa teve seu início em um período difícil da história contemporânea, em que o mundo foi surpreendido pela pandemia causada pelo novo coronavírus, o Sars-Cov-2, responsável pela doença conhecida por Covid-19 que ceifou uma grande quantidade de vidas a partir do ano de 2020. Foi justamente nesse momento em que ingressei no Doutorado em Educação na Amazônia, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Amazônia (PGEDA).

Durante a pandemia, o abismo social latente e permanente da sociedade brasileira, as dores e perdas das classes populares desassistidas pelo Estado foram desnudados de maneira cruel e dolorosa. Instalou-se o caos pela pandemia, repercutindo em graves crises sanitária, econômica e política, de acordo com os estudos de Caponi (2020) e Meneses *et.al* (2020). Esse cenário também expôs a negligência do governo em relação às comunidades mais pobres e destacou a urgência de ajustes no sistema educacional para garantir inclusão para todos. Além disso, surgiu uma preocupação sobre a necessidade de capacitação contínua dos professores para a utilização eficaz das tecnologias e mídias, não apenas como ferramentas de comunicação entre educadores e alunos, mas também como recursos essenciais na produção de cultura e

conhecimento, fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem, conforme anunciam Moraes e Silva (2021). Vale dizer que, nós, discentes da primeira turma do PGEDA, só iniciamos o nosso doutoramento em setembro de 2020, mediatizados pelas tecnologias digitais.

Este relatório consiste no prelúdio de como tudo isso tem nos afetado e me levado a novas reflexões acerca da minha trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica, que devem ser compreendidas numa simbiose, visto que forjam a minha identidade. Quanto ao objeto de investigação deste estudo, muitas questões são colocadas, tais como a pertinência ou não da proposta inicial da pesquisa que me possibilitou o ingresso ao PGEDA; sobre a Licenciatura em Educação do Campo, conquista das lutas empreendidas pelo Movimento por Uma Educação do Campo¹, ou voltar ao ponto de partida, ao embrião desse movimento, que se deu inicialmente pela conquista da terra, do território, pelos camponeses, pelos povos do campo em todo o Brasil. Meu olhar aponta em outra direção e se volta à região à qual pertencço, cheia de contradições, tendo em vista as riquezas pujantes em sua geografia física e a pobreza latente da sua população, em especial a que habita no meio rural. Trata-se da região amazônica, especificamente, no sul do estado do Pará.

Na minha pesquisa de mestrado, cujo objeto foi a implementação da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins (UFT), já menciono a importância dos trabalhos desenvolvidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pela Comissão Pastoral da Terra² (CPT), na cidade de Conceição do Araguaia, município localizado no Sul paraense, região conhecida pelos conflitos agrários existentes em larga escala no passado e atenuados atualmente, e a importância do papel desempenhado pela Igreja Católica na formação de homens e mulheres do campo.

As pessoas envolvidas no trabalho de base, membros do MEB, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos sindicatos rurais eram vistas como “subversivas”, rótulo firmado pelo Regime Civil Militar (1964-1985). Os habitantes do meio rural eram destituídos das políticas públicas do Estado e explorados pelo latifúndio predominante na região Sul do Pará, cujo trabalho escravo era visto com naturalidade pelos representantes da lei.

¹Coletivo nacional constituído por educadores e educadoras do campo, militantes de movimentos sociais do campo, universidades públicas, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, órgãos não governamentais, CNBB e outras entidades que se reuniram em prol da luta por políticas públicas e de uma identidade própria à educação e às escolas do campo, ações que culminaram na realização da I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia, Goiás, de 27 a 31 de julho de 1998 (Caldart, 2002).

²A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi criada em 1975 com o objetivo de mediar conflitos e denunciar crimes cometidos contra trabalhadores. Além de possuir forte atuação formadora religiosa e política dos trabalhadores por meio das Comunidades Eclesiais de Base (Pessôa, 2013).

Minha identidade profissional foi construída com base em experiências vivenciadas na Educação Básica, iniciadas no final dos anos de 1980 e, a partir de 2005, na docência no ensino superior na Universidade do Estado do Pará (UEPA), onde permaneci como professora substituta até 2013. Em 2015, após o mestrado, retornei à UEPA, nessa mesma condição e, finalmente, em 2024, efetivei-me nessa IES, com a qual tenho minha trajetória formativa e profissional entrelaçada, pois foi na UEPA que me graduei em Pedagogia, em 1995, no primeiro polo do interior, no qual a referida instituição é pioneira na oferta de Ensino Superior. Considero essa etapa um divisor de águas em minha trajetória acadêmica, pessoal e profissional.

Também em 1990, houve casamento, tive filhos enquanto trabalhava como docente na educação básica. Com contrato temporário em escolas públicas do estado, exerci, até meados dos anos 2000, funções de Orientadora Pedagógica nas escolas estaduais e numa escola privada, concomitantemente à docência nos cursos de Magistério e no Ensino Médio.

Em seguida, passei a exercer a função de Especialista em Educação, cargo efetivo, na 15ª Unidade Regional de Ensino (URE), na sede em Conceição do Araguaia, que atende escolas estaduais de sete municípios da região sul do Pará, o que me permitiu dialogar com a população das comunidades rurais, nesse vasto território pertencente à Amazônia Legal.

Na descrição acima, venho rememorar meu vínculo com a educação dos povos do campo, desde a minha adolescência, ao acompanhar o MEB, espaço em que conheci os membros da equipe e os trabalhos desenvolvidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em meados dos anos 1980, tempo histórico em que estávamos saindo da Ditadura Civil Militar e a Igreja Católica desempenhava importante papel na formação dos povos do campo³ da nossa região, como também na alfabetização e na conscientização política, contribuindo para a emancipação desses sujeitos. Ao desenvolver as ações de trabalho e na interação com padres, freiras e educadores, embrenhei-me em um mundo que até então desconhecia.

A preocupação dos envolvidos era com aqueles considerados desvalidos, esquecidos pelo Estado, sem acesso às políticas públicas e explorados pelo latifúndio predominante na região, na qual o trabalho compulsório era visto com naturalidade e os direitos humanos constantemente transgredidos.

³ Refiro-me às comunidades habitadas por sujeitos rurais, levando em conta suas distintas trajetórias históricas e culturais, devem ser capacitadas a viver com dignidade e a se unir para enfrentar as ameaças de deslocamento e desapropriação, conforme a concepção de Kolling, Néry e Molina (1999).

Os grandes fazendeiros da região controlavam a vida sociopolítica e econômica, exercendo o poder que lhes era garantido pelo Estado, e mantinham, em suas terras, trabalhadores forçados a desenvolver atividades em situações de extrema exploração e privados de qualquer remuneração, sem que a justiça tomasse providências para libertá-los da opressão em que viviam. Vale ressaltar que muitos trabalhadores foram assassinados, e seus algozes jamais julgados pelos crimes cometidos.

Esse contexto, socialmente legitimado, pouco favorecia os homens e mulheres que viviam no campo, restando-lhes o trabalho subserviente e a violação no plano dos direitos econômicos, sociais e culturais. Não foram tempos fáceis. Recordo-me que padres eram presos e ameaçados. Os educadores também sofreram bastante repressão, mas a vontade de lutar por uma sociedade mais justa movia aqueles homens e mulheres com quem convivi naquela época e com os quais aprendi a valorizar os indivíduos em todas as suas dimensões.

Nesse contexto, atuavam os agentes do MEB que tinham a educação de base como o centro da sua práxis educativa. Fávero (2006) assevera que a educação de base foi proposta em documento oficial da UNESCO, em seus programas de educação para os povos subdesenvolvidos, iniciados no Brasil a partir de 1947. Raul Landim Filho assim define Educação de Base: “[...] deve ser compreendida como a formação que possibilita a realização das exigências de humanização sempre crescente da pessoa humana. O homem enquanto princípio de toda a sua globalidade”. Portanto, compreendida como forma de modernização, emancipação e promoção das comunidades e do homem rural, pretendendo “[...] renovar o velho contexto do mandonismo local e da política do favor e substituí-lo por um contexto de desenvolvimento comunitário, cooperacionista, próprio das concepções racionalistas modernizadoras do populismo católico” (Souza, 2012, p. 517).

Dessa forma, delineava-se, no MEB, a defesa de que o homem rural deveria adquirir conhecimentos mínimos, ou seja, as primeiras letras, de modo a proporcionar condições “dignas de vida”, buscando, assim, atribuir à escola um modelo de desenvolvimento econômico e social preestabelecido. No entanto, com o passar dos anos, essas práticas foram reformuladas e redefinidas, numa perspectiva mais progressista, foram influenciadas por vários movimentos da educação popular e de grupos cristãos de esquerda, pertencentes à Igreja Católica.

No MEB, reuniam-se episcopado brasileiro, padres e freiras católicas, o laicato, estudantes, militantes partidários, educadores, técnicos e camponeses analfabetos que consideravam a cultura como um instrumento capaz de transformar as representações do mundo e a própria realidade material. Essa diversidade de sujeitos em sua composição possibilitou que

se destacasse a constelação nacional de movimentos político-culturais como movimento de educação popular massivo, devido à radiodifusão educativa (Souza, 2012).

Assim, retorno ao início para expor as minhas intencionalidades em mergulhar em outros contextos de investigação que não dizem respeito às conquistas educacionais já garantidas para os povos do campo, mas sim em buscar uma mudança de percurso que me conduz a um outro universo que suscita o interesse em investigar a atuação de três educadores que exerceram a função de supervisor⁴ do MEB na região supracitada e as nuances incorporadas no fazer pedagógico desses sujeitos, num período tão contundente da história brasileira, ocorrido num espaço geográfico também muito especial.

Ao escolher o recorte espacial e temporal da pesquisa, região sul do estado do Pará, durante o período de 1962 a 1985, algumas questões devem ser consideradas: em primeiro lugar, o processo de implantação do sistema de escola radiofônica instalado em Conceição do Araguaia em 1962 e, posteriormente, os vários planos de desenvolvimento propostos para a Amazônia pela conjuntura militar imposta em 1964, e como os camponeses reagiam e enfrentavam a repressão pelo regime autoritário.

Em segundo lugar, o papel preponderante desempenhado pelo MEB, na figura de seus educadores que atuavam na referida região, tendo em vista o comprometimento do movimento com as causas populares e com a construção de uma consciência, por parte dos trabalhadores rurais, acerca da exploração capitalista. É importante ressaltar que a prática educativa estabelecida pelo MEB foi alicerçada na cultura popular, possibilitando a organização das comunidades e provocando-as para a ação política.

Com relação ao recorte final, 1985, a escolha pode ser justificada devido ao final da ditadura militar, ao advento da “Nova República” e ao fato de que o processo histórico do período demandou mudanças de percurso no seio do MEB, em que outras práticas foram incorporadas, por exemplo, a participação dos educadores (supervisores) em coordenações de campanhas político-partidárias, no pleito eleitoral de 1982 e como entidade de assessoria dos Movimentos Populares Urbanos, em 1984.

Nesse contexto, Pessôa (2013, p. 73) destaca o município de Conceição do Araguaia como o epicentro das lutas pela terra na região. Isso se deu basicamente pela distribuição das terras e pelo aumento da população, uma vez que, nas décadas de 1950 e 1960, a população concentrava-se majoritariamente no campo (cerca de 70%), mas, em 1970, houve um

⁴Pessoas escolhidas pela direção do Sistema, treinadas para este fim e que eram responsáveis pelo setor técnico e administrativo do Sistema Radiofônico do MEB.

crescimento populacional significativo, devido ao acesso à região pela conclusão da Rodovia Belém-Brasília e aos incentivos proporcionados por órgãos estatais, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), para a aquisição de terras na região. Em consequência, ampliaram-se os conflitos agrários na hoje denominada mesorregião Sudeste do Pará (IBGE, 2000).

Destaca-se o protagonismo da Igreja Católica no apoio ao MEB e de outras organizações eclesiais que atuavam em parceria na região supracitada, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, com a propositura de mediar os conflitos agrários no meio rural brasileiro e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), dentre outros movimentos e organizações que pactuaram uma ação conjunta, a fim de minimizar as injustiças sociais e a violência presentes tão fortemente nesse espaço da Amazônia Paraense. Esse envolvimento da Igreja Católica resultou em profundas transformações institucionais em relação ao tratamento dado aos problemas sociais, as quais só foram possíveis a partir do Concílio Vaticano II (1962) e da II Assembleia Geral da Conferência Episcopal Latino-Americana (Medelín, 1968) que possibilitou a participação dos leigos nas Comunidades Eclesiais de Base.

Nessa perspectiva, Mainwaring (2004, p. 26), em estudo sobre a relação da Igreja Católica e a política no Brasil, afirma que a “[...] Igreja se abria cada vez mais ao social, e na medida em que a sociedade se tornava mais polarizada, envolvendo as instituições dentro dos conflitos de sua época, a Igreja passava a ser mais afetada pelas mudanças políticas”. Essas mudanças possibilitaram o ingresso de inúmeros agentes pastorais leigos e a atuação deles junto aos camponeses em regiões de conflitos em todo o Brasil e, especialmente no meio rural, no espaço territorial aqui delimitado para a presente pesquisa, seja na produção de discursos em prol dos trabalhadores rurais, seja na produção documental com o fim de compreenderem e ressignificarem o contexto histórico em que se deram as práticas socioeducativa e política dos educadores do MEB.

Dentre esses leigos, conheci Heloísa Schmidt de Andrade, em meados dos anos 1980, uma das participantes da pesquisa. A respeito das práticas educativas⁵ desenvolvidas no

⁵De acordo com Freire (1996, p. 7), essas práticas decorrem de “[...] uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade”. Nesse sentido, o pressuposto é que toda prática educativa do MEB deve ser compreendida a partir de uma situação concreta, que reflete sobre a realidade material e existencial dos sujeitos. Os encontros do MEB, envolvendo as equipes diretivas nacionais, regionais e locais, assim como a formação dos monitores pelos supervisores, permitem a interpretação da prática educativa na formação de seus agentes, sob a perspectiva de Nóvoa (2019, p. 11), quando ele afirmou que “[...] no meio de muitas dúvidas e hesitações, há uma certeza que nos orienta: a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar”

Movimento, Heloísa Andrade assevera que as grandes questões metodológicas não eram o centro das preocupações nesse período, o “que fazer” prevalecia sobre o “como fazer”, considerado, portanto, fértil no conhecimento da realidade, na inserção da vida dos homens e mulheres do campo, na apreensão dos valores e universo culturais.

Andrade (2021) relatou sobre as dificuldades e enfrentamentos para desempenhar o seu trabalho, tais como: o olhar vigilante das forças repressivas; as grandes distâncias a serem percorridas utilizando os meios de transportes existentes (cavalos, carroças, bicicletas) e a heterogeneidade da equipe; a falta de assessoria assídua e competente. Porém, ressalta os resultados satisfatórios de toda a sua trajetória no MEB, o aprendizado e as conquistas por meio das quais ajudou a efetivar mudanças nas vidas de tantos trabalhadores rurais. Heloisa Andrade insere-se na categoria de um grupo de leigos que “[...] assumiria neste momento, conscientemente, uma opção política ideológica que se achava no direito de assumir, mesmo comprometendo com essa opção um movimento como o MEB” (Fávero, 2006, p. 41).

Ao rememorar essa etapa da minha vida, junto aos agentes do MEB e membros da CPT, experimentei as mais diferentes realidades, marcadas por encontros dialógicos e discussões sobre conhecimentos populares, pedagógicos, sociais e políticos, que me levaram a acreditar que muitas histórias ainda poderão ser contadas, registradas, analisadas, problematizadas sobre as ações desses jovens idealistas que vieram para a Amazônia Paraense, a fim de transformar a realidade local.

Com base nesses pressupostos, faço as seguintes indagações: quais memórias trazem esses sujeitos da trajetória pessoal e profissional vivenciadas durante o período em que atuaram como educadores no MEB? Sabemos que o MEB incorporou, em sua ação, debates sobre a questão do território, da dinâmica referente à cultura local, da emancipação, do fortalecimento das ligas camponesas, da luta pela terra, dentre outros temas apoiados num ideário de liberdade. Dito isso, que proposta de emancipação estava no discurso dos educadores e educadoras e como se efetivava na prática?

A narrativa que busco desenvolver sobre as experiências e práticas do MEB é mediatizada pela análise historiográfica e assenta-se na perspectiva dos lugares de memória que, para Nora (1993, p. 18), “[...] obriga cada um a se lembrar e reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente”.

Dessa forma, conhecer as memórias dos educadores, os tempos e os espaços percorridos, suas trajetórias, percepções e análises sobre os contextos em que atuaram e a sua relação com o lugar, com as comunidades e entender como eles se situam em meio às condições materiais e ambientais dos espaços em que desenvolveram suas práticas educativas, foi um processo

importante para firmar meus propósitos em realizar a pesquisa e estabelecer o seguinte **objetivo** desta tese: analisar a construção histórica das *práticas educativas* desenvolvidas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) no contexto, social, político e econômico da região sul do estado do Pará, no período de 1962 a 1985.

Como objetivos específicos, delimitei: a) entender o contexto histórico das formas e experiências iniciais expressadas pelos agentes do MEB no território nacional, assim como os marcos legais, políticos e culturais que marcaram essa trajetória; b) discutir as evidências históricas sobre a atuação dos supervisores do Movimento de Educação de Base e da Rádio Educadora do Araguaia e suas escolas radiofônicas, em suas práticas educativas desenvolvidas no contexto de conflitos agrários no Sul paraense; c) debater a proposta de emancipação contida nos discursos dos supervisores do MEB acerca das práticas educativas; d) problematizar como o modelo de educação proposto pelo MEB repercutiu na organização dos movimentos sociais no sul da Amazônia Paraense.

Estudar sobre a participação dos educadores do MEB em prol da escolarização de homens e mulheres do campo na região em referência contribui com os estudos da História, da História da Educação, tanto no sentido mais amplo, quanto no restrito e evidencia, nas lutas, as práticas dos movimentos sociais do campo, o fortalecimento dos sindicatos rurais e processos de transformação social que marcaram e mudaram formas de ser e agir das comunidades rurais desta parte da Amazônia Paraense.

Assim sendo, a investigação aqui apresentada encontra-se vinculada à Linha de Pesquisa “Educação na Amazônia: Formação do Educador, Práxis Pedagógica e Currículo” do PGEDA, que se propõe “[...] a geração e difusão de conhecimentos, desde diferentes perspectivas teórico-metodológicas, sobre a formação do educador, o currículo e a práxis pedagógica, tendo como foco a educação formal e não formal na Região Amazônica”. Nessa perspectiva, no âmbito do PGEDA, no que se refere a trabalhos historiográficos que abordam práticas educativas de entidades como o MEB, este estudo aparenta ser pioneiro.

Souza (2006) argumenta que a história da educação popular no Brasil está intimamente ligada à história das políticas educacionais. Como resultado, formou-se uma versão oficial sobre a alfabetização e a escolarização das classes populares. A autora ainda afirma que, apesar das críticas a problemas como ineficiência, intervencionismo, tecnificação e burocratização dos sistemas criados por políticas públicas e instituições, essa narrativa ainda é insuficiente para aqueles interessados na história das práticas populares como uma forma de resistência política transformadora.

Com base nesses pressupostos, acredito que esta pesquisa pode dialogar com diversos outros campos do conhecimento, dado que as ideias propostas oferecem múltiplas oportunidades para sua continuação. Espera-se que ela contribua especialmente no campo da história da educação, com a produção de pesquisas voltados especialmente para a Região Norte, direcionadas para historiografia de instituições escolares e práticas educativas que foram fonte de inspiração e transformação do contexto sociopolítico e cultural onde atuaram/existiram. Além disso, que possam reconhecer o papel central dos sujeitos históricos, educadores e educandos, homens e mulheres que mobilizaram o processo histórico da educação popular na Amazônia como um todo.

Dito isso, ao olhar o território delimitado para o estudo nos dias atuais, observei que a expansão do agronegócio, a exploração do minério pelas grandes mineradoras, o impacto social causado pelo desmatamento aos povos indígenas e também a fauna e a flora, dentre outros problemas que impactam a vida e a existência dos povos do campo, conduzem-me à certeza de que os interesses desses povos e das grandes corporações são antagônicos, uma vez que os planos de desenvolvimento para a região foram e continuam sendo o favorecimento de grandes projetos com subsídios do governo federal, para grandes grupos privados que exploraram o rico solo amazônico, causando prejuízos irreparáveis para o meio ambiente e impactando fortemente na existência de quem vive no e do campo. Novos tempos que requerem novas lutas.

No entanto, ao olhar para a história do MEB e de movimentos, entidades ou organizações sociais, como CPT, MST, dentre outros, que foram criados a partir das demandas sociais locais, me conduzem à compreensão de que as lutas populares empreendidas na contemporaneidade trazem um pouco o ideário de liberdade proposto por esses movimentos e organizações sociais.

Baseada nesses pressupostos, proponho este **argumento de tese**: o Movimento de Educação de Base, por meio de seus educadores, desenvolveu *práticas educativas*, no meio rural do sul paraense, as quais possibilitaram, progressivamente, a democratização do conhecimento e a emancipação dos homens e mulheres do campo frente aos mecanismos de poder do Estado e de domínio econômico do latifúndio, durante o período de 1962 a 1985, presentes nas experiências comunitárias de grupalização e no assessoramento de criação do sindicalismo rural, que fortaleceu os movimentos do campo, em um ato de resistência à ordem social vigente.

Souza (2006) esclarece que as escolas do MEB se configuraram como instrumento responsável pela reelaboração das práticas educativas coletivas desenvolvidas nas comunidades rurais. Dessa forma, estabeleciam-se interações entre as representações escolares e as novas representações da comunidade, resultando em “[...] novos usos, novas práticas e novas representações sociais pautadas pelo entrecruzamento da cultura escolar e da cultura camponesa” (Souza, 2006, p. 132).

Nessa direção, Alves (2016) aponta que essas formulações e representações se deram em torno da educação de base e representam um conjunto de práticas que a transformaram em um sistema pedagógico. Assim, a cultura que permeia o MEB é “[...] fruto desse intercâmbio de valores e jeitos de fazer, relativos à cultura escolar que se formou naquela experiência em torno da escola radiofônica, que se considerou como práticas residuais e emergentes no âmbito social e cultural” (Alves, 2016, p. 23).

Vale esclarecer que não é minha intenção, neste estudo, atribuir somente ao MEB a responsabilidade por essa mudança de postura e enfrentamento dos homens e mulheres do meio rural aos desmandos e à exploração dos grupos dominantes da época; porém, é importante ressaltar que, no decorrer dos anos 1962⁶ a 1985, o MEB passou por diversas metamorfoses em sua prática educativa, decorrentes do contexto socioeconômico e político da época e, também, devido à intensificação da repressão imposta pelo regime aos seus membros.

No início dos anos 1970, em São Geraldo do Araguaia, desenvolveu-se uma guerrilha. Nesse período, alguns membros do MEB foram chamados a prestar depoimento, outros foragidos e o Sistema de Escolas Radiofônicas de Conceição do Araguaia foi fechado, sendo reaberto apenas em agosto de 1971. Ressalta-se que, nesse período, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foi fundado com a participação efetiva da Missão Dominicana, fato que evidenciou que o MEB, ainda que enfrentasse forte repressão, exercia protagonismo no projeto de emancipação e fortalecimento das camadas populares menos favorecidas do meio rural.

Destaco, ainda, que, durante o período de 1962 a 1985, as relações da então Prelazia de Nossa Senhora da Conceição, representada pelo Bispo Dom Estevão Avelar, com o Estado já vinham se deteriorando desde o início da guerrilha, que, por sua vez, havia sido eliminada em 1975⁷. Essa ruptura deu ao MEB uma identidade local, em uma perspectiva mais progressista. Nesse ínterim, ocorreram mudanças significativas no percurso pedagógico e metodológico,

⁶Ano de implantação do Sistema da Escola Radiofônica, pela Missão Dominicana, no município de Conceição do Araguaia.

⁷Informações contidas no Memorial de Heloisa Andrade.

quando a escolarização caminhava para a alfabetização de adultos, por meio de convênio firmado com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), na fase conhecida como “Mobralização do MEB”. No período, havia abundância de recursos para o Mobral e escassez para o MEB, uma forma para o Regime neutralizar as ações “subversivas” do movimento na região Sul do Pará.⁸

Ianni (1979) assinala que, em 1977, em Conceição do Araguaia, havia duas formas distintas de organização social que se encontravam em disputa: a camponesa, mais antiga, com suas particularidades sociais e políticas e a outra representada pela grande empresa agropecuária, que se encontrava em expansão. Os interesses antagônicos dos dois grupos deflagraram conflitos que foram das negociações jurídicas até o conflito armado. Nesse fogo cruzado, os agentes do MEB posicionavam-se a favor dos interesses dos camponeses. Como, então, nesse ambiente tão complexo, os agentes do MEB firmavam-se nos objetivos precursores do Movimento? Andrade (1991, p. 6) aponta a resposta a esta indagação, quando afirma em seu Memorial que “[...] o MEB local terá antes, o rosto daquela diocese ou realidade na qual está inserido, mais do que o rosto da entidade como um todo”.

Nos livros de Wanderley (1984), Fávero (2006) e Kadt (2007) e na documentação do MEB nacional encontrada nos sítios de acervos de instituições de ensino superior públicas e católicas, constata-se, desde a sua criação, a intencionalidade de forjar ao Movimento uma identidade própria⁹, para além da educação de base, já mencionada no início deste texto.

Os estudos acerca do MEB são cruciais para entender suas raízes e trajetória. Luiz Eduardo W. Wanderley, profundamente envolvido com o MEB desde seus primórdios, desenvolveu sua pesquisa de doutorado na Universidade de São Paulo em 1982, com a tese "Educar para transformar: educação popular e política no Movimento de Educação de Base". Da mesma forma, Osmar Fávero, ativo no secretariado inicial do MEB, dedicou sua tese de doutorado na Pontifícia Universidade Católica de 1984 ao estudo intitulado "Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB (1961/1966)".

Emanuel de Kadt, por sua vez, realizou uma pesquisa sobre o MEB para seu doutorado na Universidade de Londres na década de 1970, intitulada "Católicos radicais do Brasil", marcando o primeiro estudo sobre o MEB feito no exterior, traduzido para o português e publicado em 2003. Outras pesquisas, como as realizadas por Rapôso (1982) e Souza (2006),

⁸ Nas terceira e quarta seções, são abordadas, de maneira pormenorizada, essa trajetória, por meio dos discursos dos entrevistados.

⁹Na segunda seção, o processo de criação e expansão do MEB é detalhado.

focalizam o MEB e ajudam a delinear-lo historicamente, contribuindo, significativamente, para o entendimento do Movimento.

Esses mesmos estudiosos enfatizaram a conscientização como a categoria elementar da ação pedagógica do MEB, alinhando-se com outros movimentos de cultura e educação popular, o que ocorreu, principalmente, após o 1º Encontro Nacional de Coordenadores, em 1962. Assim, no ano de 1963, foi elaborado o material didático “Viver é Lutar”, que era direcionado aos alunos alfabetizados pelas escolas radiofônicas do Nordeste, e que trazia, na sua essência, a ideologia do MEB, na qual valorizavam a cultura popular e os progressistas católicos entenderam-na como “[...] processos de realimentação entre a consciência, uma transcendendo a outra na efetiva construção de uma nova experiência histórica” (Mendes de Almeida *apud* Kadt, 2007, p.132). Ou seja, a cultura popular traduziria a condição social do povo, suas crenças e valores que haviam sido alienados pela cultura dominante¹⁰.

Os progressistas católicos eram ponderados quando se tratava de ideias voltadas para os marxistas, uma vez que acreditavam na conscientização como processo de “desalienação” que provocaria, por meio da ação educativa, mudanças nas estruturas (Kadt, 2007).

Exponho três elementos que considero importantes para delinear alguns pressupostos teóricos norteadores da minha escrita que me ajudaram a imergir no âmbito das práticas desenvolvidas pelos educadores do MEB: a educação popular, a conscientização e a educação emancipatória. Essas categorias, quando se trata de estudos que envolvem o MEB, estão intrinsecamente relacionadas.

Sobre a categoria “conscientização”, Wanderley (1984) enfatiza que a compreensão teórica desse termo era bastante frágil e, às vezes, ambígua, pelos membros do Movimento, apesar das discussões provocadas pelas análises do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e de Paulo Freire, que influenciaram, em maior ou menor intensidade, os sistemas do MEB, no contexto social de plena expansão do Movimento, no início dos anos 1960. O autor recorre a Barreiros (Barreiros *apud* Wanderley, 1984) para definir conscientização como um processo de reflexão sobre a própria existência humana e as circunstâncias históricas que a moldam, levando o agente conscientizador a se comprometer com a história de seu tempo.

Assim, em primeiro lugar, essas práticas incorporaram os propósitos da educação popular, que, por sua vez, foi forjada fora do contexto da escola, por organizações populares, e influenciaram ações educativas como as do MEB, em que visavam, fundamentalmente, à participação popular, por meio de uma proposta que tinha como pressuposto a construção de

¹⁰Estes temas também serão abordados na segunda seção.

uma sociedade mais justa, humana e solidária. Fávero (2006, p. 8) afirma que a base teórica do MEB se assentou na busca de um modelo que se constituiu “[...] produto de sua evolução como movimento de Educação Popular”¹¹.

Paulo Freire (1987) postula a cultura popular como elemento-chave da política popular. Em sua visão, inexistente cultura do povo sem política do povo, que se dá por meio da conscientização e prepara os homens para o processo de humanização.

Nessa direção, Brandão e Fagundes (2016, p. 93) defendem que esses movimentos contribuíram para a “[...] organização de um projeto político educacional que, por meio da conscientização e da politização das classes populares, pudesse superar a dominação do capital e transformar, pelas mãos do povo, a ordem das relações de poder e da própria vida do país”. O autor argumenta que a educação popular deveria ser compreendida na perspectiva, na visão de mundo e nos interesses das classes populares.

Ao analisar a educação de base praticada pelo MEB, Wanderley (1984) ressalta que a concepção de educação popular pode ser contextualizada em duas vertentes: na primeira, há a perspectiva que reflete a ideologia predominante nos países centrais e hegemônicos, expressa por meio das democracias e traduzida em projetos e políticas de universalização do ensino público elementar, obrigatório e gratuito. Nessa concepção, há uma tendência à imposição da cultura do polo dominante sobre o polo dominado. Em contrapartida, a segunda vertente da educação popular de abordagem mais revolucionária, antagônica ao capitalismo, busca não apenas promover os trabalhadores, mas também transformar as estruturas de opressão impostas pelo polo dominante.

Fávero (2006) advoga que essa ideologia presente no MEB se deu por meio da prática educativa e do lugar onde ocorria refletia o modelo pedagógico adotado, o que não acontecia de forma linear. O autor afirma ainda que nos primeiros materiais didáticos, (a exemplo do livro: *Viver é lutar*), elaborados pelo Movimento, continham elementos que problematizavam o homem e sua existência no mundo, assim como as relações entre os homens e o mundo, em um processo dinâmico, vivo e transcendente mediado pelo trabalho criador.

¹¹A educação popular foi fortemente anunciada a partir dos anos 1960, destacando-se os movimentos iniciados no Nordeste, no começo desta década: Movimento de Cultura Popular (MCP), implantado pela Prefeitura de Recife; a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, encampada pela Prefeitura de Natal, e o próprio MEB, criado pela CNBB, em Parceria com o Governo Federal. Em 1963, Paulo Freire destaca-se neste movimento pedagógico-político-cultural, em Angicos, no Rio Grande do Norte (Streck, 2010).

Para Wanderley (1984, p. 109), essa prática educativa envolveu um engajamento real, com respostas concretas e humanizadoras da realidade e se fundamentavam na História “[...] para que o homem possa sempre afirmar seu sentido transcendental”. O autor ressalta que é fundamental levar em conta o processo de conscientização das massas, a valorização integral do ser humano e o desenvolvimento de uma visão crítica sobre a realidade.

Por fim, a educação emancipatória do MEB deve ser compreendida como a articulação entre estas bases: a cultura popular e o processo de conscientização e, neste tripé, estabelece-se o diálogo entre a teoria e a prática, sustentado por uma ação cultural que, ao mesmo tempo, desaliena e liberta o homem da opressão da cultura do polo dominante, por meio da conscientização, que, em termos educativos, proporciona-lhe uma nova perspectiva de vida, em relação a si, ao outro e ao mundo. Torna-se, assim, um homem histórico, ciente das relações sociais do seu local-mundo e de sua realidade material.

Tendo em vista essas referências, assumi o ofício de historicizar o MEB, ainda que não fosse historiadora de formação. Nas primeiras conversas com minha orientadora, a Professora Doutora Jocyléia Santana, ela me lançou esse desafio que, em grande medida, preocupou-me, por ter uma afetividade latente em relação ao objeto de estudo. Porém, ao mesmo tempo, senti que não poderia deixar de registrar a trajetória de homens e mulheres que dedicaram parte de suas vidas ao MEB naquela parte da Amazônica, que acreditaram naquilo que estavam fazendo, o que me levou a refletir sobre a escrita de Certeau (2014, p. 29) quando ele diz que “[...] o historiador não escapa dessas latências e dessa gravidade de um passado tão presente. Ele não pode, entretanto, fazer abstração dos distanciamentos e das exclusividades que definem a época e a categoria social à qual pertence”.

Nesse contexto, as ações dos educadores do MEB, em meio a um território marcado pela luta por terra, afloraram uma cultura de resistência nos povos dominados que originou as práticas culturais existentes nas ações educativas do Movimento. Essas ações não só ultrapassaram a percepção dos sujeitos sociais daquele espaço e das intencionalidades de erradicação do analfabetismo, como também possibilitaram a imersão desses educadores no universo da cultura material dos camponeses que lá habitavam.

Ao adentrar nesse universo, fui me apropriando de histórias que não foram contadas e, se foram, ocorreram em outras perspectivas, com outras abordagens, cuja centralidade voltava-se exatamente aos conflitos deflagrados na luta pela terra entre os dois polos antagônicos: o dominante e o dominado. Há de se ressaltar que esses registros são extremamente relevantes, uma vez que “[...] são reflexões que procuraram trazer à baila as situações vivenciadas por

personagens sem nenhuma celebridade na História, que tiveram as suas vidas marcadas por intensos conflitos, violência, sofrimento e marginalização” (Pereira, 2012, p. 17).

Em que pese a importância dessas lutas e de todos os sujeitos envolvidos, aos poucos, foram sendo desveladas a inter-relação dessas histórias narradas nas perspectivas de seus investigadores, numa simbiose que exigiu delicada atenção para definir o limite da própria investigação desta tese. Como já foi dito, não é intenção desta pesquisadora atribuir mérito ou exaltar as práticas dos educadores do MEB no sul paraense, mas contribuir para que as ações desses sujeitos sejam registradas, dada a sua importância para a transformação sociocultural que provocaram por meio de suas práticas educativas. Nessa direção, Certeau (2014, p. 47) aponta que a pesquisa “[...] historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea a topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.

Dessa forma, decidido sobre o objeto, debrucei-me nas buscas de trabalhos acadêmicos que têm o MEB como objeto, cujo resultado apresento a seguir.

1.1 A produção de pesquisas sobre o Movimento de Educação de Base (MEB)

As análises sobre o conhecimento produzido, tendo como objeto de pesquisa o “Movimento de Educação de Base”, me fizeram constatar que o número de dissertações de mestrado e teses de doutorado concluídas é bastante reduzido, considerando a relevância histórica do Movimento.

Para chegar a esse entendimento, realizei uma revisão bibliográfica minuciosa, utilizando duas bases de dados: o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Visando a uma melhor aproximação com o objeto da pesquisa, recorri aos seguintes descritores: Movimento de Educação de Base; Movimento de Educação de Base MEB; Movimento de Educação de Base *and* MEB e Movimento de Educação de Base *and* Pará (os dois últimos utilizando o operador booleano “*and*”). Não estabeleci recorte temporal para as buscas, conforme o exposto na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de produção por descritor utilizado

Descritor	CAPES	BDTD	Total
Movimento de Educação de Base (MEB)	08	25	33
Movimento de Educação de Base <i>and</i> MEB	08	0	08
Movimento de Educação de Base <i>and</i> Pará	0	01	01
Total	16	26	42

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados contidos no portal da CAPES e da BDTD (2022).

Nesse levantamento, nas bases de dados utilizadas, para o descritor *Movimento de Educação de Base*, não foi encontrada nenhuma produção; para o descritor *Movimento de Educação Base MEB*, foram encontradas oito (8) produções na base de dados CAPES e vinte e cinco (25) na BDTD, sendo que para o descritor *Movimento de Educação de Base and Pará*, foi encontrado apenas um (1) trabalho na base de dados da BDTD. O operador booleano “*and*” foi usado com a intenção de filtrar as buscas nesses bancos de dados. No catálogo da CAPES, os trabalhos encontrados se repetiram em ambos os descritores.

Nos diversos levantamentos, elegeu-se para análise o descritor “Movimento de Educação de Base MEB” como abrangente e próximo ao objeto, devido ao número de pesquisas encontradas. Nesse primeiro momento, para incluir as teses e dissertações neste estudo, realizei a leitura do título, do resumo e das palavras-chave. Em seguida, defini os critérios de exclusão dos trabalhos e obtive os seguintes resultados: oito (8) estudos não disponibilizados para consulta on-line; nove (9) estudos em que o MEB não é o objeto central da pesquisa e cinco (5) trabalhos repetidos encontrados nos repositórios selecionados. Dos quarenta e dois (42) trabalhos selecionados, vinte e dois (22) foram excluídos, de acordo com os critérios estabelecidos, restando, portanto, vinte (20) produções para serem analisadas.

Em seguida, para melhor elucidar a distribuição da produção científica sobre o Movimento de Educação de Base, com a quantidade específica de teses e dissertações publicadas, bem como o ano da defesa, apresentamos a Tabela 2.

Tabela 2 - Quantitativo de teses e dissertações por ano de defesa

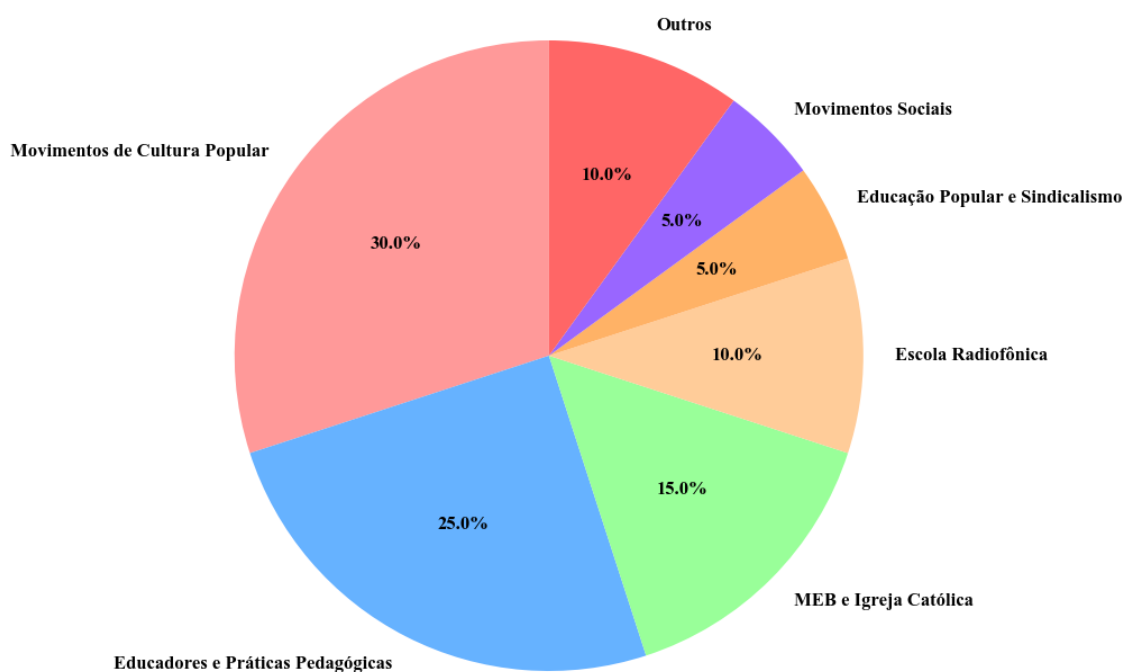
Ano de Defesa	Teses	Dissertações	Quantidade
1979	-	01	01
1982	-	01	01
1985	-	01	01
1999	-	01	01
2006	01	01	02
2008	01	02	03
2009	-	02	02
2011	-	02	02
2012	-	02	02
2016	01	-	01
2017	-	02	02
2019	-	01	01
2020	-	01	01
Total	03	17	20

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados contidos no portal da CAPES e da BDTD (2022).

Nesta análise, busco descrever a frequência da produção do conhecimento tendo como objeto de estudo o MEB, considerando a sua importância histórica como o único movimento que sobreviveu à Ditadura Civil Militar iniciada no ano de 1964, conforme Fávero (2006). Constatei um número reduzido de pesquisas que abordam a temática nos anos 1970, 1980 e 1990, havendo um crescimento, ainda que tímido, a partir da primeira década do século XXI. No entanto, alguns fatores podem ser considerados, mesmo que hipoteticamente, para essa ausência de registro: a censura que prevaleceu durante o regime militar até o processo de redemocratização política em meados dos anos 1980, ou mesmo, a não digitalização e disponibilização de trabalhos nas bases de dados utilizadas, o que cabe investigar. Os dados demonstram uma certa estabilidade nos anos que seguem, de 2011 a 2020, porém ainda persiste a escassez de produções sobre a temática no meio acadêmico.

Vale mencionar que a maioria das pesquisas ocorreram nos Programas de Pós-Graduação de universidades públicas federais, totalizando doze (12) trabalhos; em universidades privadas, seis (06) trabalhos; e em universidades públicas estaduais, duas (02) pesquisas. Após essa etapa, realizou-se a extração dos dados, tendo em vista a centralidade do MEB como objeto de estudo. As vinte (20) produções analisadas abordaram tendências temáticas diversas, conforme apresento no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Temáticas abordadas nas produções



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Constatam-se os seguintes resultados por tendência temática: Movimentos de Cultura Popular, seis (6), o que corresponde a 30% da produção; Educadores e Práticas Pedagógicas, cinco (5), que representam um total de 25% dos trabalhos; MEB e Igreja Católica, três (3), somando 15%; Escola Radiofônica, dois (2), que equivalem a 10% da produção; Educação Popular e Sindicalismo, um (1), que equivale a 5%; Movimentos Sociais, um (1), também perfaz o quantitativo de 5%; e Outros, dois (2), somando 10%. Os resultados sinalizam a necessidade de novas investigações sobre a temática.

Santos e Carvalho (2015), em um levantamento de produção acadêmico-científica sobre o MEB, apontam a escassez de pesquisas sobre a temática e destacam a sua relevância histórica num contexto mais amplo e, em especial, para a história da educação brasileira. Apresento uma síntese das abordagens temáticas supracitadas, sem estabelecer uma ordem cronológica, ou detalhamento dos objetivos, público-alvo, aspectos metodológicos, abordagem teórica e dos resultados alcançados em cada estudo, pois entendo que não cabe neste momento da escrita. Por outro lado, as interpretações do MEB por esses pesquisadores foram importantes para a construção desta tese. Para melhor delineamento do estudo, seguem, em linhas gerais, as temáticas investigadas, conforme expresso no Gráfico 1.

Os trabalhos que integram o agrupamento da tendência temática *Movimentos de Cultura Popular* correspondem às pesquisas de Kreutz (1979); Rapôso (1982); Filho (1985); Fonseca (2009); Gonzalez (2011) e Santos (2019), as quais abordam sobre os movimentos de cultura popular e a forma como contribuíram para a criação do MEB e para a sua concepção da realidade de educação de base e de cultura popular. Fonseca (2009) argumenta que há escassez de trabalhos sobre o MEB que tratem, especificamente, sobre esse campo, por entender que essa foi a base que lhe deu sustentação.

As investigações que abordam sobre *Educadores e Práticas Pedagógicas* compreendem as pesquisas de Rodrigues (2008), Rodrigues (2009), Adriano (2012), Meneses (2017) e Silva (2020). Essas pesquisas buscam apreender os referenciais teóricos, políticos e filosóficos que influenciaram as práticas pedagógicas dos educadores do MEB – supervisores e monitores, materiais didáticos utilizados, assim como as estratégias metodológicas dialógicas.

Já Sousa (1999), Bezerra (2008) e Chaves (2008) trazem como objeto de suas pesquisas a relação do MEB com a Igreja Católica, destacam as marcas ideológicas dessa instituição religiosa presentes no movimento, na evangelização, nas coordenações dos sistemas rádio educativos, nas experiências de alfabetização e nas disputas de poder no seio da Igreja entre grupos conservadores e progressistas pela condução dos trabalhos do MEB.

As teses de Souza (2006) e Alves (2016) discutem sobre as escolas radiofônicas e suas relações com os camponeses analfabetos, destacam o universo popular do campo e o anseio por melhoria das condições de vida da população. Souza (2006) buscou demonstrar como os trabalhos desenvolvidos pelo MEB, pelas escolas radiofônicas contribuíram para os trabalhadores elaborarem ações de manutenção e reprodução da escola na comunidade, com vistas à obtenção de benefícios necessários à sua melhoria de vida; enquanto a pesquisa de Alves (2016) analisa a história das escolas radiofônicas no estado de Pernambuco durante o período de 1961 a 1966.

Na tendência temática *Educação Popular e Sindicalismo*, a dissertação de Silva (2006) analisa que as ações consideradas democratizadoras do MEB contribuíram para a formação do sindicalismo em Itauçu, no estado de Goiás, e ensejaram mudanças significativas na organização política dos trabalhadores rurais do município. A dissertação de Rocha (2011), em *Movimentos Sociais*, propôs-se a compreender o processo político-educativo adotado pela pedagogia do MEB e sua relação com os movimentos sociais em Picos, no estado do Piauí. Essa pesquisadora assevera que a ação do MEB, naquele município, foi capaz de despertar e orientar a ação sociopolítica dos movimentos sociais, além de colaborar para a origem de muitos deles.

A tendência temática *Outros Temas* refere-se a trabalhos com abordagens mais abrangentes sobre o MEB e fazem parte desse agrupamento as dissertações de Borges (2012) e Santos (2017). A pesquisa de Borges (2012) investiga o processo de instalação e o início do funcionamento do MEB no estado de Mato Grosso. A autora enfatiza que o MEB, em Cuiabá, possuía um caráter assistencialista, porém essa característica não o impediu de promover o debate sobre a organização social, a alfabetização e promoção de uma educação mais humanizadora. O estudo de Santos (2017) buscou compreender os vestígios educacionais do MEB no estado da Paraíba e constatou que, no início dos anos 1960, o movimento não foi bem aceito no estado até a chegada do bispo Dom José Maria Pires, em 1966, sob a ideologia e as propostas do *Concílio Vaticano II*, na orientação e no desenvolvimento das comunidades, com vistas a garantir os direitos humanos fundamentais.

Ressalto a visibilidade que o Movimento de Educação de Base conseguiu, desde a sua criação em 1961 e como resistiu ao golpe militar de 1964, constituindo-se um dos mais longevos movimentos populares do Brasil. De um “movimento inicialmente paroquial, bastante confessional, foi se secularizando e criando conflitos entre a atuação dada pelos leigos e as finalidades pretendidas pelos bispos” (Wanderley, 1984, p. 44), ou seja, foi se transformando e incorporando ações progressistas que mudaram a forma de ver e agir dos trabalhadores camponeses, conforme observei nos estudos analisados neste levantamento.

Maciel (2019) argumenta que o MEB Nacional buscava construir uma escola com uma dimensão política e ideológica específica, que visasse formar indivíduos que contribuíssem para a diminuição das desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, a valorização da cultura local dos alunos. Essa visão de educação não era bem aceita por um movimento conservador da Igreja Católica, o que gerou diversas disputas de poder.

As temáticas investigativas, presentes nas teses e nas dissertações, discutem as relações de poder Estado-Igreja, as escolas radiofônicas, a sindicalização dos trabalhadores rurais, os intelectuais do movimento, dentre outras abordagens. Além disso, descrevem os cenários e os sujeitos que vivenciaram diferentes realidades no contexto de um Brasil em efervescência, em que o MEB, junto com outros movimentos, afloraram as contradições e os conflitos existentes no seio da sociedade. Nesse sentido, as pesquisas clarificam a história do Movimento de Educação de Base, o que possibilitou algumas aproximações e comparações das produções analisadas, com o estudo em tela, que aborda o MEB no sul da Amazônia paraense.

Sobre a temática, constatou-se uma produção ainda incipiente no meio acadêmico e isso mostrou a necessidade de ampliar a discussão. Pesquisas que exploram a participação das classes populares e suas ações e intervenções em projetos culturais representam um campo

ainda não explorado dentro deste tema (Souza, 2006), o que indica a necessidade de ampliação da discussão. O levantamento possibilitou a identificação de fontes documentais usadas nas teses e dissertações, que também foram aplicadas nesta pesquisa, assim como a sua utilização como literatura especializada, contribuindo para a elaboração deste texto. Assim, passo a discutir o percurso do ponto de vista teórico-metodológico com vistas à consecução dos objetivos estabelecidos neste estudo.

1.2 O percurso teórico-metodológico da pesquisa e a organização do texto

Para interpretar o MEB e as nuances de sua existência material nesta parte do território amazônico, busquei os vestígios sociais da sua cultura educativa (expressas na alfabetização de jovens e adultos do meio rural, no fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais e outras representações populares) por meio de fontes orais e da vasta documentação encontrada em nível nacional, em sites e repositórios de universidades, em arquivos particulares. Devido à procura incessante de documentos e de registros locais nas cúrias diocesanas que coordenaram as escolas radiofônicas no Sul paraense, fui descobrindo-me historiadora. Nessa perspectiva, busquei dialogar com a História Cultural que, para Chartier (2002, p. 17), “[...] tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”.

A metodologia da História Oral, que se situa na perspectiva da abordagem qualitativa, alicerçou a construção desta tese. Para Delgado (2010, p. 45-46), essa metodologia norteia o processo de recordação das fontes orais por meio de “[...] testemunhos das experiências vividas por uma coletividade”. A mesma autora afirmou ainda que “[...] como metodologia que busca captar o passado, a História Oral constitui-se como espaço vivificador da relação entre a história e as identidades” (Delgado, 2010, p. 46).

Entretanto, é necessário que se faça a distinção dos gêneros ou variações da História Oral e a escolha do tipo adequado para a condução da pesquisa, conforme orienta Meihy (2005). Nesse sentido, optou-se pela História Oral Temática (HOT), uma vez que é compreendida como uma narrativa de uma versão do fato, feita por quem presenciou um acontecimento, “[...] ou pelo menos tenha alguma versão que seja discutível ou contraditória. Como a verdade é um elemento externo, o entrevistador pode e deve apresentar opiniões contrárias, e discuti-las com o narrador” (Meihy, 2005, p. 163). Diferente da abordagem da História Oral de Vida, a História Oral Temática só considera aspectos da história pessoal do narrador se forem úteis para a temática central da pesquisa. Nesses termos, aproximo-me da História Oral como fonte

documental oral que, segundo Alberti (2005), trata-se de um método de pesquisa que valoriza o acesso direto às informações fornecidas por fontes testemunhais. Esse método gera fontes, como depoimentos e narrativas, obtidos por meio da técnica de entrevista

Nessa caminhada, destaco a importância desempenhada pelos grupos sociais representados pelos leigos, na figura dos coordenadores, supervisores e monitores que colocaram em prática as ações pedagógicas, sociais e culturais do MEB, no contexto territorial pesquisado. Nessa construção, as fontes orais foram imprescindíveis para este estudo, por sustentar suas “[...] múltiplas dimensões: factuais, temporais, especiais, espaciais, conflituosas, consensuais” (Delgado, 2010, p. 15), e para os registros das histórias vividas pelos educadores e educadoras do MEB entrevistados neste trabalho.

Cuidadosa para que a pesquisa não fosse espelho das minhas impressões e identificações com os trabalhos desenvolvidos pelo MEB, busquei, nas fontes documentais e orais, expressões de convergências e divergências das práticas sociais e educativas do Movimento no tempo e no espaço em que foram traduzidas para esta escrita. Nessa direção, Certeau (2020, p. 64) afirma que o historiador trabalha, “[...] de acordo com seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons etc.) que distinguem, no *contínuum* do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma ‘ciência’. Trabalha sobre um material para transformá-lo em história”.

Dessa forma, foram consultadas diversas fontes com vistas a consolidar esta tese, tais como: memoriais, relatórios, planos de aula, arquivos de recortes de jornais, cartas, figuras, atas, livros de tombo, entrevistas, folhetos, arquivos diocesanos e particulares e outros, considerados *corpus* de documentos na perspectiva da História Cultural.

Esse domínio da história orientou a escrita deste texto para compreender o MEB do Sul paraense e sua prática educativa, por meio das escolas radiofônicas nas suas dimensões culturais e sociais. Peter Burke (2004, p. 68) considera que, por possuir mais de uma fonte de inspiração, essa prática é eclética e pode atuar tanto no plano coletivo quanto individual. O mesmo autor salienta ainda que o termo “práticas” é um dos paradigmas da história cultural, uma vez que se volta, por exemplo, para a história das práticas religiosas e não da teologia, preocupa-se com a história da fala e não da linguística, aborda a história do experimento, não da teoria científica (Burke, 2004, p. 78).

Nesse sentido, a história cultural contribuiu para a compreensão do contexto histórico das formas e das práticas educativas dos agentes do MEB, em suas experiências iniciais, em âmbito nacional e, especificamente, nas ações de seus agentes, na figura dos supervisores, desenvolvidos em meio a conflitos agrários, no Sul do estado do Pará.

Por outro lado, considere também importante me inspirar na história oral, por entender que a história narrada por quem dela participou ajuda a construir um novo sentido e uma interpretação para a história do MEB. Nessa direção, Portelli (1997) destaca a subjetividade do expositor, um elemento que as fontes orais possuem sobre o historiador e nenhuma outra fonte costuma possuir na mesma proporção. Ele argumenta que as fontes orais “[...] podem contar-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e que agora pensa que fez. A construção da narrativa revela um grande empenho na relação do relator com sua história” (Portelli, 1997, p. 31).

Nessa perspectiva, Heloisa Andrade (2021), uma das participantes da pesquisa, chama a atenção para o fato de o MEB ser muito conhecido devido à sua atuação nos primeiros cinco anos de sua existência, no entanto, é pouco visto em suas práticas educativas nas regiões sul e sudeste, principalmente naquelas exercidas na região sul da Amazônia paraense. Dessa observação, sobreveio um dado - a relevância do estudo - e várias incertezas: teria a pesquisadora as fontes necessárias que corroborariam para a legitimação da tese levantada? Onde estariam essas fontes? De que forma seriam acessadas?

Alguns caminhos foram indicados mediante o levantamento do estado do conhecimento, que oferece uma visão abrangente do que já foi estudado e publicado sobre o tema por meio das análises realizadas das teses e dissertações. Na sua grande maioria, enfatizavam o uso de documentos localizados em sites de universidades e nas cúrias diocesanas, além dos acervos particulares. Com relação ao MEB nacional, foi encontrada uma diversidade de documentos em sites de universidades como os do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC –PUC/SP); no Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais (UFG/GO) e em outros repositórios como o Memorial Cesar Moraes Leite (Dossiês do SNI), o Centro de Referência e Memória de Educação Popular de Jovens e Adultos (CREMEJA).

Nesse sentido, Chartier (2017, p. 59) lembra que a era da textualização eletrônica impõe à história “[...] novas modalidades de construção, publicação e recepção dos discursos históricos”. O mesmo autor afirmou que, em história, tudo começa com o processo de separar, de reunir e de transformar em “documentos”, ele destaca ainda que a textualidade eletrônica modifica significativamente a forma de estruturar argumentações, sejam elas históricas ou não, assim como os critérios que influenciam o leitor a aceitar ou mesmo refutar os textos obtidos.

Em relação às fontes documentais que tratariam especificamente da atuação do MEB em Conceição do Araguaia/PA, a busca ocorreu por meio dos primeiros contatos realizados com a *Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia*, sob a mediação de duas freiras pertencentes à *Consagração das Irmãs Dominicanas do Rosário de Montelis*, a irmã Odete Constâncio, que havia percorrido alguns caminhos com o MEB e a Irmã Maria Evani da Silva, que também é historiadora, as quais buscaram localizar os documentos no espaço diocesano do município.

Nesse contexto, foram encontradas algumas caixas contendo documentos no Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário e, sob a autorização do Pe. Otávio Grapiuna, reitor desse espaço, tive acesso a eles. Encontravam-se acondicionados em caixas feitas de material plástico e papelão, não estavam separados cronologicamente, nem por categoria de documentos. Segundo informação do Pe. Otávio Grapiuna, eles foram localizados em uma sala úmida, com algumas caixas já danificadas pela ação do tempo, de traças e da umidade do local. O Pe. Otávio Grapiuna reconheceu a importância dos documentos e os recolheu na expectativa de organizá-los em um arquivo adequado.

Outra fase da busca por fontes deu-se na Cúria Diocesana de Marabá, onde foi disponibilizado um acervo com uma diversidade de documentos relativos ao MEB de Marabá¹² e de Conceição do Araguaia pela mediação do Pe. Cícero Edvam Magalhães, Ecônomo da Diocese de Marabá. Esse acervo, acondicionado em um armário de madeira, cujos documentos estavam guardados em pastas plásticas e alguns tinham etiquetas datilografadas que informavam o seu conteúdo.

Nessa fase, a minha maior preocupação consistiu em encontrar os documentos. Nas duas dioceses, iniciei um processo de organização do material encontrado, classificando-o em ordem cronológica e por categoria, ao mesmo tempo em que identificava quais se aproximariam e/ou responderiam aos objetivos da minha investigação. Bacellar (2005, p. 51) argumenta que as fontes históricas devem passar por algum cuidado arquivístico, no entanto, isso não é comum, sendo mais frequente a organização nos principais arquivos públicos e privados.

O acesso aos conjuntos de documentos da Igreja Católica constituiu-se em desafios cotidianos, por exemplo, acessar o conjunto de documentos referente às Cúrias Diocesanas de Conceição do Araguaia e de Marabá só foi possível mediante liberação dos bispos de cada diocese, Dom Dominique Marie Jean Denis You e Dom Vital Corbellini, respectivamente. Em

¹²Segundo Marilza Santos Lopes, participante desta pesquisa, o Movimento de Educação de Base de Conceição do Araguaia ficou sob a coordenação da Diocese de Marabá durante o período que compreende os anos de 1971 a 1977.

ambas, foi indicada uma pessoa da confiança do bispo para mediar o processo de seleção dos documentos. Bacellar (2005) pondera que esse acesso depende da anuência dos bispos que podem facilitar ou dificultar aos pesquisadores a liberação dos acervos compostos por documentação rica e diversa.

O mesmo autor ainda argumenta que cabe ao historiador “[...] entender as fontes e seus contextos, perceber que algumas imprecisões demonstram o interesse de quem as escreveu” (Bacellar, 2005, p. 64). Assim, é necessário um olhar crítico capaz de transpor os vestígios encontrados nas fontes que possibilite novas interpretações. Dessa ação, resultou o quadro abaixo que sintetiza o material obtido.

Quadro 1 - Fontes e acervos consultados

Fontes	Arquivo	Local
Programações Didáticas e Cursos	Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário	Conceição do Araguaia
Cursos sindicalismo	Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário	Conceição do Araguaia
Relatórios de supervisores	Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário	Conceição do Araguaia
Livros Ata Reuniões Diocesanas	Cúria Diocesana	Conceição do Araguaia
Internacionalização da Amazônia (Dossiê)	Cúria Diocesana	Marabá
Encontros de Alfabetização de Adultos	Cúria Diocesana	Marabá
Projetos de Ação Comunitária	Cúria Diocesana	Marabá
Estudo do Município de Conceição do Araguaia	Cúria Diocesana	Marabá
Encontros de Coordenadores	Cúria Diocesana	Marabá
Livro Ata	Cúria Diocesana	Marabá
Encontros de Monitores	Cúria Diocesana	Marabá
MEB Exercícios	Cúria Diocesana	Marabá
Militarização da América Latina	Cúria Diocesana	Marabá
Correspondências	Cúria Diocesana	Marabá
Relatórios Diocese de Conceição do Araguaia	Cúria Diocesana	Marabá
Relatórios de treinamento de Monitores	Cúria Diocesana	Marabá
Recortes de Jornais	Cúria Diocesana	Marabá
Relatórios de Encontro de Coordenadores	Cúria Diocesana	Marabá
Relatório Trimestral	Cúria Diocesana	Marabá
Avaliação das Políticas Nacionais (Dossiê)	Cúria Diocesana	Marabá
Projetos MEB	Cúria Diocesana	Marabá

Fontes	Arquivo	Local
Entrevistas	Acervo Pessoal de Heloísa Schmidt de Andrade	Juiz de Fora
Memorial Heloísa Schmidt de Andrade	Acervo Pessoal de Heloísa Schmidt de Andrade	Juiz de Fora
Rádio Educadora do Araguaia	Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas (Dominicanos-Brasil)	Belo Horizonte
Movimento de Educação de Base – Conceição do Araguaia	Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas (Dominicanos-Brasil) Cedido por Cesar Evangelista Fernandes	Belo Horizonte
Fotografias	Acervo Pessoal de Isau Lima Luz	Conceição do Araguaia

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Ao trilhar o caminho pela busca das fontes históricas, pude perceber a importância dos arquivos para o historiador, enxergando-os como teias que vão se relacionando, tecendo fatos, estabelecendo conexões, originando narrativas. Farge (2009, p. 23) afirma que o arquivo pode ser entendido como “[...] fragmento do tempo capturado; só mais tarde separam-se os temas, formulam-se as interpretações”. Neste sentido, pude compor o corpus documental deste estudo, conforme o exposto no Quadro 1.

Nessa fase “arquivística”, optei por organizar as fontes de acordo com sua categoria temática, sem hierarquizá-las, a fim de que esse corpus documental possibilitasse a transição dessa fase para o agir historiográfico. Contudo, o fiz, conforme as orientações de Bacellar (2005), que reforça ser necessário observar as particularidades das fontes para confrontar informações, analisar os contextos em que foram produzidos e considerar que não são neutros, mas refletem uma realidade concreta da época em que foram produzidos.

As fontes orais foram igualmente valorizadas como relevantes fontes de informação, sem estabelecer uma hierarquia de importância. Dessa forma, definiu-se como critério para selecionar os participantes da pesquisa a inclusão de educadores que atuaram no MEB no sul do Pará e desempenharam a função de supervisores. Suas narrativas revelaram, cada uma de acordo com o seu narrador, as expectativas, os sonhos e as percepções de que, com seu trabalho individual, puderam contribuir coletivamente com a história do MEB e, conseqüentemente, com a história da educação. Delgado (2003, p. 23) advoga que a “[...] história oral é uma metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber”. A autora pontua, ainda, que, nessa abordagem metodológica, os melhores narradores são aqueles que transmitem por meio das palavras, um enredo permeado de “[...] lembranças, registros, observações, silêncios análises, emoções, reflexões,

testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada aos quadros sociais da memória e da complexa trama da vida” (Delgado, 2003, p. 22-23).

O critério de estabelecer como participantes da pesquisa os agentes do MEB que atuaram como supervisores, cuja atuação se deu no recorte temporal delimitado na pesquisa, diminuiu bastante o número de participantes, resultando em três (3). Ao focar nesse grupo específico, a pesquisa busca garantir que as informações coletadas sejam diretamente relevantes e pertinentes ao período e ao contexto estudado.

Sobre a escolha dos entrevistados, a orientação de Alberti (2005) é fundamental no contexto de pesquisas que utilizam a HO, na qual a profundidade e a relevância da experiência dos participantes são cruciais para a obtenção de dados significativos. Selecionar entrevistados com base em sua posição dentro de um grupo e no significado de sua experiência permite ao pesquisador acessar perspectivas ricas e variadas, que podem revelar nuances importantes do contexto estudado. Nesse sentido, apresento, no Quadro 2, brevemente, o histórico de cada participante e informo ao leitor que a trajetória de cada um será melhor retratada no decorrer das narrativas incorporadas a este estudo.

Quadro 2 - Participantes da pesquisa

Instrumento / Forma	Participante	Período de Atuação no MEB
Entrevista (Presencial)	João Carlos Ramalho	1962 a 1964 1967 a 1970
Entrevista (Presencial)	Marilza Santos Lopes	1968 a 1989
Entrevista (Via Meet)	Heloísa Schmidt de Andrade	1976 a 1992

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

João Carlos Ramalho nasceu em Natividade, no estado do Tocantins, em 08 de janeiro de 1945, numa fazenda onde pouco residiu e veio morar com a família, em Conceição do Araguaia, ainda pequeno, aos 4 anos de idade. Os pais eram pequenos produtores rurais. Estudou no Colégio Dominicano Santa Rosa, que considerou ter sido sua referência de educação, também no sentido religioso, com forte influência da ordem Dominicana. Foi convidado por Frei Tomás Balduino para compor a primeira equipe do MEB, que se instalou em Conceição do Araguaia, em 1962.

De 1964 a 1968, o entrevistado foi morar num convento da Ordem Dominicana, onde recebeu formação teológica e filosófica. Considerava que o período de atuação no MEB delineou a sua trajetória de vida nas escolhas profissionais e políticas. A entrevista foi realizada no dia 12 de julho de 2021, no ápice da pandemia da Covid-19, com todas as precauções recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, em 19 de julho de 2023,

conversamos, em um encontro que não foi gravado, por meio da plataforma Google Meet, a fim de sanar algumas dúvidas que ficaram pendentes. Porém, conversamos inúmeras vezes via WhatsApp, no qual ele manifestava profundo interesse em ver a tese concluída, o que não foi possível, pois João Ramalho faleceu em 24 de janeiro de 2024.

Marilza Santos Lopes, baiana de Riachão das Neves, nasceu em 25 de outubro de 1947, também uma das primeiras supervisoras da Equipe do MEB de Conceição do Araguaia, assim como João Ramalho, pois era aluna do Colégio Santa Rosa, quando as irmãs e os padres dominicanos a indicaram para atuar no MEB como voluntária. No início, visitava as comunidades com a equipe local e, em 1968, ingressou como efetiva.

Marilza Lopes fez parte da equipe boa parte em que o recorde temporal deste estudo abarca e vivenciou as transformações ocorridas nas práticas educativas durante esse percurso. Após deixar o MEB, graduou-se em Letras, pela UFG e especializou-se pela UEG. Efetivou-se como professora do Ensino Fundamental e Médio na rede pública municipal e estadual em Goiânia. Hoje é professora aposentada e reside em Conceição do Araguaia. Realizamos três entrevistas, uma utilizando a plataforma Google Meet, em 16 de junho de 2021, e duas presenciais, ocorridas na cidade de Conceição do Araguaia, em 30 de julho de 2022 e 28 de julho de 2023.

Heloísa Schmidt de Andrade, mineira, nascida e criada em Juiz de Fora, foi aluna da primeira turma de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora e, após sua formação, rumou para Conceição do Araguaia, nos anos de 1976, com a intenção de passar um ano e acabou ficando por dezesseis. Recebeu convite para atuar no MEB e prontamente aceitou, com o propósito de conhecer outras realidades, uma vez que, no seu entendimento, os jovens da época estavam descrentes com as injustiças sociais do mundo, e ela achou que poderia contribuir de alguma forma nesta questão, na região denominada por ela e por outros membros do MEB, como “Região do Araguaia”. Heloísa Andrade atuou como coordenadora do MEB até encerrar seu ciclo no MEB e, após isso, retornou a Juiz de Fora, onde continua atuando com movimentos sociais. As entrevistas ocorreram por meio da plataforma Google Meet, em 04 de junho de 2021 e 21 de junho de 2023.

É importante ressaltar que, ao longo deste estudo, utilizei o aplicativo WhatsApp para me comunicar com os entrevistados, o que se mostrou uma estratégia eficiente para esclarecer dúvidas, corrigir omissões e preencher lacunas identificadas nas respostas iniciais. Isso possibilitou aprimorar a qualidade e a precisão dos dados coletados, além de permitir que os participantes esclarecessem suas respostas ou fornecessem informações complementares que

enriqueceram a pesquisa. Esse procedimento também foi devidamente registrado no processo de coleta de dados.

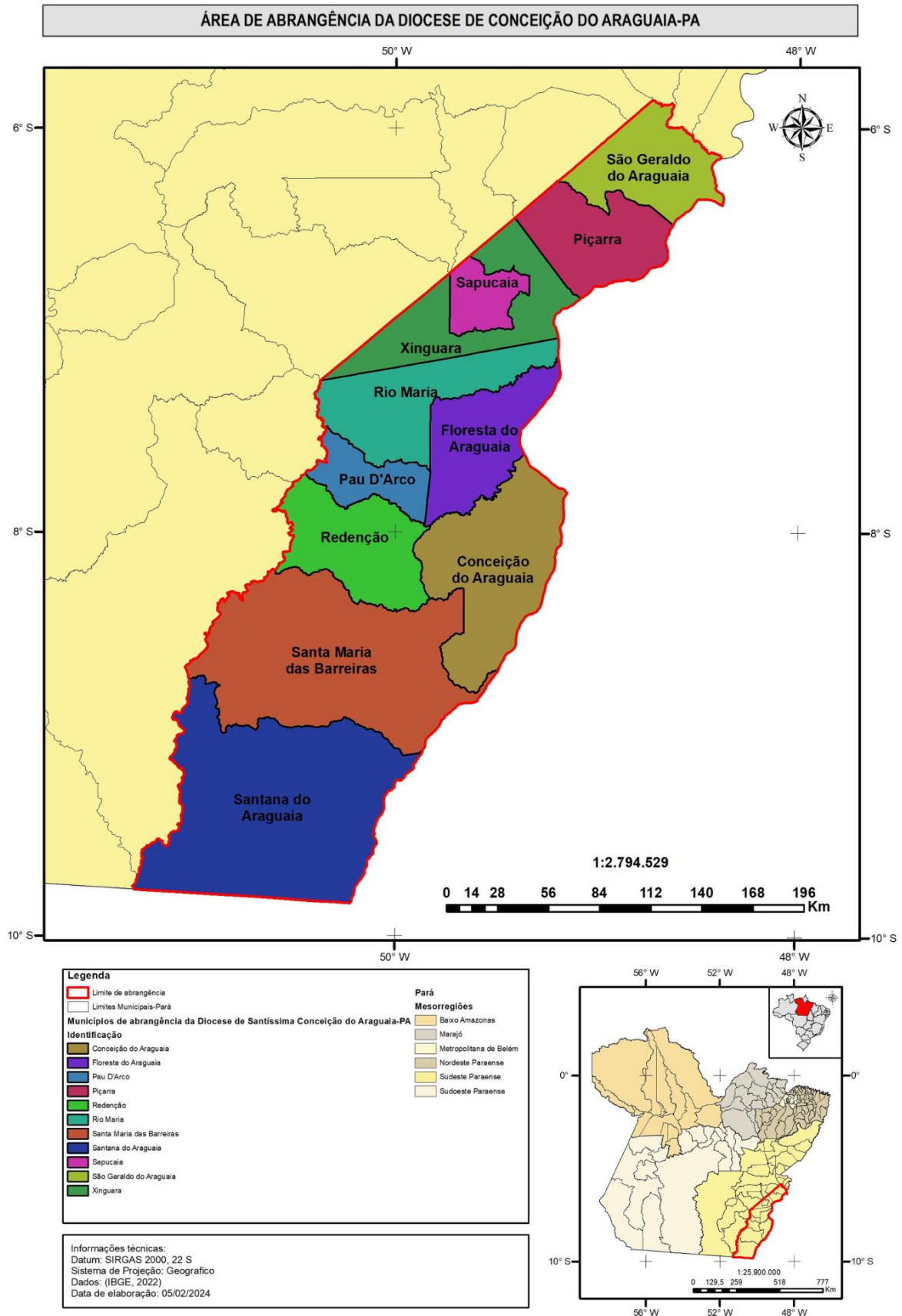
As entrevistas¹³, mediante um roteiro pré-estabelecido, foram realizadas, gravadas, transcritas e incorporadas no estudo no sentido de historicizar as práticas socioeducativas do MEB, no sul paraense. Portelli (1997, 2016), Delgado (2003), Alberti (1996, 2005, 2010), dentre outros, deram o aporte teórico sobre a história oral, para compreender os relatos dos educadores, suas vivências e interpretações sobre o MEB, de acordo com o que aconselha Portelli (2016, p. 19-20) quando se trata de fontes orais, “[...] como algo que acontece no presente em vez de apenas como testemunho do passado”. Dessa forma, o autor orienta “[...] que assim como o narrador tem a responsabilidade de narrar, o historiador tem a responsabilidade de abrir um espaço narrativo, escutando ativamente o que o narrador tem a dizer”.

Na perspectiva de que a narrativa histórica pode contribuir com a reflexão sobre o presente, a história é construída por respostas a indagações feitas pelos homens em cada momento, em cada época. Pasavento (2004, p. 59) assevera que “[...] ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo de novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado”.

Em relação aos locais e aos espaços ocupados pelo MEB no sul paraense, enquanto entidade ligada à pastoral da Diocese de Conceição do Araguaia, seus agentes viajavam por toda a vasta área sob jurisdição da diocese, acompanhando as atividades das escolas radiofônicas. As pequenas comunidades e vilarejos que pertenciam originalmente ao município de Conceição do Araguaia foram progressivamente se tornando independentes, constituindo novos municípios ao longo dos anos. Nas próximas seções, exploro como esse processo se desenvolveu. A seguir, apresento o alcance territorial da Diocese de Conceição do Araguaia.

¹³Os participantes assinaram documento intitulado “Cessão gratuita de direitos de depoimentos orais”, que nos autoriza a fazer uso das informações de acordo com o rigor ético e científico e que, na história oral, nos depoimentos, deve constar a identidade dos entrevistados.

Figura 1 - Área de Abrangência da Diocese de Conceição do Araguaia



Fonte: IBGE (2023).

Segundo Pereira (2013, p. 3), a área conhecida como Sul e Sudeste do Pará engloba 36 municípios atualmente, situados a oeste dos rios Araguaia e Tocantins. Limita-se a Leste com os estados de Tocantins e Maranhão e ao sul com Mato Grosso. Até a metade da década de 1980, essa região do Pará era composta apenas pelos municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá e São Felix do Xingu, antes de ser subdividida e dar origem a outros municípios. Até o final dos anos 80, era conhecida como Sul do Pará, integrando a região do Bico do Papagaio, que abrange áreas do Norte de Goiás, Sudoeste do Maranhão, Norte de Mato Grosso e Sul do Pará.

O pesquisador menciona que a região foi destacada em diversas mídias e estudos acadêmicos devido aos conflitos e aos assassinatos de trabalhadores rurais. Na década de 1990, alguns autores, a mídia, pesquisadores e líderes religiosos começaram a adotar a nomenclatura do IBGE, referindo-se à região como mesorregião Sudeste do Pará ou simplesmente Sudeste do Pará, identificando a área em torno de Marabá como Sudeste do Pará e a região mais ao sul do estado como Sul do Pará.

O mapa em tela situa os municípios da área de abrangência da Diocese de Conceição do Araguaia, como pertencentes à mesorregião Sudeste do Pará, uma vasta área geográfica (IBGE). Porém, nesta tese, abordo apenas o território de abrangência da Diocese, conhecida como região Sul do Pará, sul paraense ou mesmo região do Araguaia, o que foi enfatizado nos documentos e nos relatos orais consultados.

Assim, com a intenção de registrar a história do MEB e de seus supervisores no Sul do Pará, observando as singularidades contidas em sua prática educativa, esta tese foi organizada da seguinte forma: na **Primeira Seção**, intitulada *Aspectos Introdutórios*, apresento as motivações pessoais, acadêmicas e profissionais que me levaram ao objeto da pesquisa, assim como os objetivos, a questão norteadora, meu argumento de tese, o levantamento do estado do conhecimento e as referências teórico-metodológicas para a construção da escrita; na **Segunda Seção**, intitulada *Movimento de Educação de Base no Brasil e no Sul e do Estado do Pará: raízes e contextos*, discorro sobre o MEB em nível nacional, desde a sua origem, seu processo de expansão e, finalmente, as mudanças de percursos a que teve que se submeter, no momento em que as circunstâncias sociais, políticas e econômicas do Brasil foram se modificando. Também discuto sobre o MEB no sul paraense, em especial, no município de Conceição do Araguaia, sua importância no contexto histórico, social e político, e a centralidade desempenhada pelo sistema radiofônico, na integração cultural e econômica das comunidades locais.

No que se refere à **Terceira Seção: *Nós do MEB do Araguaia***, discorro sobre o MEB de Conceição do Araguaia desde a sua implantação, em 1962, até o início dos anos 1970, problematizo os condicionantes sociais, políticos e econômicos e contextos de atuação de seus supervisores, detalhando o processo histórico da implantação da Rádio Educadora, que se mesclou com a trajetória do próprio MEB em suas dimensões educacional, cultural, territorial e político-social, além de relatar as intervenções do governo militar no fechamento e na reabertura do sistema das escolas radiofônicas, assim como a perseguição e a vigilância aos agentes do MEB. Na **Quarta Seção**, denominada *práticas educativas do MEB do Araguaia: avanços, retrocessos e resistências*, busco debater a proposta de emancipação contidas nas práticas e nos discursos de educadores e educadoras do MEB do sul do estado do Pará. Estabeleço o recorte temporal do período que compreende do ano de 1970 ao início dos anos 1980 e abordo sobre a reestruturação do MEB, no que diz respeito à equipe de supervisores e ao processo didático-pedagógico; a fase conhecida como mobilização do MEB; a implantação do supletivo dinâmico; a sindicalização dos trabalhadores rurais; engajamento político em defesa da luta pela terra e o fortalecimento dos movimentos sociais.

Na **Quinta Seção**, trago a problematização de como o modelo de educação proposto pelo MEB repercutiu na organização dos movimentos sociais no Sul da Amazônia paraense. Durante o período de 1979 a 1985, o MEB passa da dimensão comunitária aos movimentos sociais e, nesta seção, são tratadas as ações de escolarização e outras atividades nas periferias urbanas, como a constituição do STR como entidade de representação do trabalhador rural, ou usado como instrumento de poder da posição governista, lutas e enfrentamentos pela conquista do direito à terra; o fechamento da Rádio Educadora; a criação do Movimento das Mulheres, do Movimento para a Libertação dos Padres Presos (MLPA); as eleições de 1982, papel do MEB na formação para o exercício da democracia. Por fim, são apresentadas, nas **Considerações Finais**, as principais reflexões apontadas no processo desta escrita.

Nessa perspectiva, as indagações surgidas ao longo desta construção nem sempre obtiveram respostas objetivas, por vezes, suscitaram novas questões que não puderam ser respondidas no limite deste texto. Assim, busco, no argumento proposto, evidenciar como o MEB do Araguaia, ao operar em meio a esse cenário de disputas e mobilizações sociais, não apenas buscou promover a educação, mas também se engajou nas dinâmicas locais, contribuindo para o fortalecimento da conscientização e da organização comunitária e dos movimentos sociais.

2 O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE NO BRASIL E NO SUL DO ESTADO DO PARÁ: RAÍZES E CONTEXTOS

“[...] a história está, pois, em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele; nessas linhas que traçam a imagem de uma atualidade, demarcando-a de seu outro, mas que atenua ou modifica, continuamente o retorno do ‘passado’” (Michel de Certeau, 2020, p. 29)

O Movimento de Educação de Base (MEB) apresenta importantes desafios para quem o estuda: em primeiro lugar, a descoberta sobre até que ponto o movimento rompeu as fronteiras sociopolíticas tão fortemente estabelecidas no período em que se originou e, posteriormente, durante o seu processo de expansão e, finalmente, as mudanças de percurso impostas pelo momento em que as circunstâncias sociais, políticas e econômicas do Brasil foram modificando-se. Pesquisar sobre a história do MEB, num contexto de espaço-tempo delimitado, não se constitui uma tarefa fácil, porém, coaduno com Certeau (2020), quando ele enfatiza o papel da história e a necessidade de se articular o passado de uma dada sociedade com o seu presente, distinguindo-se desse passado para poder redesenhá-lo, num processo *continuum*.

A história possibilita, portanto, uma análise crítica acerca dos processos vividos, permeados pelas contradições e conflitos existentes numa dada realidade e marcados pelo tempo que, conforme Delgado (2003, p. 10), “[...] orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro”. Assim, proponho, nesta seção, abordar sobre o MEB, com vistas a analisar a construção histórica da sua atuação, no contexto social, político e econômico no Brasil e, especificamente, no Sul do Pará, com foco no município de Conceição do Araguaia, evidenciando relevância do movimento no panorama histórico, social e político, bem como o papel crucial do sistema das escolas radiofônicas na promoção da integração cultural e econômica das comunidades da região. Busco expressar as representações do MEB, nesse contexto, não como um todo estruturado e hierarquizado rigidamente, mas como um emaranhado de relações complexas, todas representadas culturalmente (Chartier, 2002).

Assim sendo, a origem do MEB é destacada por Wanderley (1984), Fávero (2006) e Kadt (2007) como um acordo firmado entre o governo federal, representado pelo presidente recém-empossado, Jânio Quadros, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que pretendia desenvolver um programa de educação de base, com uso de escolas radiofônicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, consideradas áreas menos desenvolvidas do país. Desse acordo resultou o Decreto nº 50.3070 da Presidência da República, assinado em 21 de março de 1961, que instituiu oficialmente o MEB e repercutiu em apoio de inúmeros

ministérios e órgãos federais e estaduais, por meio de convênios firmados com a CNBB, que, por sua vez, viabilizou a expansão das experiências da educação radiofônica da Diocese¹⁴ de Natal, no Rio Grande do Norte, e da Arquidiocese de Aracaju, em Sergipe¹⁵, para as diversas áreas do Brasil consideradas menos desenvolvidas.

Essa experiência já se encontrava em curso desde os anos 1958, na Arquidiocese de Natal, num programa de trabalho social denominado Serviço de Assistência Rural (SAR)¹⁶, sob a tutela do então bispo auxiliar local D. Eugênio Sales. Até chegar a esse desfecho, é necessário contextualizar, historicamente, o processo que instituiu o Movimento de Educação de Base, esclarecendo que essa exposição se baseia, fundamentalmente, em estudos já realizados. Portanto, tenho consciência das limitações decorrentes.

De acordo com Rapôso (1985) e Kadt (2007), ao perceber o processo de mobilização e politização no meio rural, a Igreja Católica compreendeu que sua omissão repercutiria, negativamente, na sua imagem junto aos fiéis. Outro fator diz respeito aos novos rumos tomados pela Igreja, em Roma, o que representou um avanço no plano universal, ao propor soluções para os problemas sociais, na encíclica do Papa João XXIII, *Mater et Magistra*, de 1961 e *Pacem in Terris* (1963). Rapôso (1982) argumenta que para a América Latina, o pontífice orientou que fossem efetivadas reformas estruturais e elaborados planos que viabilizassem as reformas, o que influenciou a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, a caminhar nessa direção. Porém, a sua essência conservadora criou obstáculos em várias circunstâncias desse novo posicionamento, os quais abordo na seção a seguir.

2.1 A Igreja Católica e o Movimento de Educação de Base

Em linhas gerais, abordo, nesta seção, as influências que as encíclicas do Papa João XXIII e do Concílio Vaticano II tiveram na formação e no fortalecimento de grupos compostos

¹⁴Segundo o historiador José Rodrigues da Silva (s/d), em 1952, o Papa Pio XII criou a província Eclesiástica de Natal, elevando a Igreja de Natal ao grau de Arquidiocese, com a bula “*Arduum Onus*” de 16 de fevereiro de 1952. Alguns dos estudos referenciados nesta tese, quando “*Diocese de Natal*”, referem-se ao período anterior à elevação de grau da Igreja de Natal.

¹⁵De acordo com Rapôso (1982, p. 12), as primeiras experiências de escolas radiofônicas datam de 1958, realizadas pela Arquidiocese de Natal, no Rio Grande do Norte, em decorrência, a Arquidiocese de Aracaju, no estado de Sergipe, por meio de convênio firmado com o “*Sistema Radioeducativo do Ministério de Educação e Cultura*, também iniciou suas experiências radiofônicas mais ou menos no mesmo período que a de Natal”.

¹⁶Conforme Kadt (2007, p. 136), em 1949, o bispo D. Eugênio Sales criou o Serviço de Assistência Rural (SAR) no estado do Rio Grande do Norte. Durante seus primeiros dez anos, o SAR teve um caráter paternalista e paliativo, concentrando-se em pequenos projetos de desenvolvimento comunitário e educação rural. Mais tarde, na década de 1960, a SAR redirecionou seu foco para organizar os trabalhadores rurais em sindicatos, sendo que o primeiro sindicato foi fundado em 1960.

pelo laicato e que contribuíram para uma nova postura religiosa-ideológica do clero, denominada por alguns estudiosos como “Igreja Popular”. A igreja popular tem como foco a preocupação com a justiça social e com a comunidade, porquanto parte da premissa de que a “verdadeira” justiça exige uma postura política radical, com protagonismo ativo do laicato em atividades desenvolvidas pela Igreja, tanto nas cerimônias religiosas, quanto nas decisões tomadas pela diocese (Mainwaring, 2004).

É importante ressaltar que, no Brasil, o contexto que envolveu a atuação de João XIII e o Concílio Vaticano II ocorreu simultaneamente à polarização ideológica que precedeu o Golpe de 1964. Durante esse período, a Igreja estava dividida entre ações conservadoras e propostas de um novo modelo de relacionamento social, fundamentado em experiências e iniciativas concretas das pastorais que promoviam a participação dos leigos nas atividades sociais da igreja (Souza, 2006). A pesquisadora relata que a comunidade rural era vista como foco para a promoção e a transformação do ambiente rural, e as escolas do MEB deveriam operar em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela hierarquia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Nessa direção, Pessoa (2013) argumenta que a simpatia inicial do clero conservador com o golpe de 1964 se deteriorou com o tempo. A repressão aos considerados "subversivos" pelos golpistas, incluindo religiosos e jovens católicos engajados em entidades sociais, levou os setores progressistas da Igreja, embora minoritários, a tornarem-se politicamente hegemônicos em relação aos conservadores.

Os estudos de Kadt (2007, p. 75-80) apontam que, do ponto de vista histórico, a Igreja Católica brasileira, comparada a dos demais países da América Latina, nunca foi uma instituição forte e, na maior parte de sua existência, esteve atrelada ao Estado ou às camadas dominantes da sociedade, o que pode ser, em linhas gerais, assim sintetizado: a) no período colonial, o clero secular, disperso principalmente nas áreas rurais, subjugava-se aos senhores de engenho e a outros latifundiários, em cujas propriedades era capelão, em detrimento da autoridade de seus bispos; b) após a independência do país ocorrida em 1822, o Imperador assumiu para si as prerrogativas eclesiásticas, situação aceita pelo Vaticano. O controle do Estado sobre a Igreja foi apoiado pelo clero secular e, apenas em janeiro de 1890, ocorreu a separação formal entre a Igreja e o Estado; c) do final do Império ao começo da República, ideias confusas e importadas, que misturavam o positivismo com o darwinismo e outros sistemas de pensamento sem muita coerência, demonstravam desorientação intelectual e mantiveram-se até o começo dos anos 1920; d) criação do Centro Dom Vital em 1922, uma associação de leigos católicos, fundada por Jackson de Figueiredo, por intermédio do então

cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, a qual objetivava a congregação de intelectuais católicos brasileiros.

Nos anos de 1930 e 1940, reuniram-se grupos de estudo e os círculos de discussão do Centro que, mais tarde, contribuiriam com a promoção de ideias progressistas na Igreja. O Centro D. Vital foi um catalisador inicial no processo que conduziu ao aparecimento da ideologia progressista católica, sem constituir uma ideologia específica (Kadt, 2007).

No entanto, é necessário destacar que a relação da Igreja com os grupos dominados também esteve presente. Representados por alguns setores da Igreja, foram defendidos os interesses dos negros, dos indígenas, dos movimentos de emancipação social e, ainda, dos conflitos internos que envolviam disputas de poder com a Maçonaria e outros órgãos de representação política, com o Império, com a República Velha e Nova (Wanderley, 1984).

Dentre as fontes do catolicismo progressista no Brasil, a Juventude Universitária Católica (JUC) ocupou especial destaque por apresentar um conjunto coerente de ideias e atividades. Seus discursos e envolvimento com a política nacional foram se ampliando, fato que afastou as lideranças das bases estudantis e desagradou os bispos e a hierarquia da Igreja. Nesse sentido, pareceu estar a “[...] JUC desenvolvendo uma visão do papel próprio da Igreja no mundo e do leigo na Igreja que não era de maneira alguma partilhada pela vasta maioria dos bispos” (Kadt, 2007, p. 96).

Essas mudanças estruturais possibilitaram a inserção do laicato em atividades da Igreja, por meio do movimento da Ação Católica¹⁷, cujo engajamento se deu no sentido de aproximação e defesa das camadas populares e da consciência da crise da hegemonia presentes no seio da sociedade brasileira. Rapôso (1985) argumenta que vários fatores contribuíram para a participação da Igreja Católica em mobilizações populares, em especial no meio rural, envolvendo os primeiros movimentos ocorridos no final dos anos 1950, como o movimento das Ligas Camponesas¹⁸.

¹⁷A Ação Católica Brasileira foi um movimento de renovação eclesial promovido pela Igreja a partir dos anos 1950, abrangendo cinco movimentos juvenis: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC), além de dois movimentos voltados para adultos: Ação Católica Independente (ACI) e Ação Católica Operária (ACO). Muitos dos “militantes” desses grupos, especialmente da JUC, passaram a integrar as equipes profissionais do MEB (Fávero, 2006, p. 8).

¹⁸A primeira Liga Camponesa surgiu em 1955 na Fazenda Galileia, em Vitória do Santo Antão, a partir de uma associação de meeiros. O proprietário das terras viu a associação como uma ameaça “comunista” e tentou dissolvê-la, ameaçando expulsar os camponeses. O conflito foi levado ao âmbito judicial, e os trabalhadores buscaram o apoio do advogado e político Francisco Julião, que defendeu o caso tanto nos tribunais quanto na política, resultando na desapropriação das terras em favor dos camponeses em 1959. Esse movimento serviu de inspiração para iniciativas semelhantes na Paraíba e outros estados (Kadt, 2007, p. 48).

Esse envolvimento da Igreja Católica em problemas sociais mais amplos, por vezes, estabelecendo parceria com o Estado, foi tomando corpo, em especial na região Nordeste, a partir dos anos 1950. Fávero (2006) destaca como área que obteve maior repercussão a que pertencia à arquidiocese de Natal. Baseada em experiências anteriores que datam de 1948, em uma ação comunitária voltada para o meio rural, foram promovidos cursos de aperfeiçoamento, envolvendo professores, pais e alunos, organização do ensino religioso e criação de clubes agrícolas, com vistas a integrar a escola e a Igreja.

Nesse contexto, foi fundada a Juventude Agrária Católica (JAC) e os centros catequéticos. Fávero (2006, p. 38) afirmou, com base nos estudos de Ferrari (1968), que, apesar da ideia do uso do rádio em programas educativos voltados para a população do meio rural datada de 1948, somente no ano de “[...] 1958 foi que a diocese de Natal obtém a concessão de um canal e instala, com o apoio do SSR, uma pequena emissora”.

Assim, ao retornar de uma viagem de países da América Latina, D. Eugênio Sales estruturou uma rede de escolas radiofônicas para o ensino supletivo na Diocese de Natal. Influenciadas pela iniciativa da experiência no Rio Grande do Norte, em Crato no Ceará, em Penedo em Alagoas e Aracaju em Sergipe, também formaram uma rede na perspectiva do assistencialismo social e extensionismo rural (Souza, 2006).

As experiências realizadas em Aracaju chamaram a atenção de Jânio Quadros, na época candidato à presidência do Brasil. Durante sua visita ao Nordeste, mais especificamente em Aracaju, ele conheceu o modelo de escolas radiofônicas sob a administração do arcebispo D. José Távora. Nesse encontro, abordaram a possibilidade de a Igreja coordenar a expansão dessas escolas para outras regiões do país. No discurso de sua campanha, Jânio enfatizou temas como o nacionalismo, o desenvolvimento econômico, e também fez promessas de investimento nos setores agrícola, educacional e de saúde, conforme Souza (2006) e Kadt (2007).

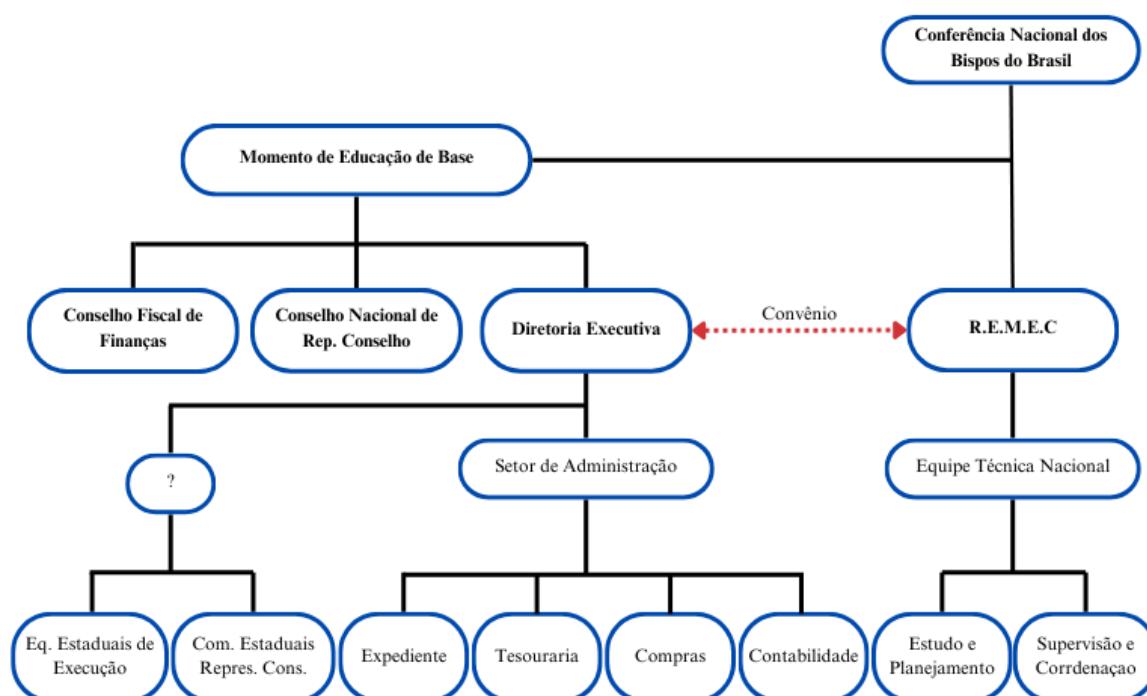
Eleito, Jânio Quadros exerceu um breve mandato que se encerrou sete meses após a sua posse, em agosto de 1961, por meio de um pedido de renúncia. O então vice-presidente, João Goulart¹⁹, tomou posse em setembro de 1961 e teve seu mandato interrompido em 1964, em virtude do golpe militar ocorrido naquele ano. Sobre essa questão, discutirei durante o processo de produção desta tese, uma vez que esse fato repercutiu diretamente nas ações desenvolvidas pelo MEB e seus agentes (Kadt, 2007).

¹⁹Kadt (2007) afirma que a posse de João Goulart só foi possível devido a acordos firmados entre diferentes setores das Forças Armadas, no entanto, essa solução conciliatória diminuiu os poderes do presidente, devido à interposição de um primeiro-ministro entre o presidente e o Congresso. Em 1963, o regime presidencialista foi restaurado.

De acordo com Mainwaring (2004, p. 103-104), a CNBB, que a princípio havia dado apoio a João Goulart, apoiou o golpe civil-militar de 1964 e, em documento, agradecia aos militares por salvarem o país do comunismo, mas tecia algumas críticas, revelando as posições contraditórias existentes no meio episcopal, como a declaração de discordância acerca das medidas repressivas tomadas contra a Igreja, representadas pelos bispos, sacerdotes, militantes, leigos e fiéis ou a organizações como a Ação Católica e o MEB. O autor ressalta ainda que, desde a criação da CNBB, os bispos ocupavam as posições de liderança e que essa situação foi alterada em outubro de 1964, quando os bispos conservadores passaram a exercer as funções mais relevantes dentro da instituição, como a de secretário geral e a de presidente, ocupadas pelos conservadores, Dom José Gonçalves e Dom Agnelo Rossi, respectivamente.

Cada um dos setores do MEB era representado por membros da Igreja, como bispos, padres, freiras e leigos, em parceria com diversas categorias sociais ligadas à Igreja Católica. Os bispos de cada diocese onde o MEB era criado detinham o controle hierárquico, conforme consta em seu organograma da Ata de Aprovação do Regulamento do MEB (MEB nacional, 1961)²⁰.

Figura 2- Organograma do MEB – 1961



Fonte: Centro Oeste Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais. Documento: Ata de Aprovação do Regulamento do MEB, 1961.

²⁰O documento, lavrado em 21 de março de 1961, registra a reunião da CNBB que ocorreu em Brasília, pelo Cardeal D. Jaime de Barros Gamara, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cujo objetivo foi firmar as diretrizes do Movimento de Educação de Base, ocasião em que também aprovam o seu regulamento e conclamam o primeiro Conselho Diretor Nacional, conforme apresentado no organograma (figura 1).

No entanto, os anos iniciais de sua existência, que compreende o período de 1961 a 1963, foram marcados por uma certa “autonomia” do laicato na condução dos trabalhos desenvolvidos pelo Movimento, o que provocou uma série de conflitos no campo político-ideológico entre a autoridade da Igreja e o projeto de autonomia dos leigos (Souza, 2009). O contato direto com a população do meio rural, nos estudos da realidade, favorecia essa autonomia, além do engajamento político, pastoral e profissional a que se propuseram.

Wanderley (1984, p. 52) sintetiza a estrutura organizacional do MEB, da seguinte forma:

[...] em nível nacional, houve o Conselho Diretor Nacional (CDN), composto por 9 bispos e arcebispos, dois leigos, sendo um representante do Presidente da República. Em cada Estado, havia um Conselho Diretor Estadual (CDE), congregado aos bispos das áreas onde funcionava o MEB em âmbito estadual. Para cada sistema local, a responsabilidade de orientação cabia ao bispo diocesano. Os leigos contavam com a Comissão Executiva Nacional (CEN) dependente do CDN, que orientava e coordenava as atividades das Equipes Estaduais (EE), das quais dependiam as Equipes Locais (EL). A direção do MEB se exercia pela Diretoria Executiva, constituída pelos presidentes e vice-presidente do CDN e por um secretário. Papel importante teve o Secretariado Central, com sede em Guanabara, a quem competia criar e organizar o pessoal para as EL, organizar as EE e coordenar, técnica e administrativamente, o trabalho em todo país. A unidade nuclear do Movimento era o Sistema de Educação de Base, o Sistema de Rádio Educativo, que atingia uma área determinada (Wanderley, 1984, p. 52).

Estava, então, delineado o sistema operacional organizado do MEB que, a princípio, teria como meta alcançar os objetivos iniciais do Movimento, conforme consta no documento de Regulamento e Instruções do MEB. Para Maciel (2019), tais objetivos diziam respeito a cursos intensivos de alfabetização; formação moral e cívica; educação sanitária; iniciação profissional, na área agrícola e com vistas a promoção social.

Além dessas intenções iniciais, nesse documento, ainda continha a expressão “educação cristã” que, no entendimento de Wanderley (1984) e Kadt (2007), o próprio governo entendeu ser difícil a conciliação vertente laica do Estado com uma entidade religiosa, por meio de financiamentos. Documentos posteriores ao de 1961 já expressavam a preocupação de explicitar que as ações desenvolvidas pelo MEB eram realizadas por leigos e que a educação de base se dirigia a todas as pessoas, independentemente do seu credo.

No entanto, em 1962, o Movimento avaliou a necessidade de revisão dos seus objetivos, o que culminou na realização do I Encontro de Coordenadores, realizado naquele ano, no mês de dezembro, na cidade de Recife. No Encontro, houve a participação da Equipe Técnica Nacional e de dois membros de cada equipe estadual e ocorreram leituras e discussões acerca

dos temas, sob a coordenação de uma pessoa responsável que provocava a problematização e as discussões em pequenos grupos e em plenária (MEB, 1962)²¹.

Os documentos de planejamento e as leituras foram previamente enviados às equipes estaduais. As discussões durante o I Encontro foram baseadas em temas e análises da realidade, como sindicalismo, reforma agrária e cultura popular, entre outros. No entanto, para análise, focalizei na temática "Realidade Brasileira"²², apresentada por Luiz Eduardo Waldemarim Wanderley (MEB,1962, n/p), para entender as questões centrais debatidas no evento. Nesse documento são apresentados diversos aspectos das discussões realizadas durante o I Encontro, dos quais destacarei alguns.

Inicialmente, foi necessário que os agentes do MEB se preocupassem em conhecer e estudar a realidade internacional, haja vista que não era suficientemente conhecida, fato que ocasionava contradições e omissões acerca do tema; em termos de soberania nacional, os agentes defenderam a não submissão a nenhum bloco, para que existisse uma possível libertação dos povos colonizados; enfatizaram a importância do Concílio Vaticano II, pela ação da Igreja junto aos países subdesenvolvidos e seu papel dito libertador no mundo. Enfim, os agentes salientaram o papel revolucionário do Concílio e a sua aplicabilidade prática pelos homens, o que pode não ocorrer se não houver quadros de "[...] cristãos autênticos, para estudá-los, interpretá-los e aplicá-los" (MEB, 1962).

Wanderley (1962) destacou a importância da união entre os católicos e do desenvolvimento de parcerias com outras igrejas, observando que a prática também poderia ser implementada por não católicos. Ele enfatizou o papel da mulher e sugeriu mudanças nas concepções tradicionais sobre o tema. Além disso, discutiu a importância de aprofundar os estudos sobre a realidade latino-americana e ressaltou que qualquer movimento que envolva as "periferias do poder" (como estudantes, classe média proletarizada, operários e camponeses) geraria uma reação imediata do polo dominante (burguesia latifundiária, comercial, industrial). No mesmo documento, Wanderley também afirmou que a "injustiça da atual estrutura social" está relacionada ao direito à propriedade, indicando a necessidade de uma revisão conceitual nesse aspecto.

Ainda nas questões pontuadas sobre a "Realidade Brasileira", outras preocupações são enunciadas no documento, como a ênfase na dimensão social do homem; a formação do quadro

²¹Documento: I Encontro Coordenadores- Planejamento: Banco de dados: Centro Oeste Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais.

²² I Encontro de Coordenadores do MEB 1962 – Realidade Brasileira. Relatório de Documentação –UFG. Banco de dados: Centro Oeste Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais

do MEB; a posição da Igreja no Brasil, que, na visão dos participantes, apesar de ter avançado, ainda apresenta uma “[...] atitude de prudência excessiva ou mal definida, quando se faz necessária uma atitude de arrojo, de risco” (MEB, 1962); a necessidade de o MEB ser um movimento de vanguarda, a fim de desenvolver com maior rapidez o processo de mudança; a composição do MEB ser, em sua maioria, formada por pequenos burgueses que, por vezes, demonstravam falsa prudência, falta de modos, compromissos pessoais com a burguesia. Com isso, a possibilidade de inserir, nos quadros do Movimento, a participação de sujeitos de outras classes sociais.

No que diz respeito às escolas radiofônicas, consta no mesmo documento, que muitas emissoras firmavam compromissos comerciais, contrários à proposta do MEB; destacavam a relação de dependência de alguns membros em relação ao clero e a necessidade de aumentar a participação dos leigos.

Wanderley (1984, p. 57-58) esclarece que as equipes locais recebiam apoio das equipes estaduais e nacionais com a realização de treinamentos, encontros, estudos de textos e distribuição de material didático. Ocorria também troca de experiências entre os agentes dos vários estados. Nesses encontros, foram redefinidos o processo “[...] politizador-conscientizador, a escola como centro da comunidade, a formação de lideranças locais nas comunidades, a capacitação dos monitores”. Nesse momento, ocorreu a mudança de perspectiva do Movimento, quando passou do processo de alfabetização para a Animação Popular. O pesquisador destacou ainda a interação do MEB com outros movimentos de alfabetização e de cultura popular e a influência que seus agentes tiveram nos debates desenvolvidos no seio da Ação Católica, em especial, da JUC, baseados na defesa de desenvolvimento e reformas do movimento da Ação Popular.

É importante ressaltar que muitos dos agentes do MEB encampavam a dupla militância na Ação Popular e na Ação Católica. De acordo com Fávero (2006), a Ação Católica, em sua primeira geração, centrava sua ideia de educação em métodos ativos, tinha ideia generalizada de participação política não partidária e o mesmo ocorria em relação à situação social brasileira, porém descobre a potencialidade do rádio, por meio da Rede Nacional de Emissoras Católicas (REMEC), que viabiliza contato desses leigos com o trabalho desenvolvido junto à população pobre do meio rural de Natal.

No entanto, após os anos 1960, membros oriundos dos setores mais agressivos da Ação Católica, principalmente da JEC e da JUC, mesclaram-se, após a criação da Ação Popular e o grupo “[...] assume uma perspectiva revolucionária e define um projeto político em favor de transformações radicais da estrutura social, que deveriam se realizar com a ascensão das massas

ao controle do poder político, lutando contra as causas estruturais das injustiças” (Fávero, 2006, p. 44). Assim, o MEB, em sua fase inicial, representa a perspectiva do primeiro grupo, porém, após o I Encontro Nacional de Coordenadores, com o redimensionamento dos seus objetivos, houve aproximação com os ideais defendidos pelo segundo.

O I Encontro de Coordenadores do MEB representou um divisor de águas no que diz respeito à sua prática educativa, quanto à reivindicação de maior participação de leigos em sua condução e à compreensão da necessidade de um planejamento global, mas “respeitando-se os sistemas locais”, dentre outros direcionamentos. Assim, possibilitou maior autonomia do laicato que, no contato direto com as comunidades rurais, pôde redirecionar suas práticas e possibilitar o envolvimento de seus agentes em questões políticas e sociais nos territórios em que atuavam. Em 1964, a gestão do MEB voltou de forma centralizada às mãos do episcopado (Fávero, 2006).

Vale destacar a importância das escolas radiofônicas aos sentidos atribuídos à existência do MEB, inicialmente destinadas à divulgação de ações voltadas para a integração da agricultura brasileira e das políticas desenvolvimentistas em curso, no início dos anos 1960. Para tanto, o decreto que o criou já preconizava a instalação de 15 mil escolas radiofônicas²³.

Assim, o MEB colocou-se no centro das reformas de base, em observância aos problemas estruturais do subdesenvolvimento do país, com a possibilidade de alcance da população considerada pobre e marginalizada do meio rural brasileiro, por meio das escolas radiofônicas e da sua proposta pedagógica considerada inovadora em sua atuação no campo social. Nesse contexto, há de se considerar o protagonismo desempenhado pelo Sistema Radioeducativo, sobre o qual explano a seguir.

2.2 As Escolas radiofônicas do MEB

As escolas radiofônicas constituíram-se, durante muito tempo, a espinha dorsal do MEB. São interpretadas em um contexto simbólico, no qual a produção de objetos de consumo, as distintas práticas cotidianas envolvendo o mesmo objeto e as táticas de apropriação pelos agentes dentro das instituições educacionais se desenvolvem em meio as práticas dos

²³Se no âmbito nacional, as experiências do MEB se davam por meio das escolas radiofônicas, no estado do Maranhão, as atividades não foram iniciadas contando com esse instrumento. Na expectativa de radicação da Rádio Educadora do Maranhão, foi criada uma equipe do MEB que, segundo Rapôso (1982, p. 112), “a não disponibilidade da rádio para esta atividade condicionou a referida equipe a realizá-la através de uma atuação direta junto a essas comunidades”

indivíduos, facilitando uma ampla gama de representações sobre o mesmo objeto (Certeau, 2014, *apud* Maciel, 2019, p.74).

Para serem instaladas em uma determinada localidade ou região, era realizado o “estudo de realidade”²⁴, por meio do qual se pesquisava os contextos culturais, sociais, políticos e econômicos e realizavam-se entrevistas com os moradores e as autoridades locais, levantamento de dados em documentos oficiais, a fim de se obter as informações necessárias para a instalação da escola rural. Desta forma,

[...] a escola radiofônica é apresentada como instrumento para a transformação. As comunidades devem assumir a instalação das escolas; elas são sua propriedade. Nessas visitas, procura-se, também, conseguir do próprio povo a indicação dos possíveis monitores das escolas radiofônicas (Plano Quinquenal, MEB, s/d).

Além desse processo de mobilização da comunidade, as escolas radiofônicas dispunham de estratégia organizacional bem definida, conforme consta no documento denominado “Instruções Gerais”, descreve papéis e requisitos para três componentes fundamentais do Sistema de Escolas Radiofônicas: **os supervisores**, que compreende as pessoas escolhidas pela direção do sistema, especialmente treinadas, que assumem a responsabilidade pelo setor técnico e administrativo; os **monitores**, visto como elo entre os receptores de rádio e os alunos. São treinados, precisam ser alfabetizados e cumprem tarefas como matrícula dos alunos, controle de frequência e relatórios mensais. Eles seguem as instruções dos professores transmitidas via rádio e a **escola**: devem funcionar em um horário apropriado para a comunidade atendida. O espaço pode ser qualquer sala disponível, desde uma escola, uma casa paroquial, uma fazenda, ou até uma residência. O local precisa estar equipado com móveis básicos, quadro-negro, giz, rádio e, se necessário, lampiões ((MEB, 1961-1965, p. 27-28).

As características acima delineadas possuíam natureza análoga em todas as regiões do país, observando os aspectos, as particularidades das equipes locais e as práticas desenvolvidas por cada uma delas em uma dada comunidade/realidade.

Nesse sentido, Wanderley (1984, p. 54-59) destaca alguns pontos fundamentais dessa estrutura: a) o Sistema Radio educativo constituiu-se uma rede de núcleos que, organizada em torno de programas educativos, envolve o trabalho da comunidade e da escola, com supervisão periódica. O sistema era implantado após estudo prévio da área; b) a programação das aulas radiofônicas dirigia-se à alfabetização e à linguagem dos adultos camponeses, posteriormente, ofertadas para operários de áreas urbanas e suburbanas. A alfabetização era compreendida como processo de conscientização; c) os treinamentos ocupavam lugar de destaque no Movimento,

²⁴Metodologia empregada para a instalação da escola no meio rural (Souza, 2006).

coordenados pela Comissão Executiva Nacional (CEN), com a participação das Equipes Estaduais (EE) e Equipes Locais (EL), garantiram a homogeneização dos princípios educativos a que se propunha, baseado no preceito da participação ativa dos educandos, também buscavam elevar o nível dos líderes das comunidades, dos monitores e das equipes; d) a supervisão estabelecia a comunicação direta com os alunos e as comunidades e era desenvolvida por meio de visitas periódicas às comunidades, a fim de verificar o funcionamento real da programação educativa e ajustá-la à situação local. A supervisão constituiu-se um elo de integração dos membros da equipe com sua base; e) a animação popular ganhou destaque nas discussões do I Encontro de Coordenadores, em que foi sedimentado o processo conscientizador-politizador do Movimento, passando da perspectiva puramente alfabetizadora para uma mais dinâmica e participativa dos educandos, a escola vista como o centro da comunidade. Emerge a “educação sindicalista”, ou seja, o MEB presente no sindicalismo rural, sobrepondo-se, por vezes, às práticas educativas. Wanderley (1984) afirma ainda que os treinamentos incorporam temas como educação, subdesenvolvimento, conscientização, cultura, consciência histórica, sentido das transformações, povo como sujeito das mudanças. Com base nesses pressupostos, houve uma redefinição da programação radiofônica.

Essa nova perspectiva das práticas do Movimento suscitou desconfiança dos proprietários de terra que se opuseram mais fortemente às escolas radiofônicas, contribuindo para o acirramento dos conflitos e das divergências, em especial no campo político e nas disputas por terra. Um sindicato rural emergente, forte e consciente dos seus direitos perturbaria a ordem social vigente, porém, faz-se necessário compreender o processo de expansão e refreamento das escolas radiofônicas, no contexto sócio-político nacional, para tanto, tomo como referência os estudos de Kadt (2007) e Wandelely (1984).

Tabela 3 - Número de rádios por região

Região	1961	1962	1963	1964	1965	1967
Norte	75	362	500	678	1.051	1.154
Nordeste	2.586	4.956	6.464	3.604	3.280	1.323
Centro-Oeste	26	280	389	316	191	41
Total	2.687	5.598	7.353	4.598	4.522	2.527

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados contidos em Kadt (2007).

Na região Norte, o MEB esteve presente nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia; na região Nordeste, nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia; na região Centro-Oeste, nos estados Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.²⁵

Em 1961, o total de escolas radiofônicas chegou a um número de 2.687, porém atingiu seu número mais expressivo, em setembro de 1963, com 7.353 escolas. No entanto, ocorreu uma redução em dezembro do mesmo ano para 5.573, causada, dentre outros fatores, pela ampliação do horário de “A Voz do Brasil²⁶”, que passou de 30 para 60 minutos. Todavia, em março de 1964, houve radicação de outras escolas, atingindo o número de 6.218, mas nova queda ocorreu devido à crise política e o número foi reduzido para 4.554 em dezembro do mesmo ano, permanecendo estável até o final de 1965 (Wanderley, 1984).

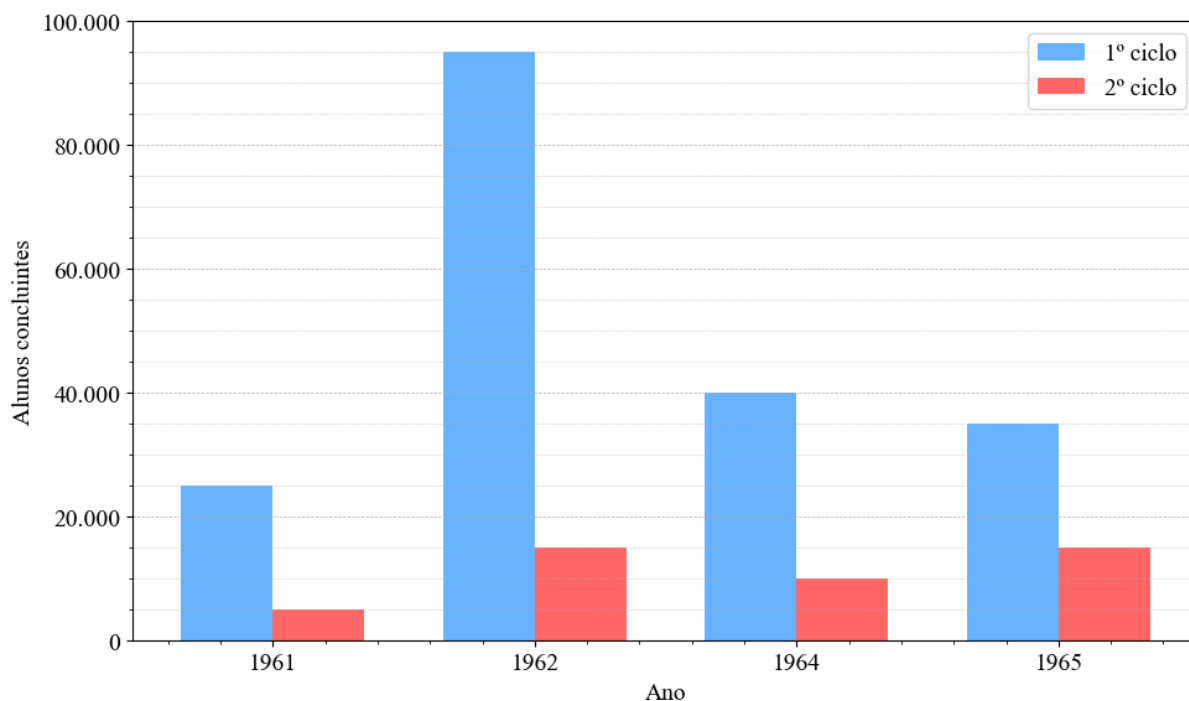
Com relação ao número de jovens e adultos que frequentaram as escolas rurais do MEB, os estudos de Souza (2006) registram aproximadamente 400.000 alunos, numa amostragem realizada entre os anos de 1963 e 1964, com maior percentual na faixa etária entre 15 e 30 anos, ainda que também haja registros de jovens matriculados com idade inferior a 15, contrariando um posicionamento do MEB e um percentual de adultos na faixa dos 50 anos.

Por outro lado, Kadt (2007) questiona os dados relacionados ao número de jovens e adultos analfabetos que concluíram um ano de estudo no MEB. Nos primeiros cinco anos de sua existência, são poucos os dados que fundamentam as estatísticas contidas nos relatórios, por vezes, na visão de Kadt (2007, p. 158), havia exageros nos números apresentados, uma vez que o atendimento não garantia resultados. O autor afirma ainda que “[...] não há dados disponíveis para uma avaliação confiável da eficácia do MEB na promoção da alfabetização. O máximo que se pode dizer é que com cifras como estas temos a ideia da magnitude envolvida”.

²⁵Kadt (2007), em sua tabela, refere-se, equivocadamente, ao estado de Minas Gerais como pertencente à região Centro-Oeste, pois ele, na verdade, pertence à região Sudeste. Mantive o resultado, conforme o enunciado, devido aos números absolutos apresentados em seus estudos. Buscou-se no relatório Anual do MEB, de 1966, dados sobre o quantitativo de rádio, porém consta nele apenas o número de sistemas em funcionamento: região Norte: janeiro - 08, dezembro - 07; região Nordeste: janeiro-33, dezembro- 23; região Centro-Oeste: janeiro- 12, dezembro-07. O estado de Pernambuco foi o que registrou maior número de fechamento dos sistemas, em dezembro, apenas 01 permaneceu em atividade, o Centro de Trabalho e Cultura (CTC) que passou a ser um órgão autônomo. (Banco de dados: Centro-Oeste Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais).

²⁶Programa de radiodifusão, de noticiário oficial, de retransmissão obrigatória.

Gráfico 2 - Alunos concluintes por ciclos



Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas em Coleção de Gráficos – MEB, 1961 a 1965.

Em 1963, o MEB registrou sua natureza jurídica, uma preocupação que advinha desde a sua criação, além de todo o aparato técnico-pedagógico que o permeava:

[...] as razões que levaram à decisão de dar ao MEB personalidade jurídica são fáceis de compreender e, dentre outros motivos, destacava-se o grave problema da publicidade negativa resultante da divulgação, através da imprensa, da concessão de verbas, aparentemente vultosas, do Governo Federal, à CNBB, quando, de fato se tratava de verba com destinação específica para o trabalho previsto no decreto e nos convênios. Outros aspectos eram relativos à legislação trabalhista e à movimentação de dinheiro em Banco sempre em nome da CNBB (Relatório-síntese do período 1961/1966, p. 14).

O ano de 1963 foi marcado pela ampliação da área de atuação do MEB, alcançando quinze unidades da Federação, por meio de 25 emissoras, com equipes locais em 60 dioceses e, conforme mencionado, a rápida redução do número de escolas. Somado a isso, ocorreram dificuldades que obstaculizaram as atividades do Movimento e que foram declaradas pelo presidente da CNBB, em reunião com o Episcopado em Roma

[...] a área em que trabalha o MEB, isto é, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, têm características de região em desenvolvimento...o povo dá sinais evidentes de insatisfação, por motivos econômicos e sociais e, por perceber, em certos recantos do país, um tratamento feudal. São visíveis e desenvolvem-se com inesperada rapidez os processos de conscientização social e política, com sua imediata repercussão na organização profissional e social dos camponeses (Relatório-síntese do período 1961/1966, p. 12).

Aqui há indícios claros de preocupação com a mudança de rumo nas práticas educacionais desenvolvidas pelo Movimento e já delineadas no advento do I Encontro Nacional de Coordenadores, “os processos de conscientização” desembocaram no sindicalismo rural, criticados pela ala conservadora da Igreja.

A apreensão de 3.000 exemplares do livro de leitura “Viver é Lutar” (1964), sob a alegação de que era uma “cartilha comunista”, marcou o início do ano de 1964. Com o golpe militar impetrado em abril, o MEB foi caracterizado pela imprensa como um movimento “subversivo”, em consequência, em maio do mesmo ano, o CDN se reuniu para realizar uma análise situacional do MEB e decidiu pela continuação das atividades, ainda que não contasse com o apoio do governo (Fávero, 2006).

Fávero (2006) argumenta que, mesmo após o Golpe, o livro “Viver é lutar” ainda foi utilizado em alguns sistemas, nas aulas radiofônicas e em treinamentos de monitores e líderes no ano de 1965. Porém, pelo contexto político nacional que se apresentava, houve uma redução significativa dos recursos, o que ocasionou a interrupção de vários sistemas durante meses e repercutiu no número de funcionários, cujo total que, em 1963, era de 531, baixou para 473, em 1964.

No período de 25 de abril a 05 de maio de 1966, foi realizado o III Encontro de Coordenadores e elaborado um Plano de Trabalho para o corrente ano, o Programa de Estudos e o Livro de Leitura “Mutirão”, que foram submetidos à apreciação do CDN. No relatório, consta que, nesse período, houve uma certa “tranquilidade” nos trabalhos internos e observou-se interesse de organizações internacionais em conhecer a metodologia do MEB, tendo em vista a originalidade do trabalho e o respeito à pessoa humana. Nesse ano, cinquenta e quatro (54) dioceses foram atingidas; o número de monitores e líderes foram 500; no quadro do MEB, trabalharam 470 pessoas, conforme consta no Relatório-Síntese de ações do MEB que compreende o período de 1961 a 1966.

No mesmo documento, é descrita a crise financeira que marcou o exercício de 1966 e trouxe inúmeros prejuízos para o Movimento. Além do fechamento de sistemas, afetou também outras áreas, como a permanência do quadro efetivo de trabalhadores do MEB, haja vista que a verba liberada no mês de julho não foi suficiente para a admissão de pessoal e a reabertura de sistemas. A capacitação por meio dos treinamentos, tão cara ao Movimento, também foi atingida pela falta de recursos, pois apenas dois encontros nacionais foram realizados com a participação de todos.

Com o fechamento dos sistemas que funcionavam em Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Goiás devido às pressões políticas e financeiras, houve uma queda significativa, apenas 2.527 permaneceram ativas (Kadt, 2007) nos anos de 1967. Nesses termos, o pesquisador pondera que o

[...] declínio foi maior nas áreas de tensão política como o Nordeste. Além do mais, depois do golpe, os camponeses de lá perderam interesse nas escolas radiofônicas que já não podiam nem discutir os problemas reais enfrentados pelo povo, nem assegurar a promessa de uma participação política significativa para os alfabetizados. No Norte, pelo contrário, nos estados menos “politizados” da Amazônia, o Movimento continuou a ganhar terreno firmemente: isto pode ser visto pelo número absoluto de escolas em proporção ao total (Kadt, 2007, p. 154).

Apesar das pressões político-financeiras que afetaram o MEB em todas as dimensões, é necessário compreendê-lo na perspectiva de um Movimento que também foi de resistência. De acordo com Fávero (2006), desde a sua origem, o Movimento preocupava-se com as situações de injustiças, posicionando-se ao lado do povo, “polo dominado”, porém a luta de classes não se coloca até então como estratégia para o MEB.

No entanto, após o Golpe, em 1965, embora ainda não assuma essa luta como sua estratégia de ação, o Movimento posiciona-se mais fortemente a favor das classes subalternas, sem perder de vista o “compromisso do cristão com o social e o político, assumido a partir do religioso, encaminha o encontro com o ‘pobre’ e esse encontro lhe permite ver as determinações da sociedade de classes” (Fávero, 2006, p. 234). Nesse contexto, há de se destacar o papel preponderante da animação popular, que possibilitou práticas efetivas de conscientização e politização. Alguns sistemas, portanto, transformaram-se em força de resistência.

A mudança de orientação do Movimento no trabalho de conscientização dos camponeses é bastante complexa e não pode ser atribuída apenas ao populismo já presente em outros movimentos progressistas no Brasil. Considera que as duas técnicas não ideológicas internas do Movimento contribuíram com a racionalização política dele: a animação popular, o trabalho de base desenvolvido com os camponeses e a não- diretividade, desenvolvida nos treinamentos, junto aos agentes do Movimento (Fávero, 2006).

Nessa direção, Fávero (2007, p. 121) aponta que essa conduta metodológica não se limitava a simples não-direção, mas consistia em procedimentos cuidadosamente planejados com raízes na Ação Católica²⁷, influenciada pela concepção teórica do Pe. Henrique de Lima

²⁷De acordo com Fávero (2006, p. xii e xiii), o Padre Henrique Vaz influenciou fortemente as concepções da Ação Católica Brasileira e, posteriormente, o MEB. O autor destaca as “contribuições do Pe. Henrique de Lima Vaz e o papel catalisador de conceitos fundamentais, como consciência histórica e conscientização; as relações entre os diversos movimentos “progressistas” gerados a partir da Ação Católica”. Sobre a consciência histórica abordada por Vaz, ver Wanderley (1984).

Vaz que compreendia “o trabalho e a vida em equipe, o compromisso com o movimento e com a população necessitada; o método de ação, expresso pelo ver-julgar-agir²⁸, retomado e reelaborado no MEB, a revisão constante das atividades, etc..”.

Ao incorporarem o método “Ver, Julgar e Agir” nas práticas educativas do MEB, elas foram modificadas, buscando fomentar a consciência crítica por meio da análise da realidade nacional e internacional. Nesse contexto, “Ver” significa reflexão crítica, pluralidade de orientações doutrinárias, interpretações de realidade na perspectiva de diferentes concepções; “Julgar” é ação transformadora, com abrangência de atividades, desde festas religiosas até compromissos mais efetivos com organismos de classe como sindicatos, estudantes e outros e “Agir” pressupõe que os temas formativos refletissem a visão e as práticas das equipes, preparando-as para a ação (Wanderley, 1984, p. 384-386).

Dito isso, Fávero (2007) afirma que, no modelo pedagógico do MEB, devem ser considerados três elementos fundamentais: o sistema radioeducativo, a formação de quadros (pessoas que desempenhavam funções como supervisores, monitores etc.) e a animação popular. Desse tripé pedagógico, na próxima seção, será destacada a proposta de mobilização de comunidades que permeia essa ação denominada pelo MEB de Animação Popular.

2.3 A Animação Popular (AnPo)

A Animação Popular (AnPo) se originou da necessidade da equipe do MEB direcionar atividades em comunidades que não possuíam escolas radiofônicas no ano de 1962. A equipe, então, desenvolveu um método denominado “caravanas populares”, que consistia na atuação de equipes itinerantes de conscientização que viajavam para diversas localidades, em difíceis condições de acesso. Esse método foi aplicado, inicialmente, em dois sistemas: um no Nordeste, outro no Centro-Oeste. Porém, foi necessário desenvolver outras estratégias, porque, devido à ausência da programação diária de rádio e à lacuna deixada pelo espaçamento da visita das caravanas, a ação educativa ficava prejudicada (Kadt, 2007).

²⁸Método difundido pela Ação Católica nos anos 1950, suas etapas consistiam em: ver - os indivíduos observam e analisam a realidade em que vivem, buscando compreender suas nuances e desafios; Julgar- a partir da fé, interpretam a realidade à luz de seus valores e crenças, discernindo o que é justo e o que precisa ser transformado e Agir - motivados pela fé, tomam medidas concretas para transformar a realidade, buscando construir um mundo mais justo e fraterno (Wanderley, 1984).

Em razão disso, a equipe projetou um programa, em meados de 1963, de desenvolvimento da comunidade e treinamento de lideranças, na perspectiva de preencher o espaçamento das passagens das caravanas. O treinamento tinha a duração de quatro dias e apresentava tópicos de discussão como:

Realidade econômica: latifúndio-minifúndio; a falta de crédito agrícola para o pequeno produtor; imperialismo e trustes: exploração de umas regiões por outras, e de uns países pelos outros. Realidade política: Por que somente gente que tem dinheiro é eleita? Realidade social: forças reacionárias e progressistas, sendo estas camponeses, operários e estudantes (Kadt, 2007, p. 243).

Apesar do teor das discussões levantadas nos treinamentos, esse processo ainda não era chamado de Animação Popular e se diferenciava do que viria a ser esse conceito (Kadt, 2007). Conforme consta no Relatório do I Seminário de Animação Popular, é um trabalho que, por meio de seus líderes, “atinge toda a comunidade que se conscientiza, se organiza e se estrutura”. O povo é o centro de todo processo da animação popular para o desenvolvimento da comunidade, mediante a ação educativa que, ao mesmo tempo, se constitui em uma etapa da AnPo. Para serem executadas, devem observar as seguintes etapas: definição dos objetivos gerais, seleção das lideranças, realização de treinamento dos líderes e supervisão dos trabalhos, sem perder de vista os objetivos do MEB: “[...] autopromoção do homem, organização e desenvolvimento da comunidade” (Relatório de Animação Popular, 1965).

No documento também são reveladas experiências exitosas desenvolvidas pela animação popular em vários sistemas, dentre os quais, destacamos dois: o de Recife, onde foram realizados os “círculos de debate” envolvendo pessoas já alfabetizadas, cujo direcionamento dado pelas equipes do Movimento visava à execução de tarefas concretas, problematização e continuação do processo de aprendizagem pelos educandos; e a experiência de Goiás, que intensificou sua ação a partir do ano de 1963, devido à equipe local ter constatado a necessidade de aumentar o contato com as comunidades, envolvendo os monitores e promovendo “encontros” que ocorriam de forma sistemática, com vistas a um trabalho contínuo em áreas prioritárias e os “[...] encontros informais, assistemáticos, motivando para a escola radiofônica e reunindo toda a comunidade” (Relatório de Animação Popular, 1965).

No mesmo documento, ainda consta um levantamento geral da animação popular nos diversos estados, os questionários pontuavam sobre o funcionamento, a organização, as dificuldades e as necessidades para a execução da animação popular nas escolas do MEB e visavam à organização do I Seminário Nacional de Animação Popular, em 1965, pelos estados participantes, como Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Goiás. No entanto, outros estados, que também possuíam sistemas do Movimento, não foram registrados no

relatório, como Pará, Piauí, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e Mato Grosso. Não há menção no documento do motivo da omissão, visto que ele data de 1965 e os sistemas nesses estados ainda estavam ativos (Relatório de Animação Popular, 1965).

Dentre as dificuldades e as necessidades levantadas e descritas no documento, destaco as comuns a todos os sistemas tais como: dificuldade de conceituar animação popular, tanto pelas equipes locais, quanto para os monitores; as informações sobre a temática divulgadas pelo MEB nacional não foram suficientemente claras e compreensíveis; o fato da animação popular exigir maior dedicação à comunidade e ser difícil o seu acompanhamento, devido a vários fatores, dentre eles, o de logística, como a falta de transporte para percorrer as longas distâncias, situação das estradas; ausência de sistematização da AnPo, os processos detalhados da forma que deveria ocorrer; a permanência nas áreas já atendidas; e a dificuldade em escolher líderes eficientes e que comungavam com os objetivos da animação popular.

Os estudos referenciados demonstram a importância do papel da AnPo no processo de conscientização das camadas populares do meio rural como forma de promover a politização e a sindicalização local, por meio da compreensão e solução dos problemas, da ampliação da participação da comunidade nas discussões, do planejamento e das decisões coletivas que visavam ao bem comum. Não foi minha intenção aqui discutir todas as nuances que envolveram a AnPo, mas sim destacar a relevância que teve como estratégia de ação do MEB para a mobilização e o engajamento social e político da população rural nas comunidades, em especial, nas regiões consideradas subdesenvolvidas.

Percebem-se, até aqui, as concepções educativas do MEB e a expansão delas por grande parte do território nacional. Há de se lembrar também a concepção do MEB sobre a realidade brasileira, dividida em “dois Brasis” fisicamente: o território Sul, mais próspero e desenvolvido, e o Norte, mais atrasado (Souza, 2006). Nesse contexto, situa-se a região Sul do estado do Pará, uma região, à época, pouco povoada, com grandes áreas de terras devolutas e com programas de desenvolvimento regional propostos pelo governo federal. Nesse cenário, é que a proposta pedagógica emancipadora do MEB e o estímulo pelo governo federal ao avanço e à expansão do capitalismo na região se encontram.

No próximo tópico, propõe-se compreender esse cenário e os contextos de aplicação da proposta empreendida pela CNBB, nessa região, desde a sua origem, e em todas as suas dimensões.

2.4 O Movimento de Educação de Base no Sul do Pará

A exemplo das outras regiões do Brasil, as escolas radiofônicas constituíram na região Norte e, em especial, no sul paraense, o principal eixo educativo do MEB, e visavam, fundamentalmente, à integração cultural e econômica das comunidades em que eram operados os sistemas. No entanto, havia uma compreensão de que apenas a mediação desse instrumento não era suficiente para implementar a educação de base pretendida pelo MEB: “[...] não se pode deixar de lembrar que, como toda educação, a escola radiofônica não se esgota em si mesma. A escola, desta forma, deve ser entendida dentro de um conjunto maior das atividades e de vida de toda a comunidade atingida” (Centro Memória Viva, UFG (s/d). Nesse sentido, outras estratégias foram incorporadas fortemente, a exemplo da AnPo, nas ações e práticas educacionais do MEB.

O esquema operacional do movimento permaneceu inalterado por muitos anos e que ocorreram mudanças mais relacionadas ao equilíbrio de poder dentro das bases que o coordenavam do que nas questões estruturais de organização do trabalho. Lembra ainda que, em sua origem, o movimento constituía-se em um departamento da CNBB, tornando-se mais tarde uma agência independente, dirigido por um conselho de bispos e dividido em três níveis: municipal, estadual e nacional (Kadt, 2007).

Retomo para melhor compreensão da história do MEB no sul do Pará e da composição geral dos sistemas do MEB em nível nacional. Tomo como base, para estudo, os registros contidos no documento: “MEB em Cinco Anos”, segunda parte, que analisa o período operacional do movimento de 1961 a 1966.

Até 1963, o MEB atingiu quinze (15) unidades da federação, compreendendo os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Com exceção dos estados do Amazonas e Paraíba, que iniciaram em 1963, os demais já funcionavam anteriormente a esta data (MEB em Cinco Anos, Segunda Parte – 1961-1966).

Apesar do número expressivo, a Equipe Nacional buscou desenvolver, nos sistemas, uma unidade nacional, com os mesmos fins, objetivos e orientações, evitando “estruturas paralelas” que se interceptassem. A orientação às equipes, inclusas as administrativas, foi a de que utilizassem os mesmos critérios em prol do movimento. Enfatiza ainda a necessidade de estabelecer parceria com pessoas e entidades locais, estaduais, nacional e internacional, tendo em vista sua ação educativa global (MEB em Cinco Anos, Segunda Parte – 1961-1966).

Consta no mesmo documento, que ao instalar os sistemas, a Equipe Nacional preocupou-se em atingir as áreas subdesenvolvidas, com aumento significativo do número e em proporcionar condições de funcionamento, de acordo com as perspectivas e objetivos da educação de base proposta pelo MEB. Por isso, os onze (11) sistemas iniciais de 1961 cresceram para trinta e um (31) em 1962, e aumentaram para cinquenta e nove (59), em 1963, expandindo-se principalmente para a parte leste do Nordeste e da região Amazônica. Este último período foi considerado extremamente produtivo. No entanto, houve redução dos sistemas para cinquenta e quatro (54) e cinquenta e um (51), nos anos 1964 e 1965, respectivamente.

Também foram registradas interrupções e retomadas dos sistemas durante esse período, atribuídos principalmente à falta de recursos e a questões políticas, embora esse último motivo não estivesse claramente mencionado no relatório. Apesar de ter iniciado seus sistemas de escolas radiofônicas concomitantemente à criação do MEB, no caso do estado do Pará, com o sistema de Bragança, funcionando a partir de 1961, o de Conceição do Araguaia, iniciado em 1962; o do estado do Amazonas, em 1963; e o de Rondônia em 1964 (MEB em Cinco Anos, Segunda Parte – 1961-1966).

A região Norte foi considerada pela Equipe Nacional como menos politizada, e após o Golpe Militar de 1964, essa região passou a ser o centro gravitacional do movimento. Kadt (2007) afirma que isso decorreu devido a diversos fatores, dentre os quais destacou o fechamento dos sistemas de Pernambuco, no final de 1966, os da Bahia, Minas Gerais e Goiás no início de 1967, somado à perda do caráter mobilizador do movimento relativo às “[...] causas sociais, econômicas e políticas da condição dos camponeses” (Kadt, 2007, p. 234), baseadas nas experiências nas áreas subdesenvolvidas do Brasil. O pesquisador ainda argumenta que

[...] no final de 1965, o Norte contribuía com 23% de todas as escolas radiofônicas, 20% dos alunos e 16% do pessoal local (sem contar aqueles que trabalhavam no Nacional, no Rio). Dois anos mais tarde, após o encolhimento do Movimento para 21 sistemas, as escolas radiofônicas do Norte passaram a constituir 75% do total, os alunos de lá representavam 53%, e os 80 funcionários da área eram 44% do pessoal trabalhando fora do Rio de Janeiro (kadt, 2007, p. 234).

No ponto de vista de Rapôso (1985), em meados dos anos 1967, a Equipe Técnica Nacional do MEB estava enfraquecida, pois contava apenas com três membros e o fechamento dos sistemas onde ocorreram as experiências mais significativas do Movimento levaram a equipe a tentar manter a unidade, em torno dos princípios e objetivos que nortearam as ações do MEB, desde a sua origem, nos sistemas restantes. Esse discurso foi enfatizado durante a realização do VI Encontro de Coordenadores ocorrido naquele ano.

Nesse sentido, Fávero (s/d, p. 5-7) assevera que o MEB pode ser compreendido em duas fases: a primeira, no período de 1961 a 1967, vai do “deslanche das ações iniciais” à criação dos grandes sistemas do Nordeste, Amazonas e Centro-Oeste e o de Minas Gerais. Houve, nesse período, o apogeu da expansão das escolas radiofônicas, as assessorias às comunidades rurais e a ênfase na Animação Popular e, por fim, o encolhimento do Movimento devido a crises político-ideológicas e financeiras; na segunda fase, de 1967 a 1971, os sistemas remanescentes dos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Pará e Amazonas foram obrigados a regredir à educação fundamental.

Fávero (s/d, p. 5-7) destacou ainda, que houve tentativas de regionalização dos sistemas do Norte e Nordeste, quando foi proposto que nessas regiões a programação e a elaboração do material didático fossem específicas para cada estado. A segunda fase foi marcada por crises, inclusive de ordem administrativa. No final de 1967, houve recomposição do Secretariado Nacional, sendo materializado no percurso do ano de 1968, quando o controle do Movimento foi consolidado pelos bispos num ambiente político e social inseguro, gerado principalmente pela promulgação do AI-5, no final daquele ano. Diante disso, os bispos delinearam outra linha de ação para o MEB, em que priorizava a alfabetização e a evangelização das camadas populares.

Ainda me referindo aos escritos de Fávero, coube à Equipe Nacional, diante do contexto que se apresentava, implementar novas propostas que resultaram na “tecnificação do trabalho educativo”, que consistia em adaptar autores estrangeiros da área da psicologia como Piaget e Kurt Lewin, da Sociologia do Desenvolvimento como Gunder Frank, e da Educação como Rogers e Furter, dentre outros. O MEB, nessa segunda fase, distanciou-se da formação proposta na primeira fase de sua existência.

Depreende-se que, desde a criação do MEB, os sistemas do Nordeste, Centro-Oeste e Minas Gerais ocupavam a centralidade das ações desencadeadas pelo MEB Nacional, situação que foi modificada após os militares tomarem o poder. Na concepção de Kadt (2007), além das dificuldades financeiras e sócio-políticas enfrentadas pelo movimento, os camponeses dessas regiões também perderam interesse pelas escolas radiofônicas, uma vez que não lhes era permitido discutir os problemas reais enfrentados pelas comunidades nem assegurar uma participação política significativa para os alfabetizados, enquanto “[...] no Norte, pelo contrário, nos estados menos ‘politizados’ da Amazônia, o Movimento continuou a ganhar terreno firmemente” (Kadt, 2007, p. 154).

Até aqui, observa-se que os sistemas das escolas radiofônicas foram, paulatinamente, perdendo força nas outras regiões enquanto ocorria o contrário na região Norte. As práticas cotidianas desses sistemas, como conjuntos de ações e práticas que deixaram marcas significativas na história do MEB, foram influenciando e sendo influenciadas pelo discurso que se fazia em torno deles, pelo contexto específico em que estavam localizados e pelos agentes envolvidos que os coordenavam.

Na Amazônia Paraense, o primeiro sistema do MEB foi instalado em Bragança, em 1961. O de Conceição do Araguaia foi o segundo, em 1962, e sua história se confunde com o da entidade em nível nacional, com vistas a encaminhar a alfabetização de adultos por meio das escolas radiofônicas. A região do sul paraense também foi nomeada pelos agentes do MEB como região do Araguaia, devido à tarefa primordial de “[...] acompanhar as escolas radiofônicas espalhadas ao longo das comunidades e ribeirinhas do Araguaia e de seus afluentes” (Andrade, 1991, p. 7).

Para compreender a atuação do Movimento nessa parte da Amazônia, é necessário que façamos uma contextualização histórica do município de Conceição do Araguaia e sua vasta configuração territorial. Tomo como base, para essa análise, o postulado de Chartier (2002), quando ele enfatiza como a realidade é construída de maneira diversa e contraditória pelos diferentes grupos sociais. Essas configurações não são simplesmente reflexos da realidade, mas construções ativas que moldavam a percepção e a compreensão do mundo, ou seja, como a prática educativa do MEB foi solidificando a sua presença e a influência nas comunidades rurais. Pode-se afirmar que essa prática educativa estava profundamente enraizada na área cultural e social e influenciava como os seus agentes percebiam e interagiam com o mundo.

A ocupação do Sul do Pará se deu por volta do século XIX, com as primeiras fazendas instaladas em terras indígenas e a base econômica se assentava na extração dos recursos naturais da região. De acordo com Feitosa (2003), o município de Conceição do Araguaia, desmembrado do município de São João do Araguaia em 1908, teve sua população formada, em grande parte, por brasileiros de outros estados da federação, em especial os do Maranhão e de Goiás. Por um longo período, o caucho (*castilloa elastica*)²⁹ foi o principal produto de extração e, com a decadência da sua economia, o município acabou sendo extinto, após a chamada Revolução de 1930, sendo que, no ano de 1933, sua autonomia política foi restabelecida (Feitosa, 2003, p. 25).

²⁹Caucho, borracha inferior à seringa (*Hevea brasiliensis*), é fornecida pela (*Castilloa elástica*). A árvore chega a alcançar de 15 a 20 metros de altura e meio metro de diâmetro. (Ianni, 1979).

Com o advento do Golpe Militar de 1964, os militares lançaram o projeto de colonização da Amazônia, desencadeado ao longo de seus governos com o slogan “[...] terras sem homens para homens sem terras”, fez com que o Sudeste paraense fosse habitado sem planejamento (Feitosa, 2003, p. 25).

Neste contexto, Lima e Pereira (2018, p. 1) destacam a construção das rodovias “[...]Transamazônica e PA-150 e a implantação de grandes fazendas para a criação de gado bovino, com recursos dos incentivos fez surgir e intensificar diversos conflitos por terras envolvendo latifundiários, posseiros e agentes dos aparelhos do Estado”. Foi nesse cenário que a Igreja Católica se envolveu nas questões agrárias da região do Sul paraense, por meio dos membros do MEB e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, além desses, os representantes dos sindicatos rurais, que também foram protagonistas nas lutas empreendidas pela conquista da terra.

A região também conhecida como Araguaia paraense³⁰ ficou afamada nacional e internacionalmente, conforme destaca Pereira (2004, p. 79), como “[...] umas regiões mais conflituosas do Brasil, tão noticiada pela imprensa e citada na literatura sobre a problemática da terra”. Muito se falou, principalmente, da mobilização dos trabalhadores rurais junto aos sindicatos, partidos políticos e do apoio de setores progressistas da Igreja Católica. O pesquisador aponta que essa delimitação resultou muito mais das questões sociais, fundiárias, mediadas pela Igreja Católica (setor progressista), pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), por organismos e pessoal de Estado do que devido aos aspectos físicos.

Assim, faz-se necessário conhecer a história de Conceição do Araguaia, desde a sua origem, para melhor compreensão do Movimento que, em conjunto com outras entidades sociais, desenvolveu ações que o distinguiram dos outros sistemas radioeducativos do MEB espalhados pelo Brasil, no município que foi um dos maiores, em extensão territorial do país, com características sociopolítico e econômica bastante complexas. É o que apresento na próxima seção.

³⁰Os estudos de Pereira (2004, p. 31) assim denominam esta região para melhor compreensão de seu objeto, que são os conflitos agrários da região. Essa terminologia se aproxima da utilizada pelos agentes do MEB que atuaram na região de Conceição do Araguaia onde o sistema operava. Conforme os estudos de Pereira (2004) apontam, a região compreende “[...] 11 municípios correspondem ao antigo município de Conceição do Araguaia (antes de 1961) e coincide, mais ou menos, com os limites da Diocese de Conceição do Araguaia, com uma área de 52.569,07, Km² (IDESP/SEPLAN) e uma população de 266.098 habitantes, sendo 171.232 na zona urbana e 94.866 na zona rural (IBGE, 2000). Os municípios são: Conceição do Araguaia (1908), Santana do Araguaia (1961), Xinguará, Rio Maria e Redenção (1982), Santa Maria das Barreiras e São Geraldo do Araguaia (1988), Pau D’Arco (1991), Floresta do Araguaia e Sapucaia (1993) e Piçarra (1995)”.

2.4.1 A formação do Município de Conceição do Araguaia

Estudos sobre a Amazônia e sua geografia, demografia, formação social e econômica trazem sempre, ainda que de forma transversal, a relação profunda que a sua população tem com esse território. A apropriação/desapropriação da terra ou busca pelas suas riquezas naturais constituem disputas constantes nesta vasta área onde se originou a cidade de Conceição do Araguaia. Embora não seja o foco deste estudo, discutir os conflitos territoriais e agrários no sul do Pará, essa abordagem é imprescindível para compreender as condições materiais e imateriais da atuação do Movimento nessa região.

Em 1896, um explorador francês, chamado Henry Condreaux, esteve na região a serviço do governo do Pará e, na expedição, conheceu as riquezas dos territórios da população indígena Karajás e Kayapós (cacau, castanha, madeira, animais, peles, óleos e outros) e encontrou outros exploradores da seringueira (*hevea brasiliensis*) e do caucho (*castilloa elástica*). Em 14 de abril de 1897, o frade francês, da ordem Dominicana, Frei Gil de Vilanova escolhe a margem esquerda do Rio Araguaia, em função da série de taludes elevados, informação obtida do encontro que tivera com o explorador Condreaux. As motivações para a instalação era a de catequizar os indígenas da região (Gallais, 1942).

O novo povoado chamou a atenção de pessoas de outras regiões, ocasionando o crescimento inesperado da população, como também a pujante riqueza da região atraiu os “seringueiros” que se embrenhavam na mata para explorar o caucho nas proximidades das regiões do Araguaia e Xingu. Como consequência, houve exploração da mão de obra dos indígenas para extração, carregamento e transporte da borracha. O pequeno povoado encontrava-se em efervescência econômica (Almeida, 2011).

[...] as centenas de aventureiros que, atraídos pelo caucho, afluíam de todos os recantos do Brasil e mesmo dos países estrangeiros, entregavam-se em Conceição a todos os vícios, antes de penetrarem no "inferno verde", ou quando dele escapavam. O dinheiro outrora tão escasso corria agora à vontade. As lojas repletas de objetos de luxo, comestíveis e bebidas sobretudo, ofereciam meios fáceis de vida larga e dissoluta. Bailes e orgias sucediam-se à noite, com violentos e prolongados tiroteios. Aquele que na mata vendia uma caixinha de fósforos a dois mil reis, podia em Conceição comprar uma caixa de balas Winchester por três mil reis apenas. Os vadios e bêbados não receavam gastar munições à vontade. Os pacatos moradores da vila começaram, por sua parte, a vender a preços inauditos os produtos das suas roças e dos seus engenhos. Conhecemos então alguns deles que, até essa data, usavam sempre as simples calça e camisa de “algodão da terra”, e calçavam o pobre chinelo de couro de veado ou de tatú, metidos agora e de repente em custosos ternos de casimira e de brim fino, pisando ridículos em sapatos de verniz. Umas coitadinhas chegaram a deixar o modesto véu de pano branco, para ostentarem, nas missas Dominicais, chapéus extravagantes trazidos de Belém ou da Bahia (Audrin, 1946, p. 87 *apud* Pereira, 2004, p. 33).

As transformações socioeconômicas ocorridas nesse primeiro ciclo da borracha contribuíram para que Conceição do Araguaia e arredores se expandissem com extrema rapidez, contribuindo para que os povoados fluíssem próximos a campos, matas e beiras de rios, dos sítios e das fazendas (Pereira, 2004).

Figura 3 - Povoado de Conceição do Araguaia no início dos anos 1900



Fonte: Almeida (2011, p. 16).

O registro fotográfico acima, extraído da edição comemorativa do centenário da caminhada eclesial da Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia, “Revelando o rosto de Deus na terra das ‘bandeiras verdes’”, realizado em Conceição do Araguaia em julho de 2011, expõe o cenário descrito por Audrin (1946), contrastando, no mesmo ambiente, os indígenas, nus e os moradores do pequeno povoado que, vestidos em seus ternos de linho, ostentavam a riqueza proveniente do 1º ciclo da borracha. As moradias feitas de palha antagonizam com o vestuário dos sujeitos retratados.

Após o período de apogeu, em 1911, veio a crise na exploração da borracha, ocasionando aos “barões da borracha” a perda de poder e das suas fortunas. O trabalho escravo exercido pelos seringueiros da Amazônia atraiu a atenção internacional, os comerciantes perderam o crédito dos exploradores, assim, houve uma reorganização da estrutura econômica ligada à terra, criação de sítios, onde anteriormente era área dos seringueiros, formação de povoados ou núcleos de sítiantes, nos quais grande parte da população produtiva passou a praticar atividades agrícolas, pecuária, pesca e outras (Ianni, 1978).

Em seus estudos sobre Conceição do Araguaia, Pessôa (2013) aponta que o período que se estende de 1912 a 1960 não sofreu grandes variações em sua base econômica, mantendo-se o extrativismo e o comércio de mercadorias transportados pelos rios Araguaia e Tocantins, além

do incremento da agricultura e da pecuária no quadro econômico e social do município, que possuía a quadragésima maior cidade do país, com seus 41.427 quilômetros quadrados de território, porém a densidade demográfica era muito baixa, principalmente no meio rural, uma vez que, em 1920, havia trinta e um (31) estabelecimentos que produziam culturas variadas (arroz, milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana de açúcar, café) e os engenhos produtores de açúcar, aguardente e álcool; na pecuária, destacava-se a criação de bovinos e suínos.

A relação da população com a terra era bastante simples no período que compreende o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Devido à abundância de terras e ao custo reduzido, os camponeses escolhiam uma parcela para uso, criando animais, abrindo clareiras, derrubando a vegetação e fazendo queimadas com técnicas simples para iniciar o cultivo. Dessa maneira, aqueles que tinham mais recursos conseguiram formar seus latifúndios, criando gado livremente em campos sem cercas (Pereira, 2004).

Essa configuração do território e da vida socioeconômica de Conceição do Araguaia foi, fortemente, impactada a partir dos anos 1960. Nessa perspectiva, Pereira (2013, p. 40) afirmou que, no final desse mesmo ano, a economia que era definida pelos rios foi substituída pelas rodovias, alterando a vida cotidiana da população, conforme afirmou o pesquisador:

[...] a abertura dos 221 quilômetros da PA-70 (hoje BR-222), entre 1963 e 1969, permitiu, ainda que de forma precária, o tráfego entre Marabá e a rodovia Belém-Brasília. Nesse mesmo período, foram construídos 133 quilômetros, entre Conceição do Araguaia e a Belém-Brasília, passando pelas cidades de Couto Magalhães e Guaraí (TO). Se estas estradas permitiram o contato com o Centro-Sul do País, a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), no início de 1970, ligou o sul e sudeste do Pará ao Nordeste brasileiro. Com a conclusão do trecho, em 1971, entre o rio Araguaia (Porto da Balsa) e a cidade de Marabá, possibilitou-se o estabelecimento de uma linha de ônibus entre esta e as cidades de Imperatriz (MA), Teresina (PI) e Araguaína (TO). Essas estradas passaram, aos poucos, a mudar o ritmo do lugar, impondo outras formas de trabalho, de relações, de sociabilidades e de vivências. O caminhão, o automóvel e o ônibus transportavam mercadorias, correspondências, pessoas e novos hábitos. Chegavam não só passageiros, mas também caminhões de mercadorias do Centro-Sul que na volta levavam tábuas de mogno explorados nas matas por 42 madeireiros de diversos lugares, especialmente aqueles de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná que tinham um montante de capital investido fortemente na exploração da madeira. Revendedores de confecções, de tecidos e de artigos de luxo (jóias, relógios, etc.), entre outros, faziam agora o caminho mais rápido (Pereira, 2013, p. 40).

Aliada ao incremento e às construções de vias de acesso rodoviário que ligavam o Norte com o Centro-Sul e o Nordeste, havia ainda as políticas desenvolvimentistas do governo federal que defendiam a ocupação da Amazônia, o que despertou o interesse de empresários e migrantes pobres que partiram para a região em busca de trabalho e terra. Em 1965, a população de Conceição do Araguaia era de 11.451 habitantes, com densidade demográfica de 0,27, mas houve um salto exponencial, em 1970, para 28.572 habitantes, com densidade demográfica de 0,96 (IBGE, 1970), conforme os estudos de Pereira (2013).

Nessa perspectiva, em 1974, ocorre uma mudança estrutural na posse da terra, predominando o latifúndio, uma vez que apenas 9,5% das pessoas tinham o Domínio de 60,6% da área que ocupavam para explorar, além disso, o período de 1970 a 1980 foi marcado pelo desmembramento político-administrativo do município de Conceição do Araguaia, que deu origem a outras cidades, com autonomia administrava (Pessôa, 2013).³¹

Importante ressaltar que o povoamento da região se intensificou pós-golpe civil militar de 1964, sobretudo após a guerrilha do Araguaia envolvendo negócios em setores como exploração de madeira e criação de gado, o que ia de encontro à economia camponesa, até então predominante. Os pequenos produtores, “na condição de trabalhadores autônomos, acabaram sendo incorporados pelo processo de privatização crescente das terras do Araguaia, comprometendo sua existência nas áreas de fronteira” (Pessôa, 2013, p. 78). Nesse sentido, a exploração do mogno existente na região favoreceu o rápido povoamento, mas contribuiu com o desmatamento, provocando destruição de florestas nativas (Feitosa, 2003).

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento político, organizado pelo PC do B e outros grupos contrários à ditadura, que tinha como objetivo derrubar a ditadura militar. Teve início na década de 1970 e terminou oficialmente no início de 1975, sendo que a maior parte dos militantes se concentraram no sul do Pará, principalmente no povoado de São Geraldo do Araguaia, o que ocasionou uma forte presença do Exército Brasileiro na região que pertencia ao Município de Conceição do Araguaia. Pequenos agricultores foram presos, mesmo sem ter nenhuma relação com a guerrilha (Feitosa, 2011, p. 64). Essa temática será transversal no decorrer da escrita.

Assim, do extenso território do município de Conceição do Araguaia, originaram-se outras cidades: Sant’Ana do Araguaia, que já havia sido desmembrada em 1961, seguida por Redenção, Rio Maria e Xinguara (1982) e Floresta do Araguaia (1993), sempre seguindo a lógica da reprodução de latifúndios em seus territórios, dominados por grandes empresas, corporações ou mesmo por um grupo de famílias que adquiriram grandes porções de terras por meio de incentivos fiscais do governo estadual, ou mesmo por grilagem de terra, um costume

³¹De acordo com Pessôa (2013, p. 77-78) a composição do município em 1974 estava assim composta: Conceição do Araguaia (Cidade), Alacilândia (Povoado), Pedreiras (Povoado), Volta Nova (Povoado), Rio Maria (Povoado), Santo Antonio (Povoado), Redenção (Povoado), Boa Sorte (Povoado), Floresta (Povoado), Baixa Verde (Povoado), Arraias (Povoado), Cocal da Serra (Povoado), Mato da Anta (Povoado), Bom Jesus (Povoado), Osvaldelândia (Povoado), São Geraldo do Araguaia (Vila), Santa Cruz dos Martírios (Povoado), Itaipavas (Povoado), Ilha de Campo (Povoado), Luzilândia (Povoado), Pedra-Branca (Povoado), Santa Luzia (Povoado), São Domingos (Povoado), Sant’Ana do Araguaia já havia sido desmembrada, nesta configuração apresentada pelo autor, em 1961, seguidos por Redenção, Rio Maria e Xinguara (1982) e Floresta do Araguaia (1993).

da época (Pessôa, 2013), que culminou em conflitos agrários, em luta pela terra, compreendida na análise de Pereira (2013) como

[...] aquela que, necessariamente, envolveu as disputas entre trabalhadores rurais e fazendeiros, empresários ou comerciantes pela apropriação da terra de áreas devolutas e mesmo de imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos. No entanto, em sua complexidade, os conflitos por terra no Pará envolveram instituições do Estado como o INCRA, a Polícia Militar (PM), a Polícia Civil, a Polícia Federal e Juízes de direito das comarcas locais; entidades de mediação, como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) e a Igreja Católica, por meio de seus agentes de pastorais, padres, freiras e bispos; além de milícias privadas e matadores de aluguel, como pistoleiros e outros agentes (Pereira, 2013, p. 13-40).

Nesse processo de “colonização” da região do Araguaia, as disputas por território entre os “polos dominantes” e “polos dominados”, termo empregado pelos agentes do MEB para nomear as classes antagônicas que compunham o meio rural, serão detalhadas no percurso deste estudo, por entender que a atuação do movimento na região mistura-se à própria história dos embates por terra, ao assessoramento e fortalecimento dos sindicatos rurais, às dimensões políticas e sociais presentes nesta parte da Amazônia paraense.

Essa abordagem histórica sobre a formação geopolítica do município de Conceição do Araguaia conduz a outra abordagem que anuncia a instalação do sistema radioeducativo do MEB na região. A partir das primeiras experiências das Escolas Radiofônicas do MEB, iniciadas na Diocese de Natal em 1961, a Equipe Nacional não mediu esforços para manter uma identidade única para o movimento. No entanto, no decorrer dos anos, o MEB passa a ser o somatório de experiências das equipes que o compunham, nas diversas regiões do país.

Estudar o MEB de Conceição do Araguaia, desde a sua origem, perpassando pelos anos 1970 e meados dos anos 1980, requer a imersão na história e nos seus condicionantes sociais, políticos e econômicos, assim como no contexto da diocese e da região onde o MEB forjou essa identidade. Essa imersão será tratada na próxima seção.

3 NÓS, DO MEB DO ARAGUAIA

O MEB influenciou muito e te digo mais, formou lideranças sindicais que atuaram depois aqui, com o impacto do chamado desenvolvimento econômico provocado na região, porque infelizmente a história é contada pelos vencedores, do ponto de vista dos vencedores. O que é desenvolvimento, do ponto de vista dos vencidos? Desenvolvimento que mata? Desenvolvimento que explora? Desenvolvimento que sonega? Que desenvolvimento é esse?
João Carlos Ramalho (Entrevista concedida em 12 de julho de 2021)

No recorte acima, João Carlos Ramalho ressalta um ponto crítico na análise histórica e social do desenvolvimento econômico e do papel do MEB na formação de consciência e lideranças, especialmente em contextos sindicais. O MEB, ao educar e politizar os trabalhadores rurais e outros grupos marginalizados, desempenhou um papel significativo na formação de lideranças que, posteriormente, atuaram em sindicatos e em outras formas de organização social e política.

A ênfase na história "contada pelos vencedores" ressalta a necessidade de reconhecer e valorizar as narrativas e experiências dos grupos marginalizados ou "vencidos" que, frequentemente, são excluídos nas narrativas dominantes sobre o desenvolvimento e o progresso. Partindo desses pressupostos, busco, nesta seção, discutir as evidências históricas do MEB e do Sistema Radiofônico de Conceição do Araguaia, as suas ações socioeducativas apresentadas no projeto desenvolvimentista do governo civil militar e dos conflitos agrários do sul paraense.

O período aqui focalizado abrange de 1962 até o meio da década de 1970. Não estabeleço uma narrativa histórica linear, embora, por vezes, seja necessário retroceder, cronologicamente, no diálogo com os documentos e com as fontes orais, que possibilitaram interpretar o MEB e sua trajetória, naquela realidade material complexa em que atuaram os seus agentes. Nesse sentido, coloco-me no lugar do narrador-historiador que, na visão de Pesavento (2004, p. 50-51), se “[...] vale de provas – os indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados que, mais do que explicar, operam como recurso de autoridade à fala do historiador”.

Que vínculos esse sistema educativo radiofônico pioneiro no sul paraense estabeleceu, nos primeiros anos de funcionamento, com os demais sistemas nacionais e regionais, a fim de nortear a sua ação educativa? Quais práticas e representações político-pedagógicas foram incorporadas ao sistema radiofônico do Araguaia, tendo em vista à institucionalização do MEB por meio de um acordo firmado entre Estado e Igreja? Quais as percepções e a compreensão dos educadores/supervisores do MEB que conduziram esse processo em sua fase inicial? Essas indagações me conduziram à compreensão da metodologia adotada pelo MEB, em nível nacional, principalmente quando ele foi criado, com vistas à alfabetização de adultos e, em nível local, quando foram instaladas as escolas radiofônicas espalhadas ao longo das comunidades ribeirinhas do Araguaia e seus afluentes, com suas próprias representações culturais.

Roger Chartier (2002, p.17) aponta que “[...] as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu Domínio”. Esses pressupostos conduziram a escrita desta seção, em que apresento e problematizo as fontes históricas articuladas ao referencial teórico e aos testemunhos das fontes orais que possibilitaram a compreensão dos caminhos trilhados pelo MEB no sul paraense em sua fase inicial, no período que abrange a sua implantação em 1962 até meados dos anos 1970.

3.1 E o MEB chega à Conceição do Araguaia

A chegada do MEB à Conceição do Araguaia ocorreu em 22 de abril de 1962, em plena festa da Páscoa. Em caráter experimental no Ambulatório São Lucas, entrou no ar a Rádio Educadora do Araguaia. Possivelmente, aquele foi um momento festivo. A próxima etapa consistiu na formação dos supervisores e monitores para atuarem nas escolas radiofônicas. A intermediação da implantação do sistema foi viabilizada pela Missão Dominicana. Por conseguinte, no dia 24 de março de 1963, a Rádio Educadora do Araguaia entrou no ar em caráter definitivo (Almeida, 2011, p. 53).

A ideia da rádio surgiu de conversas entre o frei Alano Porto de Menezes e o frei Tomás Balduino³², com vistas a estabelecer comunicação com os povos isolados dos campos, das matas e das “beiras” do rio Araguaia. Os anos de 1959 e 1960 foram de diálogos com a CNBB,

³²Supervisor da Missão Dominicana em Conceição do Araguaia trabalhou por duas vezes na Prelazia, entre os anos de 1957 e 1966. Frei Tomás Balduino, em 1957, foi nomeado superior da Missão dos Dominicanos da Prelazia de Conceição do Araguaia, permanecendo até 1964. Em 1965, foi eleito Prelado coadjutor da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia, hoje Diocese de Santíssima Conceição do Araguaia (Almeida, 2011, p. 52-53).

para em 8 de julho de 1961, chegar à cidade, transportado por avião Douglas DC3, da Força Aérea Brasileira, o aparelho transmissor de 250 W. Em setembro do mesmo ano, foi iniciada a campanha para as Escolas Radiofônicas. Para melhor compreensão do leitor, detalho o processo histórico da Rádio Educadora que se mescla com a própria história do MEB, em todas as suas dimensões: educacional, cultural, territorial e político-social.

Em documento intitulado “Rádio Educadora do Araguaia”, frei Alano Porto Menezes abordou sobre os dados históricos da criação do sistema radioeducativo do MEB de Conceição do Araguaia, com os registros de trechos de cartas trocadas entre ele e o frei Tomás Balduino, nos quais é possível observar algumas de suas percepções acerca do contexto socioeconômico da região e da forma de vida da população do município³³.

Em correspondência datada de 09 de outubro de 1961, frei Tomás externou a necessidade de “[...] tocar com energia a Rádio Escola, pois é necessário cada vez mais nessa terra de ninguém, que está virando terra de latifundiários e onde o povinho caminha para uma escravidão aos interesses dos espertos e as mentiras dos políticos” (Coleção Memória Dominicana, s/d, p.6). No mesmo documento, consta que frei Tomás relatou a frei Alano ter conseguido, em março de 1962, do Ministério da Educação e Cultura, material escolar para cem (100) escolas radiofônicas, quantidade considerada por ele suficiente naquele momento. O documento também traz algumas impressões sobre a região:

[...] ali, o lavrador sem técnica, primitivo, ignora o país e a si mesmo. Brasileiros esquecidos, poderiam, através do sistema de rádio, habitando em palhoças de najá ou piaçaba, iniciar aos 30, 40, 50 anos a aprender o be-a-bá, e o mais importante, ao nosso ver chegar até ele o Evangelho de Jesus (Coleção Memória Dominicana, s/d, p.4).

No primeiro momento, observa-se que, no entendimento de frei Tomás Balduino, a Rádio³⁴ seria um importante instrumento de conscientização e libertação dos povos que habitavam o meio rural, oprimidos pelo avanço do latifúndio e da submissão política; no segundo momento, ele refletiu sobre as condições da vida material desses brasileiros e desenhou possibilidades de alfabetização de jovens e adultos, assim como a intencionalidade de colocar em prática a evangelização. Nessa perspectiva, frei Tomás apresenta, em suas percepções, as dimensões gerais do MEB que atuavam a favor da transformação social por meio da ação direta dos seus agentes com as comunidades rurais (Souza, 2006).

³³Para Certeau (2014), as práticas cotidianas permitem que o homem ordinário reinterprete e dê novo significado a um espaço específico, efetivamente territorializando-o.

³⁴ As escolas radiofônicas utilizadas como táticas de subversão estão presentes em todas as áreas onde o MEB atuava, visando marcar sua presença no espaço cotidiano (Certeau, 2014).

No contexto das ideias de Certeau (2014), as escolas radiofônicas do MEB do Araguaia, desde a sua implantação, podem ser compreendidas como táticas de subversão que marcam a presença do movimento no espaço cotidiano das comunidades onde atuavam. Nesse sentido, serviam como uma forma de intervenção educativa e cultural nas comunidades rurais dominadas pelo poder econômico e político dos latifundiários. Ao utilizar o rádio, um meio de comunicação acessível, para educar e informar as pessoas, subvertiam as normas dessas estruturas de poder. Ao fazer isso, o MEB, por meio da Rádio Educadora, não apenas educava, mas também marcava sua presença influente e transformadora no cotidiano dos homens e mulheres do campo. Isso exemplifica a noção de Certeau (2014) sobre a capacidade das práticas cotidianas de transformar e reinterpretar espaços, utilizando-os para fins que diferem ou até desafiam as intenções originais de seus criadores ou controladores.

Nas cartas enviadas a frei Alano por frei Tomás, havia a preocupação de que a Rádio Educadora fosse ouvida pelo maior número de pessoas do meio rural. No entanto, vários obstáculos ocorreram, desde a fraca potência que foi concedida pelos órgãos do governo, 1250 khz, que não alcançava toda a extensa área do município, além da dificuldade em instalar as torres, superada, posteriormente, com a instalação de 2.390 kilociclos³⁵. Na ocasião, frei Tomás reclamou da falta de atenção da *Philips* durante o processo e alegrou-se com a entrada da Rádio Educadora na Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC) (Coleção Memória Dominicana, s/d).

Passada essa primeira fase de estruturação da aparelhagem, frei Tomás ressaltou o aumento dos pedidos de Rádio-Escolas e a necessidade de formação dos supervisores e monitores e das pessoas que trabalhariam na rádio. Em trecho de carta enviada a frei Alano em 17 de julho de 1962, afirmou ter conseguido bolsa de treinamento para supervisores das Rádio-Escolas para quatro (4) pessoas: “[...] vai ser em Campo Grande no Mato Grosso. É pela RENEK. Já essas meninas esperando isto em Conceição. Além disso, a Phillips está oferecendo um lugar para formar um consertador de transistor” (Coleção Memória Dominicana, s/d, p. 9).

A historiografia do MEB registrou que, a princípio, a igreja, ao implantar as escolas radiofônicas, visava promover a educação de base, com papel de destaque para o desenvolvimento, a fim de elevar o baixo nível dos padrões de vida da população que habitava o meio rural (Kadt, 2007; Fávero, 2006; Wanderley, 1984), e isso não foi diferente em Conceição do Araguaia.

³⁵Ondas tropicais.

Em que pese a ausência de rodovias, o isolamento da região, no início dos anos 1960, era entrecortado pela navegação fluvial que demorava semana ou meses, a depender do destino e pelo Correio Aéreo Nacional, que via FAB, entregava correspondência duas vezes ao mês. A comunicação de Conceição do Araguaia com outras regiões do Brasil era bastante precária. Vislumbrava-se, naquele contexto, o papel preponderante que a Rádio de Conceição do Araguaia passou a exercer nas comunidades ribeirinhas locais por meio da comunicação de sua programação mais geral, que englobava mensagens à população rural, momentos de evangelização e transmissão de aulas para as escolas radiofônicas. Esse conjunto de atividades refletia a prática cultural pretendida para a Rádio Educadora do Araguaia, conforme descreve o seu Estatuto.

Destaco, então, o documento intitulado “Rádio Educadora do Araguaia – SETRAR, Missões Dominicanas, Conceição do Araguaia-Pará. ESTATUTO”, produzido no ano de 1961.

Sob a denominação de Rádio Educadora do Araguaia, fica constituída uma sociedade civil, que se regerá pelas leis em vigor e pelas disposições seguintes:

1º Seu fundo social é formado por doações concedidas pelos poderes públicos federal, estadual e municipal, por particulares, bem como pelos seus membros.

2º Tem por finalidade o estabelecimento e manutenção de Rádio Escolas destinadas à alfabetização, à educação de base, à promoção da saúde e à orientação de trabalho em geral do homem rural, habitante de toda a região circunvizinha de Conceição do Araguaia, tanto do Estado do Pará, como dos estados de Goiás e do Mato Grosso.

3º A sede e foro é em Conceição do Araguaia, no Estado do Pará.

4º Sua duração é por tempo indeterminado.

5º A Rádio educadora é dirigida por um presidente, um secretário e um tesoureiro, eleitos trienalmente por seus membros.

6º A sociedade compõe-se de cinco membros, sendo que os membros reunidos escolhem novos membros sempre que o número de cinco não estiver completo.

7º Estes estatutos são reformáveis por deliberações de dois terços dos membros.

8º Os membros não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

9º A sociedade só se extingue por deliberação de dois terços dos sócios.

10º No caso de extinção da sociedade seus membros devem deliberar sobre a destinação a ser dada a seu patrimônio, o qual só pode ser transferido a obra congênera.

11º São sócios fundadores e constituem a primeira diretoria os Srs.: Frei Tomás Balduino (nome civil: Paulo Balduino de Souza Décio); Secretário: Frei Alano Porto de Menezes (nome civil: Domingos Porto de Menezes); Tesoureiro: Frei Pedro de Souza (nome civil: Odilon Pacheco de Souza), todos brasileiros, solteiros, sacerdotes católicos.

Conceição do Araguaia, 25 de julho de 1961 (Estatuto da Rádio Educadora do Araguaia, 1961).

Conforme exposto no Estatuto, apresento algumas atribuições que são firmadas no documento, como a composição do fundo social da Rádio Educadora do Araguaia, formado por doações oriundas das instâncias governamentais dos entes federados (federal, estadual e municipal) de recursos de particulares. Porém, essas fontes não eram suficientes, de acordo com o registro em documento elaborado por frei Henrique Marques Soares, intitulado “19

(dezenove) anos de experiência radiofônica no interior”, em que afirma que, ao entrar no ar, a emissora não dispunha de recursos financeiros que suprissem as suas ações, o que sempre fez parte da história da Rádio Educadora. Houve a necessidade de recorrer ao comércio local, também com poucos recursos, e ao povo que enviava mensagens para o interior, além de buscar a ajuda da Missão Dominicana que contribuía em várias demandas (Soares, 1981).

No que diz respeito à finalidade, o Estatuto explicita que a Rádio Educadora visa à implantação e à manutenção das escolas radiofônicas, tendo por objetivo a educação de base e a alfabetização, a orientação para o trabalho e a promoção da saúde da população rural de toda a região circunvizinha. É importante mencionar que, nesse período, a Rádio operava em ondas curtas e não alcançava a totalidade da população rural. Conforme o próprio estatuto registrou, refere-se à região fronteira via fluvial com os estados do Pará, Goiás (hoje Tocantins) e Mato Grosso, ou seja, a população ribeirinha do Rio Araguaia.

Importante destacar que a Rádio Educadora do Araguaia se constituiu em um lugar de produção cultural e social, para toda região, e rompeu o isolamento e as fronteiras de comunicação, nas localidades circunvizinhas. Esse conjunto de representações, de acordo com Chartier (2002, p. 23), configura-se em “[...] as estratégias que determinam posições e relações e que atribuem a cada classe, grupo ou meio um “ser-apreendido” constitutiva da sua identidade”.

Essas estratégias são usadas para definir posições e relações sociais, permeadas por práticas culturais que não são meramente reflexivas; elas, ativamente, constroem a percepção e a identidade de uma comunidade. Nesse sentido, já em sua fase inicial, o MEB de Conceição do Araguaia buscou imprimir formas de sua existência material e cultural, por meio dos programas de alfabetização e da mediação de seus agentes às populações ribeirinhas, até meados de 1960, quando novos núcleos populacionais foram criados em pontos estratégicos de abertura de estradas, desviando a concentração das comunidades ribeirinhas.

Concomitantemente, frei Alano Porto Menezes e frei Tomás Balduino iniciaram uma campanha para arrecadação de fundos junto a empresas de São Paulo, em favor das Escolas Radiofônicas de Conceição do Araguaia, que consistia num donativo no valor de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), para cada unidade, com a finalidade de adquirir um (1) quadro negro, um (1) aparelho receptor de rádio, de onda cativa e um (1) lampião à querosene para iluminação do ambiente. Havia a prerrogativa do doador, caso desejasse, de nomear a escola com um nome de santo de sua preferência ou mesmo de um parente (Coleção Memória Dominicana, s/d, p. 6).

Os documentos evidenciam que foram muitas as dificuldades que a equipe do MEB do Araguaia teve que transpor desde o início das escolas radiofônicas, tais como as distâncias a serem percorridas, a falta de recursos, o isolamento das outras regiões do país. Vale ressaltar que não foram encontrados registros contábeis sobre a captação de recursos para a implantação e expansão das escolas radiofônicas. Os documentos acima apresentados, demonstram o papel preponderante da Missão Dominicana em Conceição do Araguaia na organização do sistema das escolas radiofônicas do MEB, na região denominada pela Missão como Vale do Araguaia e nas buscas de recursos para a consolidação, permanência e expansão das escolas radiofônicas do MEB. Por certo, os documentos são lugares de memória, de acordo com Nora (1993, p. 16), “[...] o arquivo não é mais o saldo mais ou menos intencional de uma memória vivida, mas a secreção voluntária e organizada de uma memória perdida”.

Os documentos analisados traduzem os vestígios e as representações contextualizadas do MEB de Conceição do Araguaia, e as práticas culturais e educativas desenvolvidas em seu sistema radioeducativo. Assim, o arquivo não deve ser visto apenas como um depósito de fatos ou dados. Ao contrário, é uma criação intencional que visa preservar a memória de eventos, práticas e experiências que, sem essa intervenção, poderiam ser esquecidas. Esses documentos funcionam como lugares de memória que traduzem os vestígios e representações das práticas culturais e educativas desenvolvidas por meio do sistema radioeducativo do MEB da região do Araguaia. Eles não apenas narram eventos ou atividades do Movimento, mas também contextualizam essas práticas dentro das realidades sociais e culturais específicas de seu tempo e lugar.

Nesse sentido, Rádio Educadora, ao contrário de outras rádios católicas, como a Rádio Aparecida, por exemplo, que era beneficiada por sua localização e comércio local, conseguia realizar os seus projetos mais rapidamente (Missão Dominicana, 1966, n/p). Dessa forma, o funcionamento da Rádio Educadora constituiu-se em um desafio, devido à falta desses elementos, no entanto, sobrepujou a missão de evangelizar (no sentido de humanizar e promover), mesmo na vasta região dessa parte da Amazônia paraense, por meio da utilização da rádio, com um número de padres dominicanos bastante reduzido.

Uma vez instalada a rádio no Ambulatório São Lucas, de propriedade das irmãs dominicanas, em caráter provisório, em 22 de abril de 1962, a inauguração contou com a presença de personalidades consideradas ilustres da cidade, a exemplo do Monsenhor Augusto de Brito, o vigário da Prelazia; Salvador Gurjão, então prefeito da cidade; de vereadores e alunos do Colégio Santa Rosa. Após a inauguração, a rádio passou a funcionar na parte da manhã, de segunda-feira a sábado, durante o horário das 6h30 às 11h, e nos domingos, das 7h

às 10h. O prédio da escola encontrava-se em construção. A cidade não contava com lojas equipadas de materiais de construção, com exceção de telhas e tijolos, todo o resto de material como: cimento, ladrilhos, vidros, material elétrico etc., foi transportado de Juiz de Fora, no estado de Minas Gerais, para Conceição do Araguaia. O prédio foi construído numa esquina do quintal de fundos do convento das freiras dominicanas (atrás da Igreja Matriz), com espaços para secretaria, almoxarifado, estúdio, sala de som, discoteca, sala de diretoria, sendo que a casa de transmissores e a antena (74 metros de altura, foram instalados no Sítio São Luiz, de propriedade da Igreja (Uma história pouco contada, 1966).

No dia 24 de março de 1963, a Rádio entrou no ar de forma definitiva, no novo prédio, e em dezembro do mesmo ano, chegou um transmissor de um (1) KW e, após sua instalação, entra no ar a faixa de 820 KHZ, em 1964 (Coleção Memória Dominicana, s/d, p. 9). A potência da Rádio Educadora foi finalmente aumentada, chegando ao interior, alcançando maior número da população rural, ultrapassando os limites das fronteiras ribeirinhas do Rio Araguaia e localidades circunvizinhas, conforme figura abaixo:

Figura 4 – Rádio Educadora do Araguaia



Fonte: Almeida (2011, p. 52).

Conforme demonstra a imagem acima, a construção simples, com letras cuidadosamente pintadas, anunciava o abrigo da Escola Radiofônica do MEB, a Rádio Educadora do Araguaia, localizada na Rua Irmã Maria Otávia, s/n. Padres e freiras da Missão Dominicana, funcionários da rádio e moradores de Conceição do Araguaia posaram solenemente para a fotografia, evidenciando a importância da implantação do sistema radioeducativo para a região.

De acordo com o documento “19 anos de experiência radiofônica no interior” de autoria de Frei Henrique Marques Silva, de 1981, inicialmente, foram implantadas trinta (30) escolas espalhadas pelo sul do Pará e em Goiás, conforme já mencionado. Essas escolas situavam-se às margens do Rio Araguaia, nos lugares onde o acesso era favorecido por via fluvial. O processo de implantação era relativamente simples: o MEB realizava o treinamento dos monitores que, posteriormente, retornavam às suas comunidades, levando um aparelho de rádio e ali matriculavam seus alunos, para acompanhá-los nas aulas em dia e horário previamente combinados com a equipe do MEB de Conceição do Araguaia. As aulas eram preparadas pelos monitores, sob a orientação da equipe, utilizando o método de alfabetização Paulo Freire (Soares, 1981).

Realizou-se uma lista de material necessário para o funcionamento das escolas como: quadro-negro, aparelho para iluminação denominado “Aladim” e um relógio de parede. Em entrevista concedida ao jornalzinho circular “Entre Nós”, frei Tomás explanou sobre a finalidade da Rádio, conforme citado por Almeida (2011, p. 53),

[...] a rádio das Missões criou condições inteiramente novas de apostolado e de trabalho social. Surgiu um novo tipo de catequese bem como de escolarização diferente. A “Missa Irradiada” é uma das melhores catequese. Os ciclos do Advento, Natal, Pascoa e Pentecostes adquirem o valor das bonitas variações de cada estação do ano. O programa “Bíblia em Família” com frei Alano Pena é um sucesso. O “Rosário Meditado”, feito aos sábados ficou bom e é ouvido bem longe. O ano passado foi o primeiro ano de Escolas Radiofônicas, pois bem, 70% dos alunos aprenderam ler, escrever e fazer conta” (Missão Dominicana, s/d, p. 22).

A rádio trouxe novas formas de intervenção no cotidiano do camponês, na evangelização cristã, na apropriação de informação e na transmissão de valores, na transposição dos limites geográficos, diminuindo a distância de comunicação, por meio de conteúdos distintos e variadas motivações. Frei Tomás Balduino ainda ressalta o sucesso das escolas radiofônicas após seu primeiro ano de funcionamento, os avanços proporcionados no campo da instrução elementar dos adultos residentes no meio rural atendidos pelo Movimento (Almeida, 2011).

Por certo, essa iniciativa, conforme Fávero, “[...] constituiu-se em apenas um dos instrumentos que vinham reforçar um movimento de evangelização e ação social” (Fávero, 2006, p. 38). Sobre o processo de implantação do MEB, em entrevista concedida em 12 de julho 2021, João Ramalho rememora:

[...] fui convidado pelo então Frei Tomás Balduino, foi ele quem introduziu o MEB em Conceição do Araguaia, que não era o Bispo. O bispo era o Dom Luiz Palha [...] eles tiveram inclusive dificuldades, porque o Dom Luiz não compreendia, ele não alcançava a grande função e o grande objetivo do MEB, ele não percebia isso [...] pelas limitações dele, então foi difícil. Ele sugeriu para o Frei Tomás, só pra ter uma ideia, que no lugar do MEB ele poderia criar um jornalzinho, pra colocar a palavra de Deus, não sei o que... aí ele disse: mas Dom Luiz como é que eu vou fazer jornal com um povo analfabeto? O povo não sabe ler, eu tenho que primeiro ensinar esse povo a ler, e pra ensinar a ler, tem que ensinar a ler e a raciocinar, a despertar a consciência para ele ser um cidadão. É com essa intenção, o projeto é mais amplo. É um projeto de cidadania, de exercício pleno da cidadania, e de você descobrir que há uma relação no mundo perversa entre explorador e explorado, e a igreja se posiciona ao lado dos explorados (João Ramalho, 2021).

As memórias aqui anunciadas traduzem a busca pela apreensão do passado. Como afirma Delgado (2010, p. 59), “[...] a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam”. Essa natureza mutante e rica da memória implica que a compreensão do passado pode ser continuamente reavaliada e reinterpretada, à medida que novas informações são descobertas e novas perspectivas são consideradas. Assim, no relato de João Ramalho, observa-se características bastante particulares no processo de implantação do sistema das escolas radiofônicas na região do Araguaia.

Em primeiro lugar, o papel preponderante dos dominicanos nos rumos e nas decisões da Igreja local, assim como as concepções de educação conflitantes existentes nesse contexto. Outro aspecto diz respeito à liderança exercida pelo frei dominicano na condução do processo, uma vez que, geralmente, a ideia era encampada pelos bispos diocesanos, no caso, o então bispo da Prelazia de Conceição do Araguaia, Dom Luiz Palha, não compreendeu, de imediato, a proposta.

O argumento usado, por frei Tomás Balduino, para persuasão da necessidade da Escola Radiofônica, com o objetivo de promover, além da evangelização, a alfabetização da população, por meio da cultura popular, resultou numa bem-sucedida experiência. Essa experiência conduziu ações educativas dos seus agentes e promoveu a participação efetiva no desenvolvimento das comunidades por meio da tomada de “consciência”, com base no questionamento das estruturas dominantes da sociedade capitalista, numa região que se desenvolvia de forma desordenada e desigual.

Outro fator a ser considerado foi a escolha dos supervisores, pertencentes aos quadros de professores das esferas estadual e municipal do município. Em outra fala, João Ramalho (2021) destaca ainda a área de atuação do MEB na região do Araguaia:

[...] o MEB tinha uma vinculação direta a estrita com as dioceses e prelazias de cada estado. O primeiro treinamento, para supervisores da Amazônia legal foi em Cuiabá. Fomos eu, a Marlene [...], a Vanda e o Pedro Lopes. Fomos a primeira equipe do MEB. A prelazia de CDA pegava todo o Médio Araguaia, alcançava Marabá, na junção do Tocantins, subia até a divisa com Mato Grosso, em São Félix. Portanto, era só a prelazia de Marabá que tinha essa jurisdição, vamos dizer assim, do MEB, com a influência da região inteira. Na margem esquerda do Araguaia, uma vez que do lado direito era o estado de Goiás e pertencia à diocese/prelazia de Porto Nacional que vinha até a cidade de Couto Magalhães, então tinham duas grandes prelazias, a de Porto Nacional e a de Conceição do Araguaia da, hoje diocese, que ia até Marabá, pegava toda a margem esquerda do rio com uma faixa de mais de 1000 km do rio. Aí você tinha o MEB de Goiás, com sede em Goiânia, inclusive a primeira coordenadora foi a Maria Alice, esposa na época daquele educador da Unicamp, Carlos Rodrigues Brandão, com quem convivi e discuti muito sobre educação em Conceição do Araguaia, porque ele era muito amigo dos dominicanos, e visitava com frequência a região e pesquisava sobre o Movimento (João Ramalho, 2021).

João Ramalho (2021) evidencia a ampla extensão territorial que os agentes do MEB precisariam percorrer e a estreita ligação que o Movimento de Conceição do Araguaia teria, principalmente na primeira fase de sua existência, com o MEB do estado de Goiás. Nos treinamentos, foram enfatizados os elementos fundamentais do engajamento dos monitores na alfabetização de adultos, principalmente, nos aspectos da lógica missionária e na perspectiva do discurso do projeto desenvolvimentista, presentes naquela primeira fase da existência do MEB em Conceição do Araguaia

Também são referenciados educadores que, posteriormente, destacar-se-iam no campo da Educação Popular, como o professor Carlos Rodrigues Brandão e a professora Maria Alice Martins Brandão, que atuou como coordenadora do MEB. Brandão (2001) preconiza que as práticas educacionais do MEB são influenciadas, fortemente, pela Educação Popular, dentre elas, a experiência pioneira orientada por Paulo Freire em Angicos, inseridas nas escolas práticas dialógicas, em círculos de cultura e debate. A perspectiva pedagógica freiriana permeou as práticas educativas do MEB de Conceição do Araguaia durante alguns anos e, assim, elas deixaram de ser uma simples metodologia de trabalho didático para se constituírem o fim e o sentido de uma educação emancipadora.

De acordo com Khoan (2021, p. 8), Paulo Freire oferece três fundamentos da prática educacional: a) toda prática educacional é política; b) toda prática educacional é projetada fora de si mesma para um amanhã aberto e problemático; c) toda prática educacional é cognitiva, ou seja, um processo de conhecimento composto de assuntos igualmente legítimos, seja para educadores seja para aprendizes. É importante esclarecer ao leitor que, neste capítulo, abordo as questões históricas mais gerais do MEB de Conceição do Araguaia/PA; as práticas educativas serão abordadas na quarta seção desta tese.

Assim, apesar das escolas radiofônicas do MEB estarem funcionando em Bragança e em Belém, em 1963, é evidenciada, na fala do entrevistado, a estreita relação entre MEB de Goiás e o de Conceição do Araguaia, pela facilidade do acesso a esse estado e pela concepção de educação popular, de natureza mais progressista, que influenciou o MEB e repercutiu nas ações desenvolvidas pelo Movimento junto à população do meio rural do Sul paraense, nos anos seguintes.

Uma vez instalado o sistema, a figura do monitor se torna imprescindível para o funcionamento do novo sistema. Almeida (2011) registra que o primeiro treinamento para seleção dos monitores foi realizado em 15 de fevereiro de 1963 e contou com a participação de 43 candidatos e, no segundo, ocorrido em julho do mesmo ano, com 37 interessados treinados na ocasião. Para as funções de supervisores, foram selecionados João Ramalho (participante deste estudo como entrevistado), Marlene Lacerda, Pedro Lopes e Ivanilde Luz. Em documento elaborado pela Equipe Nacional, já despontava a importância da função do monitor para uma ação mais efetiva.

A simples emissão de aulas sistematizadas por uma Emissora qualquer não define a escola radiofônica. Ela supõe a recepção organizada, além da emissão. Supõe, portanto, além da equipe que organiza a recepção, formando um verdadeiro sistema radioeducativo. Um dos elementos mais importantes desse sistema de trabalho é o monitor. O monitor é a pessoa que transforma uma série de programas educativos pelo rádio em uma Escola radiofônica. É quem mantém contato permanente com os alunos, contato impossível para o professor-locutor. Acompanhando e completando as instruções do professor-locutor, o monitor não exerce, no entanto, um papel passivo no sistema de escolas radiofônicas, pois ele é o elemento ativo que articula os alunos e a escola com todo o sistema radioeducativo local. Por ser elemento da comunidade que exerce esta função, o monitor já seria, só por isso, chamado a assumir um papel de liderança. Mas sua atividade vai mais além. **A ação educativa do MEB não se restringe a um instrumento – a escola radiofônica – mas deve contar com outros meios de ação que permitam a comunicação com as comunidades.** Por isso mesmo, a função do monitor não se esgota na escola, mas deve abrir-se para a comunidade numa liderança efetiva (O monitor, s/d, p. 1. Grifos meus).

O documento explicita que a função do monitor deve permitir maior diálogo e interação com a comunidade, que vão além das atividades desenvolvidas de cunho pedagógico. O que pressupõe uma *prática educativa* de integração social, como possibilidade de intervenção na realidade por meio da educação de base, tendo em vista um ensino mínimo no âmbito do conhecimento básico fundamental para a população do meio rural. Por vezes, esses monitores eram voluntários das próprias comunidades e, para exercer a função, era necessário que soubessem ler e escrever e apresentassem potencialidade para seguir as instruções dos supervisores e dos professores-locutores (Fávero, 2006).

Almeida (2011) afirma que, ao entorno das Escolas Radiofônicas, iam se formando pequenos núcleos de comunidades, onde eram também ofertados cursos de capacitação, promoção humana, mutirões para melhoria do espaço (construção de escolas, arrumação de estradas e outros), torneios, realização de círculos bíblicos e manifestações folclóricas religiosas. Com isso, a ação dos monitores potencializou a mobilização social e, como agentes transformadores, promoveram intervenções na realidade de cada comunidade em que o Movimento estava inserido.

Nesse sentido, frei Tomás Balduino, citado por Almeida (2011, p. 56), tece algumas impressões sobre o MEB, durante o período em que esteve à frente como superior da missão dos dominicanos na Prelazia³⁶ de Conceição do Araguaia (1957 a 1964) e, a partir de 1965, quando foi eleito Prelado coadjutor:

[...] eu instalei a Rádio Educadora do Araguaia, com o apoio de amigos de São Paulo, do Rio, porque estava muito em voga a proposta do Movimento de Educação de Base, de educar a partir do método Paulo Freire. Ela tinha alcance de 300 km. A gente foi plantando pequenas escolas radiofônicas. O MEB preparava os monitores, gente que tinha pouco conhecimento em cada lugar. Pouco a pouco a gente começou a ver os frutos. O pessoal que nunca escreveu nada, escrevendo a carta de agradecimento, contando um pouco sua história. Ao invés de um trabalho assistencialista, com fila na porta do convento, eu vi depois, rapazes empregados dizerem: eu era um dos clientes que andava com saquinhos para receber farinha”. Então isso passou. Houve dificuldade com a ditadura por causa da educação libertadora. Alfabetização da realidade era considerada perigosa.

É importante considerar que os sistemas instalados na região Norte diferiam dos sistemas mais antigos, como os do Nordeste e Centro-Oeste, pelas características e demandas sociais específicas de cada região. No Norte, com seu território predominantemente composto por “latifúndios e estruturas sociais e políticas a ele associadas”, em seus primeiros anos de funcionamento, não houve muita agitação política antes de 1964, ao contrário da região Nordeste, na qual já iniciaram sua operação em áreas de conflitos, onde a “exploração dos camponeses era mais severa; estavam mais profundamente envolvidos na evolução progressista do Movimento durante os últimos dois anos antes do golpe” (Kadt, 2007, p. 253). A postura mais progressista do MEB no Norte ganhou força após o Golpe.

³⁶Em 10 de julho de 1911, por um Decreto de S. Congregação Consistorial, o Papa Pio X destacava da jurisdição espiritual dos Prelados de Belém do Pará, toda a vasta região compreendida entre o Araguaia e o Xingu, o campo ação dos Missionários de Conceição do Araguaia, e constituía a “Prelazia Nullius da Santíssima Conceição do Araguaia – *Prelatura Nullius Santissimae Conceptionis de Araguáia*”. (Audrin, 1946, p.101). Em 1912, Frei Domingos Carrerot foi nomeado o primeiro bispo da Prelazia de Conceição do Araguaia. Idem (1946, p.105). Em 20 de dezembro de 1969, pelo Decreto Cum Urbs da Sagrada Congregação para os Bispos, a sede foi transferida para a Cidade de Marabá, passando a denominar-se Prelazia de Marabá. A 14 de julho de 1976, por meio de Decreto da Santa Sé, a Prelazia de Marabá foi dividida, voltando a ser restaurada a sede da Prelazia de Santíssima Conceição do Araguaia e Marabá permanecendo como Prelazia. Disponível em: <https://diocesedemaraba.com.br/institucional/nossa-historia/>

A expansão capitalista, iniciada em meados dos anos 1960, e a entrada de incentivos de projetos por meio da SUDAM impactaram e transformaram o território da Amazônia do Sul paraense. Nesses termos, Tomás Balduino, assim sintetiza a ocupação da região do Araguaia, por meio de citação de Almeida (2011, p. 54-55):

[...] o plano de ocupação pelo presidente Médici: “uma gente sem terra para uma terra sem gente”, no fundo era mão de obra para as grandes empresas de criação de gado. Gente que tinha uma base econômica forte e que recebia um incentivo fiscal. Aquilo que deveria pagar imposto como imposto pelos seus bens, seus rendimentos, voltava como incentivo. Muita corrupção, muito dinheiro. Só que na Amazônia não se pode entrar com tratores como no cerrado, derrubando mato, porque as árvores são imensas e não há tratores para isso. O reagente laranja é um produto que se descobriu na guerra do Vietnã. O agressor norte americano queria ver tudo por baixo, então desfolhava tudo e a mata morria. Assim fizeram na Amazônia; jogava aquilo, a mata secava e vinha o fogo. Os governadores do Pará e do Mato Grosso chamavam esse pessoal do sul e aí na mesa em cima do mapa, eles faziam as divisões, as partilhas, demarcavam léguas de terra e às vezes eram várias para o mesmo dono. Esse sistema tinha um grave inconveniente de incidir sobre terras já habitadas pelos povos indígenas, por velhos posseiros e até por plantações missionárias. Era uma correlação de força desigual, essa presença do projeto da Amazônia entre nós.

A narrativa de Tomás Balduino reflete os primórdios da ocupação da Amazônia com os incentivos do governo federal, a qual estimulou a migração de um exército de desvalidos das regiões mais empobrecidas do Brasil e proporcionou terras em abundância e mão de obra barata às grandes empresas agropecuárias e, até mesmo, trabalho escravo para esse grupo privilegiado pelas políticas governamentais.

Em jornal informativo do MEB, de 1967, há referência a essa nova política e, especialmente dessa área, referência ao convênio a ser firmado com a SUDAM, com vistas à manutenção dos sistemas da Amazônia. Ressalto que, nesse período, o Movimento encontrava-se com sérios problemas financeiros, agravados pela crise política que se instalara, fato que poderia, em tese, potencializar a ação dos agentes do Movimento na região Sul paraense.

Por outro lado, é bastante relevante a concentração de projetos agropecuários aprovados pela SUDAM nos municípios de Conceição do Araguaia, entre 1966 e 1975, totalizando 430.190,92 hectares. Muitas das empresas beneficiadas tinham suas sedes localizadas em outros municípios e até em outros estados. Empresas provenientes de São Paulo, por exemplo, recebiam incentivos governamentais superiores aos seus próprios investimentos. Dessa forma, a aliança entre o Estado e as empresas se consolidava (Pessôa, 2013, p. 80).

No contexto de atuação do MEB na região Norte, após o Golpe Militar, houve um “[...] deslocamento da natureza geral das relações de classe no Brasil e com a conscientização do polo dominado, em luta com o polo dominante”, o que pode ser considerada uma mudança no

esquema operacional do MEB, de forma unilateral, “[...] e com uma relevância que não poderia ter tido antes” (Kadt, 2007, p. 237).

A desigualdade na distribuição e na apropriação de terras no Sul paraense configuram-se, nesse cenário, a concentração e o monopólio do latifúndio que ampliavam os conflitos agrários e a luta pela terra por parte dos camponeses, gerando a violência no campo, o que exigiu novas posturas, novos posicionamentos e novas práticas educativas do MEB e de seus agentes.

No documento intitulado “Uma história pouco contada”, há o registro de que, em 1966, havia quarenta (40) escolas radiofônicas instaladas em Conceição do Araguaia, com atendimento a seiscentos (600) alunos, ofertando a formação primária em cursos com duração de quatro (4) anos,

[...] toda ela untada de humanismo e politização que visa a promover o homem daquela região. A formação primária tem limite, mas a formação sócio-político-cultural não tem prazo de duração. Essa formação será dada enquanto existir o rádio, a não ser que cassem o canal por razões ‘subversivas’ (Missão Dominicana, 1966, n/p).

Os aspectos históricos gerais, as experiências construídas pelos religiosos e leigos que formavam o conjunto de educadores/supervisores do MEB na região do Sul do Pará, narradas nesta seção, e as descrições vistas no registro documental são o prelúdio de como as práticas educativas emancipadoras do Movimento foram interpretadas pelo Governo Militar que estava se consolidando. Portanto, é necessário conhecer e identificar as marcas produzidas por uma ação concreta que repercutiu no pensamento, no diálogo e na participação desses homens e mulheres em suas diversas territorialidades e identidades forjadas nesta ação, o que nos conduz a Delgado (2003, p. 10) quando ela escreveu: “[...] o olhar do homem no tempo e através do tempo, traz em si a marca da historicidade. São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história”. Sob essa perspectiva, as pessoas constroem suas próprias interpretações e representações das temporalidades e dos eventos que marcaram suas trajetórias. A história não é fixa ou objetiva, mas está em constante transformação, sendo moldada pelas percepções, experiências e narrativas daqueles que a vivem.

Vale ressaltar a posição e a interpretação dos órgãos de repressão do Regime Civil Militar quanto à atuação do MEB e dos seus agentes (bispos, padres, freiras e o laicato), uma vez que, nesta seção e nas demais seções subsequentes, abordo como a relação entre o Estado e a Igreja foi se deteriorando, e a posição de uma parte do clero, assim como dos leigos do

MEB, em favor dos camponeses, configurou-se em ato subversivo, contrário à ordem político-social vigente.

Ou seja, além das intencionalidades iniciais, o MEB trouxe para o debate a questão do território, da dinâmica da cultura local, da emancipação, do fortalecimento das ligas camponesas, a luta pela terra, dentre outros temas, apoiados num ideário de liberdade. Neste contexto, surge a "Igreja Popular" entre 1964 e 1973, um período em que a ala progressista da Igreja se opõe aos conservadores e antiesquerdistas que apoiavam o Regime Civil-Militar. Destacam-se as críticas dos bispos à política de desenvolvimento do Amazonas no início dos anos 1970, coincidindo com um período de repressão mais intensa. Esse posicionamento também foi adotado pelos bispos em outras regiões, como no Araguaia, no sul do Pará, e em São Félix, no Mato Grosso. A violência em defesa dos interesses das classes dominantes motivou essa postura por parte da Igreja, o que resultou em conflitos com o Estado. Nessas regiões, o MEB por meio de seus agentes, da radiodifusão educativa e do apoio da Igreja Popular, desempenhou um papel importante na resistência (Mainwaring, 2004).

Assim, durante a Ditadura Civil-militar, o sistema das escolas radiofônicas sofreu várias intervenções que ocasionaram fechamento e reabertura da Rádio Educadora do Araguaia, assim como perseguição aos agentes do MEB que provocou rupturas no processo educativo. Na seção a seguir, trato a respeito desses fatos.

3.2 E no balanço das águas do Araguaia, o MEB se transforma...

Em seus primórdios, o trabalho do MEB objetivava a mudança de hábitos e valores da população rural de acordo com os conceitos morais definidos como universais pela Igreja Católica, ligados à nobreza do trabalho, à subordinação do indivíduo ao bem comum, à ação solidária, em detrimento dos valores locais. A comunidade rural era o foco da ação do MEB, que promovia experiências de sindicalização rural, buscando a articulação nacional dos trabalhadores do campo e o afastamento da possibilidade de crescimento do Partido Comunista e sua interferência no movimento camponês (Souza, 2006).

Há de se destacar a característica conservadora de uma ala da Igreja, que vislumbrava o reordenamento da sociedade com base na convivência harmoniosa entre os sujeitos. O MEB de Conceição do Araguaia, porém, pela própria constituição do território em que atuavam seus agentes, foi configurando-se numa perspectiva mais progressista. Nesse sentido, Souza (2006, p. 179) argumenta que a política populista, somada ao “[...] momento histórico da Igreja Católica, em direção à igreja dos pobres ou o catolicismo radical, propiciou um

enfraquecimento dos laços do MEB com suas origens conservadoras e frequentemente a radicalização do movimento”.

A composição da equipe de supervisores do MEB de Conceição do Araguaia seguiu a lógica estabelecida no MEB nacional: leigos ligados à Igreja Católica que, ao assumir os trabalhos, “[...] vislumbrou no MEB a possibilidade de promissor engajamento, simultaneamente profissional, pastoral e político” (Fávero, 2006, p. 62). Nesta seção, busco registrar e discutir algumas percepções por meio dos relatos desses agentes, dos documentos referentes à fase inicial do MEB que pude juntar, com o objetivo de interpretar as *práticas educativas* desenvolvidas e a luta pela terra empreendida pelo trabalhador rural, que engendraram as vivências desses sujeitos, como também abordar as repercussões do Golpe Civil Militar de 1964 naquele contexto.

Delgado (2003) afirma que o passado se apresenta como vidro estilhaçado de um vitral antes composto por inúmeras cores e partes. Buscar recompô-lo em sua integridade é tarefa impossível. No entanto, buscar compreendê-lo por meio da análise dos fragmentos é desafio possível de ser enfrentado e isso é o que pretendo fazer.

O MEB de Conceição do Araguaia foi instalado no mesmo prédio que abrigava a rádio, onde havia uma sala de reunião na qual a equipe se reunia para produzir os textos e preparar as aulas de forma coletiva, quando também eram discutidas as pautas semanais, os problemas em curso, as localidades que seriam visitadas, e eram realizados treinamentos das aulas que seriam transmitidas pelo rádio³⁷.

Ao ser instalada em caráter experimental, em 1962, a Rádio Educadora apresentou muitos problemas de transmissão, devido à sua pouca potência, não conseguia atingir algumas localidades onde haviam sido instaladas as escolas radiofônicas, lugares totalmente isolados, em que cavalos e barcos eram os meios de transportes que permitiam o acesso. Quando esses problemas ocorriam, engenheiros da *Philips* eram chamados da cidade de São Paulo para resolvê-los. É importante mencionar que esses técnicos também demoravam dias para chegarem a Conceição do Araguaia.

Nesse contexto, os sinais de ondas sonoras alcançavam as vilas de Couto Magalhães, em Pequizeiro (na época, estado de Goiás, hoje Tocantins), mas na região de Conceição do Araguaia, estabelecia-se um “anel de silêncio”. Os técnicos ficavam hospedados no convento e levavam dias para resolver o problema. Naquela época, não havia telefone. A comunicação com outras regiões do país era feita via Correios ou radioamador. Um aparelho de rádio cativo era

³⁷ Informações concedidas por João Ramalho (2021).

distribuído para cada escola radiofônica, criado pela *Philips*. O equipamento, que funcionava com o uso de pilhas, estabelecia uma única frequência com a Rádio Educadora, tinha apenas dois botões: um para ligar, outro para encontrar a frequência, conforme relato de João Ramalho (2021) e ilustrado na Figura 5.

Figura 5 – Rádio Cativo utilizado no MEB de Conceição do Araguaia/PA



Fonte: Registro feito pela autora no Museu Espaço e Memória localizado na cidade de Conceição do Araguaia (2022).

A imagem acima representa um exemplar do receptor cativo exposto no Museu Espaço e Memória na cidade de Conceição do Araguaia, espaço organizado e mantido pelas irmãs dominicanas. O artefato³⁸ em tela, já desgastado pelo tempo, nas cores bege (frente) e preto (laterais), funcionava à pilha e corresponde à descrição feita acima: na parte frontal, os dois botões, um para ligar e desligar, outro para sintonizar na frequência da emissora. De acordo com Maciel (2019, p. 271), o receptor cativo da *Philips* pode ser compreendido “[...] como diferentes estratégias, práticas culturais e representações de educação no mundo social das salas de aula”.

As visitas pelos supervisores às escolas radiofônicas das comunidades eram realizadas regularmente, visando “[...] estabelecer contato humano necessário com os alunos. Nesse contato foram descobertas pessoas de valor que aos poucos tomaram consciência dos problemas e iniciaram com seus companheiros a luta pela promoção do homem marginalizado” (Soares,

³⁸De acordo com Maciel (2019, p. 271), em seus estudos sobre cultura material e escolas radiofônicas, o receptor cativo da Philips era “revestido de Baquelite – uma resina externa resistente ao calor para melhor se adaptar aos espaços escolares das escolas radiofônicas[...] e pesava 2,5 KG e tinha as medidas de comprimento: 26 cm de largura e 15 de altura, assim, era viável manuseá-lo antes, durante e depois das aulas, seu peso era importante para que o monitor pudesse manejá-lo, pois alguns monitores não o deixavam na sala de aula, eles o levavam para suas residências e só o traziam no horário das aulas”.

1981, p. 4). Observa-se aqui dois elementos essenciais: primeiro, o papel do supervisor, que além do contato humano preconizado no documento, prestava assistência ao monitor e à comunidade mediante observação da realidade local, colhendo dados que subsidiavam a equipe responsável pela programação das aulas; segundo a conscientização do homem rural, com vistas à transformação da sua realidade social e cultural.

Souza (2006, p. 22) afirma que a ideia de que a alfabetização, aliada a uma ação cultural orientada, seria suficiente para resolver os problemas de desenvolvimento e conscientização das comunidades de trabalhadores rurais acaba ignorando o potencial real de contribuição desses homens e mulheres comuns para a transformação social e política do país. Essa percepção também foi apreendida pelos agentes do MEB de Conceição do Araguaia, ao menos, em sua fase inicial. João Ramalho (2021) relatou, em entrevista, como ocorreram as primeiras incursões do MEB nessa região:

[...] íamos para o campo. Conversávamos com fazendeiro, que na verdade era aquele camarada que tinha umas cabecinhas de gado. Ali se instalava a escola, treinava o monitor. Saía catando escola em Araguacema, em Dois Irmãos, em Ponta da Serra, no Pequizeiro. Não tinha carro, Dom Tomás (na época ainda era Frei), comprou quatro bicicletas e trouxe para cá e esse era o nosso meio de transporte. O MEB inspirou-se na nova doutrina da Igreja, comprometida com o desenvolvimento do homem como um todo, não de ricos, de ricos e de pobres, com homens que teoricamente, em tese, são todos filhos de Deus, e todos têm direitos (João Ramalho, 2021).

Em sua narrativa, João Ramalho (2021) enfatizou as dificuldades de acesso que tiveram que transpor para implantar as escolas radiofônicas no Sul paraense. Embora sejam mencionadas outras localidades que não faziam parte do estado do Pará, lembro ao leitor que, nesse começo, o MEB implantava as escolas, prioritariamente, ao longo das margens do rio Araguaia que abrangia os estados fronteiriços (Goiás e Mato Grosso). As escolas eram instaladas nas casas dos moradores, geralmente construídas com paredes de taipa (uso de barro e madeira) e cobertas com palhas, com bancos de madeira, quadro negro e o rádio cativo.

O entrevistado retratou o modo de vida dos camponeses e anunciou as ações do MEB voltadas para uma nova concepção de evangelho apregoada pelo Concílio Vaticano II, marcado pela abertura da Igreja ao diálogo, ao pluralismo e ao dito compromisso com os pobres. Os supervisores, indicados pelos bispos diocesanos, tinham a responsabilidade de escolher e treinar os monitores, além de garantir o funcionamento das escolas; “[...] professores-locutores, que produziam e emitiam as aulas e outros programas educativos de responsabilidade do MEB” (Fávero, 2006, p. 58). Nesse sentido, João Ramalho (2021) lembra algumas das suas atribuições:

[...] além dos aspectos cristãos, o foco dos nossos treinamentos com os monitores era retransmitir as aulas pelo rádio, e na reflexão de que somos cidadãos que temos direitos, temos obrigações mas temos os direitos, nós queremos ter a nossa terra, é nossa, veio aqui antes de chegar o fazendeiro que nem sabe onde é a terra dele, só sabe que ele é dono porque o governo deu ou então ele mandou aquele tanto de peão e pistoleiro para explorar, então isso não dá mais para quem tem consciência não aceita isso, e o único jeito era lutar, e a luta que veio dos conflitos agrários a posterior já com o MEB é resultado dessa consciência que foi adquirida no trabalho coletivo e do MEB (João Ramalho, 2021).

Para o entrevistado, a Igreja Católica começou a mudar a sua relação com o homem e a quebrar paradigmas de natureza filosófica e teológica, na perspectiva de apresentar a doutrina de bases cristãs, mas também reconhecer que havia injustiça social no mundo, ricos e pobres, dominantes e dominados. O MEB, por sua vez, apresentava essa doutrina social muito fortemente na região do Araguaia, uma doutrina considerada comprometida principalmente com o homem rural, desprovido de “todo tipo” de direito, como saúde, educação e até a terra que cultivava. Essa mudança pode ser vista como uma forma de a Igreja "reterritorializar" seu papel na região do Araguaia.

Em vez de se ater estritamente à doutrinação religiosa convencional, a Igreja começou a incorporar uma doutrina social que destacava as disparidades entre ricos e pobres e a opressão dos dominados pelos dominantes. O MEB, nesse cenário, serviu como um mecanismo prático por meio do qual a Igreja poderia se engajar, ativamente, em questões sociais, educacionais e de direitos, apresentando uma teologia que era não apenas espiritual, mas também eminentemente social.

Nesses termos, é evidente a preocupação com a função organizativa exigida pela Educação de Base proposta pelo MEB nacional. Ela apresenta algumas especificidades relativas à estrutura social e cultural dos camponeses no sul paraense as quais perpassavam a educação evangelizadora e pressupunham a conscientização como forma de promover reflexão acerca dos papéis sociais e políticos que estariam a desempenhar a partir da ampliação dos conhecimentos construídos pelas interações com o MEB, tendo em vista à transformação das estruturas socioeconômicas e políticas que configuravam a realidade rural naquele período. Aqui, conscientização deveria ser compreendida no sentido atribuído pelo Movimento, isto é, “[...] dá-se consciência de um mundo real, historicamente descoberto e modificado, comunicam-se dois sujeitos para os quais o mundo tem significação e o homem um determinado valor” (MEB, 1974, p. 3). Atribui-se a esses homens e mulheres a incumbência de se perceberem parte da história, num mundo concreto e conflituoso e de transformarem seu pensamento, seus valores e sua vida cotidiana por meio da tomada de consciência.

A supervisora Marilza Lopes³⁹ que exerceu a função por vinte e um (21) anos, durante o período de 1968 a 1989, relatou que o movimento já se encontrava em expansão, com o trabalho centrado no acompanhamento das comunidades onde existiam as escolas radiofônicas e no desenvolvimento de atividades como avaliar a atuação do monitor, a participação dos alunos e discutir os problemas das comunidades. Essas atividades eram realizadas com muita cautela devido à forte repressão vivida no período ditatorial do Regime Militar. A história da Rádio Educadora e a do MEB misturavam-se, o que contribuiu para várias aberturas e fechamentos da emissora no decorrer desse período, assim como para as interrupções do trabalho desenvolvido pelo MEB⁴⁰. Relatou ainda que, quando iniciou os trabalhos no MEB na região do Araguaia, os supervisores visitavam aproximadamente oitenta (80) escolas, mas com o tempo, este número foi decrescendo.

Marilza Lopes (2021) mencionou que, além das aulas radiofônicas, o MEB mantinha programas de interação com a comunidade, nos quais eram lidas cartas enviadas por membros dela, com mensagens contendo informações da vida cotidiana dos moradores ou mesmo convite para participar de mutirões, de ações solidárias entre as comunidades. Sobre as práticas socioeducativas do MEB, relatou:

[...] organizávamos os encontros entre os monitores, fazíamos os estudos, dávamos orientação e avaliávamos o Sistema. Tudo era avaliado. A gente tinha as cartilhas que vinham do MEB nacional e teve um momento em que nós fomos orientados a elaborar nosso material. Para mim foi um momento muito significativo, que foi um levantamento de realidade, e do universo vocabular, a partir de Paulo Freire, dos fundamentos educacionais filosóficos de Paulo Freire que a gente tinha [que] partir da realidade, fazer o trabalho. Fazer um levantamento do universo vocabular, da situação econômica social, das comunidades, todo aquele trabalho e de levantamento da realidade do universo vocabular para que a gente pudesse elaborar um material adequado a cada região, para que a alfabetização pelo rádio tivesse também subsídio de material local e aí grande parte local, mas que a gente adaptava o material que vinha da realidade local (Marilza Lopes, 2021).

Na narrativa de Marilza Lopes (2021), é possível destacar os seguintes pontos: em primeiro lugar, o levantamento da realidade, que era um dos eixos condutores do MEB nacional, pressupõe o estudo da situação local e a interpretação das realidades nas comunidades, suas dimensões econômicas, políticas, educacionais, religiosas e sociais, com vistas a contribuir para o seu desenvolvimento (MEB, 1962). Outro aspecto abordado diz respeito à elaboração do material didático que, após o Golpe Militar de 1964 e a apreensão de exemplares do conjunto

³⁹Marilza Lopes trabalhou no MEB durante o período de 1968 a 1989, inicialmente, como voluntária, por ser estudante do Colégio Santa Rosa, instituição que pertencia à ordem dominicana.

⁴⁰Esse assunto será detalhado na quarta seção.

didático do MEB, “Viver é lutar”, muitos sistemas foram orientados a criar seu próprio material didático.

Nesses termos, Fávero (2006, p. 203) menciona que o MEB/Goiás, no segundo semestre de 1964 e no início de 1965, foi exitoso ao criar o conjunto didático Benedito e Jovelina, que reuniu as experiências anteriores do MEB e o básico do sistema Paulo Freire o qual também serviu de inspiração para a elaboração do material didático do MEB/Araguaia, com utilização de palavras geradoras do universo vocabular dos moradores da região, tais como: roçado, para abordar o problema da lavoura⁴¹. Destaca-se, na narrativa, a inspiração nos fundamentos teórico-metodológicos de Paulo Freire nas práticas educativas desenvolvidas.

Observamos, na equipe local, a intencionalidade de apreensão da cultura popular por meio da apropriação do universo vocabular do homem rural, como objeto de comunicação dos conteúdos a serem apresentados nas escolas radiofônicas. Havia também a preocupação de que o material didático elaborado enfatizasse a problematização e a articulação com a realidade local das comunidades, uma teorização atrelada à prática, sistematizando a ação pedagógica para melhor compreensão das aulas transmitidas pelo rádio. Esse material auxiliava os monitores nos processos de alfabetização de homens e mulheres do campo.

Assim, no contexto do MEB, a preocupação em fazer com que o material didático se relacionasse diretamente com a realidade local das comunidades e houvesse problematização das condições vividas por homens e mulheres do meio rural exemplifica uma prática de "apropriação" como descrita por Certeau (2014). Essa abordagem buscava engajar os alunos de maneira significativa, permitindo que eles reconhecessem suas próprias experiências e realidades dentro do conteúdo educacional e transformassem assim o espaço educativo de um modo que refletissem e buscassem responder às suas situações específicas.

Porém, no que diz respeito ao uso de cartilhas, Fávero (2006) lembra que Paulo Freire era um crítico de seu uso. No entanto, nas primeiras experiências do MEB, em seu sistema de alfabetização de jovens e adultos, foi imprescindível o uso das cartilhas no meio rural, tanto pelo fato dos alunos exigirem um livro, quanto pelas especificidades do sistema radioeducativo, além de se considerar que os monitores não possuíam formação didático-pedagógica.

O relato de Marilza Lopes também coaduna com o processo de regionalização, conforme já mencionado na segunda seção nos estudos de Kadt (2007) e retomado aqui na tentativa de estabelecer uma conexão com as narrativas dos entrevistados. De acordo com o

⁴¹Segundo a supervisora Marilza Lopes, muita documentação do MEB/Araguaia, incluindo o documento referenciado, foi acondicionada em caixas de papelão e guardada em um espaço da Rádio Educadora. No entanto, muitos documentos foram incinerados, por receio da repressão, ou danificados pela ação do tempo.

autor, durante o III Encontro de Coordenadores, em abril de 1966, o primeiro realizado depois do golpe de 1964, buscou-se discutir o ocorrido naquele ano e examinar o futuro do MEB, em uma situação que se apresentava totalmente desfavorável ao Movimento, uma vez que o Ministério de Educação relutava em financiar um movimento considerado “subversivo”. No entanto, havia um número expressivo da hierarquia da Igreja desejosa em subordinar os sistemas, até então controlados pelo MEB Nacional, aos bispos diocesanos, em um processo denominado diocesanização. Com isso o MEB, sendo unidade, passaria a ser dividido.

A maior divisão ocorria entre os sistemas do Norte, nos quais o latifúndio e as estruturas sociais e políticas relacionadas a eles eram relativamente raros, assim como os conflitos, antes do golpe de 1964. Nesses sistemas, mais antigos e onde havia mais agitação política, adotavam uma postura mais progressista, negavam-se a comprometer-se com autoridades civis, militares ou eclesiais, eram a favor da união nacional e posicionavam-se com a diocesanização. No final do encontro, foi defendida uma pauta de ações que contemplavam a centralidade da coordenação do MEB nacional, embora isso não tenha se configurado na prática (Kadt, 2007). Esse processo é perceptível na narrativa de Marilza Lopes (2021):

[...] os encontros eram semestrais. Pelo menos duas vezes por ano a gente fazia um encontro com os monitores para treinamento, também havia avaliação e programação do trabalho. Teve um tempo que a gente ficou muito isolado fazendo só pelas nossas. Depois o MEB Nacional passou a nos assessorar. Nós também começamos a participar de encontros regionais, do MEB Marabá, que era umas das sedes que buscou centralizar as equipes de Marabá e de Conceição. Então a gente começou a ter encontros da região. Depois foi tendo encontro mais da região Norte. Articular com o MEB de outros Estados, do Tocantins, Goiás que eram mais próximos. Nos encontros regionais ocorriam estudos de aprofundamento sobre a realidade, sobre a metodologia do trabalho, com fundamentação teórica e prática. Nesses encontros que eram regionais eram discutidos os problemas regionais, da saúde, da educação (Marilza Lopes, 2021).

Conforme anunciou o testemunho acima, havia uma preocupação por parte dos agentes do MEB em enfatizar e discutir os problemas regionais, em encontros que, prioritariamente, envolviam os estados do Norte. Isso ocorreu, principalmente, após o fechamento do MEB/Goiás⁴² que influenciava as ações do MEB/Araguaia. Após o Golpe Militar de 1964, as estratégias pedagógicas e os discursos foram reconstruídos, na tentativa de evitar conflitos com os mandatários do novo regime.

No entanto, nos encontros regionais mencionados por Marilza Lopes (2021), os agentes do MEB buscavam interpretar as realidades locais, superando as percepções iniciais do MEB

⁴²Segundo Kadt (2007), o sistema de Goiás era considerado pelo MEB como o que tinha encontrado equilíbrio no desenvolvimento da ideologia e dos métodos e tinha efetivamente contribuído para esse desenvolvimento. O sistema foi fechado em 1967.

nacional que consideravam as comunidades rurais brasileiras homogêneas. Os treinamentos realizados possibilitavam o debate sobre os contextos em que eram desenvolvidas as ações pedagógicas do MEB, o que pode ser compreendido como uma reflexão sobre a prática, envolvendo os pressupostos teórico-metodológicos dessas ações. A partir daí o MEB posicionava-se política e socialmente nas comunidades em que atuava (Marilza Lopes, 2021). Vale dizer que, no mesmo período, estava sendo colocado em prática o plano de desenvolvimento e ocupação da Amazônia e, no Sul paraense, intensificavam-se os conflitos entre pequenos agricultores e os latifundiários.

As terras que já estavam ocupadas por trabalhadores há muito tempo deveriam fazer parte dessa política de colonização, por meio de agências do governo federal, como o INCRA, responsáveis por definir novos tamanhos e nova distribuição dos lotes dos colonos, em uma política que não atendia aos interesses dessa população (Pereira, 2013). Nesse contexto, muitos agentes do MEB se posicionaram em favor dos colonos e postularam prática educativa numa vertente mais progressista, para tanto, houve um entendimento da equipe: entendeu ser necessário o processo de regionalização do MEB, com vistas a melhor atender as particularidades de cada região e realizar uma tomada de decisão mais adequada e eficaz. Para melhor compreender como se deu esse processo no Sul do Pará, retomo o percurso de um dos seus supervisores.

João Ramalho deixou o MEB em 1964 e partiu para estudar em São Paulo, e retornou em 1968, quando encontrou o movimento totalmente reestruturado. Frei Tomás Balduino não era mais o diretor da rádio, tinha se tornado bispo em Goiás. Em seu lugar, assumiu Frei Henrique Marques e a região estava passando por profundas transformações. João Ramalho assumiu a coordenação, e participou de um encontro regional promovido pelo MEB Nacional, com a participação de todos os supervisores do MEB da Amazônia (Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Amapá). O encontro foi realizado na cidade de Manaus, nos anos de 1970, com a presença do Arcebispo de Manaus, Dom João de Souza Lima. Neste encontro, ficou decidido que o MEB regional seria desmembrado do MEB Nacional (João Ramalho, 2021).

Várias foram as justificativas para o desmembramento, dentre elas, a distância do Rio de Janeiro para os estados que compunham a Regional do MEB na Amazônia e as especificidades de cada um. Nesse mesmo encontro, houve ainda a eleição para coordenador, e um membro do MEB Nacional, chamado Roberto Farias Mendes, responsável pela criação do MEB/Amazônia se dispôs a concorrer, junto com João Ramalho, e outra pessoa, da cidade de Guajará Mirim. Uma vez eleito, João Ramalho mudou-se para Manaus, a fim de coordenar os

trabalhos da nova regional que fora criada, viajava por todos os estados da Amazônia, pelas cidades onde funcionavam os sistemas socioeducativos do MEB⁴³. João Ramalho (2021) relata que os estudos em São Paulo mudaram sua forma de engajamento:

[...] quando retornei eu já vim com engajamento político, devido a um grupo político que eu conheci em um evento, foi um grupo, no caso mais velho que era a Ação Libertadora Nacional (ALN). Era um grupo radical e que queria ir pro pau mesmo, para a guerrilha mesmo, resultado, eles me rastrearam de lá, eu fiz uns pronunciamentos lá em São Paulo, eles seguiram a minha ficha pegaram lá no convento dominicano escondido e vieram no meu rastro e vieram bater aqui, chegaram aqui [em Conceição do Araguaia], procuraram duas pessoas e se deram mal nessa, ia muito bem, duas pessoas, uma foi o Gervásio que era delegado de polícia com a ordem de prisão, e o outro foi a Auzelina Rosa. Gervásio alegou não ter recebido o mandado de prisão e Auzelina afirmou que eu não me encontrava na cidade.

Da narrativa de João Ramalho (2021), depreende-se uma mudança de posicionamento, após a sua ida a São Paulo, marcada pelo forte engajamento político no espectro mais progressista que redefiniu a sua atuação enquanto educador do MEB e, possivelmente, fortaleceu as práticas educativas do Movimento na região do Araguaia, que enfatizou de vez a sua tendência em mediar ou mesmo interferir nas questões conflituosas presentes no meio rural daquela região. O conjunto dessas práticas articulava as dimensões da cultura, da política e das representações sociais. Lembro ao leitor que me refiro aqui à atuação do Movimento em seu percurso inicial, dos anos de 1962 ao início dos anos 1970, na região em estudo.

João Ramalho ainda contou que foi preso pela Polícia Federal em Manaus, quando estava saindo para almoçar na companhia do Arcebispo Dom João de Souza Lima. Na ocasião, estava segurando uma pasta, que também foi tomada pela polícia e, depois do inquérito, em que foi acusado de pertencer a um grupo de luta armada na Amazônia que pretendia derrubar o governo, foi levado em um avião da FAB de Manaus para Belém, onde ficou preso durante noventa (90) dias.

A figura abaixo apresenta a capa do inquérito do Sistema Nacional de Informação (SNI), que detalha a suposta infiltração subversiva no MEB/Araguaia e evidencia os motivos da prisão de João Ramalho.

⁴³Informações concedidas por João Ramalho (2021).

Figura 6 – Infiltração subversiva no MEB/Conceição do Araguaia 1971⁴⁴

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
C M A - Se. E M - QGR/B
2a SEÇÃO DO EM - QGR/B

CONFIDENCIAL

Belém - Pará
Em, 29 Jan 1971

ACE N.º 2438/82

Fichados

INFORMAÇÃO Nr. 43 82/71

1. ASSUNTO: Infiltração subversiva no MEB/CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
2. ORDEM: Se. E M
3. DIFUSÃO: C M A - S E L/MAE - IV DE - Ia S Ad - DFF/BA
4. ANEXO: Cópia de Relatório de IPM

PROVIDENCIADO

Ass. N.º 11 SNI/MAE
DIFUSÃO: AC 12/11
Araguaia
02.12.71

1. Como informação esta Agência remete cópia do RELATÓRIO de IPM, mandado proceder para apurar a infiltração subversiva no MEB/CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA, de qual foi encarregado o TC MAURO AMÂNCIO DE SOUZA.

2. Figuram como indiciados no aludido IPM os seguintes elementos:

- JOSÉ DE JESUS LIMA MONTEIRO - "VAVÁ" - médico
- AMARO ÁLVARO TUPIASSU - 2º Sgt Ex - "FIGUEIREDO"
- LUIZ COUTINHO
- TITO GUIMARÃES FILHO
- RAIMUNDO JOSÉ DE MOURA
- LEONARDO TEIXEIRA GAZEL - "LEO"
- JOÃO CARLOS RAMALHO - "RAMA"
- JAIR HOLANDO MARQUES PEREIRA
- FLÁVIO AUGUSTO NEVES LEÃO DE SALES - "BIBICO" ou "ALI"
- TEÓDULO AUGUSTO CAMPLO DE VASCONCELOS - "TÉO"

O destinatário é responsável pelo cumprimento das instruções contidas neste documento e pelo envio de cópia para o remetente.

CONFIDENCIAL

PROTOCOLADO EM 1.º 27/1/71
FOLHA 1.ª de 1.ª 2/71

Fonte: Memorial César Moraes Leite (1971).

O relatório do inquérito em tela inicia com o seguinte argumento: “[...] consta nos autos deste Inquérito, as principais atividades subversivas desenvolvidas no Norte do Brasil. [...] todos os membros da Aliança Nacional Libertadora, que tem por objetivo a implantação comunista no Brasil e a tomada do poder pelas armas”. (Infiltração Subversiva no MEB/Conceição do Araguaia, 1971).

⁴⁴Na página em tela, o documento de número 2438/82, expedido pelo Sistema Nacional de Informação (SNI), datado de 29 de janeiro de 1971, tem como assunto: Infiltração subversiva no MEB/Conceição do Araguaia. No lado direito superior da página, está escrita a palavra “fichados”. No item 1 (um), consta: “Como informação esta agência remete cópia do RELATÓRIO do IPM, mandado proceder para apurar infiltração subversiva no MEB/CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA, do qual foi encarregado o TC MAURO AMÂNCIO DE SOUZA”. No item 2 (dois), constam os nomes dos agentes do MEB ou pessoas ligadas ao Movimento que foram investigadas: “Figuram como indiciados no aludido IPM os seguintes elementos: José de Jesus Lima Monteiro – Vavá – Médico; Amaro Álvaro Tupiassu – 2º Sgt Ex – “Figueiredo”; Luiz Coutinho; Tito Guimarães Filho; Raimundo José de Moura; Leonardo Teixeira Gazel – “Leo”; João Carlos Ramalho – “Rama”; Jair Holando Marques Pereira; Flávio Augusto Neves Leão de Sales – “Bibico” ou Ali; Teóduo Augusto Campelo de Vasconcelos – “Téo”.

Em outro trecho diz que: “[...] dada a evidência dos fatos, podemos concluir sem possibilidade de erro [...] tais elementos [...] já haviam atingido a chamada etapa das tarefas revolucionárias” (Infiltração Subversiva no MEB/Conceição do Araguaia, 1971). Destaca ainda que João Ramalho intermediou cargos importantes no MEB para Leonardo Teixeira Gazel, Jair Holando Marques Pereira e Augusto Campelo de Vasconcelos. Ao exercer funções relevantes no MEB, de acordo com o relatório, os indiciados encontraram um campo fértil para as suas ações extremistas.

No mesmo relatório, na folha 177, consta que, no segundo semestre de 1968, João Carlos Ramalho participou de uma reunião de caráter subversivo e, em outubro de 1969, havia participado de outra, em que foi cogitado o ingresso de três (03) “elementos subversivos” no MEB de Conceição do Araguaia, indicados por João Ramalho. Constam também que apreenderam várias cartas de “elementos de esquerda” do MEB Nacional, padres e outros “esquerdistas” com os quais o supervisor do MEB se correspondia.

O panorama estava formado. A forte repressão recaía sobre os agentes do MEB, tanto do clero, quanto do laicato, ou mesmo sobre as pessoas que se relacionavam com os seus agentes. De alguma forma, a prisão de João Ramalho e de outros agentes do MEB, na região Norte e em outras regiões do Brasil, expõe para o Regime Civil Militar o potencial “subversivo” do Movimento, no enfrentamento à ordem vigente, contrário à hegemonia da elite latifundiária, referindo-me aqui, mais especificamente, à da região Sul da Amazônia paraense.

Nesses termos, o processo de “conscientização” da população camponesa por meio das ações pedagógicas empreendidas pelo MEB possibilitava a reflexão sobre as condições de vida dos homens e mulheres rurais, os quais tinham anseios de transformação da realidade que lhes era imposta, com a privação do direito sobre a própria terra de onde tiravam o seu sustento. O uso dessas práticas educativas para transformação das condições de vida dos homens e mulheres do campo é uma clara manifestação de “fazer com” que Certeau (2014) descreve como característica das táticas cotidianas. A partir daí o Movimento passa por uma verdadeira “*via crucis*” e enfrenta os desafios conjunturais por estar sob a égide de um governo ditatorial.

Outro documento do SNI, de número 2192/82 de fevereiro de 1977, informa sobre as diligências ocorridas no ano de 1970 com a finalidade de identificar, no Movimento de Educação de Base de Conceição do Araguaia, atividades subversivas. Nesse documento, João Carlos Ramalho é citado como subversivo. Nele, há também a seguinte informação:

[...] os religiosos da área, nessa época, que mantinham contato e, constantemente, foram citados pelos subversivos no referido Inquérito Policial Militar presidido por Mauro Amâncio de Souza, são os seguintes:

Frei Estevão Cardoso de Avelar, atualmente Bispo de Conceição do Araguaia/PA, pertencente à linha progressista do Clero.

Frei Alano Maria Pena, atualmente Bispo titular da Prelazia de Marabá/PA, pertencente à linha progressista do Clero.

Frei Tomás Balduino, atualmente Bispo de Goiás e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), pertencente à linha progressista do Clero.

Frei Henrique Marques da Silva, atualmente é pároco da Prelazia de Conceição do Araguaia, pertencente à linha progressista do Clero.

Frei Manoel Borges da Silveira, atualmente é Diretor da Rádio Educadora do Araguaia, pertencente à linha progressista do Clero.

(Infiltração Subversiva no Movimento de Educação de Base (Meb) de Conceição do Araguaia, 1977, p. 3-2).

Anterior à prisão de João Ramalho e de outros agentes do MEB, os religiosos mencionados no relatório do SNI também foram perseguidos pelo Regime Civil Militar. Percebiam que frei Tomás Balduino não mais pertencia a então Prelazia de Conceição do Araguaia, no entanto, seu nome estava relacionado no documento, talvez, por sua forte influência na Igreja Católica no Sul do Pará. O pressuposto é de que os religiosos se posicionavam em defesa de uma sociedade mais justa e em prol de direitos das populações mais vulneráveis. Nesse sentido, Fávero (2006) assevera que o MEB e o clero dito “progressista” colocaram-se a favor das classes subalternas, operando estratégias de organizações políticas.

Depreende-se que além dos conflitos agrários já presentes e em expansão na região sul paraense, outro problema preocupava os militares na região: a Guerrilha do Araguaia. Baseadas nesses pressupostos, a repressão e a vigilância sobre o Movimento se intensificaram. Os Dominicanos que, desde a fundação de Conceição do Araguaia, tiveram importante papel no âmbito do desenvolvimento educacional e social da região e, mesmo no período pós-1964, conseguiram manter diálogo com os militares para a ampliação dos sistemas das escolas radiofônicas, no final do ano de 1960 e durante o ano de 1970 passaram a ser vistos como inimigos do regime ditatorial, todas as atividades das pessoas que trabalhavam no MEB passaram a ser consideradas subversivas.

Nesse sentido, foram muitas as intervenções e tentativas por parte dos militares de fragilizar as ações socioeducativas do MEB. Uma delas consistiu em não conceder o registro da rádio educadora e, devido a isso, provocar o fechamento da emissora, inviabilizando o funcionamento das escolas radiofônicas, tema sobre o qual abordo na quinta seção.

De acordo com Rapôso (1982), durante período de 1961 a 1967, houve uma evolução do nível de consciência e organização das camadas populares, por meio do desenvolvimento de suas lutas e a colaboração de intelectuais, porém a “política de massas” foi dificultada, uma vez que representava, para os grupos dominantes, uma ameaça à ordem social vigente. Nessa

perspectiva, o discurso do MEB contribuiu para o avanço da educação popular por parte de seus intelectuais e conduziu a um rompimento com a ideologia subjacente às instituições que o criaram: o Estado e a igreja.

No final do ano de 1960 e durante o ano de 1970, apesar dos limites impostos pela forte repressão, os agentes do MEB de Conceição do Araguaia adotaram uma postura progressista, tanto no que diz respeito aos leigos, quanto a uma parte considerável do clero, o que favoreceu a organização e mobilização dos camponeses e a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Vale ressaltar que outras entidades foram criadas para lidar especificamente com a questão agrária como a Comissão Pastoral da Terra - CPT que, em conjunto com o MEB, desenvolveu importantes ações com vistas a garantir o direito à terra ao pequeno agricultor⁴⁵. Nessa direção, abordo, na próxima seção, o percurso das representações teórico-metodológicas operadas pelo MEB, em sua fase inicial até o ano de 1970, e como essas práticas foram se transformando e repercutiram no contexto sociopolítico do meio rural no Sul da Amazônia paraense.

3.3. Primeiras representações das práticas escolares: evangelização, alfabetização e resistência

A ação educativa do MEB na região da Diocese de Conceição do Araguaia era centrada no trabalho de educação popular, em conformidade com os princípios defendidos pelo MEB Nacional, partindo do estudo da realidade e do universo cultural dos educandos. A supervisora Marilza Lopes (2021) retratou essa realidade:

[...] a fundação das escolas radiofônicas já estava em andamento, então, o trabalho era centrado na comunidade e a nossa tarefa era acompanhar as aulas radiofônicas, avaliar a atuação do monitor, a participação dos alunos, e discutir logo em seguida com toda a comunidade os problemas que estavam dificultando tanto de aprendizagem como também os problemas que a comunidade estava vivendo. A gente interferia na discussão para ajudar buscar uma solução comunitária. Por isso que eu falo que era centrado na comunidade, o trabalho comunitário. No momento da supervisão a gente entrava em contato com o animador da comunidade que era normalmente, o animador dos Círculos Bíblicos⁴⁶, uma liturgia na comunidade, e o monitor, e nós nos hospedávamos na comunidade e convivíamos com o momento em que eles estavam vivendo, se era uma festa também a gente participava, resgatando as tradições locais, e também para discutir problemas sociais, tanto na produção que eles eram pequenos produtores, buscando soluções através de mutirão foi o primeiro momento: contribuir para que a própria comunidade buscasse uma solução (Marilza Lopes, 2021).

⁴⁵Discuto, na seção quatro, o protagonismo do MEB e seus agentes e influências na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, parcerias com outros movimentos e organização na luta pela terra.

⁴⁶Segundo a entrevistada Marilza Lopes (2021), o Animador de Comunidade ou Coordenador dos Círculos Bíblicos constituía-se numa liderança das Comunidades de Base que coordenava as reuniões do Círculo Bíblico, muitas vezes, era também o animador da comunidade.

A narrativa acima cita vários aspectos da abordagem metodológica do MEB, e da ação educativa dos seus agentes: o acompanhamento das aulas radiofônicas, a avaliação do trabalho do monitor, o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, os problemas dos pequenos agricultores, a busca por solução pela própria comunidade, a articulação com o animador popular, a realização de mutirão, na perspectiva do trabalho coletivo.

Vislumbrava-se o comprometimento do MEB com as causas populares dos homens e mulheres do meio rural, com vistas à organização das comunidades em que atuava, nos aspectos sociais e políticos. O resgate das tradições locais, mencionado pela entrevistada, refere-se às tradições e aos costumes dos grupos nas comunidades que sedimentaram a reflexão sobre contexto social local e possíveis mediações interpostas pelo MEB.

Marilza Lopes, ao se referir aos círculos bíblicos e destacar o papel do seu animador, passa a noção de uma educação de base com o viés de evangelização que, de acordo com Fávero (2006, p.44), “[...] a educação (de base) é vista não só como prioritária, mas como uma exigência da evangelização”.

A realização de mutirões para resolver os problemas das comunidades era uma prática recorrente dentre as ações provocadas pelo MEB nas comunidades escolares, que visavam estimular a solidariedade e a partilha, princípios defendidos pela Igreja Católica. Nos mutirões, eram realizados desde a construção de escolas e casas até plantação de roças.

Importante ressaltar, com base na narrativa, a preocupação com o momento da liturgia que, de acordo com documento “19 anos de experiência radiofônica no interior” (Silva, 1981, p. 5), consiste numa reflexão, a partir do evangelho, capaz de iluminar a vida e “[...] dar-lhes uma consciência cristã mais esclarecida para que possam agir, atuar audaciosamente na mudança e conversão da sociedade”. Nessa perspectiva, a religião (em especial, a católica) e a transformação social possuíam uma relação intrínseca e estavam presentes fortemente nas ações do Movimento no Sul paraense⁴⁷.

Para Fávero (2006), as escolas radiofônicas consistiram em um momento pedagógico que possibilitou o diálogo entre grupos e comunidades que buscavam a transformação da sua realidade; a figura do monitor também teve bastante projeção, passando de auxiliar a animador das ações dos grupos ou comunidades; as aulas, quando bem elaboradas, propunham a análise das situações-problema, que possibilitavam a compreensão da exploração capitalista e a busca para as possíveis soluções. Marilza Lopes (2021) confirmou o papel preponderante

⁴⁷Conforme Marilza Lopes (2021), nos Círculos Bíblicos, lia-se a passagem da Bíblia, refletia-se sobre a leitura e a vida da Comunidade de Base e eram encaminhadas as ações de solidariedade ou ações comunitárias para solucionar problemas da comunidade.

desempenhado pelo monitor e pelo animador na resolução dos problemas das comunidades, conforme relato abaixo:

[...] nos anos 1967, 1968, mais ou menos, os problemas nacionais [influências do Golpe Civil Militar] ainda não tinham aparecido tão fortemente nas comunidades. A rádio era o único meio de comunicação, não existia telefone, depois que apareceu telefone público. O animador da comunidade e a participação do próprio monitor, que era envolvido na comunidade, com os problemas da comunidade, não era um simples professor, normalmente também era um líder da comunidade, e às vezes coincidia, de ser até o próprio animador da comunidade ou partia dali da indicação e da mobilização do coordenador para se organizar a comunidade, então a gente fazia participação de todos os eventos que a comunidade vivia (Marilza Lopes, 2021).

Da narrativa acima, depreendo que, para a educadora Marilza Lopes, as comunidades rurais não sentiam ainda as consequências políticas impostas pelo Regime Militar que governava o país nos anos de 1967/68⁴⁸, assim, ela destaca a Rádio Educadora como o único instrumento de comunicação entre a cidade e o campo e entre as comunidades, uma inovação tecnológica que provocou mudança no cotidiano das pessoas; também enfatiza o poder de articulação dos monitores, que exerciam o papel de professor e, às vezes, assumindo a função de animador, encaminhava as demandas das comunidades para a equipe local do MEB. Nessa direção, Fávero (2006) aponta que a educação de base proposta pelo MEB assenta-se na apropriação e construção mínima de conhecimentos pelo indivíduo, mas também na resolução dos problemas da coletividade.

O monitor também era o responsável pelo funcionamento da escola radiofônica, pois cabia a ele informar os problemas nos aparelhos de rádio, solicitar conserto e reposição destes. Também era seu papel articular, junto à comunidade, o ingresso dos alunos, incentivar a participação nas aulas e enviar as mensagens da comunidade para a Rádio Educadora do Araguaia para socialização dos eventos e demandas locais.

Nessa primeira fase do MEB na região do Araguaia, o material didático utilizado foi a cartilha “Viver é Lutar”, elaborado e distribuído pelo MEB nacional, que visava dar subsídio didático-pedagógico para a produção das aulas radiofônicas, seguida pela cartilha “Mutirão” e, posteriormente, a equipe local elaborou cartilhas regionais, ainda com vistas a atender a alfabetização de jovens e adultos⁴⁹. Conforme Fávero (2006), esse movimento de produção dos conjuntos didáticos mencionados, ocorrido durante o período de 1963 a 1965, tem representações históricas bem definidas, em primeiro lugar, Viver é lutar, de 1963, evidenciava

⁴⁸ Ressalto ser esta a percepção da entrevistada, embora seja contrária à compreensão do supervisor João Ramalho, que defende a ideia de que o Golpe Militar de 1964 afetou as ações e os rumos do MEB e das comunidades em que atuava, inclusive, a região Sul paraense.

⁴⁹ Informações concedidas por Marilza Lopes (2021).

as situações de injustiça, exploração e anunciava um novo projeto de sociedade; enquanto o conjunto didático Mutirão, elaborado com vistas a substituir “Viver é lutar”, consistia em cartilha de alfabetização, livro de leitura para os pós-alfabetizados e apostilas de fundamentação para professores.

No programa didático “Mutirão” (1965), os conteúdos eram organizados para a alfabetização, a aritmética, a organização cultural e a saúde, sendo que o trabalho rural ocupava a centralidade do eixo gerador das aulas. Em sua essência, esse conjunto não apresentava a perspectiva conscientizadora e transformadora da proposta contida em *Lutar é Viver* (Fávero, 2006; Kadt, 2007).

Conforme Marilza Lopes (2021), mesmo depois da apreensão do conjunto didático “Viver é lutar” pelo governo militar, o MEB Araguaia ainda o utilizou por um tempo, até ser substituído pelo conjunto didático Mutirão. Nesse período, a fiscalização e a repressão intensificaram-se em relação aos educadores do MEB na região do Araguaia, principalmente aos coordenadores e supervisores, considerados líderes e infiltrados subversivos.

De acordo com a ordem discursiva de Marilza Lopes (2021), “[...] no início dos anos 1970, o sistema radiofônico foi fechado, sob a alegação de baixo alcance das ondas do rádio, mas tínhamos a clareza que as nossas abordagens metodológicas problematizadoras incomodavam as estruturas do poder vigente”. O relato de Marilza Lopes reflete a luta contínua e os desafios enfrentados por esses agentes em perseguir suas práticas subversivas de conscientização e educação. Ressalta a persistência da resistência contra as adversidades conjunturais, uma característica essencial das táticas de sobrevivência e mudança delineadas por Certeau (2014)

Em documento intitulado “Sistema de Conceição do Araguaia - PA” de 1972, foi descrito que o MEB foi reaberto em 1971, com formação de uma nova equipe que possuía pouca experiência com o trabalho de educação de base, as ações do MEB voltaram-se, prioritariamente, para os bairros da periferia da cidade. Constam, ainda, no documento, as dificuldades financeiras pelas quais atravessava, contando apenas com os recursos oriundos do MEB nacional, que foram utilizados para o pagamento dos funcionários, aquisição de material permanente como: máquina de escrever, lampiões, quadro negro, mesas, material de papelaria e didático (Sistema de Conceição do Araguaia, 1972).

No aspecto político, houve entendimento, por parte da equipe do MEB, que não poderia enfrentar de forma isolada os problemas que se apresentavam, assim, seria necessário unir forças com a prefeitura e as lideranças da cidade. Assim, buscou-se o diálogo com essas entidades, visando à construção de um posto de saúde e de uma feira livre. Além disso, tentou

também estreitar os laços com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No entanto, a equipe considerou que não ter apresentado o trabalho desenvolvido pelo MEB para facilitar o entrosamento com essas lideranças foi uma falha do grupo (Sistema de Conceição do Araguaia/PA, 1972).

Há de se ressaltar que, no contexto social e político do sul paraense, passados os anos de 1967 e 1968 sem muita intervenção do aparato repressivo do Estado, os anos 1970 foram marcados pelo endurecimento aos educadores do MEB do Araguaia, que também criaram estratégias para a manutenção do ideário conscientizador e emancipador contidos na sua proposta pedagógica, por meio de discussões de temas pertinentes à situação da comunidade rural da região.

O documento, acima mencionado, demonstra o desmonte da Equipe do MEB, os supervisores mais antigos foram fortemente perseguidos pela Ditadura Civil Militar, sendo João Ramalho preso e Marilza Lopes interrogada pela Polícia Federal, suspeitos por atos subversivos. Após o fechamento do sistema e reabertura em agosto de 1971, a nova equipe de supervisores não tinha a experiência nem o conhecimento sobre a dinâmica do MEB dos seus antecessores, conduzindo o trabalho na perspectiva mais evangelizadora, atuando em todos os segmentos operacionais do MEB, devido à falta de monitores para auxiliá-los, como resultado das limitações financeiras e políticas impostas pelo regime, uma vez que a equipe era monitorada pela Polícia Federal, motivo que também fizeram a nova equipe agir com maior cautela.

Marilza Lopes relatou que, após a reabertura, o MEB diminuiu o número de escolas radiofônicas nas comunidades da área rural, restando apenas cinco (5) com o trabalho direto, e voltou-se para o trabalho nos bairros da periferia a partir dos Círculos Bíblicos. Em seguida, houve ampliação nas escolas do Supletivo Dinâmico, em bairros de Conceição do Araguaia, passando a ser ofertado também na área rural do baixo Araguaia, distrito de São Geraldo do Araguaia.

Mediante as dificuldades encontradas no processo de reabertura do Sistema das Escolas Radiofônicas de Conceição do Araguaia, a equipe do MEB não contou com a ajuda de monitores para a alfabetização. Somente no último semestre de 1972, houve o ingresso de um (1) monitor, o que repercutiu na situação administrativa e na dinâmica da reflexão sobre a realidade das comunidades e suas necessidades, com vistas a buscar soluções comunitárias. Isso não foi vivenciado pelos supervisores que estavam preocupados com a alfabetização e com primário intensivo (Sistema de Conceição do Araguaia/PA, 1972).

De acordo com o documento, a abordagem teórico-metodológica adotada está situada na perspectiva pedagógica de responder às comunidades as suas necessidades, a partir da realidade concreta, conforme está sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 - Organização teórico-metodológica dos cursos

Cursos	Organização teórico-metodológica
Alfabetização	Cartilha de alfabetização elaborada pela Equipe contendo palavras-chave referentes ao trabalho, instrumentos de trabalho, natureza. Discussão e debates das ideias geradas a partir das palavras-chave.
Primário Intensivo:	Conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática em textos elaborados pela Equipe, com temáticas relacionadas a trabalho, vida familiar, vida social, profissão e outras. Discussão e debates, contextualização com a realidade concreta dos educandos.
Programação Radiofônica	Método de recepção organizada, após cada programa, os grupos enviavam à sede do MEB as conclusões sobre a pergunta lançada no final de cada programa, que fomentava a elaboração da programação seguinte.

Fonte: Elaborado pela autora desta tese a partir das informações do documento Sistema de Conceição do Araguaia – PA, 1972. Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas – Dominicanos Belo Horizonte, 2022.

Conforme demonstra o Quadro 3, a equipe de supervisores buscou implementar as ações pedagógicas de acordo com a concepção freiriana, por meio de palavras geradoras provenientes do universo vocabular dos estudantes, principalmente nas turmas de alfabetização. A equipe também centraliza a produção do material didático utilizado e estabelece a conexão entre as aulas e as atividades radioeducativas.

Depreende-se que, nesse período, a repressão e a vigilância sobre a Rádio Educadora contribuíram para a diminuição das emissões dessa programação em específico e do nível de criticidade do seu conteúdo. A assessoria da equipe passou a ser, marcadamente, presencial nas comunidades, então reduzidas, o que fortaleceu, por outro lado, discussões mais aprofundadas nas questões didático-pedagógicas e conexões estabelecidas com os problemas levantados que afetavam a realidade da comunidade em questão.

Nesse contexto, estavam se intensificando, no campo, os conflitos agrários na região, e a então Prelazia de Conceição do Araguaia, manifestava uma posição clara em favor dos posseiros. Isso pode ser confirmado em livro ata, cuja abertura data de 21 de julho de 1966. Nos registros das reuniões diocesanas, há um interstício que compreende o período de 1969 a 1984, possivelmente, ocasionado pelo cuidado nos registros devido à situação política repressora da época. No entanto, na Ata da 3ª Reunião do Conselho da Prelazia de Conceição do Araguaia, realizada em 15 de julho de 1967, lê-se:

II- Atitude em fase dos incidentes em Santa Terezinha:

Nesse assunto Dom Tomás resumiu a situação da seguinte maneira: o problema da justiça social e defesa do pobre injustiçado envolve a igreja. Trata-se de posseiros com direito de usucapião. É verdade que a companhia conseguiu título de posse. Nesse caso, quem deve resolver é o poder judiciário. Se o governo der razão à companhia, não pararemos com o processo. Sentimo-nos no dever de ir ao Supremo Tribunal, se necessário (Ata da 3ª Reunião do Conselho de Prelazia de Conceição do Araguaia, 1967).

No texto, observa-se a postura intransigente do Bispo Dom Tomás Balduino em defesa dos pobres, dos posseiros que há muito habitavam o meio rural e estavam sendo expulsos de suas terras. O lema da Igreja e dos agentes das diversas pastorais foi, por muito tempo, “a terra devia ficar com quem nela trabalhava” (Marilza Lopes, 2021). Assim, Dom Tomás compromete-se a recorrer à última instância da justiça, o Supremo Tribunal Federal, em defesa dos pequenos proprietários rurais, em confronto claro com os mandatários do poder. A partir desse posicionamento radical em defesa dos pobres e injustiçados, a relação entre a Igreja local e o Estado foi se deteriorando, repercutindo em repressão para todos os segmentos e movimentos ligados à Prelazia, incluindo o MEB.

Nesse sentido, retomo a minha intencionalidade de me enveredar por esta escrita, que vai além de descrever os aspectos didático-pedagógicos do Movimento. Busco, na próxima seção, debater a proposta de emancipação contida nos discursos dos supervisores do MEB, acerca das práticas educativas, considerando que o tripé Igreja-Estado-MEB está intrinsecamente relacionado desde a origem do Movimento e nos contextos político, social e econômico em que desenvolveu a sua prática e construiu a sua história.

Para a consecução do objetivo, na quarta seção, estabeleço o recorte temporal do período - do ano de 1970 ao início dos anos 1980 - e abordo a reestruturação do MEB, no que diz respeito à equipe de supervisores e ao processo didático-pedagógico; a fase conhecida como mobilização do MEB; a implantação do supletivo dinâmico; a sindicalização dos trabalhadores rurais e o engajamento político em defesa da luta pela terra.

4 PRÁTICAS EDUCATIVAS DO MEB DO ARAGUAIA: AVANÇOS, RETROCESSOS E RESISTÊNCIAS

*“O espaço é um lugar praticado”
Michel de Certeau (2014, p.184)*

O espaço ocupado pelo MEB na região do Araguaia, entre os anos 1970 e início dos anos 1980, toma emprestada a fala de Certeau. Em meio a um contexto político sob o domínio de uma Ditadura Civil Militar e do processo de expansão do capitalismo latifundiário na região, os agentes do MEB, na perspectiva de uma educação popular voltada para os direitos humanos, buscaram compreender o seu lugar de ocupação e as suas dimensões político-econômico e social.

Nas seções anteriores, procuro demonstrar a centralidade que as comunidades rurais do Araguaia ocupam nas ações do MEB e como a questão agrária está imbricada na vida cotidiana dessa população, além de expor o protagonismo da Rádio Educadora na criação e expansão das escolas radiofônicas.

De acordo com Pessôa (2013), essa população (sitiente, lavrador, posseiro, trabalhador rural ou simplesmente camponês) era bem diferente, na segunda metade da década de 1970, da população anterior a este período. O autor destaca que, entre os fatores que contribuíram para essa mudança, está a diminuição da área ocupada por posseiros e enfatiza ainda que a intensa migração para a região, o aumento do preço da terra, a consequente especulação fundiária, a grilagem e os conflitos generalizados moldaram, significativamente, a nova configuração espacial, social e política do Araguaia a partir da década de 1970.

Nessa direção, Pereira (2013) aponta que os conflitos e as violências decorrentes das disputas de terras nas regiões Sul e Sudeste do Pará não ocorreram apenas devido à expulsão e à desapropriação de posseiros que, por muito tempo, ocuparam áreas devolutas por empresas e proprietários de terras da região Centro-Sul do Brasil, como argumentam vários autores que analisam a questão agrária na Amazônia brasileira. Para o pesquisador, na segunda metade da década de 1970 e meados dos anos 2000, nessa parte do território amazônico, ocorreram as disputas e confrontos violentos entre trabalhadores rurais e empresários, comerciantes ou proprietários de terras da região Centro-Sul do país pela apropriação das mesmas áreas de terras não reclamadas, recém-reconhecidas, especialmente aquelas localizadas ao longo de rodovias recém-construídas.

Vale lembrar que, nesse espaço geográfico e social, no marco temporal em estudo nesta seção, eclodiu o conflito armado conhecido como a “Guerrilha do Araguaia”, já mencionado nas seções anteriores, o qual agregou mais tensão na já conflituosa região. Assim, com a expropriação da terra e do trabalho dos sujeitos rurais, a Igreja Católica, seja por meio das comunidades eclesiais de base, seja pelo MEB e, a partir de 1976, pela Comissão Pastoral da Terra, exerceu um papel preponderante nos movimentos de luta pela terra no campo, conforme preconizam Pessôa (2019), Pereira (2013 e Feitosa (2011).

Parafrazeando Certeau (2020), a articulação entre a história e um lugar específico é essencial para analisar a sociedade. Levar a sério o seu lugar é condição para dizer algo que não seja lendário (ou edificante) nem utópico (sem relevância). Como a degeneração da singularidade do lugar é o próprio fundamento do discurso ideológico, ela exclui qualquer teoria. Além disso, ao estabelecer o discurso do não-lugar, ela proíbe a história de falar sobre a sociedade e a morte, ou seja, proíbe a história de ser história.

Dito isso, caro leitor, surgem as seguintes indagações: como os agentes do MEB desenvolviam sua prática educativa nesse lugar? Quais as propostas de emancipação dos sujeitos rurais contidas nos discursos e nas práticas educativas do MEB?

Cabe à pesquisadora a preocupação de não fazer uma homenagem ao MEB, mas sim apresentar a prática educativa desenvolvida e as repercussões sociais decorridas dessa ação, tendo como base a análise dos documentos juntados e os relatos orais dos supervisores participantes da pesquisa, articulados aos pressupostos da prática educativa emancipadora defendida por Freire (2023), no conceito espaço como lugar praticado na perspectiva de Certeau (2014) e nas representações culturais das escolas do MEB, em Chartier (2002). Importante reafirmar o caráter não linear, porém cronológico deste estudo, em que as fontes se entrecruzam, importantes fatos históricos misturam-se e contextualizam. Na próxima seção, serão apresentados alguns desses processos.

4.1 MOBREAL, Mobralização do MEB, onde fica a conscientização?

Criado em 15 de dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379, sob o governo de Costa e Silva, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) teve como objetivo fornecer apoio financeiro e orientação técnica para programas de alfabetização funcional e educação continuada para adolescentes e adultos. A meta do MOBRAL era alfabetizar 11,4 milhões de adultos até 1971. Porém, a fundação só iniciou suas atividades efetivas em setembro de 1970, financiada pela Loteria Esportiva e pelo Imposto de Renda. O MOBRAL estabeleceu estruturas

em níveis federal, estadual e municipal por meio de comissões mobilizadoras, responsáveis por assegurar os recursos necessários, incluindo mão de obra, e identificar o público-alvo para alfabetização. Inicialmente, a meta era alfabetizar apenas a população urbana entre 15 e 35 anos, porém, a partir de 1974, o MOBREAL ampliou sua atuação para abranger a faixa etária entre 9 e 14 anos.⁵⁰

Além disso, o MOBREAL diversificou suas atividades e passou a implementar outros programas com base no engajamento das comunidades locais, como: o Programa de Educação Integrada (1971), Programa de Desenvolvimento Comunitário (1972), Programa Cultural (1973), Programa de Profissionalização (1974), Programa de Educação Comunitária para a Saúde (1976), Programa Tecnologia da Escassez (1977), Programa de Educação Comunitária para o Trabalho (1978), Programa de Educação do Consumidor (1979), Planejamento Familiar (1980) e Educação Pré-Escolar (1980). Em novembro de 1985, a Fundação MOBREAL foi extinta, sob o governo civil do então presidente da república, José Sarney.⁵¹

Haddad e Di Pietro (2021, p. 7) afirmam que a intenção do Estado brasileiro foi criar e implementar a educação de adultos como instrumento para o desenvolvimentismo e expansionismo, tendo em vista à formação de recursos humanos. Assim, “[...] o progresso social se daria na medida em que o sistema educacional gerasse oportunidades para todas as classes sociais e garantisse, ainda que tardiamente, uma educação sistemática para os adultos”.

Na visão dos mesmos autores, houve forte repressão imposta pelo governo militar, pessoas foram presas e exiladas, mitigando os processos educativos que enfatizavam a cultura e as manifestações populares voltadas para os jovens e adultos. Ao criar o Mobral e o Ensino Supletivo, os governantes buscavam construir pontes com os setores populares por meio da educação de jovens e adultos, em oposição ao “Programa Nacional de Alfabetização que o governo anterior planejara levar adiante sob liderança de Freire. Uma ampla campanha de massa voltada à alfabetização de jovens e adultos foi promovida pelo Mobral, graças ao incremento de recursos e de estrutura” (Haddad; Di Pietro, 2021, p.7). No entendimento desses autores, a educação de adultos, nessa perspectiva, possibilitaria a qualificação para o ingresso no mercado de trabalho. Esse caráter utilitarista confrontava os ideais de uma educação para a transformação social defendida pelo MEB.

No entendimento de Gomes e Morais (2021), após o Golpe Militar de 1964, o MEB enfrentou restrições em sua prática educativa, sofrendo forte pressão da censura federal,

⁵⁰ Portal Estudos do Brasil Republicano. Que República é Essa? Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobral.html>

⁵¹.Idem.

principalmente em relação aos programas de rádio. Durante o período compreendido entre 1964 e os primeiros anos da década de 1980, o MEB adotou uma postura mais cautelosa em comparação com os anos anteriores ao golpe, devido à repressão imposta pela censura estabelecida no Brasil.

Esse período ficou conhecido como "mobralização" do MEB, uma referência ao método de alfabetização do MOBREAL, que foi criado pela ditadura militar com o objetivo de reprimir experiências como a de Paulo Freire no Movimento de Cultura Popular (MCP) e as do próprio MEB, que buscavam promover a conscientização social. Isso implicava reconhecer a limitação do potencial político-transformador e da abordagem crítica que questionava as estruturas sociais injustas, levando o MEB a concentrar-se principalmente na instrução escolar e na alfabetização mecânica dos educandos, sob a supervisão da organização, em conformidade com as diretrizes do Regime Militar (Gomes e Moraes, 2021).

Em Conceição do Araguaia, segundo relato de Heloisa Andrade (2021), no começo da década de 1970, no setor comunitário, teve início a implantação dos primeiros Círculos Bíblicos e experiências comunitárias de grupalização, enquanto a escolarização firma convênio com o Mobral para a Alfabetização de Adultos. Para Heloisa Andrade (Memorial, 1991, p.7), também no MEB Araguaia, “repercute a fase de mobralização do MEB. A entidade passava por forte crise financeira contrastando com a abundância de recursos do Mobral”. Por outro lado, Marilza Lopes (2023)⁵² faz um breve relato desse período,

[...] o Mobral a nível nacional chega a região. É como uma forma do Governo “dar sua presença”. Aqui na época a alfabetização no MEB funcionava ainda. Aí chega o Mobral, com uma proposta diferenciada. O prefeito me convida para ir ao Baixo Araguaia, dar um treinamento para implantar o Mobral na região da guerrilha. Chegando lá, vimos como era a situação. Porque a gente ia assim, sem se precaver. Eles convocaram os professores e fizeram a politização deles e eu para ensinar as técnicas da alfabetização. Claro que minha abordagem não era essa, a do Mobral eu nem conhecia. Ao lado tinha a Polícia Federal, o Exército, a PM e os monitores na sala. Então eu falei, né? Os professores todos calados, no mais absoluto silêncio [...]. Estava no período da guerrilha, foi a implantação do Mobral. A gente se relaciona com eles, mas não encapamos a proposta do Mobral, continuamos com nossa proposta (Marilza Lopes, 2023).

Marilza Lopes descreve de forma emocionada esse período tão marcante da sua vida, em que sentiu na pele a força da repressão, a falta de liberdade em expressar e discutir livremente a proposta pedagógica do MEB, e o medo de que todos os presentes na reunião transpareciam, demonstrado pelo silêncio que pairava naquele ambiente. Dessa forma, Marilza Lopes (2023) afirma que o MEB, nesse período, mudou o direcionamento das suas atividades

⁵²Entrevista concedida em 28 de julho de 2023.

para a cidade, deixando o campo, embora, mais tarde, o supletivo dinâmico se expandisse para o campo, principalmente na região do Baixo Araguaia. Assim, o MEB manteve a sua proposta de trabalho em outras frentes, deixou a alfabetização, o trabalho pelo rádio, mas manteve os princípios da sua prática educativa. Marilza Lopes pondera que não houve a ‘mobralização” do MEB de Conceição do Araguaia.

Nessa perspectiva, os anos 1970 marcaram o ingresso do MEB na área da suplência (antecedidos ou não de cursos), com a realização de exames fora ou dentro do processo, de acordo com o Parecer 44/73 – CFE; Parecer 1675/74 – CFE e 699/72 – CFE e a Resolução 80/72 – CEE. (Projeto de Ação Comunitária/1981-1983). Esse novo direcionamento está explicitado no documento “Projeto de Ação Comunitária em Vista de Desenvolvimento das Atividades Educacionais e Culturais no Meio Rural. ”

A proposta desse projeto visava atender o triênio de 1981 a 1983, historiciza a trajetória do MEB nos anos 1970 e justifica a mudança de percurso enfatizando a heterogeneidade geográfica, econômica, religiosa, filosófica presente nas comunidades onde o MEB atuava, além de ressaltar que a falta de recursos humanos inviabilizava a formação apropriada às populações rurais e dificultava a qualificação dos monitores, considerada ineficaz. Assim, no documento, consta que, partindo das problemáticas anunciadas e das necessidades levantadas pela comunidade no percurso das atividades, o MEB deveria promover cursos de suplência, com variações metodológicas, adequadas a cada comunidade.

O referido documento ainda esclarece que o objetivo da suplência é oferecer aos educandos instrumentos necessários para leitura e análise interpretativa de textos, domínio de operações básicas da matemática e utilização de técnicas de grupalização, envolvendo os cursos de Alfabetização Funcional e o Supletivo, que eram equivalentes às quatro primeiras séries do ensino denominado na época de 1º grau, cuja estrutura apresento a seguir.

Quadro 4 - Currículo Supletivo Dinâmico – Suprimento Sistemático

	ÁREAS	DISCIPLINAS
EDUCAÇÃO GERAL	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	- Língua Nacional
	CIÊNCIAS	- Ciências Naturais - Programa de Saúde - Campanhas de Saúde - Matemática
	ESTUDOS SOCIAIS	- Geografia - História - Educação Moral e Cívica - OSPB

Fonte: Projeto de Ação Comunitária em Vista de Desenvolvimento das Atividades Educacionais e Culturais no Meio Rural 1981- 1983. Adaptado pela autora, 2022.

De acordo com o documento, as disciplinas da Educação Geral, conforme apresentadas no Quadro 4, eram comuns a todos os alunos, enquanto as da Educação Suplementar poderiam variar de acordo com as necessidades dos grupos. A estrutura curricular apresentada no quadro acima se assemelha à estrutura geral das disciplinas das escolas regulares de 1º grau dos anos 1970.

Vale ressaltar que as disciplinas Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC) foram usadas, durante o regime civil militar, como ferramentas ideológicas nas instituições escolares com o objetivo de difundir valores e princípios simplificados à ideologia do regime, além de promover o ideal de comportamento desejado para os cidadãos brasileiros. Por meio dessas disciplinas, o governo buscava inculcar, nos estudantes, valores como disciplina, obediência, respeito à autoridade e amor à pátria, de acordo com a visão do Regime Militar. Os discursos e conteúdos presentes na OSPB e na EMC destacavam o papel do Estado e das instituições militares como agentes responsáveis pela ordem, segurança e progresso do país, ao mesmo tempo em que reforçavam a importância da submissão e lealdade aos ideais do regime (Veloso; Torrentes, 2016).

Dito isso, poderia perguntar: uma vez que o currículo proposto pelo MEB nacional possuía essa vertente padronizada, de que forma isso se traduziria prática? Marilza Lopes (2023) responde: “esses programas já vinham pré-definidos do MEB nacional, porém nós os adequávamos à nossa realidade, que era bastante conflituosa, não dava para fugir disso”. A entrevistada esclarece que, apesar da padronização curricular instituída pelo MEB nacional, havia uma necessidade de adaptar os programas educativos à realidade local, marcada por conflitos intensos, requerendo, assim, uma prática educativa voltada às condições específicas de cada comunidade.

Chartier (2002) contribui para essa discussão ao enfatizar que os objetos culturais (aqui representados pelo planejamento curricular do MEB) são centrais em um campo de lutas simbólicas e materiais. Essas disputas não são apenas sobre a imposição de conteúdos ou métodos por um grupo dominante, mas envolve a maneira como esses objetos são percebidos, reinterpretados e utilizados pelos envolvidos no processo educativo. Nesses termos, Maciel (2019) assevera que as representações coletivas e as identidades dos sujeitos escolares desempenham um papel crucial na maneira como objeto (o currículo) é recebido e integrado, afetando, diretamente, a organização social e a construção de identidades dentro dos grupos.

Portanto, as disputas em torno dos objetos escolares refletem as dinâmicas de poder presentes na região Sul do Pará. De um lado, O MEB nacional instituindo as diretrizes formais que lhes eram cabíveis, e do outro lado, os agentes do MEB do Araguaia realizando as práticas

possíveis. Por meio dessas disputas, diferentes grupos buscam afirmar suas visões e interesses, influenciando a própria organização social e cultural do grupo escolar. O Quadro 5, a seguir, apresenta a proposta do MEB nacional referente à educação suplementar.

Quadro 5 - Educação Suplementar – Suprimento Assistemático

GRUPALIZAÇÃO	- Liderança -Esporte e Recreação -Associativismo -Dinâmica de Grupo -Outros.
PROBLEMAS COMUNITÁRIOS	-Agricultura -Alimentação -Saneamento -Higiene -Habitação -Outros
EDUCAÇÃO RELIGIOSA	- Catequese - Evangelização -Outros

Fonte: Projeto de Ação Comunitária em Vista de Desenvolvimento das Atividades Educacionais e Culturais no Meio Rural 1981-1983. Adaptado pela autora, 2022.

No Projeto de Ação Comunitária (1981-1983, n/p), consta que o MEB se insere na linha de Suprimento, objetivando integrar o adulto às novas necessidades culturais que surgem, bem como prepará-lo para as atividades cívicas, vocacionais, profissionais, físicas, recreativas, econômicas, religiosas etc., “para um ajustamento psicossocial decorrente das mudanças implícitas no processo de desenvolvimento social”. Ainda consta no mesmo documento que o “homem rural não só necessita de rudimentos básicos de conhecimento”.

Os cursos de Suprimento desenvolvem-se de forma sistemática (conforme apresentado no Quadro 4) e assistemática, também denominado Suprimento Assistemático (Quadro 5), caracterizado por cursos e atividades complementares que visam complementar a educação integral, com vistas à integração para o trabalho, na comunidade e no país (Projeto de Ação Comunitária 1981-1983).

Está clara a influência das políticas educacionais do Governo Civil Militar nas diretrizes curriculares propostas pelo MEB. Há então um instrumento cultural reforçando que, para além da ideia de difusão da ideologia militar baseada em princípios morais e cívicos, incorpora-se também o desenvolvimentismo de forma clara e explícita na proposta da “Educação suplementar”. O que se vislumbra é uma mudança de discurso, dos anos que antecederam ao golpe, pelo menos no referido documento por parte do MEB nacional, quando menciona a necessidade de “ajustamento psicossocial” ou de “rudimentos básicos de conhecimento”.

Embora conste no documento referência, o trabalho de Animação Popular (AnPo) sobre a tomada de consciência de si, da realidade, da dimensão espiritual, não faz menção aos aspectos de transformação dessa realidade social. Nessa direção, Freire (2022, p 43) alerta que “a pedagogia do oprimido não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos, por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização”. É notório que há uma tentativa de controle e regulação das práticas educativas do MEB.

Faz sentido então recorrer ao contexto histórico daquele momento, que envolvia os conflitos entre a Igreja e os modelos de pastoral existentes, que repercutem, *a posteriori*, nas práticas educativas do MEB do Sul paraense. O Padre Ricardo Rezende Figueira que também fez parte da equipe do MEB até meados dos anos 1979 assim os sintetiza:

Interessante como perpassa dois modelos e concepções de igreja dentro da mesma prelazia. Enquanto um setor havia se impressionado pelas decisões do Vaticano II e começado a mudar o tipo de ação pastoral já no princípio dos anos 1960, rompe com o regime militar e é perseguido, temos outro que parece ter outra concepção de igreja e pastoral. Até 1977 as irmãs dominicanas têm ótimas relações com a FAB e o Bispo era proibido de utilizar estes aviões. O Regulamento Básico da Floresta, escrito em 1973 por membros da equipe pastoral, fere o ecumenismo e vai até contra a Constituição do país. O resumo do Regulamento proíbe o acesso a estas terras aos “feiticeiros, terecozeiros, crendices e suspeitos (terroristas). São abolidos cabarés”. Não satisfeito, enumera outras 16 condições. Interessante que “suspeitos”, ou “terroristas” para o governo, era o bispo, os padres, os agentes de pastoral...É evidente que nem o povo respeitou tal regulamento, nem o governo construiu estradas ou prestou atendimento para aquela população (Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia 1976-1992, p. 9, 1993).

O Pe. Ricardo Rezende ainda acrescenta que os conflitos internos da Igreja ocasionaram a transferência da sede da prelazia para Marabá. O Bispo Dom Estevão muda-se para aquele município e Dom Luís Palha, já com a idade avançada, permanece residindo em Conceição do Araguaia. Ademais, o relato do padre Ricardo Rezende possibilita as seguintes reflexões: primeiro, no âmago da prelazia de Conceição do Araguaia, pode ser observada uma clivagem ideológica entre os conservadores (aqui representada pela figura das freiras Dominicanas), que defendem tradições estabelecidas, e os progressistas, que advogam um relacionamento com as comunidades locais embasado em experiências e ações concretas nas pastorais, com a participação ativa de padres e leigos, numa perspectiva mais progressista, postura também defendida pelo Bispo.

Em segundo lugar, o Regulamento, como o próprio Padre afirma, fere um dos propósitos fundamentais do Concílio Vaticano II que, juntamente com a busca por uma renovação espiritual, tentava fomentar o ecumenismo com o objetivo de alcançar a unidade entre as diversas denominações cristãs, além de apontar um aceno por parte da pastoral que elaborou o

documento, ao Governo Civil Militar, que considerava parte do clero e leigos pertencentes à Igreja Católica da região “subversivos”. Assim, essas duas representações de pensamento marcam o percurso dos agentes do MEB da região em estudo que, além do contexto repressor político, enfrentava resistências dentro da própria Igreja.

Essas representações coletivas para Chartier (2002) dizem respeito às formas de pensamento, crenças, valores e ideias compartilhadas por um grupo de indivíduos em uma determinada sociedade ou cultura. Nesse sentido, a dinâmica enfrentada pelos agentes do MEB, em uma região marcada tanto por um contexto político repressor quanto por resistências internas na própria Igreja, reflete que essas representações coletivas são mais do que simplesmente ideias compartilhadas; elas são construções sociais que refletem as condições históricas, sociais e culturais específicas vivenciadas por seus agentes e evoluem em resposta às mudanças nesses contextos.

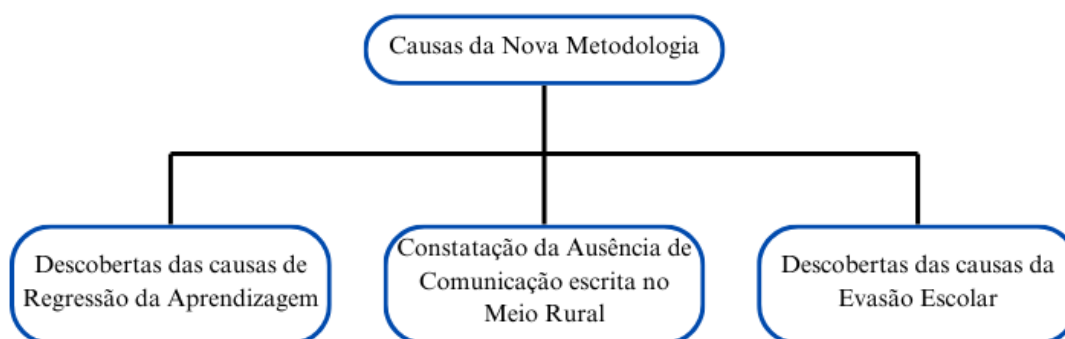
Essas representações podem ser usadas para legitimar ou questionar certas formas de autoridade e para moldar as identidades individuais e coletivas. Souza (2006), por sua vez, afirma que o MEB, ao desenvolver suas atividades, evidenciou os conflitos que ultrapassaram o escopo educacional e que estavam relacionados a questões internas da Igreja Católica e de seu projeto pastoral.

Assim, caro leitor, a fim de situá-lo historicamente, sintetizo: em 1976, há um processo de aceleração de ocupação no Baixo Araguaia, uma área de extração de castanhas e de fortes conflitos e uma forte repressão sobre o clero e leigos, alguns são presos e torturados. Os bispos Dom Estevão Avelar e Dom Alano Maria Pena, de Conceição do Araguaia e de Marabá, respectivamente, são interrogados. A Igreja rompe com o Estado, numa relação que já vinha se deteriorando desde o início da Guerrilha do Araguaia, eliminada em 1975. “O MEB prossegue seu trabalho de animar as comunidades urbanas e rurais e na educação formal de adultos. Já não utiliza o método de Paulo Freire (Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia 1976-1992, 1993, p. 10), processo que se desencadeou ao longo dos anos seguintes.

Em Conceição do Araguaia, em 1976, devido às mudanças conjunturais, o MEB local redefine sua linha de ação. Heloisa Andrade (1991) afirma que o MEB do Araguaia se encontrava, de certa maneira, em sintonia com o MEB nacional e a atividade prioritária era a escolarização por meio da implantação do “Curso Supletivo Dinâmico”, fases A e B, que correspondia à 1ª etapa do 1º Grau. Devido ao posicionamento da Igreja frente aos conflitos de terra, houve rompimento entre a Igreja e a Secretária Municipal de Educação, em consequência, o MEB prioriza o Supletivo, enquanto a Alfabetização de Adultos para o Mobral fica sob responsabilidade do governo municipal (Heloisa Andrade, 1991).

Importante ressaltar que, nesse período, as escolas radiofônicas também foram perdendo o fôlego, concomitantemente, as escolas com atividades presenciais foram ganhando força. Ao que chamam de “evolução metodológica”, causada por fatores externos, como o aparecimento dos movimentos de cultura popular, novos métodos de alfabetização, textos de educadores estrangeiros, entre outros, impulsionaram uma reflexão interna na equipe do MEB e a proposição de uma nova metodologia (Projeto de ação comunitária em vista de desenvolvimento das atividades educacionais e culturais no meio rural – 1981-1983, p. 7), conforme Figura 7.

Figura 7 - Nova Metodologia do MEB - Causas



Fonte: Projeto de Ação Comunitária em Vista de Desenvolvimento das Atividades Educacionais e Culturais no Meio Rural – 1981-1983. Adaptado pela autora.

O organograma acima apresenta a motivação para a adoção de uma nova metodologia para o MEB, no qual são apontadas as possíveis causas que justificariam a atividade educativa de forma presencial, embora o documento não explicita quais seriam as causas da regressão da aprendizagem, nem o que significa “a ausência de comunicação escrita no meio rural e as causas da evasão escolar”; o texto que o acompanha anuncia que há limitações do rádio como instrumento educativo, principalmente, devido às motivações que representava a escola radiofônica no início de sua criação e como essas limitações ocasionaram o fechamento de algumas escolas radiofônicas e o funcionamento de outras, apesar da precariedade desse sistema.

Por outro lado, defende que as “escolas diretas” proporcionam maior autonomia dos monitores com relação ao trabalho educativo, além de facilitarem a aprendizagem do educando de forma mais eficaz e diminuírem a evasão escolar. Porém ressalta-se que a rádio continua a ser um instrumento importante de comunicação. Sobre as escolas radiofônicas do Araguaia, Andrade (2023) explica:

Eu não peguei essa fase da Rádio Educadora enquanto sistema de escolarização, só enquanto instrumento mais educativo e de conscientização, uma vez que cheguei em Conceição do Araguaia em 1976. No entanto já havia uma preocupação, já tinha uma certa censura ao que era vinculado na rádio. Qualquer escapulida, a rádio era fechada, foi o que aconteceu também quando a luta pela terra foi avançando. Então a rádio não podia ser usada como instrumento de conscientização muito mais forte do que gostaríamos. Passou a ser usada sem uma politização mais contundente (Heloisa Andrade, 2023).

Heloisa Andrade (2023) confirma, em seu relato, que as escolas radiofônicas foram então perdendo a força dos tempos iniciais, também em Conceição do Araguaia. Porém, enquanto instância educativa e de comunicação, continuava relevante para divulgar cursos, notícias e mensagens às comunidades rurais, apesar de haver forte controle e censura em conteúdos políticos que fomentavam a conscientização. Nesse ponto, o MEB do Araguaia segue o redimensionamento da prática educativa do MEB nacional e fortalece as escolas diretas, por meio do supletivo dinâmico.

Contudo, as ideias e práticas de uma educação emancipadora, sustentadas na epistemologia de Paulo Freire, apesar de terem sido combatidas pelo Regime Militar e substituídas pelo Mobral e Ensino Supletivo no cenário institucional, encontraram raízes na sociedade brasileira por meio de uma ação de natureza política e educacional conhecida como Movimento de Educação Popular.

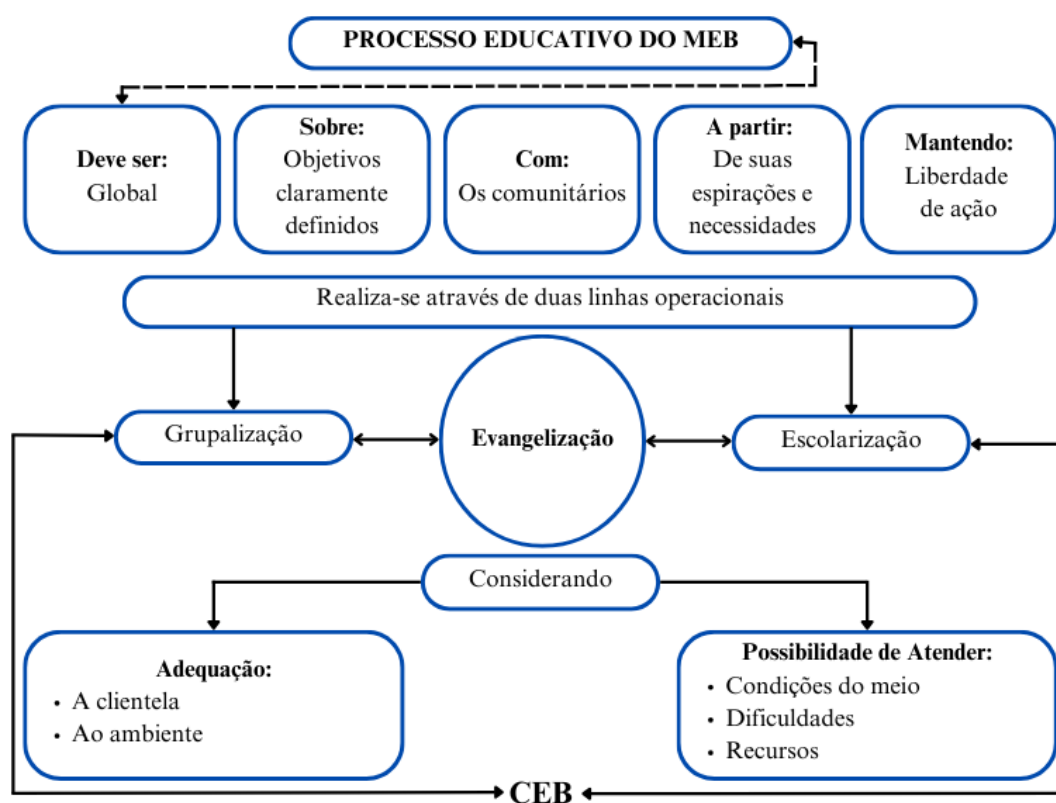
A Educação Popular foi, progressivamente, incorporada na sociedade brasileira através de locais de resistência e reconstrução do tecido social. Além disso, a Educação Popular se fortalecia por meio da organização e mobilização política. Nessas circunstâncias, pequenas sementes de resistência contra o Regime Militar eram semeadas (Haddad; Di Pietro, p. 8, 2021). Assim, as práticas emancipadoras, que partiam da abordagem da discussão e consciência dos problemas enfrentados e da compreensão da realidade pelos homens e mulheres do meio rural, continuaram sendo o motor dos agentes do MEB Araguaia (Lopes, 2023). Abordo, na próxima seção, como essa prática foi delineando-se, às vezes de forma camuflada, às vezes de forma explícita, e foi agregando ou sendo agregada por outros atores e/ou instituições sociais que surgiram na região ora em estudo.

4.2 “Banzeirando o supletivo dinâmico: sujeito passa a ser “cliente”

A prática educativa do MEB do Araguaia, apesar da forte e constante vigilância do Estado, continuou a se sustentar no seu ideário de conscientização, liberdade e emancipação da população rural, não de uma forma tão explícita, como nos primeiros anos de sua existência,

mas, ainda assim, se constituía num movimento de resistência. Os processos de povoamento da região, incentivos do Estado ao latifúndio em detrimento do pequeno agricultor, conforme já anunciado nas seções anteriores, repercutiam nas práticas educativas do Movimento. Em termos metodológicos, Heloisa Andrade (1991) já afirmou que foi um período fértil no conhecimento da realidade e na valorização do universo cultural local e que o “fazer” era mais importante do que o “como fazer”. Com isso, a utilização do material didático e as orientações didáticas provenientes do MEB nacional eram reformuladas para a realidade local. Em síntese, Andrade (1991) apresenta, em seu Memorial, como se desenvolvia essa prática educativa. Vejamos:

Figura 8 – A Escolarização nas Comunidades de Base



Fonte: Memorial Andrade (1991), Anexo I, nº 1 – Adaptado pela autora.

A proposta contida na figura 8, disposta no “Treinamento de Programação Didática”, em julho de 1976, delinea as ações e os percursos a serem encaminhados, em que o processo educativo, por meio do Centro de Educação de Base (CEB), orientava o que educando e o educador a buscar a “Libertação Integral do Homem, fomentada pelo Evangelho” (Anexo I).

Vale lembrar que, nessa época, a Prelazia de Conceição do Araguaia era formada apenas por 3 municípios que abrangiam uma área de aproximadamente 55.000 km², com população estimada de 100 mil habitantes. O MEB que atendia às comunidades ribeirinhas próximas à

Conceição do Araguaia se expande e de 15 comunidades, passa a atingir 45 comunidades em 1977 e mais de 60 em 1978 (Andrade, 1991).

No entanto, Heloisa Andrade (2021) afirma que, muitas vezes, o planejamento se confundia com a programação, e a avaliação se limitava aos resultados quantitativos. Assim, no ponto de vista de Andrade, essa prática possuía um caráter eminentemente desenvolvimentista, sendo a “comunidade mola propulsora do processo educativo e os núcleos supletivos eram os instrumentos por excelência de aglutinação. As prioridades eram escolarização e grupalização”. Isso pode ser constatado em outros documentos encontrados, como nas fichas de planejamento didático, relatórios de encontro com monitores e outros. O quadro abaixo, adaptado de duas fichas de planejamento didático, do mesmo período letivo, demonstra essa percepção.

Quadro 6 – MEB - Programação Didática do Curso Supletivo Dinâmico – Sistema de Conceição do Araguaia

1ª Fase “A”		1ª Fase “B”	
Denominação da Unidade: Divertimento Localização do texto gerador: Página 101 a 119 – Livro “O Camponês” – MEB Caicó/Natal –RN Data: Agosto de 1978		Denominação da Unidade: Nossas Tradições Localização do texto gerador: MOBREAL – Páginas: B2, B3, B4, B7 Data: Julho de 1978	
Objetivos	Material didático	Objetivos	Material didático
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e valorizar a arte popular da região; - Saber aproveitar o divertimento como fator importante na comunidade; - Compreender corretamente o conteúdo do texto; - Reconhecer os artigos definidos e indefinidos; - Saber usar os pronomes pessoais; - Saber representar graficamente e ler as frações; - Saber resolver problemas com a operação subtração; Saber distinguir as partes do corpo humano e sua formação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Livro: O Camponês; - Cartas com representações das frações; - Figura do esqueleto humano; - Quadro e giz 	<ul style="list-style-type: none"> - Definir o que é tradição; - Identificar algumas das nossas tradições; - Distinguir festas religiosas e civis; - Interpretar textos: temas e ideias principais; - Distinguir masculino, feminino, singular e plural; - Listar palavras sinônimas e antônimas; - Relacionar datas importantes do calendário; - Realizar com habilidade exercícios com números fracionários e inteiros, envolvendo as 4 operações; - Demonstrar atitude de respeito às festas populares; - Citar festas religiosas existentes na região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Livro texto – Mobreal; - Apostila do monitor; - Apostila do aluno; - Calendário cívico e folclórico; - Textos complementares; - Folheto “Círculos bíblicos” CF/78 – CNBB; - Quadro e giz.

Fonte: MEB – Conceição do Araguaia, 1978. Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário, 2022. Adaptado pela autora.

Ao analisar as programações didáticas em tela, o foco deu-se, principalmente, na observação dos enunciados dos objetivos específicos e como estes expressam os conteúdos e intencionalidades educativas e formativas. A primeira interpretação ocorreu no sentido de constatar uma tensão de natureza política e mesmo instrumental, ainda que sutil, na elaboração dos conteúdos. Não consta, nos documentos, o registro dos autores. A proposta da programação da fase “A” apresenta objetivos mais abertos, indica uma participação mais efetiva e reflexiva dos educandos no processo educativo e nas demandas sociais deles. Também abrange diferentes áreas do conhecimento, como língua portuguesa, matemática, arte e ciências e adota como livro didático “O camponês”, elaborado pelo MEB de Caicó/Natal, no Rio Grande do Norte.

No planejamento da 1ª fase “B”, os objetivos e os conteúdos das disciplinas (explícitos nos objetivos), abrangem diferentes áreas, como língua portuguesa, matemática e educação religiosa e cívica. A programação de estudo inclui um conjunto de objetivos “conclusivos”, ou seja, metas que os alunos devem alcançar ao final dela. Os textos utilizados, extraídos do livro do Mobral, são encontrados na apostila do monitor e do aluno, além do calendário cívico e folclórico e folhetos de “círculos bíblicos”.

Assim, a análise permite a indagação de até que ponto as intenções educativas foram, efetivamente, alcançadas nesse nível de detalhamento ou se ficaram restritas a enunciados de caráter geral, considerando as práticas educativas desenvolvidas pelo MEB. Por outro lado, há de se considerar o contexto histórico da época, em que os registros, nesses documentos, nem sempre representavam o que era colocado em prática. De acordo com Heloisa Smith Andrade,

Neste momento (1978), chegamos ao auge da implantação do curso supletivo com total de 65 escolas espalhadas nesta vasta área de 55.000 km². A rapidez com que os núcleos do supletivo se espalharam forçou 6 membros da equipe a se debruçarem na elaboração de um material didático próprio e adaptado à realidade da região para a Fase “B”, pois o único disponível era o utilizado pelo Mobral, do qual discordávamos de seu currículo programático e ideológico. Assim elaboramos o “Araguaia I e II” para a Fase “B”, já que para a fase “A” dispúnhamos do “Camponês”, adotado pelo MEB do Nordeste (Heloisa Andrade, 1991, p. 10).

De acordo com Heloisa Andrade (2023)⁵³, os documentos do MEB nacional enviados aos sistemas das demais regiões eram permeados de normativas de cunho ideológico, elevando o aspecto prático e utilitarista, e a elaboração do material didático “Araguaia⁵⁴” se aproximava do ideário de educação a ser praticada pelo MEB na região, conforme a concepção dos agentes da época.

⁵³Entrevista concedida em 21 de junho de 2023.

⁵⁴Não foi possível, durante a pesquisa, localizar nenhum exemplar do material didático “Araguaia”, apesar das indicações e buscas.

O Projeto de Ação Comunitária em Vista de Desenvolvimento das Atividades Educacionais e Culturais no Meio Rural (1981-1983) diz que: “O MEB procura organizar [...] a urgência com que essa escolaridade deve chegar a sua clientela e, por outro lado, a objetividade de que ela deve se revestir, sem esquecer a sequência regular ou supletiva [...]”. Claramente, há uma mudança de direção, conforme o documento, a qual aponta que os sujeitos escolares, antes compreendidos como construtores do seu próprio conhecimento, por meio da conscientização e de práticas escolares emancipatórias, passam então a ser vistos como clientes receptores de práticas escolares reprodutivistas, tal qual a “educação bancária”, tida por Freire (2023, p. 89) como limitadora ao livre pensamento, que aposta na inércia do sujeito frente à realidade que o cerca, e o torna um mero receptáculo de verdades dos outros, dos dominadores, dos opressores. Contra essa concepção de educação bancária, a equipe do MEB sofreria nos anos posteriores perseguições por sua atuação e apoio aos posseiros nos conflitos de terra que se agravavam, que exigiram dos agentes novas posturas e enfrentamentos, o que será abordado com maior profundidade na subseção a seguir.

4.3 A prática educativa do MEB no Baixo Araguaia: subversão da ordem

Embora esta subseção trate especificamente da região denominada pela equipe do MEB de Baixo Araguaia⁵⁵, lembro ao leitor que o MEB atuava concomitantemente em outras áreas rurais e em efervescência como os povoados que iam se formando ao longo da PA 150 e que registraram violentos conflitos vinculados à terra. O MEB juntamente com a recém-criada CPT local atuavam na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais e posseiros. De acordo com Andrade (1991, p. 8), a Igreja continua a desenvolver importante papel social (rádio, hospital e escola) e, no período de 1976 a 1978, compreende o “momento de transição de uma pastoral de ‘desobriga’⁵⁶ para o incentivo à formação das Comunidades Eclesiais de Base.”

A região do Baixo Araguaia já tinha sido palco de vários conflitos agrários de grande repercussão nacional, como a Guerrilha do Araguaia e o conflito de Perdidos. Este, de acordo com Pessoa (2013, p. 37), ocorreu em outubro de 1976, quando dois policiais militares foram mortos e vários outros, tanto policiais quanto camponeses, ficaram feridos, ao envolverem-se em uma luta armada contra os soldados. Como resultado da repressão subsequente ao conflito,

⁵⁵Região onde era localizado o distrito de São Geraldo do Araguaia, pertencente ao município de Conceição do Araguaia.

⁵⁶Termo utilizado para expressar a prática da pastoral tradicional de atendimento às comunidades com a finalidade de administrar os sacramentos (Heloisa Andrade, 1991).

mais de 40 camponeses foram presos e torturados. O conflito foi atribuído à ação de elementos “subversivos” presentes na região que incitaram o confronto armado entre policiais e posseiros. Pessoa (2013, p. 127) ainda diz que a repressão também atingiu vários religiosos. O seminarista Hilário Costa que estava com o padre Florentino Maboni na missão de entregar e ler uma carta de Dom Estevão Avelar, bispo de Conceição do Araguaia, encaminhada aos camponeses em Perdidos, relatou ao pesquisador os momentos aterrorizantes que viveram ao lado de vários camponeses durante sua prisão, após o conflito.

De acordo com Pereira (2013, p. 77), Dom Estevão de Avelar e Dom Alano Maria Pena, recém-empossado Bispo de Marabá, foram interrogados e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A situação repetiu-se com Dom Alano que se envolveu no caso ao apoiar o bispo de Conceição do Araguaia e os posseiros de Perdidos. Em correspondência da Equipe do MEB local, os agentes fazem um breve relato desse contexto no Baixo Araguaia, conforme apresentado no excerto abaixo.

Figura 9 – Contexto situacional do MEB – Correspondência 1976

Conceição do Araguaia, 12 de Novembro de 1976

Prezado Alair,

há muito tempo estamos querendo escrever, para contar um pouco como andam as coisas neste norte ...

Como já deve saber, os ventos não sopram muito favoráveis na região, como já deve ter visto nos jornais. A situação em S. Geraldo agravou-se. Um padre e um seminarista presos. Área interditada. D. Estevão esteve em Brasília e no momento está em Belém. Nosso trabalho por lá está suspenso.

Agora, as notícias daqui. Ainda não superamos as fases das mudanças na equipe. Pedro pediu demissão, pois não estava dando condições de estudar e trabalhar. Já temos um novo elemento Júlio César.

A caminhada continua ... ainda estamos em fase de reestruturação, desde a última vez que você esteve por aqui. Temos feito todo o esforço no sentido de colocar as coisas no eixo. Mas leva tempo ...

Fonte: Cúria Diocesana de Marabá/PA, 2022.

No documento, ainda constam informações sobre novos levantamentos e primeiros contatos com as comunidades e o processo de reestruturação do MEB, uma vez que havia apenas três meses que tinha se desligado da Prelazia de Marabá e retornado à coordenação da Prelazia de Conceição do Araguaia, que ressalta o apoio dado pelo então Bispo local, Dom Estevão de Avelar, para a integração da equipe.

Essa coordenação menciona que, apesar do número significativo de pessoas trabalhando na pastoral, não estabeleciam relação, um problema que não era apenas vivenciado pela equipe

do MEB. Enfatiza ainda que, depois do retorno, ocorreram dois encontros em que o MEB precisaria provocar o entrosamento entre as equipes. Além disso, destaca a tentativa de sistematização e planejamento das ações, falhas no encaminhamento dos cursos profissionalizantes, surgidas em consequência das crises enfrentadas. Do fragmento da figura 9, depreendo a instabilidade sociopolítica da região do Baixo Araguaia, assim como as interrupções no trabalho da equipe e a repressão aos agentes do clero e laicato que atuavam na área.

Diante do exposto, os sujeitos envolvidos na história do Baixo Araguaia, naquele momento, viveram, apropriaram e relacionaram-se à sua maneira com o território, por meio da luta pela conquista da terra, atribuindo-lhe significado, conforme Certeau (2014, p.41-42), “essas “maneiras de fazer” constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural”. Ou seja, a reapropriação do espaço pelos agentes do MEB, que, mesmo submetidos a estruturas e ordens pré-estabelecidas, encontraram maneiras de inscrever suas próprias histórias e significados naquele ambiente, transformando-o de acordo com suas concepções e visões de mundo.

Nesse contexto, o MEB Araguaia seguia priorizando os aspectos caros à sua prática educativa, como a conscientização e as emancipações dos homens e mulheres rurais. Heloisa Andrade (2023) conta que, em 1978, houve a implantação de 25 núcleos supletivos na região do “Baixo Araguaia”, o que permitiu o primeiro contato com dois padres franceses, Aristides Camio e Alain Michel Le Moal⁵⁷, também conhecido como Pe. Miguel, com uma supervisora do MEB, a agente Inês de Freitas⁵⁸ e com os moradores locais, que foram recebidos pela população com reserva, após o período em que sofreram grande repressão. De acordo com Andrade,

A equipe dos padres franceses, junto com a equipe dos leigos do MEB deram o tom mais forte numa pastoral mais libertadora e engajada e a priorização da CPT e tudo mais. Então quando veio o Dom José Patrick Hanrahan⁵⁹, nos dava muita força, muito apoio, [...] as irmãs pastorinhas eram muito sensíveis também, eram mais do apoio a pastoral, mas eram sensíveis ao trabalho desenvolvido pelo MEB (Heloisa Andrade, 2023)

⁵⁷O Padre Aristides Camio tem papel preponderante na equipe da Pastoral do Baixo Araguaia, principalmente no apoio dado à equipe do MEB, conforme informações de Andrade e Lopes (2023).

⁵⁸Inês de Freitas se tornou, posteriormente, a esposa de Miguel, que deixou o sacerdócio e compôs a equipe de leigos da pastoral (Heloisa Andrade, 2023).

⁵⁹De acordo com o Pe. Ricardo Rezende, o então Bispo da Prelazia de Conceição do Araguaia, foi nomeado Bispo de Uberlândia/MG e na sua vacância, Frei Manoel Borges assumiu a prelazia como vigário capitular. Em 1979, Dom José Patrick Hanrahan é nomeado o novo Bispo. Já na sua chegada, demonstra solidariedade com um grupo de famílias que foram despejadas pelo irmão do prefeito, e o aguardavam junto com as autoridades locais (ISER-Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia, 1976-1992, Volume II, p. 9, 1993).

Entretanto, aos poucos, o MEB foi conquistando a confiança de grande parcela da população do Baixo Araguaia, conforme evidencia Heloisa Andrade (2023). O comprometimento da equipe e dos padres franceses com uma prática mais voltada para a conscientização e a politização desencadeou a organização da população em torno das questões locais, principalmente dos problemas que envolviam a terra.

As freiras, embora estivessem envolvidas nas questões pastorais, eram sensíveis aos problemas e encontros dos sujeitos locais. Heloisa Andrade (2023) ressalta ainda que os padres franceses estavam mais fortemente engajados do que os padres brasileiros que atuavam na localidade.

A chegada à Diocese de Conceição do Araguaia do Bispo Dom José Patrick Hanrahan, em 1979, foi positiva, uma vez que ele também defendia a postura mais progressista da Igreja. Ele chegou com “a fama de consertar essa região, palco de muita perseguição, injustiça...”, porém, ao se deparar com a complexidade dos problemas locais, o Bispo enfrentou a repressão militar, a perseguição, demonstrando muita coragem ao se colocar ao lado dos mais pobres (Almeida, 2011, p. 64).

O Pe. Aristides Camio descreve um pouco do contexto histórico do Baixo Araguaia, em um texto⁶⁰ solicitado pelo Pe. Ricardo Rezende, em 10 de março de 2010, em que, inicialmente, expõe já existir uma posição definida mesmo antes da sua chegada à Diocese em 1978, uma vez que a igreja de Conceição do Araguaia possuía um posicionamento claro em relação à questão da luta pela terra: “a Igreja tinha se colocado do lado dos posseiros para o que desse e viesse. A terra devia ficar ‘com quem nela trabalhava’. Esse era o lema e esse foi o pano de fundo da nossa atuação”. Segundo o Pe. Aristides, a equipe paroquial era apenas mais um ator no processo, que já estava em andamento, e reagia a ele sem ter uma visão global da situação e sem dominá-lo.

Para o Pe. Aristides Camio, o governo militar considerava a Diocese de Conceição do Araguaia pertencente ao “eixo vermelho”, formado pelas Dioceses de Goiás Velho (Dom Thomas Balduino), São Félix do Araguaia (Dom Pedro Casaldaliga Plà), Conceição do Araguaia (Dom Estevão Cardoso de Avelar, substituído em 1979 por Dom José Hanrahan) e Marabá (Dom Alano Pena). Dom José Hanrahan, conforme relato do Pe. Aristides, era oriundo de uma família irlandesa que tinha lutado pela defesa da terra contra os ingleses no início do século 20. “A situação de Conceição despertou nele este passado e ele se transformou num rochedo que nunca vacilou no compromisso com o povo na luta pela terra. Evidentemente, o

⁶⁰ Baixo Araguaia 1978-1985, Aristides Camio, 2010, acervo pessoal de Heloisa Andrade.

governo estava de olho na atuação destas igrejas comprometidas com a causa do povo”. De acordo com o Pe. Aristides, a supervisora do MEB, Inês, aceitou o desafio de acompanhar os dois padres franceses que mal falavam a língua portuguesa e os introduziu na cultura do lugar.

Em síntese, na visão do Pe. Aristides, naquela época, o Baixo Araguaia transformou-se em área de migração de lavradores vindos principalmente da região Nordeste, com uma forte implementação de políticas do governo para o desenvolvimento da Amazônia Legal, mas na perspectiva dos grandes projetos para latifundiários, bancos e grandes empresas que mais se interessavam pelos incentivos fiscais do que pelo desenvolvimento da região. Quando os migrantes chegaram, não restava mais terra para eles, o que havia eram pretensos donos com “documentos muito precários outorgados seja pelo ITERPA (Instituto de Terras do Pará) ou pelo Incra. Até em áreas de mata virgem, os migrantes foram qualificados e tratados como invasores, como gente que a lei não assistia” (Camio,2010).

Este pequeno relato traz o Pe. Aristides para a narrativa que aqui apresento, pela conjugação de fatos que o envolvem nos anos subsequentes à sua chegada ao Baixo Araguaia e que culminam em processos de lutas ainda maiores que envolvem os vários atores e instituições que foram se formando a partir das ações e práticas do Movimento e das CEBs na região Sul paraense, como teias que se formam em torno desses atores e instituições e vão avançando cada vez mais no espaço e no tempo aqui delimitado neste estudo. Nora (1993, p. 22) diz que, sem a intervenção da história, do tempo e da mudança, ficaríamos restritos a um simples registro dos memoriais. São lugares, porém, que se caracterizam por sua mistura, hibridismo e mutabilidade, estreitamente entrelaçados entre vida e morte, tempo e eternidade; em uma espiral que une o coletivo e o individual, o prosaico e o sagrado, o estático e o dinâmico.

Desnecessário dizer que o MEB no Baixo Araguaia incomodou os interesses dos mandatários locais e também do Regime, pois as aulas buscavam abordar temas relacionados às questões da comunidade. Conforme já exposto nesta seção, no Quadro 5, que trata da “Educação Suplementar”, em “Problemas Comunitários” eram permitidos cursos que completavam a educação geral, como expresso na Figura 10.

Figura 10 - Programação Didática – Sindicalismo 1978

MEB		série - a	ANEXO 1	Nº da Unidade
São Clemente, 385 Rio-RJ		(III)		04
SISTEMA <u>Conceição do Araguaia</u>		PROGRAMAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO <u>SINDICALISMO</u>		
1 - DENOMINAÇÃO DA UNIDADE	2 - LOCALIZAÇÃO DO TEXTO GERADOR			
SINDICATO: uma opção.	" O SINDICATO E O LAVRADOR".			
3 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE	4 - AVALIAÇÃO DA UNIDADE			
<p>a. Enfatizar a importância de comunicação como elemento reforçador.</p> <p>b. Ver formas de encaminhar os problemas do homem do campo quanto a saúde, a posse da terra e quanto às questões trabalhistas.</p> <p>c. O papel da comunidade, da Igreja e do sindicato.</p> <p>d. O sindicato como local privilegiado para os problemas de classe.</p>	Os mesmos critérios adotados pela unidade 01.			

Fonte: Fichas de planejamento didático, MEB – Conceição do Araguaia, 1978. Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário, 2022.

Na proposta em tela, o MEB desenvolve as atividades educativas envolvendo temáticas variadas como saúde, posse da terra, questões trabalhistas e o papel da comunidade, da Igreja e do sindicato. Nesse sentido, a educação política, explícita no planejamento, teve, na prática para o sindicato, um papel fundamental na politização e conscientização dos trabalhadores. Por meio desse processo de formação política, os trabalhadores foram habilitados e adquiriram uma maior consciência de classe. Para Souza (2006, p. 227), o objetivo era “formar líderes comunitários, incentivando a sindicalização e fundação de novos sindicatos rurais”.

Outro fator que se observa é a proposição em se refletir sobre o papel da Igreja, da comunidade e do sindicato, num tripé relacional estabelecido pelas circunstâncias históricas e que influenciou, fortemente, a criação e o fortalecimento dos sindicatos rurais. De acordo com Heloisa Andrade (2023), “tinha o trabalho comunitário, tinha o trabalho da pastoral, mas a luta pela terra encampava e tomava o tempo das pessoas, não tinha como não problematizar nas aulas, era a vida das pessoas”.

A problematização da realidade é defendida por Freire (2023, p.100), uma vez que ele acreditava que a educação deveria ser um processo libertador, no qual os educadores e educandos se envolvem em uma análise crítica da realidade em que vivem. A problematização da realidade envolve questionar as estruturas sociais e as relações de poder que moldam a vida das pessoas. Em vez de apenas transmitir informações aos educandos, os educadores devem incentivá-los a refletir sobre sua própria experiência e contexto, identificando injustiças, desigualdades e opressões presentes na sociedade (Freire, 2023).

Esse processo de problematização levou os educandos do MEB do Araguaia, na concepção dos supervisores entrevistados, a tomarem consciência de sua condição de opressão e a perceberem o poder de mudar sua realidade, por meio do engajamento nas lutas pela terra, conforme já anunciou Heloisa Andrade (2023). Nesse sentido, para Freire (2022), a problematização da realidade é mais do que apenas uma abordagem educacional; é uma forma de empoderar as pessoas, permitindo que se tornem agentes ativos de mudança em suas próprias vidas e comunidades.

O MEB provocou uma tensão significativa ao atuar na educação/ação sindical, equilibrando as demandas pedagógicas com as urgências políticas. Em consonância com seus princípios, o Movimento buscava uma abordagem educativa que partisse do contexto cultural dos educandos, reconhecendo a importância de uma intervenção adequada em diversas áreas e adaptando sua linguagem ao nível de consciência da população local. Essa postura visava evitar tanto o distanciamento do movimento social quanto uma imposição de suas ideias e práticas (Fávero, 2006, p.110).

O contexto histórico, social e político em que o MEB Araguaia estava inserido condicionava os seus agentes a realizarem operações táticas de subversão das ações controladoras do Governo Civil Militar, a seguirem às orientações dadas pelo MEB nacional, mesmo diante dos conflitos das duas concepções existentes no seio da Igreja de Conceição do Araguaia. Para interpretar essas práticas educativas do MEB, no meio rural no Sul do Pará em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, recorro a Certeau (2014) quando ele diz que as táticas e estratégias são conceitos fundamentais para entender como os indivíduos interagem com o espaço e o poder no contexto cotidiano:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. [...] Denomino, ao contrário, “tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. [...] Ela não dispõe de base onde capitalizar os seus proveitos, preparar suas expansões e assegurar uma independência em face das circunstâncias. O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo (Certeau, 2014, p. 46).

Certeau destaca que as táticas e estratégias estão em constante interação e negociação no cotidiano. Ora, se por um lado, as forças repressivas estavam em constante atuação, utilizando todo aparato de poder que possuía para impor a sua ideologia e controle sobre os conteúdos a serem transmitidos na Rádio Educadora, por meio das orientações e projetos implementados pelo MEB nacional, sobre os bispos da região, padres e os leigos que atuavam

nas CEBs, representando, explicitamente, os interesses dos grandes latifundiários e oligarquias locais, do outro lado, os agentes do MEB Araguaia, por meio das suas ações pedagógicas, iam incorporando táticas de enfrentamento, com práticas que estimulavam a criticidade e a reflexão sobre a realidade e a posição dos homens e mulheres naquela região.

Como afirma Andrade (2023) “a intenção era fazer da escola o núcleo irradiador do trabalho comunitário, eram incentivadas as formações de diversos grupos (jovens, mulheres, esportes, círculos bíblicos, etc) que realizavam atividades diversas de grupalização”. Nessa direção, Certeau (2014, p. 45) diz que as táticas contribuem para manobrar, constantemente, os eventos para convertê-los em "oportunidades". Sem pausa, o indivíduo menos poderoso deve aproveitar-se de forças que lhe são alheias. Assim, a prática educativa mencionada por Heloisa Andrade, por meio de suas diversas atividades de grupalização, proporciona essas "oportunidades" para que a comunidade se aproprie e redefina o espaço, para gerar novos significados e possibilidades, constituindo assim táticas de subversão. Heloisa Andrade (2023) descreve a configuração do MEB do Araguaia nesse período:

Eu cheguei em 1976, notávamos a ampliação (do MEB) para São Geraldo do Araguaia e para Xinguara. Em 1978, quando os Padres franceses⁶¹ chegam na região, ficamos muito focados na região rural de Conceição do Araguaia. Também trabalhamos na região de Redenção. São Geraldo foi uma experiência muito significativa nesse período de 1978 e 1980 por causa da presença dos padres franceses. Espalhou-se escolas do curso supletivo dinâmico por todas as comunidades rurais de São Geraldo. A dificuldade de acesso era muito difícil, não tinha estrada naquela época, teria que ser pelo rio Araguaia. Lá ficou um agente do MEB, a Inês, junto com os padres franceses, o que ajudou muito a dar uma implementação dos cursos do Supletivo dinâmico[...]. Marilza foi para Xinguara, foi importante essa descentralização dos agentes do MEB, porque a região era bastante extensa, a realidade foi ficando complexa, a partir da década de 1970, então o fato do agente do MEB estar no local potencializava a ação. [...] eu fiquei em Conceição junto com o Júlio César. [...] O Pe. Ricardo também fazia parte do MEB, mas com a criação da CPT, ele foi coordenar os trabalhos. Houve a bifurcação entre o MEB e a CPT, não sei precisar a data. [...] No início dos anos 1980, a questão da terra foi intensificada. [...] Uma característica muito forte é que apesar da bifurcação entre o MEB e a CPT, os dois eram muito ligados, sempre teve uma interação muito forte e isso distinguiu o MEB de Conceição e Marabá de outros MEBs em outras regiões. Aí o problema da terra, o problema do êxodo rural, da frente de expansão e a região foi ficando em ebulição e isso fez com que a questão da terra se tornasse prioridade muito forte no trabalho da pastoral e no trabalho social. A CPT se bifurca e constitui como uma equipe própria (Heloisa Andrade, 2023).

O relato de Andrade descreve o momento de intensas mudanças de ordem política e econômica na região do sul paraense e evidencia a complexidade latente da região, o que culminou no realinhamento das ações desenvolvidas pelo MEB, uma adequação tática para

⁶¹Padres Aristides Camio e Alain Michel Le Moal

continuar atuante e manter o vigor no enfrentamento dos desafios que se apresentavam. Enfatiza a expansão do supletivo dinâmico no Baixo Araguaia, com a ajuda dos padres franceses.

Assim como a descentralização das atividades para as várias localidades, sob a responsabilidade de agentes, potencializaram as ações, a bifurcação do MEB e da CPT não representou, na visão de Heloisa Andrade (2023), uma ruptura de forças, mas uma sistematização do trabalho que foi entendido, por ambas as equipes, que deveria ocorrer de forma integrada e em parceria. Essa característica fez com que o MEB de Conceição do Araguaia e o MEB de Marabá se diferenciassem dos demais. Ou seja, estavam, literalmente, ligados às questões fundiárias tão presentes na região em estudo. A tessitura das memórias de Andrade conduz a Nora (1993, p. 18) quando ele diz que a memória “obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente”.

Pereira (2013, p. 168-169) esclarece que, em Marabá e Conceição do Araguaia, as Comissões Pastorais da Terra (CPTs) locais foram criadas em 1976, um ano após a criação da CPT em junho de 1975, no Encontro da Pastoral da Amazônia Legal, em Goiânia/GO, com a intenção de articular as práticas político-pedagógicas que já vinham sendo realizadas por diversos padres, freiras e agentes de pastorais vinculados às paróquias e ao Movimento de Educação de Base (MEB), com os trabalhadores rurais engajados na luta pela terra. Assim, nos primeiros anos de existência nos dois municípios, essa instituição representava a articulação das ações pastorais no campo realizadas por alguns padres, freiras e agentes das pastorais das paróquias e do MEB. Porém, conforme o pesquisador, somente posteriormente, a partir do início dos anos 80, utilizando uma estrutura administrativa diferente, é que a CPT começou a contar com agentes dedicados, exclusivamente, às suas atividades, além de um escritório, recursos financeiros próprios, veículos e equipamentos. Ocorre então, nesse período, a bifurcação entre o MEB e a CPT mencionada por Heloisa Andrade (2023).

Nesse contexto, por meio das diversas práticas cotidianas, surgiram várias perspectivas em relação ao ensino, com o protagonismo da Rádio Educadora diminuído, com a implantação do supletivo dinâmico, e na nova configuração instituída, a escola direta possibilitou maior integração com as comunidades rurais. Em sua prática educativa, apesar de enfatizar aspectos da evangelização, ainda subsistia abordagens emancipatórias, conforme se constata no fragmento de avaliação abaixo apresentado:

Figura 11 - Avaliação Final de Comunicação e Expressão - 1981

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE - MEB
 DEPARTAMENTO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA- PARÁ
 LOCAL DO POSTO: REDENSAO
 MONITOR (A): [REDACTED]
 FASE: "B" DATA: 08/12/81
 NOME DO ALUNO (A): [REDACTED]
 NOTA: CONCEPTO:

AVALIÇÃO FINAL DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO - 1a. FASE "B"

ESCRAVIDÃO

Um dos filhos de Rosa Galvão adoeceu, há duas semanas, e ela não pôde sair da Fazenda Mimosal, a 120 quilômetros de Campo Grande, para levá-lo ao médico. Só lhe restou a alternativa de fugir - e, chegando à capital de Mato Grosso do Sul, foi direto ao prédio do DOPS. As denúncias que fez são impressionantes: o fazendeiro Josias Nogueira Guimarães, 55 anos, submetia as 59 pessoas que trabalhavam em sua propriedade a um regime de escravidão. Em nove meses, nenhum trabalhador recebeu mais de 600 cruzeiros em dinheiro, nas as torturas a golpes de vare e chicotes de couro nunca deixaram de ser abundantes.

Fonte: Arquivo Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário, 2022.

O texto apresentado na Figura 11 discorre sobre o cotidiano dos homens e mulheres do meio rural do Sul paraense, sintetiza essa problemática, quando descreve a necessidade de fuga para atendimento médico, o que revela a ausência de cuidado, além da falta de liberdade de locomoção, como também o descaso dos agentes públicos com as denúncias de trabalho escravo e as torturas frequentes direcionadas aos trabalhadores rurais.

Os posseiros eram frequentemente desalojados de suas terras, enfrentando ameaças de morte ou atemorizados pela frequência de assassinatos no campo. Além disso, também havia peões fugitivos escapando das condições de trabalho forçado e degradante nas extensas fazendas de criação de gado bovino. Os agentes do MEB também se depararam com situações de violência semelhantes às vivenciadas por muitos trabalhadores rurais, conforme Pereira (2013, p. 168).

Esses fatos permitem depreender que, mesmo sob todo controle e vigilância, os agentes do MEB desenvolviam práticas educativas de resistência, descrevendo as práticas cotidianas em que utilizavam os materiais disponíveis, como o texto, para denunciar o descaso dos agentes públicos e a forma como esses trabalhadores lidam com a opressão e demonstram uma luta contínua contra uma narrativa dominante que os marginalizava. Tal recurso pedagógico pode ser considerado uma "bricolagem" que, para Certeau (2014), é uma expressão da capacidade

humana de “inventividade artesanal” de influenciar e moldar por meio das ações cotidianas, dentro dos sistemas de poder e práticas culturais dominantes. Elas são, por natureza, táticas de sobrevivência e resistência como pode ser constatado no fragmento em tela.

Vale dizer que os problemas de ordem pedagógica também estavam presentes nesse percurso e que foi possível identificá-los por meio dos diversos relatórios da supervisão do MEB Araguaia encontrados relativos ao período 1978 a 1979. Além das grandes distâncias a serem percorridas para o acompanhamento das escolas, a equipe lidava com a falta de preparo de monitores, desligamento destes das atividades, seja por problemas de saúde, seja desistência da função ou outros motivos e as dificuldades de substituição.

Consta também o número significativo de alunos desistentes, como registros de mutirões realizados para a construção de escolas, organizações de feiras de arte popular e outras atividades. Heloisa Andrade (2023) avalia que, nesse período, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, houve resultado satisfatório, visto que se desencadearam a formação e a consolidação das comunidades de base que ingressaram na escola formal por meio do supletivo do MEB e, ao final do curso, os estudantes recebiam certificado.

Dito isso, os anos que sucederam esse período foram marcados por sucessivas mudanças de percurso na trajetória do MEB. A equipe, avaliando o trabalho até então desenvolvido, chegou ao entendimento de que

estava gastando tempo e recursos na organização dos Cursos de Supletivo e o saldo educativo e organizativo não correspondia ao esforço despendido. Os resultados na área urbana, sobretudo com turmas formadas prioritariamente por jovens eram razoáveis em relação à aprendizagem e integração na escola formal, porém não tínhamos condições de desenvolver um trabalho de qualidade quanto à conscientização e integração dos mesmos na comunidade. No sertão, era grande a evasão e o interesse maior era pela alfabetização (naquela época desenvolvida pelo Mobral) e não pelo Curso Supletivo (Heloisa Andrade, 1993, p. 22).

Nesse contexto, eram poucos os agentes do MEB para atender às demandas e acompanhar o trabalho popular da região, por outro lado, havia um movimento crescente dos movimentos populares e sindicais. Heloisa Andrade (1993) relata que também eram poucos os agentes do MEB que não conseguiam cobrir toda a área de responsabilidade da Diocese. Nessa direção, os agentes do MEB sentiram-se identificados com a área da CPT, embora mantivessem a divisão de áreas e setores de trabalho, uniram os esforços para implementarem algumas ações que marcaram a trajetória das duas entidades.

O MEB de Conceição do Araguaia, a partir dos anos 1979 e início dos anos 1980, prioritariamente, passou a assessorar também movimentos de mulheres, sindicatos rurais e outros movimentos que estavam emergindo em meio ao processo pela luta de redemocratização que ocorria. Também nesse período, houve um desdobramento das ações do MEB para regiões periféricas das cidades que compunham a Diocese.

Nesse sentido, constata-se uma mudança de percurso na prática educativa do MEB, o que me conduz à quinta e última seção desta tese, na qual busco problematizar como o modelo de educação proposto pelo MEB repercutiu nas lutas e na organização dos movimentos sociais no Sul da Amazônia paraense.

5 O MEB ARAGUAIA: REPERCUSSÕES E DESDOBRAMENTOS

A representação do passado não consiste numa interpretação dos fatos asseverados? Sem dúvida. Mas, paradoxo aparente, não se faz jus à ideia de interpretação ao associá-la somente ao nível da representatividade histórica.
(Paul Ricoeur, 2007, p.248)

Assim, como o postulado de Ricoeur, procuro, nesta seção, representações do passado a fim de interpretar fatos que envolveram o MEB e as práticas educativas dos seus agentes, porém, evito uma visão restritiva dessa interpretação como simples recriação histórica, para ir além das camadas aparentes, a fim de compreender esse processo como complexo e multifacetado durante o período que compreende os anos 1979 a 1985 e que abrange a etapa final deste estudo.

Dos primórdios de sua existência até meados dos anos 1980, o MEB Araguaia pode ser considerado um movimento de vanguarda. Nesse período, abordado nesta seção, o MEB fortalece o viés da assessoria, contribuindo junto a outras entidades, pertencentes ou não à Igreja Católica, mas de cunho progressista, na criação de movimentos sociais, apesar de manter o Supletivo Dinâmico no meio rural (em menor número) e nos bairros periféricos urbanos. Vale lembrar que, nessa época, a Igreja ainda exercia protagonismo e mantinha as pastorais atuando no meio rural e nas localidades mais empobrecidas da região.

Além da instrução religiosa, composta por estudos bíblicos e cerimônias religiosas, também havia um ensino de caráter político que englobava tópicos como a estrutura sindical e agrária, a participação das mulheres e dos jovens, assim como questões organizacionais. A educação sobre os direitos dos trabalhadores compreendia os direitos estabelecidos no Estatuto da Terra, no Código de Processo Civil e na Constituição. Adicionalmente, essa formação tratava de uma variedade de temas relacionados à condição experimentada pelos posseiros (Pereira, 2008).

Nessa época, o MEB em Conceição do Araguaia, conforme descrito por Heloisa Andrade (2023), buscou consolidar as organizações e movimentos populares, como os sindicatos de trabalhadores rurais, associações de professores, grupos de moradores, centros de cultura popular, movimento popular de saúde e movimento de mulheres. Essas entidades coordenavam diversas atividades voltadas para as principais questões de luta na região, como terra, saúde e educação. O trabalho de educação popular realizado pelo MEB visava fortalecer essas organizações populares, fornecendo apoio, análises da realidade, materiais educativos

adequados à região, embasamento teórico e técnico, como também promovendo a conexão entre os grupos e as lutas em âmbitos local, regional e nacional.

Heloisa Andrade (2023) diz que o MEB passa da dimensão comunitária aos movimentos sociais. Contudo, os documentos, que foi possível juntar desse período (Cúrias Diocesanas de Conceição do Araguaia e Marabá), registraram algumas atividades relativas ao Supletivo Dinâmico e a outras atividades comunitárias, como a construção de hortas, assim também como a participação ativa dos supervisores nas reuniões de coordenação da entidade.

Nessa direção, Gohn (2004) assevera que um movimento social é sempre uma atividade humana que ocorre dentro do contexto histórico e envolve tanto a realização de ações por meio de procedimentos específicos quanto à adoção de ideias que servem de base ou motivação para essas ações. Existem duas concepções principais de movimento: uma mais abrangente, que se refere às lutas sociais dos seres humanos em defesa de interesses coletivos; e outra relacionada a movimentos sociais específicos, concretos, que ocorrem em períodos específicos e em locais determinados. Noto que, em certos momentos, o MEB incorpora ambas as abordagens descritas por Gohn (2004), ao contribuir na formação dos movimentos sociais do Sul do Pará.

Diante do exposto, abordo, nesta seção, ações de escolarização e outras atividades nas periferias urbanas, como a constituição do STR como entidade de representação do trabalhador rural ou como instrumento de poder da posição governista, lutas e enfrentamentos pela conquista do direito à terra; o fechamento da Rádio Educadora; a criação dos Movimento das Mulheres do Movimento para a Libertação dos Padres Presos (MLPA); as eleições de 1982, papel do MEB na formação para o exercício da democracia, tendo em vista à consecução do quinto e último objetivo deste estudo: a problematização das práticas educativas do MEB e sua repercussão na organização dos movimentos sociais na região Sul da Amazônia paraense, partindo da seguinte indagação: como as práticas culturais foram alterando as práticas educativas dos agentes do MEB Araguaia ao longo do tempo?

Portanto, nesta análise, busco destacar a dinâmica de atuação dos agentes do MEB e as configurações nos processos de articulações dos elementos dispersos no lugar e na construção do espaço ocupado, conforme anuncia Certeau (2020). Assim, dentro do escopo deste estudo, ao investigar os relatos que descrevem as vivências dos supervisores MEB do Araguaia e ao considerar tanto os fragmentos das narrativas orais, tendo em vista à natureza inconclusiva dessas fontes (Portelli,1997), e os documentos disponíveis, compreendidos aqui sob o ponto de vista de Le Goff (2013, p. 497) quando ele diz que “os documentos monumentos são resultados de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época de uma sociedade que os produziu [...]”, em que são evidenciadas as transformações das práticas educativas do

MEB. Essa análise não descarta a compreensão da sociedade como um todo, mas procura identificar as estratégias e táticas utilizadas pelos diferentes grupos sociais no contexto do território em disputa.

5.1 Práticas educativas comunitárias emergentes

As mudanças substanciais que ocorrem no sul paraense durante o período, em estudo nesta seção, provocadas por lutas pelo acesso à terra, abrangem diversos níveis de reconstrução cultural. Essas transformações não se limitam a um único aspecto, mas englobam várias dimensões culturais que podem ser remodeladas durante esses eventos, tendo em vista a interconexão entre as lutas sociais, especialmente aquelas relacionadas à terra, e as mudanças culturais mais amplas que repercutem, diretamente, na prática educativa do MEB que diminuiu, significativamente, a sua atuação na área da escolarização e ampliou em outras frentes educativas.

Nesse contexto, Wanderley (1984) argumenta que o MEB, entre os movimentos que operaram no âmbito da cultura popular, permaneceu ativo mesmo após o golpe de 1964 e, gradualmente, mudou de direção. O autor destaca que a natureza e o impacto do Movimento foram moldados pelas condições históricas do Brasil na época, incluindo fatores econômicos, políticos, culturais e sociais, determinantes não apenas para sua própria existência, mas também para outras experiências contemporâneas que foram influenciadas por esses mesmos eventos.

Mediante esses pressupostos, o MEB do Araguaia, de 1979 a 1985, incorporou uma abordagem metodológica que intensificava o seu papel na assessoria na organização de movimentos sociais, urbanos e rurais. Os desafios e as dificuldades enfrentados pela população passaram a ser o foco principal da prática educativa. O MEB priorizava a identificação e a resolução dos problemas reais enfrentados pela comunidade, promovendo assim uma educação política mais engajada com as necessidades locais, quando passa, então, da dimensão comunitária aos movimentos sociais (Heloisa Andrade, 2023).

Alguns registros, encontrados nos arquivos das cúrias diocesanas de Conceição do Araguaia e Marabá, evidenciam a continuidade do supletivo dinâmico a partir dos primeiros anos da década de 1980 e também a implementação de projetos comunitários. Esse conjunto de vestígios possibilitou a construção de um conjunto de representação que dialoga com o que Chartier (2002, 85-87) traz: “o processo de transformar vestígios em representações implica converter diversos tipos de evidências sejam elas discursivas, sejam iconográficas, estatísticas etc, que apontam para as práticas fundamentais na formação de qualquer objetivação histórica”.

Para ele, isso envolve teoricamente conectar conjuntos coerentes de representações com as práticas que constituem a base do contexto histórico a que se referem, estabelecendo assim uma relação significativa entre as representações produzidas e as realidades que elas representam. Dessa forma, realizo o movimento de busca pela compreensão desse conjunto de representações sobre os vestígios do processo de mudança de orientação quanto à prática educativa do MEB do Araguaia, encontrados nas narrativas orais dos supervisores entrevistados e nos documentos analisados.

Dito isso, constatei, em ficha de planejamento didático do supletivo dinâmico, datada de 1980, registro da utilização da apostila “Araguaia 1” que, conforme já mencionado anteriormente, foi elaborada pelos próprios agentes do MEB. Esse material propõe uma abordagem interdisciplinar ao incorporar diversas temáticas, incluindo hidrografia, economia, relevo e alimentação. Além disso, aborda questões cotidianas pertinentes ao contexto histórico, como associações sindicais e datas comemorativas relacionadas aos sujeitos rurais.

Outra característica, na proposta analisada, é a preservação do eixo dialógico com a realidade dos alunos. Isso sugere que o material didático busca manter uma conexão direta e relevante com a vivência dos estudantes, incorporando elementos do cotidiano e contextos específicos do período histórico abordado. Vale dizer que, nas práticas escolares, o MEB mantém a perspectiva de conscientização e envolvimento nas atividades educativas mais amplas, apesar de diminuir a atividade de escolarização. Segundo informações de Marilza Lopes (2023), em Conceição do Araguaia e em São Geraldo do Araguaia, o supletivo dinâmico ainda funcionou nas áreas periféricas dessas cidades.

Por outro lado, foi possível, por meio da análise de relatórios dos Encontros de Coordenadores realizados, esboçar um panorama da estrutura organizacional e funcional do MEB nesse período. Esta tabela apresenta o número de relatórios analisados:

Tabela 4 - Encontros de Coordenadores do MEB – 1982 a 1985

Encontro de Coordenadores	1982	1983	1984	1985
Regional		2		2
Nacional	1	2	2	1
Total	1	4	2	3

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Os encontros de Coordenadores do MEB, regionais ou nacionais, tinham como premissa discutir os problemas ou demandas daquele momento em que se realizava. É importante mencionar que os encontros acima relacionados tiveram a participação da coordenadora do MEB do departamento de Conceição do Araguaia, Heloisa Smith Andrade, conforme constam nos registros dos 6 (seis) relatórios de Encontro Regional e dos 4 (quatro) relatórios de Encontro Nacional analisados. Vale mencionar que, nos arquivos aos quais tive acesso, não foi encontrado esse tipo de documento referente aos anos 1980 e 1981.

O momento de transição pelo qual a entidade passava, as discussões em torno das práticas educativas e da identidade pretendida para o MEB enquanto entidade de educação popular; o fortalecimento e engajamento do MEB no Pará; os projetos de ação comunitária desenvolvidos, tanto no meio rural quanto no urbano; a organização e assessoramento de movimentos sociais e o MEB como entidade pertencente à Igreja, função social e política; recursos/financiamento do MEB foram temas recorrentes nos relatórios analisados. Destaco, a seguir, os pontos que os diferenciam, o que exclui da análise alguns dos relatórios enumerados.

No XII Encontro Nacional de Coordenadores, ocorrido em abril de 1982 em Brasília, as informações contidas no relatório destacaram uma preocupação significativa em relação à diminuição do número de participantes nos Círculos Bíblicos (de 9.547 para 4.703) e nos Conselhos Comunitários (de 2.798 para 1.535), durante o biênio 1980/81. Esse declínio levantou questões importantes sobre a necessidade de fortalecer os laços desses grupos com as entidades locais. Além disso, o relatório sugeriu uma análise das práticas educativas dos departamentos, buscando confrontá-las com uma fundamentação teórica sólida.

O documento ressaltou a importância de priorizar as ações de cada departamento em sua região específica, destacando a necessidade de alinhamento dessas prioridades com as demandas educativas da população. Especificamente, enfatizou a importância de direcionar os esforços para a educação de base e a educação popular, visando atender às necessidades específicas da comunidade. Dentro desse contexto, o relatório do XII Encontro Nacional propôs a intensificação do relacionamento entre os Círculos Bíblicos, Conselhos Comunitários e as entidades locais. Foi proposta uma análise crítica das práticas educativas dos departamentos, com o objetivo de assegurar que estivessem alinhadas com uma base teórica consistente. A ênfase nas prioridades regionais refletiu a necessidade de garantir que as ações dos departamentos estivessem adaptadas às reais necessidades educativas da população, promovendo, assim, a educação de base e a popular (Relatório XII Encontro Nacional de Coordenadores, 1982)

Nesse registro, há o reconhecimento da necessidade de uma integração mais intensa do MEB com as ações da Diocese à qual estava subordinado. O objetivo dessa integração era formar lideranças e multiplicadores, destacando a importância de fortalecer tanto o MEB quanto a Educação Popular como um todo que, ao longo dos anos, perdeu sua influência e vigor em âmbito nacional. A ideia era envolver ativamente o MEB nas ações da Diocese, estabelecendo uma colaboração mais estreita e alinhada com os objetivos da comunidade.

A formação de lideranças e multiplicadores também apontou para a intenção de criar uma base mais sólida e sustentável para o MEB, possibilitando a disseminação e multiplicação de seus princípios e práticas na comunidade local. Dessa forma, as intencionalidades expressas no relatório coadunam com o argumento de Chartier (2002) sobre as práticas culturais, quando ele afirma que certas práticas têm o objetivo de promover o reconhecimento de uma identidade social específica, demonstrar uma maneira distintiva de interagir com o mundo e simbolizar tanto o *status quo* quanto à posição de um grupo ou indivíduo.

Além disso, o autor destaca que essas práticas podem ser institucionalizadas e objetivadas, o que significa que são formalizadas e concretizadas. Isso é alcançado por meio de representantes, sejam eles entidades coletivas sejam indivíduos singulares que marcam a existência do grupo ou comunidade que representam. Nesses termos, havia intencionalidades de adequação e reformulação das práticas educativas do MEB, a fim de recuperar o vigor e a influência que exercia nos anos iniciais de sua existência.

Em agosto de 1983, o Encontro Regional de Coordenadores, realizado em Conceição do Araguaia, contou com a presença dos departamentos de Balsas/MA, Cuiabá/MT, Marabá/PA⁶². Segundo o registro da sistemática de cada departamento, foi observado que a prioridade pela escolarização estava perdendo força, enquanto temas como educação política, educação sindical, educação sanitária, educação agrícola e cooperativa e evangelização eram comuns a todos os departamentos.

No caso específico do MEB de Conceição do Araguaia, as prioridades estavam relacionadas a questões de terra, educação, saúde e evangelização. Essas prioridades foram definidas com base nas necessidades gerais da Diocese e no trabalho de organização nos bairros. A equipe que conduziu o encontro concluiu que promover a alfabetização em massa era impraticável, pois considerava que isso só faria sentido em grupos organizados. Ponderou que seria um investimento significativo com resultados limitados. Também foram mencionados problemas relacionados à qualidade do material didático e à preparação dos monitores,

⁶² Relatório do Encontro Regional de Coordenadores, realizado em Conceição do Araguaia, em agosto de

sugerindo que esses fatores contribuíssem para a dificuldade em alcançar os objetivos educacionais desejados. Essas conclusões indicam uma avaliação crítica das estratégias e desafios enfrentados pelos departamentos na promoção da educação em suas respectivas regiões (Relatório do Encontro Regional de Coordenadores, 1983)

A Primeira Reunião da Equipe do Secretariado Nacional e dos Representantes dos Conselhos de Coordenadores do MEB⁶³ ocorreu em Brasília, em março de 1984. Conforme consta no relatório desse encontro, há reflexões sobre a proposta educativa do MEB no que diz respeito à sua inspiração e ao seu contexto histórico e quanto às fases dessa prática, à sua validade e a sistematização e necessidades de modificações. Entre os principais fatores destacados no relatório, o contexto sociopolítico brasileiro, a partir de 1964, emerge como uma influência significativa. O relatório destaca o aumento da repressão, o medo instaurado, a apreensão de material didático, o fechamento de departamentos e sistemas, além da cassação de pessoas de influência nas equipes, tanto por parte do governo como da igreja.

Esse cenário político conturbado teve um impacto substancial na condução do MEB, pois o levou a mudanças que se distanciaram de sua inspiração inicial. Outro ponto importante abordado foi a assunção do MEB (CDN) pela ala conservadora da Igreja, o que contribuiu para o afastamento do movimento de seus princípios originais. O desconhecimento de alguns bispos em relação à inspiração inicial do MEB também é apontado como um fator relevante. A falta de preparo do pessoal para desempenhar a proposta original do MEB é mencionada como um fator preponderante (Relatório Conselho de Coordenadores, 1984).

Além disso, a transformação do MEB em um "Órgão de Colaboração do MEC (1967)" com funções de Alfabetização Funcional e Supletivo Dinâmico, caracterizadas por uma ação excessivamente escolarizante, é identificada como uma mudança substancial na direção do movimento. A estrutura centralizadora e tecnocrata da Equipe Nacional, associada à influência do Mobral e a "Mobralização" do MEB, também é apontada como um dos fatores que contribuíram para o afastamento da prática inicial. O relatório destaca ainda o mergulho na linha desenvolvimentista, com uma falta de percepção da transição da Igreja para assumir a causa da libertação dos pobres e a desarticulação das equipes, junto com a ausência de uma práxis de ação-reflexão (Relatório Conselho de Coordenadores, 1984).

⁶³ Relatório da Primeira Reunião da Equipe do Secretariado Nacional e dos Representantes dos Conselhos de Coordenadores do MEB, em março de 1984.

Esses aspectos apresentam uma visão abrangente das dinâmicas internas e externas que moldaram o afastamento do MEB de sua inspiração original, fornecendo uma base sólida para compreender os desafios enfrentados pelo movimento e suas implicações no contexto educacional brasileiro. A transferência da direção nacional para o setor conservador da Igreja implicou uma alteração na orientação ideológica e nas práticas do MEB, afastando-o dos seus fundamentos iniciais, de cunho mais progressista e voltados para a promoção da justiça social e da educação popular, fato que repercutiu em conflitos internos entre as alas conservadoras da Igreja e no interior do próprio MEB.

Em encontro realizado com o Conselho de Coordenadores formados pelos departamentos de Conceição do Araguaia, Balsas, Marabá e Imperatriz, em 1985⁶⁴, por exemplo, foi proposta a realização de atividades abrangendo diversos setores, como saúde, educação, cultura popular, formação política e sindical, formação de recursos humanos e alfabetização. O documento destaca que a maioria dos departamentos estavam localizados em áreas de recente expansão populacional, resultando no surgimento de aglomerados na periferia e na zona rural. Aponta ainda que, nesses locais, existia a carência de atendimento mínimo necessário nos setores de saúde, educação, trabalho e moradia. É perceptível uma preocupação abrangente com o desenvolvimento e o bem-estar das comunidades presentes nessas áreas em expansão.

A proposta de atividades que abrangem múltiplos setores indica uma abordagem integrada para superar os desafios sociais e estruturais enfrentados por essas populações. A atenção específica às necessidades básicas como saúde, educação e moradia reflete a compreensão das questões fundamentais que impactam essas comunidades em crescimento e que se somam às práticas educativas até então desenvolvidas pelo MEB (Relatório de Encontro do Conselho de Coordenadores, 1985).

Os documentos analisados proporcionam uma visão abrangente do contínuo processo de mudanças de rumo do Movimento de Educação de Base (MEB). As discussões nos Encontros Nacionais destacam a falta de compreensão da inspiração inicial do MEB por parte de alguns bispos e agentes envolvidos, bem como a existência de divergências nas abordagens de trabalho dentro da entidade em nível regional, nas dioceses e paróquias e até entre os bispos da área do MEB.

⁶⁴ Relatório da Reunião do Encontro do Conselho de Coordenadores formados pelos departamentos de Conceição do Araguaia, Balsas, Marabá e Imperatriz, em 1985.

No que diz respeito à prática educativa, os documentos evidenciam a ausência de uma práxis de ação-reflexão como um dos desafios enfrentados pelo MEB. A falta de uma abordagem que integre a ação prática com a reflexão teórica pode ter contribuído para a dificuldade em manter a identidade original do movimento. Além disso, a falta de conhecimento do contexto da realidade e da história das comunidades, junto com a falta de sensibilidade para interpretar os símbolos populares e elementos culturais, são apontados como fatores que contribuíram para a perda de identidade coerente com a inspiração inicial do MEB, conforme mencionado nos documentos analisados.

A constatação de divergências e a falta de compreensão interna destacam os desafios enfrentados pelo MEB em manter uma unidade coerente em sua abordagem educativa. A perda de identidade coerente com a inspiração inicial do MEB é atribuída, em parte, a essas lacunas e desafios internos. Assim esses documentos revelam um processo dinâmico de mudanças e desafios enfrentados pelo MEB ao longo do tempo, enfatizando a necessidade de abordar questões internas, como a compreensão da inspiração inicial, as divergências internas e a falta de uma prática educativa integrada e sensível ao contexto cultural.

Por outro lado, os relatórios dos Encontros Regionais revelam preocupações e desafios enfrentados pelo Movimento de Educação de Base (MEB) em diferentes contextos. Uma das principais preocupações destacadas era a deficiência na comunicação entre as equipes regionais e a equipe nacional, agravada pela distância física dos Departamentos. Essa falta de comunicação efetiva foi identificada como um obstáculo significativo que dificulta a prática educativa e a troca de informações entre as equipes locais e a equipe nacional do MEB.

Outro ponto observado, nos relatórios, foi a tensão entre a necessidade de garantir a instituição do MEB e a importância de promover a participação criativa das bases. Essa tensão refletia a busca por equilibrar estruturas organizacionais sólidas com a inclusão ativa das comunidades na definição das práticas educativas. Cada departamento volta-se para questões específicas de sua região, alinhadas com a Prelazia e/ou Diocese à qual pertence, demonstrando uma adaptação localizada do MEB às características e às necessidades particulares de cada área.

Em Conceição do Araguaia, o MEB, estabelecido em sua sede no Centro Social no bairro Capelinha, direcionava suas práticas para projetos de Ação Comunitária nos bairros periféricos e no meio rural das cidades jurisdicionadas por sua Diocese. Simultaneamente, amplia sua atuação na participação, organização e assessoramento dos sindicatos rurais, na organização do movimento de mulheres e na luta pela posse de terra. Essas atividades mostram uma expansão e diversificação das iniciativas do MEB em resposta às demandas específicas da região. Conforme Wanderley (1984), o MEB, ao focalizar sua intervenção socioeducativa na

promoção do desenvolvimento comunitário, demonstrou uma abordagem altamente pedagógica e avançou, significativamente, na integração efetiva com as circunstâncias reais às quais se propunha atuar.

Dito isso, lembro ao leitor que o período da Ditadura Civil Militar estava em sua fase final e ocorria um reordenamento da estrutura sociopolítica e econômica e de disputa de poder no Brasil, o que repercutia diretamente nas práticas educativas desenvolvidas pelo MEB. Nesse sentido, Chartier (2002) explica que as contradições e conflitos entre diferentes grupos sociais, bem como as práticas que definem quem são e como esses grupos se relacionam com o mundo, estão profundamente enraizadas na história cultural da sociedade. Ele ainda afirma que essas contrariedades podem incluir diferenças de valores, crenças, práticas culturais e formas de organização social, e a presença de representantes desses grupos em instituições sociais também é influenciada por essa história cultural. Ou seja, os indivíduos que ocupam posições de poder ou autoridade em instituições refletem as dinâmicas culturais e sociais mais amplas da sociedade. O pensamento de Chartier (2002) ajuda na compreensão do posicionamento do MEB nacional e de seu reordenamento teórico/metodológico naquela época. Não foram apenas ajustes nas suas práticas educativas, mas também adaptações às complexas relações de poder, identidade e cultura dentro das quais o movimento operava.

Quanto à mudança na inspiração inicial do MEB, no contexto do departamento de Conceição do Araguaia, Heloisa Andrade (2023) atribui essa transformação principalmente à conjuntura histórica e social da região. Ela argumenta que não houve uma perda da inspiração inicial, mas sim uma mudança de percurso, influenciada pelos fatores específicos mencionados, assim explica:

Foi essencial que a entidade como um todo se contextualizasse historicamente naquela época. Em outras palavras, o MEB teve que se preparar para atender às necessidades dos mais pobres, desta forma compreendeu que a prioridade era ajudar a organizar os Sindicatos, Associações, grupos de saúde, de jovens, de mulheres etc., por meio de assessoria direta (Heloisa Andrade, 2023).

Nessa perspectiva, os relatórios dos Encontros Regionais ofereceram uma visão detalhada das dinâmicas e desafios enfrentados pelo MEB em diferentes localidades, destacando questões como comunicação, participação comunitária e adaptação do movimento às particularidades de cada região, contribuindo para uma compreensão mais ampla da complexidade envolvida na implementação do MEB em diversos contextos.

Com base nesses pressupostos, no processo educativo desenvolvido junto às organizações populares, um dos elementos importantes para a sustentação dos grupos e organização do MEB do Araguaia, durante esse período, foram as atividades comunitárias e

curso de capacitação. Essas iniciativas tinham o propósito de fortalecer as comunidades por meio do desenvolvimento de habilidades práticas e do compartilhamento de conhecimento. Dentro desse contexto, foram promovidas diversas ações, como a organização de hortas, que não apenas forneciam alimentos para as comunidades, mas também promoviam a aprendizagem sobre práticas agrícolas sustentáveis. Além disso, foram realizados cursos de saúde, abordando questões fundamentais para o bem-estar das comunidades e campanhas para a construção de fossas, objetivando melhorias sanitárias.

Outras atividades comunitárias incluíram projetos de construções de hortas coletivas, por meio dos quais a comunidade se envolvia nessas atividades que beneficiavam a todos. Também foram oferecidas orientações sobre o uso de remédios caseiros, utilizando plantas medicinais, reforçando práticas de saúde alternativas e sustentáveis (Projeto Horta Comunitária, 1985).

Uma das tarefas prioritárias das Equipes de Saúde Popular existentes na região de atuação do MEB Araguaia foi o trabalho com as hortas comunitárias. No ano de 1985, um total de seis hortas funcionais foram estabelecidas com a participação ativa da comunidade na região. No município de Conceição do Araguaia, foram construídas hortas nos bairros da Capelinha, Emerêncio e Canudinho, atendendo a um total de 25 famílias. Nas comunidades de Nova Esperança e Genipapo, um número significativo de 40 famílias foi beneficiado com as hortas comunitárias. Em Xinguara, na comunidade Barro Branco, o projeto estendeu-se a 20 famílias locais (Projeto Horta Comunitária, 1985).

Além das hortas comunitárias, eram ofertados cursos de corte e costura pelo MEB, os quais aconteciam com o aproveitamento da infraestrutura mínima existente nas comunidades, como o local disponível e os profissionais que ministrariam os cursos, escolhidos pela própria comunidade. A responsabilidade da equipe do MEB incluía fornecer os recursos que não estavam disponíveis no local.

No âmbito da capacitação profissional, a equipe do MEB oferecia assistência técnica e material básicos necessários para a instalação do curso e supervisão do processo. Esses cursos de capacitação técnico-profissional duravam 5 meses, totalizando 120 horas de instrução e tinham como objetivo integrar os participantes na comunidade e promover a aquisição de habilidades práticas com vistas a contribuir para o desenvolvimento local, conforme detalhado no Projeto de Apoio às Atividades do MEB no Setor de Qualificação (1979).

O envolvimento efetivo da comunidade nessas iniciativas ressaltava o enfoque participativo do MEB Araguaia, uma vez que as próprias pessoas eram incentivadas a desempenhar um papel ativo na construção de soluções para suas necessidades. A diversidade dessas atividades reflete a abordagem abrangente do MEB, que não se limitava apenas à escolarização, mas também englobava a implementação de cursos e treinamentos, nos quais a conscientização comunitária é despertada nos indivíduos que residiam em áreas periféricas urbanas e no meio rural.

A narrativa até aqui desenvolvida aponta para o reordenamento da prática educativa do MEB Araguaia entendida como produção cultural no lugar de sua existência. Certeau (2012, p.242) diz que “cada cultura prolifera em suas margens, produzem-se irrupções, que designamos como ‘criações’ relativamente a estagnações. Bolhas saltando do pântano, milhares de sóis explodindo e se apagando na superfície da sociedade”. Com base nesses pressupostos, o MEB Araguaia buscou desenvolver novas práticas e formas de expressão cultural que desafiam o *status quo* na região do Sul paraense, num processo dinâmico e efervescente, como o próprio Certeau destaca a natureza fluida e dinâmica da cultura. O MEB Araguaia buscou aprimorar a sua capacidade de se renovar e se reinventar constantemente por meio de processos de criação e transformação que ocorrem nas margens da sociedade. As próximas subseções demonstram como esse processo se materializou.

5.2 O MEB, sindicatos e movimentos sociais do campo

De acordo com Pereira (2013), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, durante o Regime Civil Militar, em praticamente todas as áreas do Brasil, estavam sujeitos às normas legais estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. O pesquisador argumenta que esses sindicatos funcionaram como órgãos de colaboração do Estado, especialmente quando foram convertidos em centros de assistência médica e odontológica por meio de iniciativas como o FUNRURAL (Fundo de Assistência do Trabalhador Rural) e o PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural), o que resultou na anulação das atividades inerentes destes sindicatos, além de despolitizar os conflitos pela terra em diversas regiões do país.

O mesmo autor afirma ainda que no Sul e Sudeste do Pará, a transformação dos sindicatos em núcleos assistencialistas foi ainda mais prejudicial. Segundo Pereira (2013, p. 169),

o STR de Conceição do Araguaia, foi criado, em 1971, com apoio dos padres, do MEB e do advogado Paulo Botelho de Almeida Prado. Contudo, entre 1975 e 1985, foi presidido por Bertoldo Siqueira Lira, interventor nomeado pelo Exército, homem de confiança do tenente-coronel Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, do INCRA/GETAT e dos proprietários rurais.

Nesse contexto, para o pesquisador, os aparelhos de Estado conseguiram controlar os sindicatos, nomeando lideranças que eram subservientes ao governo. Além disso, eles tentaram quebrar as mediações da Igreja Católica, que apoiava a luta dos trabalhadores rurais.

Essas transformações tiveram um impacto significativo na luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará. Os sindicatos rurais, que eram uma importante força na luta, foram enfraquecidos e desmobilizados, conforme já foi mencionado na seção anterior. Diante do exposto, são feitas as seguintes indagações: qual o papel do MEB nos contextos das lutas camponesas que se intensificavam na região? De que forma as práticas educativas já estabelecidas foram afetadas na mudança de percurso estabelecidas pelos agentes do MEB Araguaia? Quais os resultados práticos dessa trajetória?

Caro leitor, as respostas a essas indagações foram desenhadas por meio de estudos de pesquisadores como Pereira (2004, 2013), Feitosa (2003, 2011) e Pessôa (2013, 2019), entre outros, que não tiveram o MEB como objeto de estudo, mas que o incluíram como sujeito ativo no processo de luta pela terra no sul e sudeste do estado do Pará; dos documentos que foram possíveis juntar e também das histórias narradas e vivenciadas pelos agentes participantes deste estudo. Não é intenção aqui historicizar toda a trajetória da luta pela terra na região, mas demarcar fatos e contextos em que os agentes do MEB puderam ter suas ações evidenciadas, suas representações de prática educativa e práticas culturais e sociais que conduziram o MEB Araguaia a um movimento tático de subversão das estratégias de poder e dominação presentes na região em estudo.

Nessa perspectiva, Guimarães Neto (2006, p.51) afirma que as abordagens macro-históricas, frequentemente empregadas nos estudos sobre a Amazônia, predominam nas análises sobre o sistema capitalista globalizado ou sua hegemonia, que continua a se expandir, moldando e remodelando toda a estrutura econômica, social e política da região e que “o movimento social deve ser visto de maneira mais complexa e contraditória, gerando inúmeras resistências, segundo o jogo das múltiplas apropriações culturais que se dão por meio de formas diferenciadas, dependendo dos indivíduos, das comunidades sociais e dos grupos étnicos”. Ou seja, essas múltiplas formas de apropriação cultural geram inúmeras resistências. Isso significa que os movimentos sociais não apenas resistem a formas específicas de poder ou opressão, mas também se manifestam como formas de resistência cultural e política, muitas vezes desafiando

as normas sociais e instituições estabelecidas. Nesses termos, Marilza Lopes (2023)⁶⁵ situa no tempo e espaço histórico dessa trajetória:

No final da década de 1970, o nosso trabalho passou a ser conjunto com a CPT [...]. Aos poucos nós fomos cada vez mais nos envolvendo nesse trabalho e com as ocupações dos posseiros. Que fez com que os conflitos se intensificassem. Nós (MEB) começamos então a fazer o trabalho com as mulheres das áreas rurais e articular. [...] então era o trabalho com a terra, com a saúde. A escolarização foi limitada cada vez mais. [...] o meu trabalho era de acompanhamento, porque como a CPT tinha assessoria jurídica, então era a gente reforçar o trabalho, o contato dos lavradores com os advogados para defender o direito que eles tinham em busca de verificar se a terra era devoluta. Me mudei para Xinguara neste período, onde estavam centralizados a maior parte dos problemas envolvendo a luta pela terra. [...] nós éramos agentes de pastoral no MEB e na CPT. Então, nós fazíamos um trabalho em conjunto com as paróquias.

A narrativa de Marilza confirma a mudança de direção estabelecida pelo MEB. Há então três aspectos a serem considerados: a) a parceria estabelecida com a CPT, que Heloisa Andrade (2021) denominou de bifurcação das atividades envolvendo as duas entidades; b) o trabalho iniciado com as mulheres das áreas rurais, assim como a diminuição da atividade de escolarização; c) a centralidade regional da ação da CPT, localizada em Xinguara, que foi absorvendo os agentes da pastoral e do MEB de Conceição do Araguaia.

De acordo com Pereira (2013), a prática educativa desenvolvida pelo MEB na formação de trabalhadores rurais em diversas áreas, como corte e costura, marcenaria, sindicalismo, cooperativismo, produção agrícola, saúde e teatro popular, contribuiu para a estruturação das CPTs. Essas atividades de formação, que eram desenvolvidas em comunidades urbanas e rurais, ajudaram a conscientizar os trabalhadores rurais de seus direitos e a fortalecer sua organização.

A participação da Igreja, por meio do MEB, da CPT, dos agentes pastorais e das comunidades, configurou-se como única opção de apoio aos trabalhadores rurais em um momento de repressão política, o que foi crucial para a sua organização e para se opor a um sindicato que não atendia aos seus interesses. A Igreja, através da CPT, ofereceu auxílio aos trabalhadores rurais em diversas áreas, como formação, organização, assessoria jurídica e defesa dos direitos humanos. Esse suporte foi fundamental para que os trabalhadores rurais pudessem resistir à repressão política e continuar sua luta pela terra (Pessôa, 2013).

Helôisa Andrade (1993) esclarece que as campanhas sindicais para a retomada do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) foram realizadas em um clima de grande tensão. Os interesses em jogo eram altos, o que levou à participação de forças políticas locais apoiadas pelos órgãos repressivos do governo militar (Polícia Militar, Exército e GETAT). Enfatiza que,

⁶⁵Entrevista concedida em 28 de julho de 2023.

em 21 de outubro de 1979, um ato público em Xinguara marcou a história dos trabalhadores rurais na região, no qual reuniram-se mais de 6.000 pessoas, sendo a primeira grande concentração no interior do estado após o longo período de Ditadura Militar.

Figura 12 - Ato Público em Defesa do STR em Xinguara – 1979



Fonte: Almeida (2011).

A imagem acima reflete a potência da organização dos trabalhadores rurais da região em defesa de seu sindicato, envolvendo um número expressivo de manifestantes em um momento de forte repressão e aparelhamento da entidade pelo governo. Segundo Pessôa (2013), Bertoldo presidiu o Sindicato por uma década e, durante esse período, em várias localidades de Conceição do Araguaia, os camponeses foram expulsos de suas terras, enquanto alguns resistiam, e o Sindicato oferecia pouco ou nenhum apoio. Diante disso, os camponeses envolvidos nos conflitos, como Perdidos, Cajueiro e Caçador, começaram a articular, com a colaboração da CPT a formação de uma oposição ao Sindicato. O autor argumenta que as missas realizadas nas comunidades rurais, além de serem um espaço de oração, também se tornaram um momento de debate sobre questões relacionadas à terra, à organização e à luta por direitos, o que contrariava os interesses das autoridades civis e militares.

Assim, juntando fé e rebeldia, a oposição sindical cresce. Há o importante apoio da Igreja. Mas há também o engajamento de camponeses formados na resistência contra a expulsão de suas terras, em diferentes povoados de Conceição do Araguaia. Da região de São Geraldo, Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, é eleito delegado sindical e encabeça a chapa 2, de oposição a Bertoldo. De Rio Maria, o delegado é João Canuto. A pressão dos camponeses faz com que sejam criadas várias delegacias em localidades como Perdidos, Luzilândia e Sobra-de-Terra aumentando a força da oposição (Pessôa, 2013, p. 142).

A luta política pela renovação do sindicato foi marcada por conflitos e violência. Gringo foi assassinado em maio de 1980 e foi substituído por Davi Rodrigues da Silva, que pertencia à comunidade dos Perdidos, sendo que a eleição do STR foi realizada em 29 de julho com várias irregularidades e, embora a oposição obtivesse a maioria dos votos, este fato não foi reconhecido pela Delegacia Regional do Trabalho. Nova eleição ocorreu em 10 de maio de 1981, com a vitória de Bertoldo Siqueira Lira, que teve todo o apoio da máquina governamental e só viria a deixar a presidência do STR em 1985, conforme Pereira (2013); Pessoa (2013, 2019) e Feitosa (2011).

No Boletim do MEB⁶⁶, publicado em 20 de setembro de 1982, há menção dos movimentos de lavradores e da organização de protestos contra violência e injustiças sofridas pelos posseiros em Conceição do Araguaia. Na edição de janeiro de 1983, mencionam-se a formação sindical e as reflexões sobre a necessidade de retomada do STR do município que se encontrava sob a direção de um interventor, não representando os interesses da categoria. Vislumbro, então, nesses fragmentos, a intervenção dos agentes do MEB nas práticas cotidianas e de intervenção da realidade no meio rural, o que caracteriza o cerne da sua prática educativa naquele momento histórico. Guimarães Neto (2006, p.51), a respeito das práticas cotidianas em contextos específicos, argumenta que,

Nesse âmbito, as práticas sociais e culturais aparecem relacionadas às estratégias, as negociações e aos combates. Isto é, os grupos sociais enfrentam os grandes proprietários e, inúmeras vezes a polícia do próprio estado, mas também estabelecem alianças com outros setores, como a Igreja Católica, os sindicatos e o ministério público em um complexo movimento tático, sinuosamente construído no contrapasso dos adversários.

Ou seja, essas práticas refletem a complexidade das relações de poder e resistência em contextos de conflito social e cultural. O MEB Araguaia procura, por meio da organização do STR, formar um sindicato independente para se contrapor ao existente, de cunho assistencialista, cuja direção estava nas mãos de um representante do regime repressor. Nas falas dos entrevistados, a premissa sempre foi se posicionar ao lado dos camponeses em suas lutas.

Esse retrato aqui delineado tem a intenção de conduzir o leitor a fatos que marcaram a atuação dos agentes do MEB na região do Araguaia na primeira metade da década de 1980 e que contribuíram para um novo redimensionamento do percurso do Movimento. Nas palavras de Heloisa Andrade (2022), “a questão do sindicato era muito forte ali, e a gente ia muito pela

⁶⁶Jornal informativo da entidade.

formação, a conquista novamente do sindicato. A eleição sindical de 1980 foi uma coisa incrível. Marcou a potência da nossa força enquanto entidade formadora, e da CPT como entidade organizacional dos trabalhadores rurais”. Porém, concomitante à atuação junto dos seus agentes em parceria com a CPT relativas à questão da terra, o MEB também ampliava suas ações frente ao fortalecimento do Centro da Cultura Popular (CCPA), do Movimento Pela Libertação dos Padres Presos do Araguaia (MLPA), temas que serão tratados após retomar a história da Rádio Educadora e o seu silenciamento, pois este fato relaciona-se, em parte, à luta travada pela retomada do STR.

5.2.1 A Rádio Educadora se cala

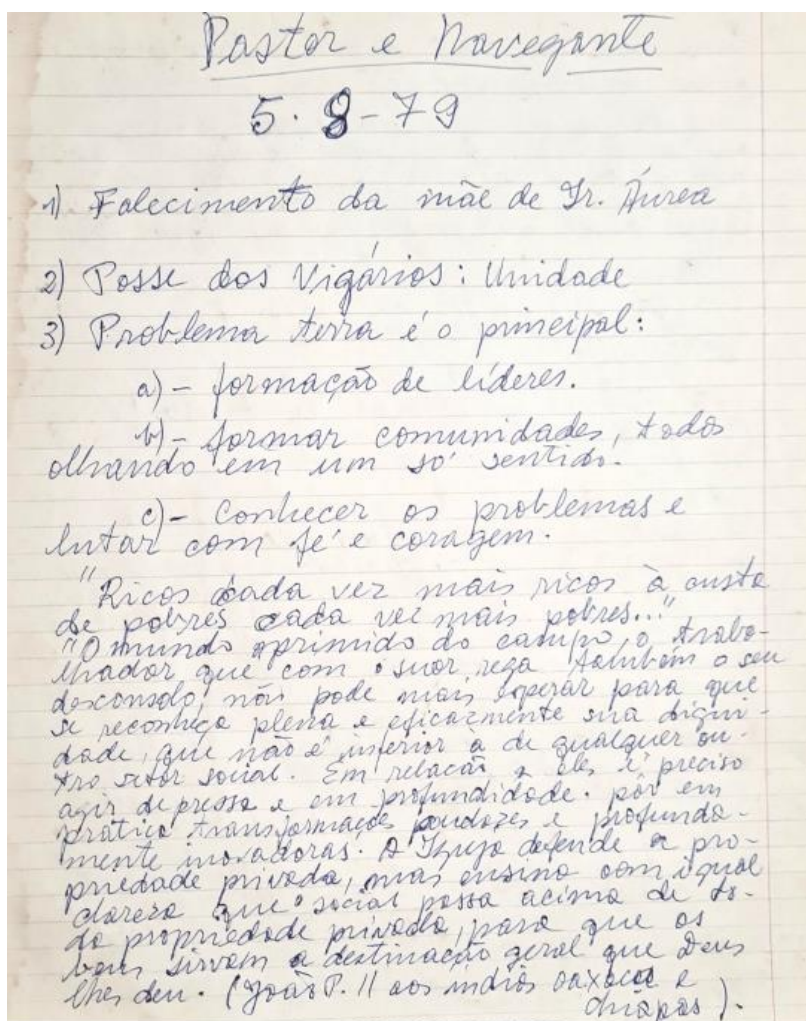
Novamente a Rádio Educadora volta ao centro deste estudo. Na seção três, sua história foi abordada concomitante à implantação do MEB em Conceição do Araguaia e, desde a sua criação até o seu fechamento, permeou a existência do MEB, como um personagem ativo, participante de todas as práticas culturais, sociais e políticas da região Sul da Amazônia paraense.

Nesses termos, a Rádio Educadora, teve como princípio a difusão do conhecimento e alfabetização dos jovens e adultos do meio rural da vasta região do Araguaia, servindo também como instrumento de comunicação para essa população. Nas seções anteriores, é possível observar que, paulatinamente, foi perdendo espaço no processo de escolarização via rádio e a forma presencial de atuação do MEB ganhou força ao longo dos anos. No entanto, a Rádio Educadora configurou na região Sul paraense, durante os 19 anos de sua existência, seu instrumento mais potente de comunicação, o que permite colocar em perspectiva reflexões acerca de seu fechamento e conduz às seguintes indagações: como consumidores dos programas da Rádio Educadora reinterpretaram os conteúdos transmitidos? Quem eram esses consumidores? De que forma o MEB se envolvia nas programações da Rádio? Por que a Rádio foi fechada? Abaixo, busco elucidar essas questões.

Maciel (2019) menciona que para Certeau (2014) os meios de comunicação de massa, como por exemplo, o rádio, pode ser considerado um objeto de consumo. Assim, Certeau (2014, p.89) destaca que a interação entre os indivíduos e os conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação subvertem os seus usos. Isso não implica rejeitá-los, mas envolve a maneira como as pessoas reinterpretam e usam ativamente os conteúdos midiáticos de acordo com suas próprias necessidades e interesses. Ou seja “[...] os conhecimentos simbólicos impostos são o objeto de manipulação pelos praticantes que não seus fabricantes”.

Portanto, é possível deduzir que o governo civil militar, ao ouvir as mensagens emitidas nos programas da Rádio Educadora, as interpretava como subversão ao sistema político vigente. Por outro lado, os demais ouvintes as interpretavam de acordo com suas experiências culturais, sociais e políticas da época, uma vez que os conhecimentos simbólicos não são apenas passivamente recebidos, mas também podem ser ativamente manipulados por aqueles que os utilizam, mesmo que não sejam os responsáveis por sua criação (Certeau, 2014). Vejamos o fragmento apresentado na Figura 13.

Figura 13 - Programa da Rádio Educadora do Araguaia: Pastor e Navegante



Fonte: Arquivo da Cúria Diocesana de Conceição do Araguaia (2022).

Na programação em tela, de 5 de agosto de 1979, manuscrita em uma folha de papel pautado, de autoria desconhecida, é descrito o cotidiano que emerge da realidade daquele espaço: falecimento de uma moradora da cidade; a posse de novos vigários na Diocese, em que o emissor sugere unidade; formação de líderes; formação de comunidades com um só sentido;

conhecimento dos problemas e lutas com fé e coragem. Essa pauta é acompanhada de um recorte do discurso do Papa João Paulo II, proferido em 29 de janeiro de 1979, em viagem ao México e dirigido aos povos indígenas Oaxaca, de Chiapas e de Culiacan, que diz:

O mundo oprimido do campo, o trabalhador que com o suor rega também o seu desconsolo, não pode mais esperar para que se reconheça plena e eficazmente a sua dignidade, que não é inferior à de qualquer outro setor social. Em relação a eles é preciso agir depressa e em profundidade, pôr em prática transformações audazes e profundamente inovadoras. A igreja defende a propriedade privada, mas ensina com igual clareza que o social passa acima de toda propriedade privada, para que os bens sirvam a destinação geral que Deus lhe deu.

A descrição acima remete à complexidade da prática cotidiana da Rádio Educadora do Araguaia. Neste sentido, Maciel (2019) afirma que a forma de operar sobre os objetos de comunicação desempenhou um papel crucial na formação dos sujeitos envolvidos. Isso significa que a Rádio Educadora do Araguaia não apenas transmitia informações, mas também influenciava ativamente as percepções, valores e comportamentos das pessoas que a ouviam. A preocupação com a unidade de ação realizada pelos novos vigários durante período de mudanças revela a existência de conflito interno no clero; com relação à formação de líderes, há um esforço para capacitar indivíduos nas comunidades para assumirem papéis de liderança, assim como a formação de comunidades com um só sentido; ressalta a necessidade de cultivar um propósito comum entre os membros da Diocese, e por fim, sugere a leitura do recorte do discurso do Papa João Paulo II, dirigida aos povos indígenas Oaxaca de Chiapas e de Culiacan do México, cujo conteúdo foi direcionado, por meio de quem realizou o programa, à realidade cotidiana vivenciada pelos trabalhadores rurais no Sul paraense, em permanente conflito e luta para a conquista da terra, com os grandes latifundiários da época.

Importante mencionar que a frase “Ricos cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres...” escrita no início do texto não consta no documento oficial do discurso proferido. O enfrentamento ao regime repressor e o posicionamento da Diocese em favor dos mais pobres eram veiculados pela Rádio Educadora do Araguaia e foram públicos e notórios. Por exemplo, uma carta lida por Dom Estevão Cardoso de Avelar, bispo de Conceição do Araguaia, em apoio aos posseiros do conflito de Perdidos (Pereira, 2013) e a mobilização para a criação do STR de Conceição do Araguaia (Pessôa, 2013).

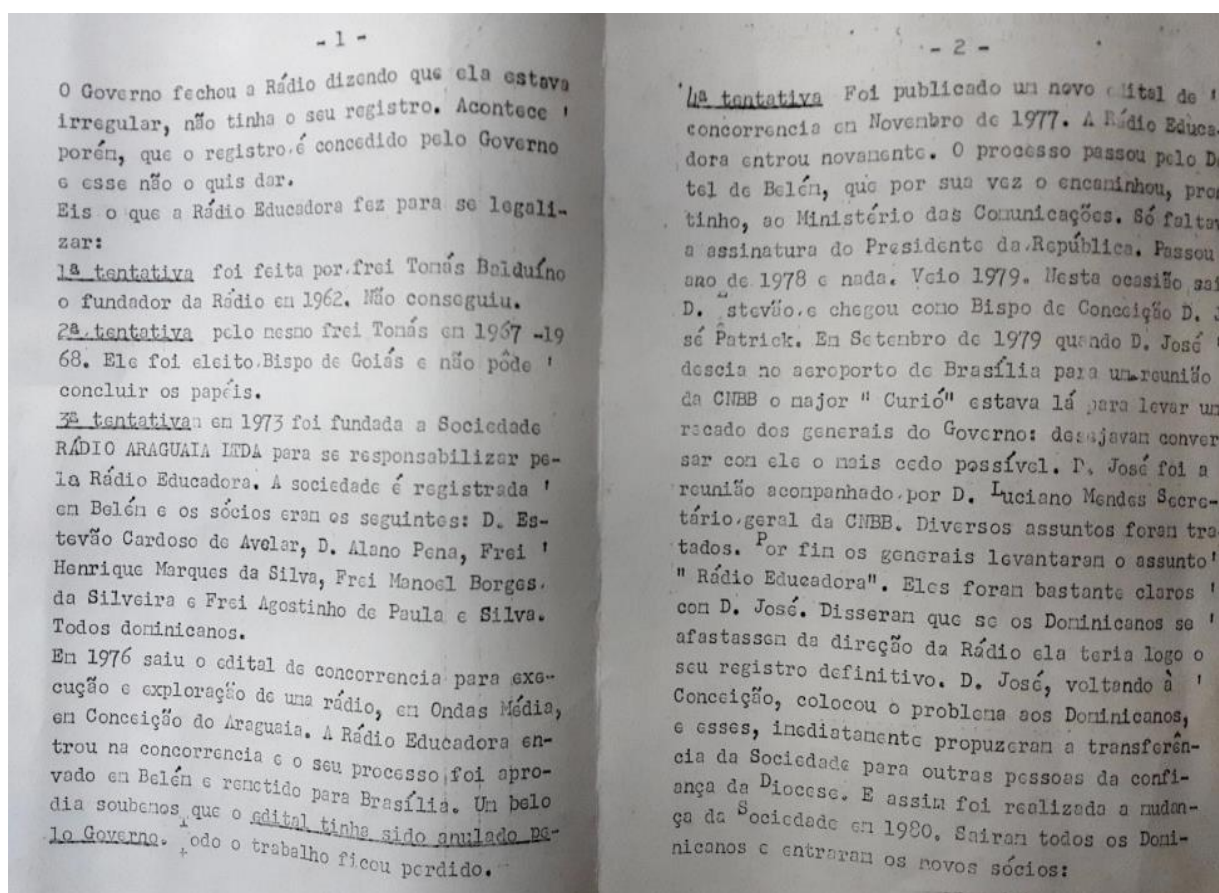
Essas práticas cotidianas não apenas refletiam os conflitos presentes na região do Araguaia, mas também contribuíam para modificá-los. Isso implica que as interações e os embates que envolviam a Rádio Educadora do Araguaia não eram apenas reflexos passivos das tensões sociais, mas também atuavam de forma ativa para moldar e transformar a maneira como

a comunicação era conduzida. Logo, isso pode ter contribuído para o seu fechamento e considero importante, para este estudo, destacá-lo.

Nesse contexto, há de se ressaltar que a presença da ordem dominicana na região do Araguaia foi profunda e marcante desde a fundação de Conceição do Araguaia, sendo os mesmos responsáveis pela educação da população, indígenas ou não, pela organização da vida cotidiana da comunidade durante muitos anos e, em 1962, pela criação da Rádio Educadora do Araguaia, que se firmou como instrumento de escolarização dos sujeitos rurais e também de comunicação com os centros mais desenvolvidos.

Nesses termos, como já foi dito, a Rádio Educadora do Araguaia, enquanto objeto cultural, protagonizou, ao longo dos anos de sua existência, acontecimentos que foram decisivos para os rumos e trajetórias históricas da região. Porém durante os 19 de sua existência, ela não obteve a legalização do governo militar para seu funcionamento, apresento na Figura 14, texto (datilografado), datado de 28 de agosto de 1981, que trata das tentativas de obtenção do seu registro.

Figura 14 - O fechamento da Rádio Educadora



Mons. Augusto Dias de Brito, Pe. Sebastião de Brito e pe. Pedro Correia. Os nomes foram aprovados pelos senhores generais. Parecia que tudo seria regularizado conforme a promessa clara dos senhores generais a D. J. Mas isso não aconteceu, falharam as promessas e pior ainda: no dia 22 de Maio de 1981, sem dar os motivos do ato violento, o governo de Brasília mandou fechar a Rádio Educadora. No dia 25 de Maio o Pe. Sebastião, como representante da sociedade, dirigiu um último apelo ao Exmo. Presidente da República. A sua carta não teve nenhuma resposta.

Alguns dias depois foi entregue em Brasília em mãos próprias do Senador Jarbas Passarinho, para ser encaminhado ao Presidente da República um abaixo assinado do povo da região com 15.105 (quinze mil cento e cinco) assinaturas pedindo a reabertura da Rádio Educadora. Não sabemos se o abaixo assinado chegou às mãos do Presidente. Mas sabemos que no dia 28 de Agosto de 1981 mais uma vez foi anulado o edital de concorrência e publicado um novo edital.

Podemos então concluir que o governo não quer que a Rádio Educadora funcione. Não quer que o povo fale livremente dos seus problemas e de suas necessidades. Infelizmente o governo não reconhece a folha de serviços prestados pela Rádio Educadora durante 19 anos e retira do povo o seu grande meio de comunicação.

Frei Henrique Marques da Silva
 Frei Henrique Marques da Silva
 Vigário Geral
 Pela Diocese de Conceição do Araguaia

Fonte: Arquivo da Província frei Bartolomeu de Las Casas – Dominicanos Belo Horizonte

O documento em tela foi escrito pelo então diretor da Rádio Educadora, frei Henrique Marques Silva, em 1981, o qual foi datilografado e arquivado pela comunidade dominicana, em Belo Horizonte. O registro descreve as tentativas de legalização da Rádio Educadora, durante os anos de sua existência. A primeira tentativa se deu em 1962, por frei Tomás Balduino, logo no início da instalação do sistema radioeducativo, mas houve dificuldade na tramitação dos papéis e o tempo de regularização caducou. Na segunda tentativa, nos anos 1967 a 1968, frei Tomás Balduino recomeçou o processo, no entanto, foi nomeado bispo em Goiás. Os dominicanos foram acusados de subversão e houve aconselhamento para não prosseguirem com a tentativa.

A terceira tentativa se deu em 1973, quando foi fundada a Sociedade Rádio Araguaia LTDA, para se responsabilizar pela Rádio Educadora. O registro foi feito em Belém/PA e tinha os seguintes sócios: Dom Estevão Cardoso de Avelar, Dom Alano Pena, Frei Henrique Marques, frei Manoel Borges da Silveira e frei Agostinho de Paula e Silva. Todos os sócios pertenciam à ordem dominicana. Em 1976, saiu um novo edital para concorrências, no entanto, foi anulado pelo governo. Em 1977, ocorreu a quarta tentativa de regularização da emissora, porém decorreram dois anos de espera pela assinatura do Presidente da República para liberação da licença, uma vez que faltava apenas isso e nada aconteceu. Em 1979, toma posse um novo bispo na Diocese de Conceição do Araguaia, Dom José Patrick. Em setembro do mesmo ano, foi à Brasília participar de uma reunião da CNBB e recebeu convite para reunir-se com os

generais, que lhe disseram que a licença só seria concedida com a saída dos dominicanos da direção da rádio. Ao retornar à Conceição do Araguaia, Dom José informou aos dominicanos que, prontamente, sugeriram a transferência da sociedade. Em 1980, a sociedade era formada por monsenhor Augusto, pe. Sebastião de Brito e pe. Pedro Correa, nomes aprovados pelos generais. Porém, em 22 de maio de 1981, por ordem dos generais, a rádio foi fechada. Para os dominicanos, esse ato constituiu-se um momento de extrema violência (Silva, 1981).

Cabe aqui esclarecer ao leitor que a apresentação sintética do processo de legalização da Rádio Educadora tem a intenção de contextualizar as condições sociopolíticas de seu entorno. Acusada de ser instrumento para a realização de propaganda “comunista” e de dar suporte aos movimentos políticos da esquerda “subversivos”, a rádio sofreu ameaças de ser fechada em diversas ocasiões, o que talvez explique o motivo do processo de legalização da Rádio Educadora nunca ter sido concretizado, conforme evidenciado no documento escrito por frei Henrique Marques da Silva.

Lembrando que, no início da década de 1970, os trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia começaram a se organizar para fundar um sindicato, com o apoio do MEB. Em 1971, eles elegeram a primeira diretoria do STR, que culminou na criação da Associação dos Trabalhadores Rurais no mesmo ano, como já foi mencionado na seção anterior. A Igreja Católica disponibilizou espaço para servir como sede da associação, e a Rádio Educadora ajudou a mobilizar os trabalhadores para as atividades da associação (Pessôa, 2013). Na visão de Andrade (1993, p.22), a Rádio Educadora foi fechada em “consequência do acirramento entre as forças progressistas e a repressão”. Nesses termos, Marilza Lopes (2023) rememora esse momento:

A Polícia Federal veio, fechou, entreviu, junto aos dominicanos, que na época eram os responsáveis pela Rádio. Então, foi um período muito difícil, porque. [...] O bispo já estava empossado, o novo bispo, que dava muito apoio. Chegaram também novos padres com a chegada do bispo e a saída dos dominicanos da direção. Eles ficaram aí, mas... Frei Lourenço na casa, Frei Manoel no apoio, mas já estava a Heloísa (Andrade) como coordenadora. E chegaram novos padres. Isso aí rendeu muito, gente. Foi um problema sério que começou [...]Tinha o Conselho de Diocesano, do qual nós todos fazíamos parte, MEB, CPT. E os novos padres trouxeram novas lideranças que divergiam no nosso trabalho. E foi uma luta, um embate muito difícil no Conselho entre o posicionamento dos padres que pensaram a organização da igreja do jeito que era na cabeça deles.

A narrativa de Marilza Lopes (2023) está repleta de informações que trazem não apenas o impacto do fechamento da Rádio Educadora, muito simbólica, na demonstração de força do governo civil militar, mas também da nova configuração que estava se estabelecendo na Diocese de Conceição do Araguaia. Após a transferência de Dom Estevão de Avelar, para a diocese de Uberlândia, o bispo nomeado era Redentorista, o irlandês Dom José Patrick. No

entanto, esse fato não mudou a perspectiva da ação educativa do MEB que continuou atuando junto aos mais pobres do campo e da cidade, no entanto, os novos padres trouxeram diferentes concepções para o campo do trabalho da pastoral.

Na visão de Marilza Lopes (2023), o trabalho até então desenvolvido por meio do Conselho Diocesano era bem articulado com a participação dos leigos, lavradores, lideranças que eram atuantes tanto no sindicato, quanto nas comunidades de base. Os novos padres também formaram suas pequenas lideranças que se manifestaram em oposição à concepção libertadora defendida pelos agentes do MEB. A existência dessas vertentes pôde ser constada em documentação juntada neste estudo e as discuto ainda nesta seção.

O ano de 1981 foi marcado pelo fechamento da Rádio Educadora, pela prisão de 13 posseiros e dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Goriou, fatos que repercutiram na imprensa nacional e internacional, colocando em evidência o ambiente de violência predominante no meio rural da região Sul paraense. O MEB, em conjunto com a CPT, colaborou para a formação do Movimento Para a Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), sobre o qual abordo a seguir.

5.3 O Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA)

Com a Rádio Educadora silenciada, foi criado o Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), após a prisão de dois padres e 13⁶⁷ posseiros no conflito de Cajueiro. O MLPA se “transformou num Movimento diocesano, regional Norte II da CNBB, nacional, chegando a transpor as fronteiras internacionalmente” (Almeida, 2011, p. 73) e utilizou diversas formas de comunicação para expor suas ideias e denunciar a repressão sofrida por religiosos e camponeses durante a ditadura militar. As palestras eram realizadas para conscientizar a população sobre os problemas sociais e políticos da época. Os atos públicos eram uma forma de protesto contra a ditadura e de apoio aos direitos humanos. Foi criado também o Boletim do MLPA, que consistia numa publicação que divulgava as ações do movimento e as denúncias de repressão (Pessôa, 2019). Nesse contexto, o MLPA como “sujeito ordinário”, assume o papel

⁶⁷Dois padres (Aristides Camio e Francisco Goriou) e treze agricultores (João Matias da Costa, Antônio Resplande, Raimundo Resplande Coelho, Raimundo Resplande da Silva, Simplício Vieira, Venâncio pereira da Anunciação, Raimundo Pereira da 2 Anunciação, Arnaldo Lopes Queiros, José Ribamar, José parreira de Araújo, Leônidas Alves Furtado, Milton de Souza Almeida e José de Araújo e Silva)), foram presos em 31 de agosto de 1981, de acordo com Ribeiro (2018).

de narrador ao determinar o lugar onde o seu discurso ocorre e o espaço em que ele se desenvolve (Certeau, 2014, p.61).

Cabe aqui ressaltar que não é intenção detalhar todos os conflitos agrários que permearam o baixo Araguaia, neste recorte temporal, mas apenas destacar alguns fatos que permearam a trajetória do MEB e alteraram a prática educativa até então desenvolvida. A criação do MLPA e o envolvimento direto do MEB nas mobilizações realizadas direcionam essa prática para o percurso em uma nova perspectiva que vai ao encontro do que eu defendo nesta tese: a influência do MEB na organização dos movimentos populares no Sul do estado do Pará. Tanto Marilza Lopes (2023) quanto Heloisa Andrade (2023) ressaltam o fortalecimento do trabalho educativo do MEB na formação e assessoria dos sujeitos do campo que desencadeou várias ramificações, como o movimento das mulheres do campo, o Movimento para a Libertação dos Presos do Araguaia.

Conforme Pereira (2013), os confrontos armados desencadeados pelo PC do B na região do Araguaia intensificaram a vigilância e os trabalhos de agentes do Conselho Nacional de Segurança (CNS), então coordenados por Sebastião Rodrigues de Moura, também conhecido por Curió, que buscavam informações sobre atos e pessoas consideradas subversivas, além disso, interferiam em resultados de eleições dos STR, promoviam reunião entre aparelhos de Estado (Secretaria de Segurança Pública, INCRA/GETAT, ITERPA, PM) e os fazendeiros, estimulando o uso de violência contra os trabalhadores rurais. Foi neste contexto que ocorreu o conflito de Cajueiro, assim sintetizado por Pereira:

Foi nessa época, em razão de um confronto armado ocorrido em 13/06/1981, envolvendo posseiros, agentes da Polícia Federal, funcionários do GETAT e um pistoleiro de Juracy Teixeira, deputado goiano (PDS), proprietário de terras da localidade conhecida como Cajueiro, que os padres Aristides Camio e Francisco Gouriou e treze posseiros, de São Geraldo do Araguaia, foram presos e enquadrados pela Lei de Segurança Nacional. Nesse episódio, o pistoleiro de Juracy Teixeira morreu e quatro agentes da Polícia Federal e um funcionário do GETAT saíram feridos. Uma ação conjunta do Exército, da Polícia Federal e do GETAT resultou em perseguições, prisões e interrogatórios dos padres e de diversos posseiros. Aristides Camio foi condenado a 15 anos de reclusão; Francisco Gouriou, a 10 anos; e os treze posseiros a 8 anos (Pereira, 2013, p.112).

Esse foi mais um evento que ilustra as tensões e conflitos frequentes em áreas de disputa de terra no Sul da Amazônia paraense, bem como o uso da força estatal para reprimir movimentos sociais e dissidências políticas, especialmente sob o pretexto da Lei de Segurança Nacional. Esse confronto foi um marco na história da luta pela terra no Brasil e também evidenciou a violência e a repressão sofridas pelos posseiros e trabalhadores rurais que lutavam por seus direitos e que culminou na criação do MLPA.

De acordo com Pessôa (2019), o MLPA foi um movimento político-religioso que reuniu diversas forças políticas, incluindo lideranças sindicais, partidos políticos clandestinos e o recém-formado Partido dos Trabalhadores (PT). O movimento lutava pela democracia e pela revogação de dispositivos da ditadura, como a Lei de Segurança Nacional. Além disso, o MLPA reivindicava a imediata libertação dos detidos devido ao conflito no Cajueiro. O pesquisador destaca ainda a natureza ecumênica do MLPA, uma vez que diversos representantes de diferentes igrejas, incluindo a Católica, a Metodista e a Luterana, estiveram envolvidos em atividades de mobilização nas ruas, como passeatas, abaixo-assinados, missas, procissões e cultos religiosos. Nesses termos, Marilza Lopes assim descreve a participação do MEB no MLPA:

Nesse período, foi um período de grande mobilização, uma mobilização efervescente, onde se criou, em primeiro lugar aqui em Conceição, o MLPA, o Movimento de Libertação dos Presos do Araguaia. Nesse período, o MEB estava com uma equipe bastante reforçada, onde fazia parte, além de Heloísa, eu, Júlio César, a Inês, que era de São Paulo, Fernanda, de Minas Gerais e também o Ricardo Rezende, que nesse período já estava integrando a CPT. [...]. As comunidades, as paróquias também ajudavam a divulgar e conscientizar as lideranças, tanto de sindicato como das comunidades, também aqui em Conceição, sobre esse acontecimento. E também a gente fazia, dava um apoio, cada vez era um de nós, lá em São Geraldo, onde residia Inês, esposa do Finado Gringo, que já tinha sido assassinado (Marilza Lopes, 2023).

Marilza Lopes (2023) descreve um período de intensa mobilização social, especialmente na região de Conceição do Araguaia. A formação do MLPA, junto com outras entidades, evidenciou o esforço da equipe do MEB para enfrentar questões relacionadas às prisões dos padres e posseiros. Destaca que essa equipe se encontrava bastante fortalecida e desempenhou um papel importante na conscientização e mobilização das comunidades locais e das lideranças sindicais sobre os acontecimentos em questão. Claramente percebe-se que a imersão dos agentes do MEB nas práticas de assessoria e no esforço coletivo para enfrentar os desafios sociais e políticos da região. Pode-se afirmar que suas práticas se encontravam, também, fortemente voltadas para esse âmbito, conforme se pode constatar no texto intitulado “Baixo Araguaia – 1978 – 1985”⁶⁸, escrito pelo padre Aristides Camio em março de 2010, em que o sacerdote traz as memórias das experiências vividas, junto aos agentes do MEB, da CPT e das CEBs, no qual relata todo percurso de sua trajetória junto aos posseiros e de luta pela terra na região que culminaram em sua prisão.

⁶⁸Acervo pessoal de Heloisa Andrade, parte deste texto foi abordado na seção quatro.

Ao rememorar a sua experiência no Baixo Araguaia, o pe. Aristides Camio (2010) afirma que ninguém detinha todas as vantagens naquela região de conflito. Cada parte tinha seus objetivos claros: os posseiros buscavam a terra para garantir seu sustento, a Igreja almejava que a terra permanecesse com o povo, enquanto os órgãos governamentais competentes, por um lado, tentavam acalmar as tensões sociais em uma área considerada altamente sensível, mas, por outro lado, evitavam questionar o intocável princípio da "propriedade privada". O cerne da questão residia na migração de agricultores expulsos de suas regiões de origem, onde uma estrutura fundiária altamente concentrada os impedia de obter acesso à terra.

Camio (2010) avalia que, quanto ao impacto da Igreja, se ela desempenhou ou não um papel determinante em certos aspectos, ele não foi crucial. A primeira iniciativa da equipe composta por padres e agentes pastorais, que representavam a Igreja em São Geraldo, foi conquistar a confiança da população em um contexto desafiador, onde predominavam a insegurança e o medo. Considera sorte foi a CPT ter vencido o caso do Caçador⁶⁹ nos tribunais. A partir desse momento, os posseiros perceberam que a Igreja estava ao seu lado.

Além do suporte jurídico, das denúncias e do apoio à oposição sindical, a CPT e o MEB auxiliaram os posseiros a descobrir que eram pessoas com direitos e que deveriam assumir o controle de seu próprio destino. O povo, a partir dessa base fomentada, estruturou-se de maneira autônoma, orientada pelo objetivo comum de adquirir terra. O fator determinante foi a organização que alcançou por iniciativa própria (Camio, 2010).

Camio (2010) analisa que, no cenário do "fim do regime", no início dos anos 1980, com a mudança na política dos Estados Unidos que agora favorecia a democracia, os "órgãos competentes" do governo não podiam mais se envolver em um ciclo de repressão generalizada. De acordo com Germano (1990, p. 128), a profunda crise de legitimação que se instalara no governo civil-militar possibilitou a ampliação do "arco das forças anti-ditatoriais, que ia da esquerda a setores conservadores e burgueses", o que culminou no processo de redemocratização do país.

No que diz respeito às questões agrárias, para Camio, o governo também não tinha uma política alternativa. Como resultado, optou por renunciar a terra, que acabou sendo ocupada pelos posseiros:

⁶⁹A CPT desempenhou um papel decisivo no que toca à denúncia das violências contra os posseiros, assessoria jurídica e divulgação de seus direitos e defesa deles na Justiça. Conseguiu, entre outras, a reintegração dos posseiros no conflito denominado Caçador (Camio, 2010).

Finalmente, o governo não aguentou a pressão do povo e entregou as pontas. O jeito que achou foi mudar a lei de Segurança Nacional. Depois foi só fazer a peregrinação das penas de acordo com a nova lei: constatou-se que os presos haviam cumprido muito mais que a pena imposta pelo Tribunal Militar de Belém. Fomos soltos assim como os posseiros que voltaram para a terra. Houve muita festa e os posseiros foram acolhidos com muita emoção e carinho pela população de São Geraldo e pelos posseiros da mata. Pessoalmente voltei a trabalhar no Baixo Araguaia em julho de 1984 até fevereiro de 1985 quando fomos, o Padre Chico e eu, de férias para França, depois de 8 anos de Brasil.

Na percepção do Pe. Aristides Camio, não suportando a pressão dos movimentos populares e organismos internacionais, o governo federal optou por alterar a Lei de Segurança Nacional, possibilitando a soltura dos presos em 11 de setembro de 1983. Na época, além dos padres e posseiros, havia outros presos políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional e que também se beneficiaram da nova lei. Esse episódio também contribuiu para o debate sobre a Lei de Segurança Nacional e a necessidade de sua revogação, a qual foi, finalmente, revogada em 1985, após o fim da Ditadura Militar.

Nessa perspectiva, para Ribeiro (2018), a iniciativa do MLPA representava a aspiração por uma nova forma de governo, escolhida pelo povo por meio do sufrágio universal e que refletisse os anseios da população da Amazônia e do Brasil. Partindo do pressuposto de que, para os envolvidos, a prioridade do movimento era a libertação dos padres e dos posseiros, a sua postura política ante a repressão redimensiona para a crítica à censura, à injustiça social e à própria repressão do governo militar. Para todos os envolvidos, direta ou indiretamente, a liberdade dos presos e posseiros era a principal prioridade.

Dessa forma, para Ribeiro (2018) o apoio emerge como uma resposta política à prisão dos padres e posseiros do Araguaia, transformando-se em uma retaguarda de crítica às práticas de censura, injustiça social e repressão do governo militar. Ele ainda afirma que isso contribuiu para a aglutinação dos diversos organismos com grande representatividade social⁷⁰. Assim, a luta pela justiça para os padres e posseiros do Baixo Araguaia se tornou um símbolo nacional de resistência contra o Regime Militar.

Dessa forma, para além da violência da impunidade que permeou, historicamente, a luta pela posse da terra no sul da Amazônia paraense, constituiu-se numa batalha contínua e multifacetada que englobou as dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais presentes nesse território. Nesse contexto, os agentes do MEB reconheceram a importância da terra como

⁷⁰Os presos, detidos desde setembro de 1981, enfrentariam julgamento entre março e abril de 1982 na Justiça Militar em Belém. Durante o período de abertura política em 1982, organizações como ICAR, Igreja Luterana, SDDH-PA, PT, PMDB, CBB, CPT e FASE uniram-se para defender esses acusados, enquadrados na lei de segurança nacional. Segundo o MLPA, eles simbolizavam uma política fundiária ligada ao governo militar, que servia aos interesses de latifundiários, grandes empresas, oligarquias regionais, judiciário e outros representantes do "grande capital" (Ribeiro, 2018, p.7).

uma prática cultural fundamental nas táticas de luta adotadas para a conquista dos direitos sociais dos sujeitos rurais da região. Assim, o MLPA configurou um movimento em busca de justiça, igualdade e dignidade, que se manifestou nas múltiplas dimensões e colocou a terra como um elemento central tanto na resistência quanto na mudança social.

É importante ressaltar que, durante esse Movimento, no qual a equipe do MEB esteve à frente junto com as demais entidades envolvidas, e, concomitante à assessoria dos movimentos populares emergentes, as atividades escolares continuavam em menor escala, com o supletivo dinâmico, nos bairros periféricos urbanos nos municípios abarcados pela diocese de Conceição do Araguaia conforme constam nas narrativas dos entrevistados e nos documentos consultados.

De acordo com Chartier (2004), a representação em forma de narrativa é essencial para o entendimento histórico, implicando que há tantas interpretações possíveis quantas narrativas construídas, e que a credibilidade da compreensão histórica depende da confiabilidade do relato. No entanto, a conexão entre narrativa e explicação pode também ser vista de outra forma, se considerar os dados apresentados na história como indícios ou pistas que possibilitam a reconstrução, sempre passível de verificação, das realidades que os originaram. Dessa forma, ao buscar interpretar o MEB de Conceição do Araguaia e o diferencial que o distinguiu dos demais departamentos, enfatizo a importância dessa narrativa na construção da compreensão de sua história e como ela pode ser interpretada de diferentes maneiras com base nos elementos apresentados e nas diversas fontes.

5.3.1 O MEB e os Movimentos Sociais Urbanos

Aqui busco a compreensão dos diferentes sentidos e significados que permeiam as atividades realizadas pelos agentes MEB em relação às práticas educativas e culturais nos movimentos sociais urbanos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar o caráter educativo intrínseco aos movimentos sociais que, ao almejarem mudanças na sociedade, também influenciam na construção do entendimento sobre o seu funcionamento e as dinâmicas das interações e desenvolvimento humano dentro dela; em segundo lugar, pela presença de conflitos entre a manutenção de tradições e a introdução de novas abordagens pedagógicas dentro da instituição do MEB. Ou seja, por um lado, há uma tensão entre as práticas culturais e educativas que visam manter certas tradições, valores ou métodos de ensino (no caso do supletivo dinâmico). Por outro lado, existem esforços para introduzir inovações das práticas educativas que buscam se adaptar às necessidades e aos desafios contemporâneos (atuar em diferentes instâncias de organização de movimentos populares). Esses conflitos refletem as diferentes

visões e abordagens dentro do MEB (nacional X local) em relação à educação e à cultura, e como os agentes do movimento lidaram com essas questões no contexto de sua atuação como instituição formadora.

Nesse contexto, tendo em vista à participação efetiva no assessoramento aos STRs da região e às mobilizações realizadas pelo MLPA, outros movimentos foram inseridos na atuação do MEB Araguaia que, sob o ponto de vista de Heloisa Andrade (1991)⁷¹, as práticas educativas voltadas para a educação popular e fortalecimento dos movimentos revelam uma abordagem transformadora, centrada no processo organizativo. Nessa perspectiva, as classes populares são consideradas agentes de transformação. O MEB parte do pressuposto de que, ao adquirirem consciência de sua realidade e se organizarem, os membros das classes populares têm o potencial de influenciar mudanças estruturais na sociedade. Sousa (1999) define o trabalho de assessoria pedagógica do MEB como uma ferramenta para inserção do movimento em um contexto popular mais amplo. Por meio da assessoria, o MEB busca influenciar as diversas organizações populares com as quais se relaciona, utilizando sua proposta político-pedagógica como base.

Ao fazer esse movimento de percorrer como “pedestres” a região do sul da Amazônia paraense, os agentes do MEB Araguaia modificaram os “espaços” das suas práticas cotidianas, as reinterpretando e as transformando conforme os utilizavam, construindo uma narrativa própria que refletia e, ao mesmo tempo, reformulava o contexto local. Tal como argumenta Certeau (2014), em vez de apenas seguir a geometria definida das ruas, os pedestres conferem significados adicionais e transformam esses espaços por meio de suas atividades e interações.

Nesses termos, Heloisa Andrade (2021)⁷² destaca a importância da educação como instrumento para a conscientização e mobilização das classes populares, visando à sua participação ativa na transformação social. Assim, apresento, abaixo, um quadro síntese das outras atividades e movimentos populares assessoradas pelo MEB, no recorte temporal em estudo.

⁷¹Memorial Heloisa Smith Andrade

⁷²Entrevista concedida em 04 de junho de 2021

Quadro 7 - Atividades e Movimentos Populares Assessorados pelo MEB – 1979 - 1985

Atividade/Movimento	Característica/Finalidade
Pesquisa da Venda da Terra	Levantamento de dados sobre as causas das vendas de terras obtidas pelos trabalhadores rurais por meio da reforma agrária.
Movimento de Mulheres	Trabalho desenvolvido junto às mulheres trabalhadoras rurais e das periferias urbanas.
Centro de Cultura Popular (CCPA)	Desenvolvia novas formas de comunicação e expressão. Participação da animação cultural nas campanhas sindicais e eventos culturais, como festas folclóricas, incentivo ao artesanato e realização de Mostras Culturais.
Movimento Popular de Saúde (MOPS)	Busca discutir os fundamentos da Política de Saúde, promove esclarecimento sobre a “AIS”- Ações Integradas de Saúde.

Fonte: Memorial Heloisa Andrade (1991) – Adaptado pela autora.

Após tantas lutas pela conquista da terra no Sul paraense que resultaram em um preço elevado, muitas vezes pago com derramamento de sangue e apesar das lutas intensas e dos esforços para obter a posse da terra, surge uma realidade paradoxal: muitos lavradores optam por vender suas terras conquistadas e buscar novas oportunidades em outras fronteiras. Assim, durante os anos de 1983/84, o MEB realiza pesquisa para identificar as possíveis causas que levam a essa situação (Heloisa Andrade, 2023).

Conforme Andrade (1991), os resultados do levantamento evidenciaram que a venda das terras adquiridas estava vinculada a diversos motivos, todos relacionados à questão central da reforma agrária. A constatação é de que simplesmente fornecer a terra não era suficiente; era crucial criar as condições adequadas para cultivá-la, por meio de uma política agrícola eficiente. Isso sugere que, além da posse da terra, são necessários suportes adicionais para garantir a sustentabilidade e a produtividade das atividades agrícolas.

Além disso, importa destacar que outros fatores influenciaram a decisão de vender as terras. A necessidade de recursos financeiros para tratamentos de saúde emergenciais e questões pessoais, como conflitos com vizinhos ou a busca por terras em melhores condições foram motivos consideráveis para a venda. Esses elementos adicionam complexidade à questão, indicando que as decisões dos lavradores não são guiadas exclusivamente pela disponibilidade de terra, mas também por uma variedade de fatores sociais, econômicos e pessoais. De acordo com Heloisa Andrade (2023), o Movimento de Mulheres se originou da organização das trabalhadoras rurais e, posteriormente, expandiu-se para a periferia urbana, contemplando pautas reivindicatórias de acordo com o contexto em que estavam inseridas.

Para Heloisa Andrade (2023), nos conflitos pela posse da terra, a divisão de papéis entre homens e mulheres era evidente. Os homens ocupavam a linha de frente, participando de reuniões, direcionando-se aos órgãos públicos e entidades de apoio para apresentar suas reivindicações, além de trocarem experiências e reflexões sobre os acontecimentos. As mulheres, por sua vez, assumiam um papel fundamental na retaguarda, assegurando o funcionamento da família, da roça e da segurança do lar enquanto seus companheiros se encontravam em campo ou nas trincheiras. Apesar de sua importância crucial, o trabalho das mulheres nem sempre era reconhecido e valorizado. A motivação que impulsionou a organização do grupo de mulheres foi a necessidade de criar um espaço para reflexão conjunta sobre o sentido e a importância da resistência, oferecendo suporte para que elas pudessem lidar com as consequências da luta.

Heloisa Andrade (2023) afirma ainda que buscavam dar voz e reconhecimento às mulheres, valorizando sua contribuição e fortalecendo sua participação na luta pela terra, no entanto, ela observa que o trabalho com as mulheres do sertão requer condições essenciais e deve ser conduzido com sensibilidade, considerando a predominância do machismo entre os homens rurais. Avalia que “uma das lacunas do nosso trabalho era que a tônica era bem mais voltada para o social do que relativo às questões específicas das mulheres” (Andrade, 1991, p.14). As diferentes contribuições e desafios enfrentados por homens e mulheres nas lutas pela terra passaram pela necessidade de reconhecimento e apoio às mulheres que desempenhavam papéis fundamentais, mesmo que não estivessem diretamente envolvidas nas frentes de confronto.

Dessa forma, Heloisa Andrade (1991) destaca que o ano de 1980 marcou um momento de intensa mobilização feminina no município de Conceição do Araguaia, impulsionada por Encontros de Mulheres assessorados pelo MEB. A organização dos grupos se dava de acordo com a realidade de cada local, sem uma proposta única e rígida. Em São Geraldo do Araguaia e Xinguara, a luta pela terra se destacava como principal bandeira, unindo as mulheres em busca de seus direitos. Já em Rio Maria, a luta se expandiu para além da terra, com as mulheres liderando um movimento vitorioso por melhor atendimento de saúde.

O resultado dessa mobilização foi a conquista de um hospital, representando um marco importante para a comunidade. Em Conceição do Araguaia, o trabalho se desenvolveu por meio da reunião das lavadeiras. Já em Redenção, o Clube das Mães se destacava pela produção de trabalhos manuais e priorizava o respeito ao ritmo e às necessidades de cada grupo, reconhecendo sua autonomia e trajetória própria. A organização desses encontros culminou na realização do Primeiro Encontro de Avaliação de Trabalho Popular com Mulheres da Região

do Araguaia⁷³ e, conforme é anunciado no relatório do encontro, ele abrangeu um grupo bastante heterogêneo composto por leigas ligadas às áreas da saúde, educação, sindicatos, associações, comunidades, partidos políticos, dentre outros. O evento representou um marco histórico, reunindo mulheres de diferentes experiências em um espaço de debate e reivindicação e se tornou uma experiência inovadora no estado do Pará, abrindo caminho para a construção de um movimento social mais amplo e articulado.

O relatório evidencia a abordagem de diversas questões, indo além das demandas específicas relacionadas à terra e demonstrando a amplitude de suas lutas por condições de vida digna e serviços essenciais. Essa diversidade de temas reflete a abordagem adaptativa do MEB que considerava as particularidades de cada localidade. Sobre o Movimento de Mulheres, Marilza Lopes (2023) rememora:

O Movimento de Mulheres iniciou em função da resistência pela luta por terra, principalmente nas regiões mais próximas daqui, de Conceição do Araguaia. Em Xinguara, a questão era o conflito em si. Esse trabalho com mulheres era feito em conjunto com a CPT, porque nós éramos duas entidades as únicas que atuavam junto às populações [...]Conceição tinha um grupo grande e nas reuniões com as mulheres, nos encontros com as mulheres, a gente debatia os problemas. A gente debatia os problemas da saúde, né? Da terra, de todos. Elas tinham uma participação, tanto na luta pela terra, né? E os grupos de mulheres teve em toda a região. Toda. Xinguara também teve. E nós temos lideranças até hoje, né? Que são nossas amigas, como Maria da Guia, Didi, da região que foram morar em outros lugares e continuavam a luta [...]. Pessoas que se tornaram muito firmes, tanto na luta da terra, como na luta por essas outras reivindicações. A saúde, a educação. As comunidades logo reivindicavam as escolas. Para garantir a permanência na terra [...]. Na medida que começavam as comunidades a reivindicar, aí iam também os professores para as escolas. Então, a nossa luta passou a ser não só para fornecer escola, mas para as pessoas reivindicar os direitos da saúde, da escola, assistência médica, hospitais.

Marilza Lopes (2023) reafirma a origem do Movimento de Mulheres como mais uma forma de resistência pela luta por terra. Também ressalta o importante papel desempenhado pelo MEB e pela CPT. Esses movimentos não se limitaram apenas à luta pela terra, mas também englobaram outras reivindicações, como melhorias no atendimento de saúde, construção de escolas nas áreas rurais para garantir a permanência das pessoas no meio rural e construção de hospitais mais próximos. As comunidades se organizaram em torno dessas pautas reivindicatórias específicas, criando assim os movimentos populares direcionados a essas necessidades. Depreende-se da narrativa o engajamento dos agentes do MEB nas assessorias a estes movimentos que emergiam.

⁷³Realizado em setembro de 1984, houve a presença dos Movimentos de Mulheres dos municípios de São Félix do Xingu, Canabrava e Cascalheira do estado de Mato Grosso; de Balsas do Maranhão; de Redenção, Rio Maria, Xinguara, Santana do Araguaia e de Conceição do Araguaia, do Pará – Relatório- Arquivo pessoal de Heloisa Smith Andrade.

Sobre o Centro de Cultura Popular do Araguaia (CCPA), Andrade (1991) afirma que, em um período marcado pela busca por novas formas de expressão e comunicação, o Centro de Cultura Popular do Araguaia se destacava como um importante espaço de resistência. Por meio da produção de peças teatrais, o grupo animava campanhas sindicais e eventos culturais, além de promover a tradicional Festa do Bumba meu Boi. Incentivando a produção artesanal e organizando mostras culturais, o Centro buscava fortalecer a identidade local e celebrar a cultura popular como mostram os registros de exposição de arte popular promovida pelo MEB.

Figura 15 – Centro de Cultura Popular do Araguaia - 1982



Fonte: Acervo pessoal de Isau Coelho Luz.

As fotografias expostas acima retratam a primeira exposição de arte popular em Conceição do Araguaia que aconteceu nos espaços da antiga capela do colégio Santa Rosa. Durante essa exposição, foram apresentados trabalhos de artistas locais, incluindo pinturas e artesanatos, representando a produção artística da região. Além disso, também foram incluídas obras da população indígena, como os karajá (Almeida, 2011), evidenciando a diversidade cultural presente na região.

Andrade (1991) argumenta ainda que, em um momento particularmente significativo, em conjunto com o MLPA, o Centro organizou uma expressiva exposição de fotografias por ocasião do primeiro aniversário da prisão dos presos do Araguaia. Apesar de aparentar ser um evento simples e rotineiro, a mostra provocou medo e receio na população local. Visitar a exposição era interpretado como um ato de adesão e compromisso com o movimento, algo que muitos não se sentiam seguros em fazer, devido ao ambiente de repressão política e às possíveis represálias por parte das autoridades ou grupos opositores, destacando as tensões políticas e sociais presentes na época.

A partir de 1984, o MEB consolidou-se como uma importante entidade de assessoria aos Movimentos Populares Urbanos. A luta por melhores condições de saúde se tornou o principal foco de atuação do MEB nas periferias, com a organização do Movimento Popular de Saúde (MOPS) como principal instrumento aglutinador. Desde 1982, lideranças locais já participavam dos encontros regionais e nacionais do MOPS. Em 1984, o movimento se estruturou de forma mais sólida em algumas sedes de municípios do sul do Pará, e diversas lutas reivindicatórias foram encaminhadas e vitoriosas.

O MOPS buscava promover debates sobre o papel da Polícia de Saúde e esclarecer a população sobre as "Ações Integradas de Saúde" (AIS) que, mais tarde, transformar-se-iam no Sistema Único de Saúde (SUS) como o que foi realizado em São Luís do Maranhão. Nesse evento, uma delegação composta por sete pessoas da equipe de saúde participou do VI Encontro Regional do MOPS. Durante o encontro, foram abordadas questões relacionadas à organização e à conscientização das comunidades, bem como a relação entre saúde e outras questões sociais. Além da equipe de saúde, o evento contou com a presença do sindicato, das associações de bairros (na área urbana) e dos conselhos comunitários (na área rural). (Boletim MEB Hoje, janeiro de 1983).

Sobre essas organizações comunitárias, Souza (2006, p. 185-186), recorrendo aos estudos de Wanderley (1984), assevera que o MEB iniciou a formação de estruturas organizacionais na comunidade, estabelecendo métodos democráticos para tomar decisões e realizar tarefas. Essas iniciativas destacaram a importância da organização dos grupos populares durante o processo de mudança em andamento. Nesse contexto, o MEB desempenhou um papel crucial na mudança de práticas e representações sociais, assim como de setores da Igreja Católica, buscando contribuir para a formação de unidade e movimentos populares em prol da luta política.

Marilza Lopes (2023) e Heloisa Andrade (2023) avaliam que, durante esse período, ocorreram diversas conquistas significativas na luta pela terra e em demandas urbanas. Contudo, mesmo com essas vitórias, constatou-se que essas realizações não foram acompanhadas por um processo educativo eficaz, devido também à presença de discordâncias políticas dentro da equipe de assessoria do MEB. Isso resultou em desafios para consolidar e manter as estruturas organizacionais do movimento de forma satisfatória, além das divergências políticas mencionadas.

Claramente, percebe-se uma crise de identidade do próprio MEB Araguaia. Se por um lado as conquistas alcançadas no âmbito das lutas sociais evidenciavam o esforço da equipe, por outro lado as divergências políticas colocavam em xeque a unidade em torno de um projeto

de educação popular audacioso e atento aos movimentos do seu tempo. Nessa direção, Rocha (2011, p.69), aponta que essa indefinição também marcou outros departamentos: “percebe-se um MEB com muitos rostos, em várias direções, sem projetos, sem objetivos claros, sem identidade em sua ação socioeducativa”.

O relatório do Encontro Nacional de Coordenadores de 1984, já analisado nesta seção, evidencia esse debate levantado no encontro que aborda questões fundamentais que afetaram o MEB em sua trajetória, desde sua inspiração inicial até as questões internas de organização e prática educativa. Havia o seguinte apelo “mudança de feição do trabalho do MEB senão morre” (Relatório do Encontro de Coordenadores do MEB (1984).

Esses aspectos são importantes para entender os desafios enfrentados pela entidade como um todo e, em específico, o MEB de Conceição do Araguaia. Diante dessas circunstâncias, a equipe do MEB Araguaia reconheceu que essa "mudança de feição" era necessária para que a instituição se situasse, historicamente, no contexto da época. Isso significava que o MEB precisava estar pronto para atender às demandas do “homem pobre” da região e para responder à necessidade de organização de movimentos sociais visando à mudança. Nesse sentido, a ênfase educativa foi direcionada para as organizações populares, como sindicatos, associações, grupos de agricultores, de saúde, de jovens e similares. Isso pode ser constatado na narrativa de Heloisa Andrade (2023):

Tinha uma coisa engraçada. Quando a gente fazia relatório[...] momento mesmo de maior da luta pela terra, que a nossa prática era uma e o MEB (nacional) tinha outra demanda. E a gente brincava que a gente fazia para o MEB um relatório numa linguagem mebiana, que não era a linguagem dali. A linguagem mebiana é o bem comum e a luta... Sabe como assim? Você fala e não fala nada. Então, os relatórios que iam para o MEB nacional. Era uma linguagem mebiana. A CPT tinha uma linguagem bem mais realista. Podendo falar, dar nome aos bois. O MEB não podia dar muito nome aos bois. Certo? Então, a gente tinha que fazer uma ginástica para fazer os relatórios para o MEB nacional. E teve um momento também em que eles estavam tendo uma reforma administrativa, como a questão das relações de trabalho com os agentes do MEB e tal. E aí precisava de os agentes serem demitidos durante dois meses para depois serem readmitidos. E aí eu lembro que nós brigamos e bancamos, que a gente já estava abrindo... Por causa da luta pela terra, como que a gente ia ficar dois meses sem suporte institucional? E aí os bispos de Marabá e Conceição, assumiram a responsabilidade. E nós fomos os dois únicos sistemas do MEB no Brasil em que os agentes não foram demitidos. Porque o MEB de Marabá e de Conceição, realmente, tomou outro rumo em relação aos outros MEBs, em função dessa incorporação e proximidade com a luta pela terra e com a CPT. (Andrade, 2023).

O que Heloisa Andrade (2023) descreve acima é relativo ao engajamento da equipe do MEB Araguaia com as questões locais, principalmente as que envolviam os conflitos pela posse da terra. Havia, nesse período, uma orientação do MEB nacional para que a entidade voltasse a ter a sua inspiração inicial, o que explica a linguagem “mebiana” adotada nos relatórios a serem

enviados para o MEB nacional. Há identificação com as formas de lutas empreendidas pela CPT por se posicionar, claramente, na defesa dos posseiros e trabalhadores rurais e de outros grupos sociais que estavam germinando. Heloisa Andrade (2023) ainda esclarece que a linguagem “mebiana” não era só proforma, mas, naquela época, não era possível relatar todas as ações para Brasília, então enfatizava as atividades dos círculos bíblicos e dos trabalhos comunitários, voltadas também para uma pastoral mais popular. Também vale destacar a preocupação da equipe em se manter sob o suporte institucional do MEB, mediante o contexto político repressor que predominava na região do Sul da Amazônia paraense.

A narrativa ainda destaca a particularidade dos dois departamentos dessa região, o de Marabá e o de Conceição, os quais tinham à sua frente os bispos D. Alano Pena e D. José Patrick tidos como progressistas. Nessa direção, Rocha (2011, p. 68) esclarece que, durante o período que compreende 1964 a 1985, houve um isolamento por parte dos departamentos do MEB, se particularizando em cada diocese, assim ocorre o processo de “diocesanização” do MEB, que foi pautando a sua ação pedagógica numa postura tradicional ou libertadora, de acordo com os objetivos da Diocese na qual atuava”. Por conseguinte, pode-se afirmar que a vocação identitária do MEB de Conceição do Araguaia encontrava-se na vertente assumidamente progressista, desde a sua origem, com base nas narrativas já construídas até aqui.

É importante também destacar, para fins de contextualização, outra frente de atuação do MEB que, segundo Heloisa Andrade (2023), em 1982, diz respeito ao despertar para a participação na política partidária, após um longo período de recesso devido à ditadura. Durante o processo eleitoral desse ano, houve debates intensos sobre a participação dos educadores populares na política tanto dentro no Movimento MEB, quanto no Conselho Diocesano da Pastoral. Nesse momento, alguns supervisores do MEB se envolveram diretamente na coordenação de campanhas políticas. Posteriormente, essa atitude foi avaliada pela equipe e não houve uma definição clara de critérios nem preocupação com a autonomia dos espaços educativos. Logo, isso impactou, na concepção de parte dela, as ações na missão e nos princípios das organizações educacionais e pastorais. Sobre essa participação, Marilza Lopes (2023) discorre:

O MEB apoiou um prefeito local que estava ligado ao PMDB, e não tinha ainda o PT aqui. O PT foi depois desse processo. Apoiamos, assim, encampamos o processo eleitoral todinho, até a fiscalização, como fiscais, como mesários, como tudo, encampamos tudo. Foi uma participação estratégica. [...] E a gente também foi adquirindo, a consciência cada vez. Durante você se envolvendo, você vai percebendo os erros e acertos. [...]. O Paulo Fonteles⁷⁴ se apresentou, apoiamos ele como

⁷⁴Paulo Fonteles atuou como advogado pela CPT e foi eleito deputado estadual pelo PMDB em novembro de 1982, após receber 13.039 votos. Em 11 de junho de 1987, ele foi morto por pistoleiros perto de Belém (PA), devido ao seu apoio aos trabalhadores rurais na sua luta pela posse da terra no estado (Pereira, 2013, p. 54) e Pessoa (2019).

deputado. Ele tinha bastante inserção em toda a região, ganhou. Foi esse período que entramos de corpo e alma. Teve a questão das diretas, que foi um trabalho com as diretas. Nós fizemos em toda a região esse trabalho, com material pedagógico, discutindo a importância da participação política dos lavradores. Foi um trabalho muito intenso.

A narrativa de Marilza Lopes, além de destacar o trabalho desenvolvido na região, discutindo com os lavradores a importância da participação política, da eleição de representantes, com uso de material didático-pedagógico, evidencia que os agentes do MEB na região do Araguaia, ao lidar com os desafios locais da região Sul da Amazônia paraense, também foram incorporando a formação de alianças político-partidárias. Nesse processo, Mainwaring (2004) destaca que a maioria dos líderes leigos e da Igreja popular possuíam participação ativa nos partidos, escolhendo entre o PMDB e o PT.

O envolvimento desses agentes com os problemas e demandas locais possibilitou a construção de relações políticas com diferentes grupos da região. No entanto, ao se aproximarem desses organismos políticos, como exemplificado pelo departamento de Conceição do Araguaia, os leigos do MEB se viram envolvidos em disputas internas. A participação política dos membros do MEB não foi isenta de conflitos e tensões, relacionados a diferentes visões e interesses dentro do movimento e em relação aos partidos políticos locais. Por conseguinte, a atuação do MEB na região do Araguaia não apenas abriu espaço para a formação de alianças políticas, mas também expôs os desafios e complexidades envolvidos na participação política dos membros do movimento, incluindo a necessidade de lidar com disputas internas.

Dessa forma, trago, para o cerne dessa narrativa, esses fragmentos dispersos no espaço que compõem a história do MEB do Araguaia e que são importantes para a tese. A exemplo de alguns pontos: processo de redemocratização do país avançando, grande mobilização nacional pelas “diretas já” em 1984; mudança da direção na CDN por bispos de posição mais conservadora; divergências de cunho ideológico no seio próprio MEB Araguaia.

Diante disso, dois documentos problematizam a prática educativa do MEB, no âmbito da CDN e em âmbito local. O primeiro deles diz respeito ao Encontro Nacional de Coordenadores do MEB que ocorreu em Tianguá, no estado do Ceará em novembro de 1985, que fez parte do processo de avaliação com início em agosto de 1984. Em documento intitulado “Desafios da proposta do MEB no contexto pastoral da Igreja e da conjuntura nacional”, de autoria de Dom Paulo Eduardo Ponte, então Presidente Nacional do MEB, há importantes

abordagens do ponto de vista educativo, político e ideológico, que, à luz de interpretação da história cultural, possibilita a compreensão desse contexto com as experiências vivenciadas pelo MEB da Diocese de Conceição do Araguaia, o qual analiso a seguir:

No texto, Dom Paulo se propõe a “destacar e ressaltar os principais desafios que para o MEB ao procurar realizar a sua proposta junto da pastoral atual da Igreja e da conjuntura social nacional”, estabelece que a discussão se dará com base no tripé: MEB, Igreja e Conjuntura Nacional. Dom Paulo Eduardo discute os conceitos de evangelização e educação e como esses conceitos se relacionam com a Igreja e o MEB. Ele destaca que a igreja tem como missão principal a evangelização, considerando-a sua ação própria e específica. A educação, por sua vez, é vista como uma consequência da evangelização.

Em relação ao MEB, Dom Paulo afirma que sua principal função é educar, sendo essa ação própria de sua natureza. Para o MEB, a evangelização é vista como um prolongamento da educação, uma vez que a alma humana é, naturalmente, cristã. Assim, ele define, claramente, o papel de cada entidade. Após longa exposição sobre o que cabia a cada uma delas, sempre deixando claro que suas ações não excluía uma entidade da outra, visto que o MEB pertencia à Igreja e que, essencialmente, em primeiro lugar, deveria ser um órgão educador e só secundária e indiretamente, ser um órgão evangelizador, catequizador ou pastoral. Suscita então a questão: “o que dizer dos supervisores? Eles poderão ser não católicos, protestantes, indiferentes, não praticantes, marxistas? Poderão dar testemunho contrário aos valores do evangelho?” Diante dessas questões, ele defende que o MEB, por pertencer à Igreja, é uma instituição confessional, embora suas atividades específicas não sejam necessariamente religiosas. Portanto, os supervisores devem ser considerados agentes de pastoral e, conseqüentemente, devem ser católicos praticantes, comprometidos com sua fé e com o trabalho pastoral. Ainda acrescenta: “no mundo pluralista, tolerante e permissivo de hoje, isso pode criar dificuldades, como no caso das escolas católicas, mas é uma exigência para que o MEB seja ligado a pastoral da Igreja. Tudo mudaria se ele fosse desligado da CNBB. Haja vista o caso da CPT” (Ponte, 1985).

Claramente, a narrativa de Dom Paulo Eduardo deixa transparecer certo descontentamento com as ações dos supervisores e de seus departamentos (alguns pelo menos) e uma visão tradicional e teocêntrica da relação entre evangelização, educação, Igreja e MEB, refletindo uma perspectiva ortodoxa da fé cristã. Dom Paulo Eduardo coloca a evangelização como o propósito primário da Igreja, considerando-a sua ação mais essencial e específica. Isso reflete uma compreensão convencional da missão da Igreja, alinhada com a doutrina católica tradicional. Por outro lado, a concepção de que a principal função do MEB é educar, com a

evangelização sendo vista como um prolongamento da educação, pode ser entendida como eixo limitador do potencial do movimento de promover uma educação libertadora e crítica. Isso porque a ênfase exclusiva na educação pode negligenciar outras dimensões importantes do trabalho do MEB, como a promoção da justiça social e a defesa dos direitos humanos.

A questão levantada por Dom Paulo sobre a identidade dos supervisores do MEB é relevante e complexa. Ao questionar se os supervisores podem ter diferentes afiliações religiosas ou mesmo serem marxistas, Dom Paulo está, essencialmente, questionando a diversidade ideológica e as diferentes concepções que o MEB abarcava em seus departamentos naquela época. Como órgão pertencente à Igreja, os leigos do MEB eram católicos praticantes.

Transparece, no texto, uma questão que parece ser problemática para Dom Paulo Eduardo Ponte: o “mundo pluralista, tolerante e permissivo de hoje”, ou seja, uma certa dificuldade em lidar com as diferentes perspectivas e visões que coexistiam dentro do MEB e que, se ele não tivesse ligação com a pastoral da Igreja, a exemplo da CPT, essas questões seriam melhor digeridas. Vejamos outra parte do documento que vale a pena destacar:

(O MEB) Como órgão da Igreja ele não pode identificar-se com um só conduto ou instrumental ou partido político. **A igreja hoje não é favorável a nenhum partido político ou sindicato com a etiqueta de católico ou cristão.** Mas, isso não impede que a prática educativa do MEB possa contribuir para que tantos os supervisores como os educandos possam fazer conscientemente a sua opção político-partidária. Será um frequente desafio conciliar essas duas exigências. Sobretudo nesse início da Nova república, marcado por tantas eleições previstas. Acho que um supervisor pode permanecer no MEB, filiar-se a um partido político e militar no partido fora dos quadros do MEB; **mas, não vejo a possibilidade dele candidatar-se continuando supervisor [...].** No relacionamento com os Movimentos Populares encontra-se outro grande desafio na atual conjuntura nacional. Ora, no vasto campo dos Movimentos Populares surge o problema do pluralismo e das infiltrações ideológicas. Como o MEB, enquanto órgão da Igreja, vai comportar-se neste relacionamento? Como vai manter sua identidade confessional? Certamente não será isolando-se dos movimentos populares, pois seria o estrangulamento da educação de Base. [...]. **O MEB não é matriz de comunidade de base, não é delegacia sindical, não é célula do Movimento Popular,** mas um serviço de Igreja, inspirado nos valores evangélicos, que atende à comunidade de base, às formas associativas profissionais, ao movimento popular, dentro das metas limitadas da educação de base. (Ponte, 1985. **Grifos meus**).

Ao afirmar que o MEB não pode se identificar com um único partido político ou sindicato, Dom Paulo defende a necessidade de “neutralidade” política da instituição e também endossa que a Igreja não apoiava nenhum partido político ou sindicato naquele período, o que subentende que o MEB nacional havia adotado uma postura de neutralidade, já a Diocese de Conceição do Araguaia, conforme foi apresentado ao longo deste estudo, participou ativamente das organizações dos STRs da região Sul da Amazônia paraense, assim como nas eleições locais, apoiando os partidos tidos como oposição ao governo.

Outra posição bastante enfática de Dom Paulo Eduardo é quando ele afirma que um supervisor poderia se filiar a um partido político e até mesmo ser ativo politicamente fora do contexto do MEB. Ele não vê viabilidade ou possibilidade de um supervisor continuar exercendo sua função enquanto se candidata a um cargo político. Isso indica que o Bispo defende uma separação de papéis entre o engajamento político e as atividades no MEB. Ele demonstra também preocupação com o contexto da Nova República, especialmente com tantas eleições programadas e o desafio de conciliar as responsabilidades e os compromissos do MEB. No entanto, três anos após a realização desse encontro, em 1988, a coordenadora do MEB do Araguaia, Heloisa Smith Andrade, candidatou-se como vice-prefeita de Conceição do Araguaia, momento que ela considera “especial em que o Movimento Popular e Sindical mostrou sua força e combatividade no conjunto da sociedade local. A campanha foi disputadíssima e podemos considerar que os resultados foram além do esperado, visto a grande diferença de recursos” (Andrade 1991, p. 19). Percebe-se que, no movimento histórico, o MEB Araguaia ainda persistia em construir a sua própria narrativa.

Mainwaring (2004, p.171) observa que o ano de 1979 foi caracterizado pela reforma partidária, a qual trouxe consigo novos desafios para a Igreja Popular. Dentro desse contexto, surgiram dilemas diversos. Enquanto alguns líderes defendiam a separação da Igreja em relação aos partidos políticos, outros consideravam a questão tão relevante que demandava discussões nas CEBs. “Além disso, entre os militantes da Igreja popular havia decisões acerca de qual partido deveriam apoiar”. Ou seja, a abertura política alterou, significativamente, o panorama político do país, criando partidos e reconfigurando o cenário de disputa pelo poder. Isso também gerou debates no interior da Igreja, envolvendo o clero e leigos, conforme pode ser observado no texto em que Dom Paulo Eduardo expressa seu posicionamento contrário à participação de líderes leigos em se envolver com partidos políticos.

Com relação aos Movimentos Populares, Dom Paulo Eduardo foi mais enfático, destacando o desafio enfrentado pelo MEB em manter sua identidade confessional como parte da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que se envolve com os diversos movimentos populares, onde há pluralidade de ideologias e possíveis infiltrações ideológicas. Questiona ainda como o MEB deve agir nesse contexto para preservar sua identidade confessional, sem se isolar dos movimentos populares, já que o isolamento resultaria na inviabilidade da educação de base. Ora, essa reflexão indica a clara convicção de Dom Paulo de que o MEB, enquanto instituição da Igreja deveria priorizar princípios inspirados nos valores religiosos, no atendimento às comunidades de base e evitar o ativismo na luta por mudanças sociais e políticas, que são inerentes aos Movimentos Populares. Porém, em se tratando do departamento de Conceição do

Araguaia, houve um envolvimento potente dos agentes do MEB nos processos de lutas pelas demandas populares e também na organização desses movimentos.

Neste novo panorama que se subscreve, estavam postas as normas e condutas esperadas dos departamentos, dos coordenadores e supervisores. O que demonstra um paradoxo. O MEB, que tanto lutou pela abertura política, pela democracia, no ano de 1985, na efervescência da Nova República, com tantas possibilidades de se tornar ainda mais potente, encontrava-se em perspectiva. Voltemos ao MEB Araguaia e suas próprias lutas internas.

Em 1985 o MEB do Araguaia prioriza o trabalho com os Movimentos Populares Urbanos e o MOPS, que desempenhou importante papel neste ano, tornando-se o precursor da organização e do fortalecimento das Associações de Moradores de Conceição do Araguaia. O supletivo dinâmico ainda ocorria em alguns municípios, como também os cursos de capacitação ofertados às comunidades.

Este período foi marcado também pelas divergências internas, “com a chegada de um grande número de agentes da pastoral novos na Diocese” (Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia, 1993, p. 44), equipe da Pastoral da Terra assume uma nova prioridade da “organização política”. Contudo, a participação dos leigos no Conselho Diocesano da Pastoral (CDP) já vinha sendo questionado desde 1982, conforme consta no mesmo documento: “os leigos de base’ devem pertencer ao conselho paroquial” (Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia, 1993, p.55). Consta também que o MEB foi omitido em várias discussões nos registros das atas das reuniões do Conselho. Embora nas narrativas dos entrevistados, contenha sempre uma declaração de apoio por parte do Bispo Dom José à forma de atuação dos agentes do MEB.

No mesmo documento também são levantados questionamentos que coadunam com as reflexões propostas por Dom Paulo Eduardo, no seu discurso sobre os desafios do MEB como: relacionamento dos agentes da pastoral com partidos políticos, candidaturas no espaço da igreja e o relacionamento da CPT e equipe de formação política.

Contudo, o próprio CDP já havia chegado à conclusão de que estavam presentes no seio da diocese três linhas de pastoral de diferentes concepções: conservadora, moderada e progressista. E foi dentro desta perspectiva, que os diferentes grupos entraram em conflito. O grupo de formação política, composto pelos agentes que haviam chegado (padres redentoristas e agentes da pastoral), não tinham um bom diálogo com a equipe do MEB e da CPT. Heloisa Andrade (2023) assim descreve o momento:

Chegaram de um lado os padres redentoristas, e chegou de outro lado uma outra equipe formada para atuar junto com a CPT e o MEB, foi formado por Machado, Advogado, e tinha a mulher que eram militantes, eram do PT, mas de uma tendência muito radical. Então eles formaram uma equipe. E ao lado disso, a Pastoral, eu não sei[...] teve um projeto específico da Pastoral para fazer esse trabalho que a CPT e o MEB faziam. Eu não sei se era para dar mais força, porque a região cresceu muito e tudo, exatamente porque esse projeto eu teria de ler novamente. E aí o que aconteceu? O Machado, com um projeto político que ele não falava, conseguiu ganhar os padres redentoristas e esse outro grupo que tinha... Porque o Machado também estava nessa equipe nova que surgiu, como advogado. E aí foi aquela questão das questões subjetivas interferindo nos objetivos da luta política, porque as irmãs sem experiência, vendo que o MEB e a CPT e os franceses (padres) eram muito proativos e eram uma força muito grande na Diocese, não só na realidade social, esse outro grupo ganhou aqueles que se sentiam mais por fora do processo (Andrade, 2023).

A narrativa de Heloisa Andrade (2023) destaca como João José Machado, com seu projeto político que não era explicitamente mencionado, conseguiu conquistar os padres redentoristas e outros membros do grupo da pastoral. Isso levou a uma divisão na Diocese, com dois grupos fortes disputando espaço e formas de atuação. Essa competição interna gerou um período de tensões e conflitos significativos na Diocese.

Isso pode ser constatado no segundo documento que analiso mediante o contexto dos conflitos internos ocorridos no MEB Araguaia. Ele foi elaborado pelo grupo de João José Machado⁷⁵, intitulado: “As águas do Araguaia continuam”, de 1988, e anuncia a redefinição da fisionomia da Igreja, na busca de uma maior e efetiva participação, o que não ocorre de forma linear e tranquila e requer o enfrentamento de obstáculos estruturais, de valores e de mitos referenciados. Vejamos alguns fragmentos:

[...] não desvinculado de um contexto que é histórico e global, este fenômeno coloca em parte o fenômeno do pluralismo e da autonomia dos setores populares. Isso frente não só aqueles que constam como seus opressores concretos, mas igualmente aos que constam como seus aliados. Neste sentido, movidos pela ação da Igreja que estimula movimentos sociais, oposições sindicais e criação de entidades representativas como associações de moradores e lavradores, grupos de cultura e outros, bem como a entrada no espaço partidário, os trabalhadores e leigos em geral, foram desnudando mecanismos de controle que esvaziavam seu poder de decisão e mesmo de organizações populares. Assim foram criando suas próprias práticas, inclusive a partir de questionamentos e sérias críticas à Igreja. Ela, se por um lado se apresentava como espaço de gestação do processo de libertação e autonomia popular, por outro, se anulava internamente, submersa numa visão de mundo não plural, mas hegemônica, e na relação com o povo, exercendo controle e suplência.

São explícitas as críticas advindas do grupo em relação ao que denomina de hegemonia dos agentes da pastoral até então constituída na Diocese de Conceição do Araguaia e afirma que, apesar desses agentes defenderem o pluralismo e autonomia dos setores populares,

⁷⁵ Autores do documento: Advencil Candido Siqueira (Sindicalista), Antônio José dos Santos (Líder Comunitário), Felipe Alves de Macedo (Sindicalista), Geraldo Magela Ribeiro (Padre), João José Machado de Carvalho (Advogado) Joaquim Daniel Alves Barbosa (sindicalista), José Pinheiro de Quadros (Sindicalista), Luiz Marcos de Macedo (Padre).

reproduzem os padrões de opressão. Ademais, seguem de forma mais dura enfatizando que a Igreja, ao estimular os movimentos sociais, resistências sindicais e o estabelecimento de entidades representativas, como associações de moradores e agricultores, grupos culturais e similares, assim como a participação no cenário político, possibilitou que os trabalhadores e membros leigos em geral fossem revelando e desvendando métodos de controle que minavam sua capacidade de tomar decisões e até mesmo de organizações populares. Noutras palavras, as práticas dos agentes da pastoral (MEB e CPT) constituem-se em estratégias de dominação (Certeau, 2014) direcionadas a aqueles que deveriam, *a priori*, transformar em indivíduos autônomos. Ou seja, para os autores, se por um lado, a Igreja (Diocese de Conceição do Araguaia) se apresenta como um processo de libertação, por outro lado, está imersa em uma visão de mundo que não é diversa, mas sim hegemônica influenciada pelo grupo já constituído que busca manter as estruturas de poder. Continuam:

Esta visão totalizadora na compreensão da pastoral popular, de sua relação com a hierarquia, como os movimentos sociais e formas de organização, lutas e estratégias dos trabalhadores se resguardam do questionamento de outros setores da pastoral e das organizações sindicais, populares e partidárias. [...] A gravidade da situação vivida no trabalho da Diocese (Conceição do Araguaia), a existência de mecanismos formalmente constituídos como as assembleias paroquiais e diocesanas do povo de Deus, que tecnicamente, se prestariam a isto, na verdade escondem a existência de um poder hegemônico centrado em entidades e pessoas.

Para os autores, o conjunto de agentes de pastoral e profissionais liberais chamados pela Diocese para as carências internas em atendimento às demandas populares, ao questionarem a prática já instalada, faz emergir o confronto e a estrutura de dominação dos grupos já existentes. Tecem críticas ao Bispo, que “protege” essa estrutura, emprestando sua autoridade, não admitindo, na Diocese, outra visão ou prática pastoral ou política. Na concepção dos autores, essa visão totalizadora e autoritária não permite questionamentos acerca da sua prática enquanto pastoral, nem a pluralidade de ideias e, embora existam instrumentos que permitem a discussão, o diálogo, como as assembleias paroquiais e diocesanas e outros mecanismos, eles apenas reproduzem as estruturas de poder já existentes. Embora no documento não se mencione nominalmente aos agentes ligados ao MEB e a CPT, há clara referência a estas entidades.

O documento também expressa que a gravidade da situação na Diocese de Conceição do Araguaia residia no fato de que a mudança do foco de uma defesa da ordem para uma defesa da transformação não foi acompanhada por uma distribuição correspondente de poder internamente, nem por concepções verdadeiramente inovadoras sobre as formas de organização da sociedade. Críticas também se dirigem à postura do Bispo, vista como parcial e complacente com o grupo que consideram hegemônico e de que ele buscava apoio nesse grupo, em vez de

caminhar lado a lado com todos. Além de considerarem que sua postura burocrática e discreta entre os agentes e o povo foram vistas como impedimentos para que ele acompanhasse, verdadeiramente, a jornada da Igreja que liderava.

Outra questão que abordam no texto é que o bispo restringia seu acesso a poucos agentes da pastoral, o que o impedia de resolver as questões mais emblemáticas do conflito. Na visão do grupo, embora a Diocese de Conceição do Araguaia não tenha, explicitamente, se posicionado contra o projeto alternativo e complementar de trabalho e leitura da realidade, a impossibilidade de sua implementação levou a uma situação irreversível. Alguns leigos, profissionais liberais, irmãs e padres, por coerência com suas opções evangélicas, ideológicas e senso de ética, viram-se obrigados a deixar a Diocese. Outros, principalmente leigos e lideranças sindicais, por necessidade de sobrevivência, permaneceram, mas em situação de marginalização, insatisfação e instabilidade.

Do outro lado, Heloisa Andrade (2023) afirma que num primeiro momento, o Bispo Dom José achou que os agentes da pastoral já estabelecidos estavam com ciúmes dos “novatos”, no entanto, ao perceber que a questão era ideológica e política, com João José Machado como articulador principal, Dom José se tornou ainda mais reticente com relação ao grupo de João José Machado. O processo não estava tão ligado ao MEB, mas à CPT que, com Paulo Fonteles, formou uma geração de líderes sindicais, como João Canuto e Expedito. Essa geração migrou para o PCdoB, e Ricardo⁷⁶ iniciou a formação de uma segunda geração, aproveitando a base democrática proporcionada pela CPT, sem ideologia ou clandestinidade (Heloisa Andrade, 2023). Para o pe. Aristides Camio (1993, p.27), havia divergência explícita entre os dois grupos: “um grupo do Conselho supervalorizou as ‘CEBs, novo jeito de ser’. Tudo devia ser e passar pelas CEBs, numa visão eclisiocêntrica equivocada de neocristandade. Do outro, defendia-se a autonomia dos espaços; CEBs como espaço, ao lado do sindicato, do movimento popular, do partido, entre outros”.

Ora, era clara a disputa interna entre os agentes da pastoral na Diocese de Conceição do Araguaia, de cunho ideológico e político, conforme Andrade (2023) mesmo esclarece, e que estava mais ligada à CPT, do que ao próprio MEB, no entanto, envolvia a entidade e seus agentes por estarem tão ligados às mesmas lutas defendidas pela CPT. Lembrando, caro leitor, que entre 1984 e 1985 foi um período de efervescência no processo de redemocratização do país, de fortalecimento da oposição político-partidária e que repercutiu, diretamente, no interior

⁷⁶Padre Ricardo Rezende Figueira

da Igreja e nas discussões dos agentes das pastorais, aumentando ainda mais os conflitos já existentes.

Há de se considerar, nesse recorte temporal, o protagonismo do Bispo Dom José Patrick, no apoio às lutas empreendidas pelo MEB em conjunto com outras entidades, na Diocese de Conceição do Araguaia. Assumindo a diocese, após um longo período de gestão dominicana, sua nomeação que provocou uma certa desconfiança por parte dos agentes do MEB, conforme foi observado nas narrativas dos participantes deste estudo, não resultou em mudança de fisionomia do MEB, uma vez que Dom José não só apoiou, mas atuou em conjunto com a pastoral e seus agentes na defesa intransigente da população menos favorecidas da região, fossem do meio rural ou mesmo das regiões periféricas das cidades e vilas de alcance da Diocese.

Vale destacar que as práticas educativas do MEB do Araguaia não só possibilitaram, progressivamente, a democratização do conhecimento dos sujeitos rurais, mas também contribuíram para a formação e fortalecimento de movimentos sociais do campo e da cidade, em meio à resistência aos mecanismos de poder do Estado e do domínio econômico latifúndio. Considero que, neste recorte temporal (1979 a 1985), houve um redimensionamento dessas práticas, não mais importante do que as outras que foram discutidas ao longo deste estudo, mas talvez, o mais impactante, pelos diversos fatores ou fatos que demarcaram este período: o trabalho em conjunto com a CPT e aumento dos conflitos de luta pela terra na região; a organização da oposição sindical que culmina no fechamento da Rádio Educadora; organização de ato público em Xinguara, sendo o primeiro do interior, já no final do governo civil militar; formação do Movimento de Mulheres (trabalhadoras rurais e das periferias urbanas); criação do Centro de Cultura Popular do Araguaia; parceria de assessoria com o Movimentos Populares urbanos, como o MOPS; a organização, em parceria com outras entidades, do MLPA; articulação da participação dos movimentos populares nas eleições de 1982 e mobilização para a campanha das “Diretas Já”.

Ouso dizer que o MEB da Diocese de Conceição do Araguaia construiu, historicamente, o seu espaço, como postula Certeau (2014) que não é natural, é histórico e é produto das relações humanas. Constatou-se que o redimensionamento de suas práticas era definido pelas táticas utilizadas (a escolarização, a organização dos movimentos sociais e populares, assessorias, entre outros) para subverter a ordem social e escapar das estratégias utilizadas pelo poder dominante. Assim, essas práticas, ao serem narradas em documentos, escritos ou orais, vão se apresentando como as de um movimento de vanguarda, multifacetado, que foi se reinventando ao longo de sua existência.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A memória pendura-se em lugares, como a história pendura-se em acontecimentos.
(Pierre Nora, 1993, p.25)*

Em qualquer investigação acadêmica, o fechamento é uma parte crucial que resume as descobertas, reflete sobre o significado dos resultados e proporciona uma sensação de conclusão e integralidade ao trabalho. Contudo, o processo de produção de conhecimento é contínuo e inesgotável, pois cada análise ou conclusão alcançada por um pesquisador/narrador é apenas o início de novas indagações e reflexões sobre o objeto em estudo. Dito isso, ao longo desta investigação, abordei o Movimento de Educação de Base (MEB) no contexto histórico do Sul da Amazônia paraense, sob a jurisdição da Diocese de Conceição do Araguaia. Essa análise histórica e social é enriquecida pelo uso de fontes orais e documentais, que possibilitam uma compreensão mais aprofundada dos impactos e legados do MEB na região. Além disso, o uso da História Oral Temática permitiu focar em narrativas específicas sobre eventos vivenciados, proporcionando uma visão multidimensional e rica das práticas educativas e impactos do MEB na região.

No percurso do estudo, as práticas cotidianas de homens e mulheres (Certeau, 2014) que se dedicaram ao trabalho educativo do MEB ocuparam espaço privilegiado. O MEB, enquanto uma entidade com significado social e político em meio a um contexto de desenvolvimento econômico do latifúndio na região, desenvolveu práticas e representações (Chartier, 2002), moldando sua identidade como uma força de resistência. No estudo, amparado pela história cultural e pela memória de diferentes fontes (documentais e orais), busquei problematizar o passado do MEB do Araguaia, na perspectiva da educação como elemento emancipador de homens e mulheres comuns (Certeau, 2014), tendo em vista à preservação e à transmissão da memória coletiva do Movimento, conforme preconiza Nora (1993). Isso implica analisar e sintetizar os principais achados, contextualizando-os dentro do campo de estudo e reconhecendo sua relevância e implicações.

No constructo desta tese, busquei narrar a trajetória do MEB como uma iniciativa que surgiu e se desenvolveu em um Brasil que sempre negou o acesso das camadas populares aos seus direitos mais elementares, como saúde, educação, moradia e emprego. Assim, o MEB do Araguaia, num contexto em que continha todos esses condicionantes sociais, agregava outro que foi decisivo para o redimensionamento das práticas educativas desenvolvidas em vários momentos da sua existência: os conflitos agrários. Nessa perspectiva, as indagações surgidas

ao longo desta construção nem sempre obtiveram respostas objetivas, por vezes suscitaram novas questões que não puderam ser respondidas no limite deste texto.

Por certo, as práticas educativas do MEB possibilitaram, de alguma maneira, a democratização do conhecimento e a conscientização dos homens e mulheres do campo frente à estrutura de poder do Estado e de domínio econômico do latifúndio, entre os anos de 1962 a 1985, presentes nas experiências comunitárias de grupalização e no assessoramento de criação do sindicalismo rural, que fortaleceu os movimentos do campo, num ato de resistência contra a ordem social estabelecida, conforme se observa ao longo da tessitura deste trabalho. Assim, tornou-se essencial contextualizar, historicamente, o MEB para a interpretação dessas práticas educativas no âmbito específico dos lócus da pesquisa.

O Movimento foi, fortemente, influenciado pelo contexto de mobilização e politização no meio rural brasileiro, percebido pela Igreja como uma oportunidade para atuar efetivamente junto às populações carentes e manter sua influência entre os fiéis.

Nesse sentido, documentos da Igreja, como a encíclica do Papa João XXIII, *Mater et Magistra* e a *Pacem in Terris*, orientaram a Igreja globalmente, incluindo a América Latina, a se engajar em reformas sociais e econômicas, embora a postura conservadora da CNBB, às vezes, tenha resistido a essas mudanças. O MEB, portanto, não é visto como uma entidade homogênea, mas como uma rede de relações complexas que interagem e se influenciam mutuamente dentro do contexto sociopolítico e econômico brasileiro (Fávero, 2006; Kadt, 2007 e Wanderley, 1984). A história do MEB, especialmente em regiões como o Sul do Pará, é marcada por sua capacidade de adaptação e resposta às mudanças nas circunstâncias nacionais e locais, impactando, significativamente, as comunidades através das escolas radiofônicas e da promoção da integração cultural e econômica.

De acordo com Wanderley (1984), durante os anos 1950 e 1960, houve um esforço para integrar a Igreja mais diretamente às questões sociais e políticas, refletindo-se na formação da "Igreja Popular", que priorizava a justiça social e a ativa participação do laicato. O contexto histórico destacado é o período em que o papa João XXIII e o Concílio Vaticano II incentivaram a Igreja a engajar-se mais profundamente nas questões sociais, paralelamente à polarização ideológica no Brasil que antecedeu o Golpe de 1964.

Durante esse período, a Igreja enfrentou divisões internas, com uma ala conservadora resistente a mudanças e uma progressista, que apoiava reformas sociais e maior inclusão dos leigos. A Igreja começou a defender interesses de grupos marginalizados, como negros e indígenas, e a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Católica emergiram como influências do catolicismo progressista, impactando o MEB (Conf. Wanderley, 1984).

Nesse sentido, buscou-se entender o MEB não apenas em termos de sua estrutura e ações diretas, mas também como um fenômeno cultural que refletiu e moldou a sociedade no contexto em que atuou. Destaco a importância da história cultural como ferramenta para compreender e articular as experiências passadas e presentes, em um processo contínuo de reconstrução e interpretação do MEB. Pode-se afirmar que o MEB foi se firmando enquanto movimento ao implementar, nas suas práticas educativas, a sua “política cultural”, descrita por Certeau (2012) como um agrupamento de metas, recursos e atuações com graus variáveis de coerência que têm como finalidade a alteração de comportamentos conforme diretrizes ou normas específicas.

Nesse contexto, é imprescindível o papel das escolas radiofônicas, como objeto cultural (Maciel, 2019) e um meio de alcançar e integrar populações rurais, promovendo a educação e a consciência política. O MEB é visto então como parte de um movimento mais amplo dentro da Igreja, que se alinhava com as reformas de base e visava abordar os problemas estruturais do país, especialmente nas áreas menos desenvolvidas. Assim, as escolas radiofônicas formaram a base essencial do MEB, analisando sua implementação e impacto por meio de uma representação simbólica e prática (Chartier, 2002). As escolas eram vistas como instrumentos de transformação social, exigindo engajamento e participação comunitária em sua instalação e operação. Este processo começava com um "estudo de realidade" que investigava as condições locais e envolvia a comunidade e autoridades na identificação de monitores potenciais para as escolas.

Essas escolas, com supervisores e monitores, utilizavam espaços comunitários e equipamentos básicos, sendo replicadas em várias regiões do Brasil com adaptações locais. Focavam na alfabetização, conscientização, e animação popular, com supervisão contínua para ajustar programas às realidades locais. No entanto, a expansão enfrentou resistência, especialmente de proprietários de terras preocupados com as implicações políticas e sociais do MEB, que também se envolveu em questões sindicais e conscientização política, gerando controvérsias (Fávero, 2006; Kadt, 2007).

Importante destacar que o Golpe Militar de 1964 impactou, significativamente, o MEB, levando a uma redução de recursos e apoio, além de críticas e censura. Mesmo assim, o movimento persistiu e continuou a se adaptar às circunstâncias, mantendo seu compromisso com a educação e a conscientização das comunidades rurais. As estatísticas de participação e o alcance das escolas radiofônicas ilustram tanto o sucesso inicial quanto os desafios enfrentados pelo MEB ao longo dos anos, refletindo as tensões políticas e sociais do período (Wanderley, 1984).

Para conscientizar e mobilizar comunidades sem escolas radiofônicas, o MEB criou a Animação Popular (AnPo). As "caravanas populares" inicialmente visitavam áreas remotas para promover a conscientização. Em 1963, foi desenvolvido um programa estruturado para fortalecer o desenvolvimento comunitário e formar lideranças locais, abordando temas como distribuição de terras, crédito agrícola e representação política. O objetivo era discutir essas questões com líderes comunitários para estimular a ação transformadora (Rapôso, 1984).

Experiências como os "círculos de debate" em Recife e os "encontros" em Goiás demonstraram a eficácia da AnPo em envolver e mobilizar comunidades. No entanto, a execução enfrentou desafios, como a dificuldade de definir claramente a animação popular, a necessidade de maior comprometimento comunitário e problemas logísticos, como transporte e acesso (Alves, 2016). No Sul do Pará, o MEB utilizou as escolas radiofônicas para promover a educação e integrar cultural e economicamente as comunidades locais. No entanto, reconheceu-se que a rádio sozinha não era suficiente para uma educação abrangente, levando à adoção de outras estratégias, como a AnPo, para ampliar o impacto educacional e comunitário do MEB.

Nesse sentido, história do município de Conceição do Araguaia revela uma complexidade socioeconômica e política que contextualiza a atuação do MEB, destacando-se a formação demográfica diversificada e a economia baseada, inicialmente, na extração de recursos naturais. Com a construção de rodovias e a promoção da agropecuária durante o Regime Militar, a região experimentou transformações significativas, intensificando os conflitos por terra e colocando em destaque as questões agrárias. O MEB, ao operar em meio a esse cenário de disputas e mobilizações sociais, não apenas buscou promover a educação, mas também se engajou nas dinâmicas locais, contribuindo para o fortalecimento da conscientização e organização comunitária. Dessa forma, estudos sobre a Amazônia, como os de Pereira (2013) e Pessoa (2019), incluindo a análise da dinâmica territorial e social em Conceição do Araguaia, revelam a profundidade das relações entre a população e o território, marcadas por intensas disputas pela terra.

As políticas de colonização da Amazônia promovidas pelo Regime Militar a partir dos anos 1960 e a construção de infraestrutura rodoviária alteraram profundamente a dinâmica do local, estimulando a migração, a ocupação de terras e o surgimento de conflitos agrários. Conceição do Araguaia passou por um processo de desmembramento e reconfiguração territorial e política, refletindo a complexa interação entre desenvolvimento econômico, questões fundiárias e dinâmicas sociopolíticas (Feitosa 2003; Pereira, 2004; Pessoa, 2013). A atuação do MEB em Conceição do Araguaia e região insere-se nesse cenário de transformações.

O movimento se engajou no contexto local, atuando em sintonia com as lutas sociais e os movimentos sindicais, procurando alinhar sua prática educativa às necessidades e aos desafios enfrentados pela população. A experiência do MEB na região, portanto, não pode ser desvinculada das questões sociais e políticas mais amplas, refletindo a complexidade das relações entre educação, sociedade e território na Amazônia.

A partir de 1962, com a instalação de escolas radiofônicas em Conceição do Araguaia, o MEB se integrou a um contexto maior de resistência aos impactos negativos do modelo econômico autoritário e centralizador implementado pelos militares, que marginalizava as populações rurais em favor dos grandes latifundiários, o que contribuía para o aumento dos conflitos fundiários. Essas escolas radiofônicas, portanto, tornaram-se centros de aprendizado e mobilização social, desempenhando um papel vital na formação de lideranças comunitárias e sindicais. Neste cenário, o MEB de Conceição do Araguaia adotou práticas e representações político-pedagógicas que refletiam não apenas a diretriz nacional do movimento, mas também as particularidades e necessidades locais (Chartier, 2002). Essa abordagem permitiu uma adaptação ao contexto específico da região, considerando suas dinâmicas culturais, sociais e econômicas.

A Rádio Educadora do Araguaia foi concebida como um instrumento de educação e evangelização, atuando como um canal de comunicação para educar e informar a população rural, que vivia dispersa em uma região de difícil acesso. A programação incluía cursos de alfabetização, programas religiosos, informações sobre saúde, agricultura e outros temas relevantes para o desenvolvimento comunitário. A escolha dos supervisores e monitores era fundamental para a operacionalização das escolas radiofônicas. A Rádio Educadora do Araguaia destacava como missão promover a educação de base, mostrando a ambição do projeto de transcender a mera transmissão de conteúdo e atuar como agente de transformação social. As fontes (documentais e orais) indicaram que, além da educação formal, a rádio e o MEB se envolveram em atividades de promoção cultural e social, buscando fortalecer as comunidades rurais e estimular a sua participação ativa na sociedade.

A análise do período compreendido entre os anos 1970 e início dos 1980 revelou uma fase de transição e reestruturação do MEB em Conceição do Araguaia, marcada por mudanças estruturais e metodológicas em resposta aos desafios impostos pelo contexto político da Ditadura Militar Brasileira. Durante essa época, o MEB experimentou uma "mобralização", adaptando-se à nova realidade sem perder de vista seu objetivo de promoção da educação e conscientização popular, embora sob vigilância e pressão constantes das autoridades, conforme Gomes e Morais (2021).

Nesse período, o MEB se reorganizou, formando uma nova equipe de supervisores, que enfrentou dificuldades devido à falta de experiência e recursos. Apesar desses desafios, a equipe manteve o compromisso com a educação comunitária, ainda que com um foco mais restrito em virtude da repressão política. O material didático utilizado passou a ser mais alinhado com a realidade local, refletindo as questões específicas da região e fortalecendo a conexão com as comunidades atendidas. O Supletivo Dinâmico, implementado nessa fase, representou uma adaptação às necessidades educativas dos adultos, proporcionando uma formação básica que contemplava não apenas a alfabetização, mas também noções de cidadania e direitos. Essa iniciativa foi crucial em um momento em que a educação formal ainda era inacessível para muitos moradores da região.

A sindicalização dos trabalhadores rurais e o engajamento político em defesa da luta pela terra tornaram-se aspectos centrais do trabalho do MEB nessa fase, refletindo a influência da Igreja progressista, que adotou uma postura de defesa dos direitos dos mais pobres e marginalizados. Essa orientação reforçou a importância do MEB como um movimento comprometido com a justiça social e a transformação das condições de vida no campo (Conf. Documentos das Cúrias Diocesanas de Conceição do Araguaia e Marabá, e das narrativas dos participantes).

Nesse sentido, o fortalecimento dos movimentos sociais na região, com o apoio do MEB, contribuiu para a resistência à opressão e à exploração, fomentando a organização e a luta dos trabalhadores rurais por direitos e melhores condições de vida. O MEB, apesar das adversidades, desempenhou um papel fundamental na mobilização e conscientização das comunidades rurais, promovendo a educação como ferramenta de emancipação e transformação social (Souza, 2006; Alves, 2016).

O período abordado, entre os anos 1970 e o início dos anos 1980, representa um momento de intensa transformação e resistência na região do Araguaia, marcado pelo embate entre diferentes forças sociais, políticas e econômicas. Os agentes do MEB, inseridos nesse contexto, enfrentaram desafios significativos, buscando adaptar sua prática educativa à realidade local e às demandas emergentes da população rural. No decorrer desses anos, a região experimentou mudanças drásticas em sua configuração social e territorial, influenciadas pelo avanço do capitalismo latifundiário e pela política de povoamento e integração da região promovidos pelo Regime Militar. A consequente especulação fundiária, a expropriação de terras e os conflitos violentos remodelaram o perfil da população rural e intensificaram a luta pela terra, enquanto os agentes do MEB, na perspectiva de uma educação popular voltada para os direitos humanos, buscaram compreender o seu lugar de ocupação e as suas dimensões

político-econômico e social. (Conf. Documentos das Cúrias Diocesanas de Conceição do Araguaia e Marabá, e das narrativas dos participantes, Feitosa (2003; Pereira (2004 e Pessôa, 2013).

Nesse cenário, o MEB de Conceição do Araguaia, ancorado nos princípios da educação popular e alinhado com a doutrina social da Igreja, procurou atuar como um agente de conscientização e mobilização. Por meio de suas escolas radiofônicas e demais iniciativas educativas, o Movimento buscou fortalecer a capacidade crítica e organizativa dos camponeses, oferecendo ferramentas para que compreendessem e enfrentassem as injustiças e desigualdades que marcavam seu cotidiano. Nessa direção, a Rádio Educadora foi instrumento de consumo, utilizado pelos homens e mulheres comuns para definir novas práticas cotidianas (Certeau, 2014).

Paralelamente, a atuação conjunta do MEB com outras entidades, como a CPT, reforçou o compromisso da Igreja com a defesa dos direitos dos mais pobres e marginalizados. Essas parcerias ampliaram o alcance e a eficácia das práticas educativas e mobilizações contribuindo para o fortalecimento dos movimentos de resistência e para a articulação de demandas coletivas por justiça e igualdade (Pessôa, 2019). A prática educativa do MEB na região do Araguaia não se limitou à transmissão de conteúdos pedagógicos, mas se inseriu em um contexto de lutas e resistências, assumindo uma dimensão claramente política. Ao engajar-se nas questões agrárias e sociais da região, o MEB contribuiu para a formação de uma consciência crítica entre os camponeses e apoiou suas reivindicações por direitos e dignidade. Sua atuação configurou uma ação tática frente às estratégias de dominação impostas pelo regime civil-militar (Certeau, 2014).

A pesquisa desvelou que, no período que compreende 1970 e início dos anos 1980, o MOBREAL foi instituído como uma estratégia governamental para a alfabetização e educação continuada de adultos, visando atender as demandas de desenvolvimento e modernização do país. Por outro lado, o MEB, que tinha uma abordagem mais crítica e voltada para a conscientização e transformação social, precisou se adaptar ao contexto político repressivo, limitando seu potencial transformador. A repressão e censura impostas pelo Regime Militar afetaram diretamente as práticas educativas do MEB, levando ao que foi descrito como "mobrealização" do movimento. Apesar dessas limitações, o MEB continuou a atuar em comunidades rurais e urbanas, buscando adaptar suas práticas na nova realidade (Conf. Documentos das Cúrias Diocesanas de Conceição do Araguaia e Marabá, e das narrativas dos participantes).

Foi possível constatar que o movimento se reorientou para a educação supletiva, buscando atender às necessidades educacionais de adultos e jovens fora do sistema regular de ensino. As escolas radiofônicas, inicialmente um meio eficaz de alcançar áreas remotas, perderam força devido à censura e ao controle do conteúdo, e o MEB passou a priorizar o ensino presencial por meio do supletivo dinâmico. No entanto, a prática educativa do MEB do Araguaia, mesmo sob intensa vigilância estatal, manteve sua trajetória voltada para conscientização, liberdade e emancipação de homens e mulheres da região rural. Esse compromisso era manifestado de forma menos explícita do que nos primeiros anos, mas ainda significativo no contexto de resistência contra as estruturas políticas e sociais dominantes.

Dessa forma, as transformações na região, impulsionadas por políticas estaduais favoráveis ao latifúndio e prejudiciais ao pequeno agricultor, refletiam-se, diretamente, nas atividades educativas do MEB, que adaptava seus conteúdos e métodos à realidade local, em uma abordagem que valorizava o contexto cultural e social dos educandos. Em consequência, os materiais e diretrizes didáticas nacionais do MEB eram recontextualizados para atender às especificidades locais, refletindo um esforço de adaptação e resistência à homogeneização e às imposições externas e, nesse contexto, os supervisores do MEB “exercem a função de agentes culturais”, conforme assevera Certeau (2012, p.195).

Por meio do acesso aos documentos juntados e das narrativas dos supervisores, observei que as práticas educativas do MEB em Conceição do Araguaia, durante período de 1979 a 1985, voltaram-se principalmente para a assessoria e o apoio a movimentos sociais e organizações populares, muitas delas vinculadas ou não à Igreja Católica, diminuindo a atuação na escolarização. Com o redimensionamento dessas práticas, embora o MEB continuasse a realizar o Supletivo Dinâmico, a prioridade de sua atuação se deu de forma intensa na formação política e no suporte a movimentos sociais e comunitários, o que refletiu na adaptação às necessidades e desafios enfrentados pela população local, incluindo lutas pela terra e direitos trabalhistas, bem como a organização de sindicatos e associações.

Nesse contexto, MEB articulava suas atividades com as realidades locais, empregando métodos que permitiam uma maior participação e engajamento comunitário. São destacadas iniciativas como a criação de hortas comunitárias e cursos de capacitação, demonstrando a preocupação em responder às demandas sociais e econômicas das comunidades atendidas. Como também a assessoria a Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e sua participação ativa no Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia (MLPA), a organização do Movimento de Mulheres, a criação do Centro de Cultura Popular (CCPA) e o fortalecimento do Movimento Popular de Saúde (MOPS).

O MEB, junto com a Igreja Católica e outras entidades, apoiou a formação e fortalecimento de sindicatos que representassem, genuinamente, os interesses dos trabalhadores rurais. A parceria com a CPT foi crucial para o engajamento maior do MEB em lutas relacionadas à terra, saúde e educação nas áreas rurais, marcando uma mudança na atuação do movimento, que passou a ter menos foco em escolarização e mais em ações comunitárias e políticas.

Diante do exposto, o MEB desenvolveu uma abordagem de bricolagem em relação à estrutura de poder dominante, empregando táticas que se alinhavam com seus próprios interesses e normas (Certeau, 2014). Dessa forma, conseguiu realizar ações, embora sutis (às vezes, nem tanto) que lhe permitiram se destacar diante das diversas imposições que lhe eram imputadas. Vale destacar que os conflitos pela terra no Baixo Araguaia e a luta pela retomada dos sindicatos que ilustram a importância dessas ações educativas e de formação. A resistência contra a intervenção estatal nos sindicatos e a luta pela retomada do STR em Conceição do Araguaia, em particular, destacam o engajamento e a contribuição do MEB e da CPT nesse processo de mobilização e organização sindical.

É preciso ressaltar, neste estudo, o papel preponderante da Rádio Educadora de Conceição do Araguaia e a sua relação intrínseca com as práticas culturais, sociais e políticas na região Sul da Amazônia paraense. A rádio, desde sua criação, serviu como um canal vital de educação e comunicação para as comunidades rurais e urbanas da região, transcendendo sua função inicial de alfabetização para se tornar uma ferramenta de mobilização e conscientização política. A Rádio Educadora não somente disseminava informações, mas também oferecia um espaço em que a população local podia reinterpretar esses conteúdos com base em suas experiências, promovendo assim uma forma de resistência cultural.

Entretanto, a influência da rádio e seu alinhamento com movimentos progressistas e a Igreja Católica a colocaram em rota de colisão com o Regime Militar, resultando em sua eventual interdição. Os esforços para legalizar a rádio encontraram repetidos obstáculos e resistências, evidenciando a tensão entre as forças progressistas na região e o regime de governo autoritário. O fechamento da Rádio Educadora foi um golpe significativo para a comunidade, simbolizando a repressão do Regime Militar e a perda de um importante instrumento de educação, comunicação e mobilização. Esse evento marcou uma mudança no cenário social e político da região, afetando as dinâmicas locais de resistência e organização. Além de sua contribuição à educação, a Rádio Educadora também serviu como um meio para fortalecer a organização sindical e apoiar movimentos sociais. O fechamento da rádio não somente

silenciou uma voz importante na região, mas também refletiu os conflitos e desafios enfrentados pelos movimentos de resistência durante esse período turbulento na história do Brasil.

No contexto dos conflitos agrários no Sul da Amazônia paraense, o MLPA surgiu como uma resposta coletiva à prisão de líderes religiosos e trabalhadores rurais após um confronto em Cajueiro, refletindo a intensa disputa de terra e o clima de repressão política na região. Esse movimento, que ganhou dimensão nacional e internacional, representou uma forma organizada de resistência contra as injustiças e violações dos direitos humanos perpetradas pelo Regime Militar, utilizando diversas plataformas de comunicação e ação para divulgar sua causa e mobilizar apoio (Ribeiro, 2018).

Os eventos que desencadearam a criação do MLPA ilustram as tensões latentes na região do Araguaia, onde a luta pela terra era marcada por confrontos e violência, muitas vezes com a intervenção direta de agentes estatais. A prisão dos padres e posseiros sob acusação de subversão exemplifica o uso da Lei de Segurança Nacional como instrumento de repressão política, visando silenciar e punir aqueles que desafiavam a ordem estabelecida e lutavam por direitos fundamentais, conforme Ribeiro (2018) e Pessôa (2019).

A participação ativa do MEB e de outras entidades, como a CPT, em apoio ao MLPA, reflete o engajamento desses grupos na defesa dos direitos humanos e na luta por justiça social. Essa mobilização também destacou o papel da Igreja e de outras organizações religiosas na articulação política e no apoio às comunidades afetadas pelos conflitos de terra. O MLPA utilizou uma variedade de estratégias para chamar a atenção para a causa dos presos, incluindo a publicação de boletins, a organização de atos públicos e palestras, além da mobilização de apoio internacional. Essas ações foram fundamentais para criar uma narrativa alternativa que contestava a versão oficial dos eventos e destacava a repressão sofrida pelos trabalhadores rurais e seus aliados. A libertação dos presos e o reconhecimento das injustiças que sofreram foram vitórias significativas para o movimento, simbolizando um triunfo da solidariedade e da resistência coletiva contra a opressão (Camio, 2010).

Outra questão que o estudo revela diz respeito aos conflitos internos e divergências ideológicas dentro do MEB e entre o MEB e outras entidades da Igreja, particularmente no contexto do processo da redemocratização e das mudanças políticas e sociais no Brasil que ocorria no início dos anos 1980. Esses conflitos são vistos como desafios à identidade e à missão educativa do MEB, exigindo reflexões e adaptações às novas realidades políticas e sociais. O engajamento dos agentes do MEB do Araguaia com as questões e necessidades locais facilitou a formação de laços políticos com variados grupos da região, o que levou seus membros a se

envolverem em conflitos muitas vezes oriundos de divergências de opiniões e interesses tanto no interior do Movimento quanto com os partidos políticos da localidade.

Em relação aos conflitos internos no MEB nacional, havia uma recomendação clara de que o movimento não deveria se associar a um partido político ou sindicato específico, enfatizando a importância de uma política de "neutralidade" para a instituição (Ponte, 1985). Tal postura visava, em parte, exercer um controle sobre departamentos do MEB que eram considerados mais politicamente ativos, como o da Diocese de Conceição do Araguaia que, conforme foi retratado neste estudo, esteve fortemente envolvido com os STRs e também participou nas eleições locais, apoiando partidos que opunham ao governo.

No que diz respeito às divergências internas no MEB do Araguaia, são explícitas as críticas advindas de um novo grupo de padres e leigos que passaram a compor o Conselho Diocesano da Pastoral (CDP) em Conceição do Araguaia. Denominaram como hegemônica a atuação dos agentes da pastoral até então incluídos na Diocese e afirmaram que, apesar desses agentes defenderem o pluralismo e a autonomia dos setores populares, reproduziram os padrões de opressão, revelando e desvendando métodos de controle que minavam sua capacidade de tomar decisões e, até mesmo, dessas organizações populares. No entanto, depreendeu-se, neste estudo, que esse conflito estava mais relacionado à CPT do que diretamente ao MEB. Porém, tanto a CPT como o MEB estavam interligados devido ao seu envolvimento nas mesmas causas e lutas.

É importante notar que o período entre 1984 e 1985 foi marcado por uma intensa atividade política, contribuindo para o processo de redemocratização do Brasil e o fortalecimento de forças político-partidárias opositoras, o que teve impactos significativos dentro da Igreja e intensificou as disputas entre os agentes das pastorais.

Por fim, quero enfatizar a importância da subjetividade nas narrativas orais, destacando o valor dos testemunhos pessoais para entender não apenas os eventos históricos, mas também as aspirações, crenças e interpretações dos envolvidos. Esses testemunhos vivos lançaram luz à prática educativa do MEB em um contexto de significativas transformações sociais e culturais no Sul paraense.

Sem a intenção de esgotar este assunto, posso afirmar que o MEB da Diocese de Conceição do Araguaia, efetivamente, criou seu próprio espaço histórico. As redefinições das práticas educativas do MEB foram moldadas pelas táticas adotadas - como a escolarização, a mobilização de movimentos sociais e populares e a prestação de assessoria - com o objetivo de desafiar a ordem estabelecida e resistir às imposições do poder dominante. Dessa forma, essas práticas, quando documentadas, quer por meio de textos, quer por meio de narrativas orais,

passam a ser reconhecidas como ações de um movimento de vanguarda que pôde se adaptar e reinventar ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO, Ione Gomes. **O Movimento de Educação de Base em Goiás e o papel dos intelectuais-monitores (1961-1964)**. Goiânia, 2012. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2012.
- ALVES, Kelly Ludkiewicz. **Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco**. São Paulo, 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.
- ALBERTI, Verena. **Manual da História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. *In: Seminário de História Oral*, 2., 1996, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Belo Horizonte: UFMG, 19 a 20 set. 1996. p. 1-13. [Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”]. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- ALMEIDA, Manuel Martins. **Revelando o Rosto de Deus na Terra das Bandeiras Verdes: Centenário da Diocese de Conceição do Araguaia**. 2011.
- ANDRADE, Heloisa Shimidt. **Entrevista concedida** a Darlene Araújo Gomes. Conceição do Araguaia, Pará, 04 de junho de 2021 e 21 de junho de 2023.
- ANDRADE, Heloisa Schmidt de. Uma experiência de educação popular no Araguaia (**Memorial**). Conceição do Araguaia, out. 1991. Acervo Particular.
- ANDRADE, Heloisa Schmidt de; RODRIGUES, Solange dos Santos (orgs.). **Avaliação da Diocese de Conceição do Araguaia 1976-1992**. Conceição do Araguaia: Equipe de Assessoria – ISER, 1993.
- AUDRIN, José M. **Entre Sertanejos e índios do Norte**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício César Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. Acesso em 22 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc/?format=pdf&lang=pt>
- _____. A educação popular na área da Saúde. Interface – **Comunicação, Saúde e Educação**. v.5, n.8, fev. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/10.pdf>, Acesso em 10 de abril de 2021.

BEZERRA, Viviane Prado. **“Porque se nós não agir o pudê não sabe se nós isiste nu mundo” - O MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960-1980)**. Fortaleza, 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2008.

BORGES, Débora Roberta. **Movimento de Educação de Base: ação e repercussão em Mato Grosso na Década de 1960**. Cuiabá, 2012. 132f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, 2012.

BURKER, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge.; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

CAMIO, Aristide. **Baixo Araguaia 1978-1985**. Acervo pessoal de Heloisa Andrade, 2010.

CAPONI, Sandra. **Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal**. Estudos Avançados, v. 34, n. 99, 2020.

CARTA ENCÍCLICA MATER ET MAGISTRA DE SUA SANTIDADE JOÃO XXIII disponível em https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html. Acesso em: 20 de setembro 2021.

CASTANHO, Sergio Eduardo M. Memória, História e Educação. **Revista HISTEDBROnline**, Campinas, n. 67, p. 154-164, mar 2016 – ISSN: 1676-2584. Acesso em: 20 de setembro 2021.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA – CEDIC. **Movimento de Educação de Base – MEB/Documentos Legais – Apostila 1/Série A – Fundo MEB.– PUC – SP – 1961-1965**. Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/1_apostila-documentos-legais.pdf. Acesso em: 16 mai. 2021.

CERTEAU, Michel de. **Culturas no plural**. 7 ed. São Paulo: Papyrus: 2012.

_____. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2014.

_____. **A Escrita da História**. 3. ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

CHARIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CHAVES, Luciano Gutemberg Bonfim. **Entre o evangelho e a revolução: ações educativas realizadas na cidade de Crateús-CE, no período de 1964 a 1971, sob a orientação de Dom Antonio Batista Fragoso**. Fortaleza, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará.

COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA. A Rádio Educadora do Araguaia – Conceição do Araguaia-PA. In: **Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas, Belo Horizonte, s/d**(Dominicanos-Brasil).

CÚRIA DIOCESANA DA DIOCESE DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA/PA. **Livro ata:** Reunião do Conselho Diocesano – 21/07/1966. Arquivo Cúria Diocesana da Diocese de Conceição do Araguaia/PA.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. História oral e narrativas: tempo, memória e identidades. **VI Encontro Nacional de História Oral** (ABHO). Conferência de Abertura. História Oral, 6, 2003, p. 9-25.

DI PIERRO, Maria Clara; HADDAD Sérgio, **Considerações sobre educação popular e escolarização de adultos no pensamento e na Práxis de Paulo Freire**. Seção Comemorativa – Paulo Freire 100 anos, Ensaio. Educação e Sociedade. n. 42, 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.255872>

FARGE. Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **Análise da sustentabilidade na produção familiar no sudeste paraense: o caso dos produtores de leite do município de Rio Maria**. 2003. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Belém: Universidade Federal do Pará, 2003.

_____. **Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira: o assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira / Terezinha Cavalcante Feitosa**, 2011. 260f. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2011.

FILHO. José Pereira Peixoto. **A travessia do popular na contradança da educação: o Movimento de Educação de Base – análise da experiência em Goiás**. Rio de Janeiro, 1985. Dissertação (Mestrado) Instituto de Estudos Avançados em educação, Fundação Getúlio Vargas, 1985.

FONSECA, Adil Brites Guimarães. **A representação da cultura popular nordestina: o Movimento de Educação de Base (MEB), no Rio Grande do Norte, 1961 a 1965**. Salvador, 2009. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009.

FREIRE, Paulo **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. Educação como prática da liberdade. 55 ed. Rio de Janeiro, 2023.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLAIS, Estevão. M. **O Apóstolo do Araguaia**: Frei Gil de Vilanova. Adaptação Portuguesa por Frei Secondy e Soares de Azevedo, Prelazia de Conceição do Araguaia. 1942.

GERMANO, José Willigton. **Estado Militar e Educação no Brasil – 1964/1985** – um estudo sobre a política educacional. Campinas, 1990. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. 1990.

GONZALEZ, Jeferson Anibal. **Cultura, educação popular e transformação social nas formulações do MEB e do CPC (1961-1964)**. Campinas, 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). **História oral**, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2006. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/189>. Acesso em: 15 de março de 2021.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais do Brasil**. – Brasília: UNESCO, MEC, 2007. 332 p. – (Coleção educação para todos; 17).

KOLLING, Edgar J.; IRMÃO NÉRY; MOLINA, Mônica C. (Orgs.). **Por uma Educação Básica do Campo**. 1999.

KOHAN, Wo. Há um método Paulo Freire? **Debates em Educação**. v. 13, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/11994/9078>. Acesso em 08 de maio de 2022.

KREUTZ, Lúcio. **Os movimentos de Educação Popular no Brasil, de 1961-1964**. Rio de Janeiro, 1979, Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1979.

LANDIM FILHO, Raul (1963). Educação e conscientização. Rio de Janeiro, MEB, Mimeo. (Documentos de Estudo).

LIMA, Alex Costa; PEREIRA, Airton dos Reis. **Estado, Igreja e Posses**: as histórias não contadas da atuação da igreja católica na resistência camponesa nos conflitos pela posse da terra em São Geraldo do Araguaia –Pará. 2018. Disponível em http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1523101089_ARQUIVO_Artigo.Alex.Costa.lima.historiaoral.2018.pdf. Acesso em 20 de abril de 2021.

LOPES, Marilza Santos. **Entrevista concedida** a Darlene Araújo Gomes. Conceição do Araguaia, Pará, 16 de junho, 30 de junho de 2021 e 28 de julho de 2023.

MACIEL, Rogerio Andrade. **Cultura material escolar e as representações de educação no Sistema Radiofônico para os Caboclos "Ingênuos" na Prelazia do Guamá (1957-1980)**, 2019. 353f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Pará. 2019.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MEIHY. José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEMORIAL CESAR LEITE. Infiltração subversiva no Movimento de Educação de Base (MEB) de Conceição do Araguaia/PA- ACE Nº 2438/82. **Documento do Serviço Nacional de Inteligência, 1971** (SNI). Disponível em: http://memorialcesarleite.com.br/dossies_sni/423. Acesso em mar. 2022.

MEMORIAL CESAR LEITE. Infiltração subversiva no Movimento de Educação de Base (MEB) de Conceição do Araguaia/PA- ACE Nº 2438/82. **Documento do Serviço Nacional de Inteligência, 1977** (SNI). Disponível em: MÍDIA, REVOLUÇÃO E MOVIMENTOS POPULARES [recurso eletrônico]: casos do Brasil e de Portugal / Adriano Gomes, Carla Baptista (organizadores). – Dados eletrônicos – Natal, RN: EDUFRN, 2021. http://memorialcesarleite.com.br/dossies_sni/427 Acesso em mar.2022.

MENESES. João Paulo Dias de. **O Movimento de Educação de Base no Período 1961-194: qual a perspectiva de direitos humanos?** Recife,2017. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

MENESES, Ricardo Fernandes de; SOARES, Adilson; CAMARGO, Iara Alves de. Panorama Internacional sobre o Enfrentamento à Pandemia de Covid-19 no ano de 2020, Revista **Humanidades e Inovação, v.8, n.35**. 2021.

MORAES, Denise Rosana da Silva; SILVA, Luciane Cristina. Educação em tempos de pandemia: desafios à formação docente. **Revista Humanidades e Inovação v.8, n.62**, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4283>. Acesso em: 20 de janeiro 2022.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. Documentos Legais – Apostila 1/série A – Fundo MEB. In: **Acervo do Centro de Documentação Professor Casemiro dos Reis Filho** (CEDIC – PUC – SP – 1961-1965). Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/1_apostila-documentos-legais.pdf Acesso em: 16 mai. 2021.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE – MEB. I Encontro Coordenadores-Planejamento. In: **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação Educação, Sociedade e Cultural** (NEDESC – UFG - GO, 1962). Disponível em: https://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave Acesso em: 08 abr. 2021.

_____. Relatório de Animação Popular. In: **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação Educação, Sociedade e Cultural** (NEDESC-UFG-GO, 1965). Disponível em:
https://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave Acesso em: 11 abr. 2021.

_____. Realidade Brasileira – Luiz Eduardo W. Wanderley. In: **Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação Educação, Sociedade e Cultural** (NEDESC - UFG-GO, 1962). Disponível em:
https://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. O MEB em cinco anos – Parte 2. In: **Centro Memória Viva** (Portal de Acervos Arquivísticos – UFG, 1961-1966). Disponível em:
<https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-036>. Acesso em 07 mar. 2021.

_____. Estudo de Área - Série A - Apostila 3. In: **Centro Memória Viva** (Portal de Acervos Arquivísticos – UFG, 1962). Disponível em: <https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-089>. Acesso em 12 dez. 2021.

_____. O Monitor - Série A - Apostila 4. In: **Centro Memória Viva** (Portal de Acervos Arquivísticos – UFG, 1962). Disponível em: <https://memoria.cidarq.ufg.br/index.php/meb-rt-ins-mno-090>. Acesso em 07 mar. 2021.

NORA, PIERRE. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dezembro de 1993, p. 07-28.

NÓVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em:
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300402
 >Acesso em: 22 set. 2022.

PAPA JOÃO PAULO II. **Discurso aos índios mexicanos reunidos em Cuilapán**. Cuilapán, México, Segunda-feira, 29 de janeiro de 1979.

PASAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, Airton dos Reis. A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado Mediação e Conflito na Região Araguaia Paraense. **Ruris**, v. 2, n. 2 | setembro de 2008. DOI 10.53000/rr.v2i2.674

PEREIRA, Airton dos Reis. **O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista – Viçosa**, 2004. 205f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Viçosa, 2004.

_____. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo.** Recife, 2013. 278 f. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985.** 2013, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2013.

_____. **Ao cristão é proibido ter medo: a trajetória da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no sul e sudeste do Pará durante a ditadura militar – 1975 a 1985.** 2019, Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Para, Belém, 2019.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo; CONCEIÇÃO, Wellington Jhemerson Costa da. **A luta pela terra nas páginas do jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade. Entre a denúncia e a formação política dos camponeses no sudeste paraense.** Perseu, n. 13, Ano 11, 2017. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/123>. Acesso em 03 de maio de 2021.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte de escuta.** São Paulo: Letra e Voz. 2016.

_____. **O que faz a história oral diferente. Projeto História,** v. 14, fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11233>. Acesso em 20 de maio 2021.

_____. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PROVÍNCIA FREI BARTOLOMEU DE LAS CASAS. **Uma história pouco contada.** In: **Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas,** Belo Horizonte, 1966. (Dominicanos do Brasil).

PROVÍNCIA FREI BARTOLOMEU DE LAS CASAS. **Estatuto da Rádio Educadora do Araguaia.** In: **Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas.** Belo Horizonte, 1959. (Dominicanos do Brasil).

PROVÍNCIA FREI BARTOLOMEU DE LAS CASAS **Sistema de Conceição do Araguaia.** In: **Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas,** Belo Horizonte, 1972.

RAMALHO, João Carlos. **Entrevista concedida** a Darlene Araújo Gomes. Conceição do Araguaia, Pará, 12 de julho de 2021.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB – Discurso e Prática.** Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação. 1982, Fundação Getúlio Vargas, 1982.

_____. **Movimento de Educação de Base – MEB – Discurso e Prática.** Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Avançados em Educação. São Luiz, UFMA/Secretaria de Educação (Coleção Ciências Sociais. Série Educação.1), 1985.

RIBEIRO, Marcos Alexandre Araújo Ribeiro, 2018. **Mobilização, mística e resistência pelos julgados do Araguaia**. Disponível em https://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1525123341_ARQUIVO_UNICAMPMarcosAlexandrePDF.pdf. Acesso em: 20 de setembro 2021.

ROCHA, Maria Oneide Fialho. **Movimentos sociais**: ação sócio-política na região de Picos a partir da ação socioeducativa do Movimento de Educação de Base – MEB, no período de 1985-1995. Recife, 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências sociais, Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

RODRIGUES, Edivânia.Duarte. **Estratégias argumentativas na construção do discurso ideológico**: um estudo da produção didático-pedagógica do MEB. Natal, 2009. 182 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

RODRIGUES, Maria Emília de Castro. **Enraizamento de esperança**: as bases teóricas do Movimento de Educação de Base em Goiás. Goiânia, 2008. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2008.

SANTOS, Lidiane Nayara Nascimento dos; CARVALHO, Maria Elizete Guimarães G. Produção acadêmico-científica sobre o movimento de Educação de Base (MEB): pequeno balanço e algumas perspectivas de pesquisa. **Espaço do Currículo**, v.8, n.3, p.471-487, set-dez de 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/index>. Acesso em 11 de outubro de 2021.

SANTOS, Marilu Roberta Pimentel. **O Movimento de Educação de Base e a cultura popular em Santarém de 1964 a 1984**. Santarém, 2019. 80 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências da Sociedade, Universidade Federal do sudoeste do Pará, 2019.

SILVA, Francisco Tenório da. **O discurso de resistência no material didático do Movimento de Educação de Base (MEB)**. Maceió, 2020. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, 2020.

SILVA, Leusa Alves de Moura. **Educação Popular e sindicalismo**: o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itauçu/GO. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, 2006.

SILVA, Frei Henrique Marques. 19 anos de Experiência radiofônica. In: **Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas**, Belo Horizonte, 1981 (Dominicanos-Brasil).

_____. Rádio Educadora do Araguaia. In: **Arquivo da Província Frei Bartolomeu de Las Casas**, Belo Horizonte, s/d (Dominicanos-Brasil).

SOUSA, Carlos Ângelo de Meneses. **Relações de poder institucionais e prática de assessoria no Movimento de Educação de Base**. Fortaleza, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, 1999.

SOUZA. Claudia Moraes. **Uma escola para homem rural**: a cultura popular, os camponeses e o movimento de educação de base (1960-1964). Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n.

2, p. 515-529, abr./jun. 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aop0413.pdf>, acesso em 20 de abril de 2021.

_____. **Pelas ondas do rádio: cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base.** 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

STRECK, DaniloR. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação** v. 15 n. 44 maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/d3jHPSL6PK8BFt3V4QVgRRJ/?format=pdf>. Acesso em 10 de maio de 2022.

Walter Omar Kohan, há (um) método Paulo Freire? **Debates em Educação**, v. 13, Número Especial, p. 1-15, 2021, DOI: 10.28998/2175-6600.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **Educar para transformar: educação popular, Igreja católica, política no Movimento de Educação de Base.** Petrópolis, Vozes, 1984.